

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALEX DIAS DE JESUS

REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

Dourados – MS

2020

ALEX DIAS DE JESUS

REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jones Dari Goettert

Dourados – MS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

J58r Jesus, Alex Dias De

Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul [recurso eletrônico] / Alex Dias De Jesus. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Jones Dari Goettert.

Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Migração haitiana. 2. Redes. 3. Mato Grosso do Sul. I. Goettert, Jones Dari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ALEX DIAS DE JESUS

REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovada em 09/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jones Dari Goetttert – (Orientador) UFGD

Profa. Dra. Flaviana Gasparotti Nunes – UFGD

Profa. Dra. Rosa Sebastiana Colman – UFGD

Profa. Dra. Karla Rosário Brumes – UNICENTRO

Profa. Dra. Isis do Mar Marques Martins – NIEM/UFRJ

Àqueles que me confiaram suas vozes.
Àqueles a quem emprestei meus ouvidos.

AGRADECIMENTOS

Agradecer ter o que agradecer... Nos últimos quatro anos foram necessários forçados períodos de solidão para que esta tese fosse terminada, mas o apoio de pessoas e instituições, de maneira permanente ou intermitente, foi fundamental para que a pesquisa e o pesquisador pudessem existir. Ambos incompletos, seriam ainda mais sem uma pequena multidão que nos acompanhou.

Agradeço ao Instituto Federal do Piauí, pelo afastamento concedido para a realização da pesquisa no Brasil e no exterior. Aos diretores Francisco Nogueira Lima e Eptácio Neco da Silva pelo apoio e presteza frente às minhas solicitações. Aos meus colegas de trabalho do campus São Raimundo Nonato, especialmente Gerlane Dantas e Kelson Coutinho, por todas as gentilezas e por todo o cuidado mantido à distância.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados, por receber tão bem quem vem de longe, pela maneira séria e comprometida de pensar e fazer pesquisa em Geografia. À Erika, pela eficiência e agilidade no trabalho de secretaria e aos professores Flaviana Gasparotti Nunes, Marcos Leandro Mondardo, João Edmilson Fabrini e Lisandra Pereira Lamoso pelo que me ensinaram.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudo de seis meses do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, realizado na Universidad de Guadalajara, México.

Ao professor Jones Dari Goetttert, orientador desta pesquisa, pela confiança em acompanhar um desconhecido, pelo estímulo a sempre fazer mais, pela criatividade que o impulsiona a ver além do óbvio, pela generosidade com a qual me acolheu no seu meio e pela liberdade que me concedeu para trilhar os meus caminhos.

Ao professor Jorge Durand, da Universidad de Guadalajara, que prontamente aceitou orientar a pesquisa “Refazendo a migração: trajetórias de haitianos do Brasil ao México”, no âmbito do Doutorado Sanduíche no Exterior. Foi um valioso aprendizado teórico e metodológico durante o período que estive na sua equipe.

Na Universidade de Guadalajara, agradeço aos membros do *Mexican Migration Project*, Alondra Rodríguez, Verónica Lozano, Marcela, Orlando e Félix que me receberam de maneira calorosa no seu meio, proporcionaram um ambiente bastante acolhedor e muito me ensinaram na pesquisa de campo com famílias e cidades inteiramente marcadas pela migração no estado de Oaxaca.

Ao Coletivo *Espacio Migrante*, de Tijuana, México, pela acolhida durante minha pesquisa de campo na cidade, especialmente Paulina Olvera, Mayela Franco, Alex Corvera, Jose Lopez, Ustin Pascal e Stebenson Jonathan.

Aos amigos Alan Silva e Johana Meza do Coletivo *Piuma*, em Mexicali, México, por me receberem, me acompanharem na pesquisa de campo, me apresentarem o estado da Baja Califórnia e pelos contatos posteriores.

Aos membros do Projeto de Extensão “Ações de facilitação da inserção social dos haitianos em Dourados” da UFGD, que, junto comigo, se empenham no ensino de Língua Portuguesa desde 2017 e me proporcionaram um espaço privilegiado de observação. À Carolina Borges, Marilze Tavares, Daniela Valle, Luiz Delai, Jorge Delmar, Juliana Silva, Juliana Teixeira, Alyson, Maria Vagula, Maria Virgínia, Cristina, Amanda e Julia Stefanello.

Ao Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande, especialmente à Irmã Rosane Costa por abrir muitas portas. À Pastoral do Imigrante de Três Lagoas, especialmente Ir. Aparecida, Cristina, Modesto e Belkiss e à Pastoral da Mobilidade Humana de Corumbá, especialmente ao padre Marco Antônio.

Aos colegas da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFGD pela assessoria na regularização e aquisição de documentos dos haitianos em Dourados, especialmente Hermes Moreira, Adriana Santos, Francielle Vascotto, Camila Sehn e Paola Nicolau pelo intenso trabalho compartilhado.

Aos colegas do grupo de estudos “Fluxos migratórios internacionais no Mato Grosso do Sul” da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Ana Paula Martins Amaral, César Augusto da Silva, Luiz Rosado, Najah, Isabelle, Rosângela e Lívia pelos oportunos debates e pela alegria da partilha.

A Rodrigo Pedroso, da Prefeitura de Três Lagoas e aos funcionários das empresas Aguirre, Metal Frio, Bello Alimentos, Brasil Foods e Donana Alimentos pelas valiosas informações sobre os processos de contratação dos haitianos.

Em Itaquiraí, ao pastor Alex Antônio pela mediação e pelas informações valiosas.

Em Corumbá, à Renata e Márcia pelas informações sobre as chegadas e partidas dos haitianos na cidade.

Em Nova Andradina, à Aline pelas informações constantes.

Em Campo Grande, à Marisa, a Jean Zephir, Junel Llorca e Wadner Absalon, pela importante mediação juntos aos haitianos; à Aline, Linda e Guerline pelo suporte sempre necessário; à Flávia Dalmaso pelas referências, aos membros da Associação dos

Haitianos de Campo Grande pelas festas e às amigas Elaine Dupas e Estela Scandola pelos pousos e pelos voos.

Em Três Lagoas, a Thiago Santos, Makov, Cleonice e Daniel pela valiosa mediação e pelo apoio constante e a Mauro e à Marine pela acolhida e alegria.

Em Dourados, aos membros da Associação dos Haitianos, especialmente a Mistal e Jean pelo apoio e parceria; às irmãs Gema, Alice e Nair, da Congregação de São José, pela doação e disponibilidade sem tamanho e à equipe da Cáritas Diocesana por incorporar a defesa da vida dos migrantes.

Aos melhores amigos que um doutorado poderia me proporcionar. Ao meu parceiro de sempre, Rafael Medeiros, pelo material cartográfico e pela companhia; à Juliana Tomiko pelos processos trabalhistas, pelo intercâmbio de material, pelo apoio na pesquisa de campo em Três Lagoas e por cuidar de mim nos períodos de fraqueza; à Lorrane e Renata por me socorrer no árduo trabalho de transcrição das entrevistas; a Vladimir pelos ensinamentos do Excel, fundamentais no manuseio da base de dados do SINCRE, e por insistir em me salvar da solidão; à Thayná pelos ensinamentos no manuseio da base de dados da RAIS; a Lucas Macena, pelos ensinamentos sobre História Oral e por permanecer comigo na FCH depois que todos vão embora; à Katiucy Mendes, Juliana Mota, Gesliane, Elaine, Mirella, José Victor, Gilson, Cristiano, Daniel e Wesley por me lembrarem que a felicidade é feita em horinhas de descuido.

Aos queridos Marisa e Jean Zephir por traduzir o resumo para o creóle e ao querido Sebastián Henao pela tradução para o inglês.

Aos amigos que fiz no México, especialmente às mexicanas Paola, Judith e Yamile, aos colombianos Jeison e César e às brasileiras Vanessa, Sibele, Marina e Marli que mantêm os cuidados à distância.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, professores Marcos Leandro Mondardo, Flaviana Gasparotti Nunes, Karla Rosário Brumes, Isis do Mar Marques Martins e Rosa Sebastiana Colman pela disponibilidade e pelas contribuições acrescentadas à pesquisa.

Aos meus pais, meus irmãos e sobrinhos pela torcida diária e pelos abraços a cada ano.

A todos os haitianos que me confiaram suas histórias, me prepararam *fritay* para comer, me ensinaram a dançar *Konpa*, me deixaram estar por perto dos momentos de convívio, me abraçaram e me sorriram.

Vocês não queiram mal aos que vêm de longe,
aos que vêm sem rumo certo, como eu vim;
as tempestades é que nos atiram
para as praias sem fim...

(Judas Isgorogota, **Os que vêm de longe**, 1954)

RESUMO

Há mais de um século a migração internacional de haitianos tem marcado profundamente o Haiti. Parte significativa da sua população se deslocou para outros países, mas segue mantendo conexões à distância com a terra natal. Desde 2010 o Brasil se insere no conjunto dos destinos que fazem parte da intensa mobilidade haitiana. Presentes em centenas de municípios de diversos estados brasileiros, os haitianos têm ampliado as alternativas de sobrevivência e desenvolvido novas redes sociais em contextos migratórios, inclusive no estado do Mato Grosso do Sul. Por esse motivo, o objetivo central desta tese é entender qual a configuração da migração haitiana neste estado. Isso significa se interrogar sobre como essa migração teve início e sobre quais condições ela se desenvolveu. Para isso, utilizamos de metodologias mistas, em destaque para a História Oral e para a Observação Participante, com complementação de análise documental e bibliográfica. Nossa investigação concluiu que a migração haitiana no Mato Grosso do Sul teve início no ano de 2012, com o recrutamento de trabalhadores por empresas localizadas no estado e que a continuidade dos fluxos esteve baseada na dinâmica das redes sociais entre familiares, amigos e conterrâneos. Identificamos que os meios e locais de entrada guardam estreita relação com as políticas migratórias e por esse motivo se alteraram ao longo do tempo. Nossos resultados também indicam a segmentação no mercado de trabalho, a crescente feminização e o surgimento de uma segunda geração de migrantes com o nascimento de crianças brasileiras de ascendência haitiana. Argumentamos que a migração haitiana no Mato Grosso do Sul e no Brasil é uma ampliação do espaço transnacional haitiano sustentado na dinâmica das redes sociais que envolve migrantes e não migrantes em diversos locais.

Palavras-chave: Migração haitiana. Redes. Mato Grosso do Sul.

REZIMÉ

Pandan plis pase yon syèk, migrasyon entènasyonal Ayisyen maké pwofondman Ayiti. Yon bon valé nan popilasyon ki lòt kote yo, kontinye kenbe kontak ak peyi a. Depi 2010, Brezil fé pati nan destinasyon ayisyen yo. Prezans yo nan dè santèn de minisipalite nan diferan Eta o Brezil, e yo te elaji altènativ sivivans yo nan devlopman nouvo rezo sosyal nan kontèks migratwa, tankou nan eta Mato Grosso do Sul. Pou rezon sa a, objektif santral tèz sa a se pou konprann konfigirasyon imigrasyon ayisyen nan eta. Sa vle di poze kesyon kijan migrasyon sa a te kòmanse ak souki kondisyon li devlope. Pou sa, nou itilize metodoloji melanje, Istwa Oral ak Obsèvasyon Patisipan, ak analiz konplemantè de dokiman ak bibliyografi. Ankèt nou an te konkli ke migrasyon ayisyen an nan Mato Grosso do Sul te kòmanse nan 2012, ak rekritman travayè pou konpayi ki sitiye nan etaa e ki te kontinye baze sou dinamik rezo sosyal ant fanmi e zanmi konpatriyòt yo. Nou idantifye ke mwayen e lokal kote yo antre yo gen relasyon etwat ak regleman imigrasyon e se poutet sa yo chanje de tan zantan. Rezilta nou yo endike tou, segmentasyon nan mache travay la, avek rive fanm yo e ak aparasyon yon dezyèm jenerasyon imigran ak nesans timoun ayisyen yo isit o Brezil. Nou diskite ke migrasyon ayisyen an nan Mato Grosso do Sul ak Brezil se yon ekspansyon nan espas transnasyonal ayisyen ki baze sou dinamik rezo sosyal ki enplike imigran ak moun ki pa imigran nan diferan kote.

Mo kle: Migrasyon Ayisyen. Rezo. Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

Over a century ago, citizens migrating abroad has deeply marked Haiti. A significant part of the country's population moved to other countries, yet, they have kept connections in the distance with their homeland. From 2010 onwards, Brazil has inserted in the group of destinations that are part of the intense Haitian mobility. Haitians, present in hundreds of cities in diverse Brazilian states, have enlarged their survival alternatives and have developed new social networks in migrant contexts, even in the state of Mato Grosso do Sul (MS). Given these conditions, the main objective of this thesis is to understand what is the configuration of the Haitian migration in this state. That means to interrogate how did the migration started and what were the conditions upon which it developed. For that purpose, a mixed methodology was used, with emphasis on oral history and participant observation approaches, complemented with document and bibliographical analysis. This research concluded that Haitian migration to MS had its initial point in 2012, with the recruitment of workers by companies localised in that state, and that the continuity of the flux was based on social networks dynamics among family, friends and countrymen. It was identified that the means and places of entry have a strong relation with migratory policies and, due to this motive, they have changed in time. These results also indicate a segmentation in the labour market, the increasing feminisation and the upcoming of a second generation of migrants, born in Brazil with Haitian ascendancy. It is argued that Haitian migration to MS and to Brazil means a broadening of the Haitian transnational space, sustained by the dynamics of social networks involving migrant and non-migrant populations in diverse localities.

Key Words: Haitian migration. Social Networks. Mato Grosso do Sul.

RESUMEN

Durante más de un siglo, la migración internacional de haitianos ha marcado profundamente a Haití. Una parte importante de su población se ha mudado a otros países, pero continúa manteniendo conexiones a distancia con su tierra natal. Desde 2010, Brasil forma parte del conjunto de destinos que forman parte de la intensa movilidad haitiana. Presentes en cientos de municipios en varios estados brasileños, los haitianos han ampliado sus alternativas de supervivencia y desarrollado nuevas redes sociales en contextos migratorios, incluso en el estado de Mato Grosso do Sul. Por esta razón, el objetivo central de esta tesis es comprender la configuración de la migración haitiana en este estado. Esto significa preguntarse cómo comenzó esta migración y en qué condiciones se desarrolló. Para esto, utilizamos metodologías mixtas, con énfasis en la Historia Oral y la Observación Participante, con complementación de análisis documental y bibliográfico. Nuestra investigación concluyó que la migración haitiana en Mato Grosso do Sul comenzó en 2012, con el reclutamiento de trabajadores por parte de empresas ubicadas en el estado y que la continuidad de los flujos se basó en la dinámica de las redes sociales entre familiares, amigos y compatriotas. Identificamos que los medios y lugares de entrada tienen una estrecha relación con las políticas de inmigración y por esta razón han cambiado con el tiempo. Nuestros resultados también indican la segmentación en el mercado laboral, la creciente feminización y la aparición de una segunda generación de migrantes con el nacimiento de niños brasileños de ascendencia haitiana. Argumentamos que la migración haitiana en Mato Grosso do Sul y Brasil es una expansión del espacio transnacional haitiano basado en la dinámica de las redes sociales que involucran a migrantes y no migrantes en diferentes lugares.

Palabras clave: Migración haitiana. Redes. Mato Grosso do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti.....	19
Figura 2 – Mapa de localização das cidades de origem dos entrevistados.....	23
Figura 3 - Apresentação na Festa da Bandeira Haitiana em Três Lagoas, MS.....	48
Figura 4 - Mapa de uso do solo.....	86
Figura 5 - Mapa dos departamentos e comunas do Haiti.....	91
Figura 6 - A diáspora haitiana entre o início do século XX e 1980.....	95
Figura 7 - <i>Batey El Naranjo</i> , República Dominicana.....	99
Figura 8 - Haitianos em cadastramento para o Programa de Retorno do Chile.....	133
Figura 9 – Mapa dos Fluxos da migração haitiana no continente americano.....	136
Figura 10 - Haitianos cruzam a ponte entre Inãpari e Assis Brasil.....	146
Figura 11 - Abrigo público de Brasília – AC.....	147
Figura 12 - Espera de haitianos na Embaixada brasileira em Porto Príncipe.....	153
Figura 13 - Haitianos na Missão Paz, São Paulo.....	162
Figura 14 - Formandos haitianos na UNILA.....	168
Figura 15 - Casas incendiadas durante a reintegração de posse da Ocupação.....	172
Figura 16 – Mapa distribuição dos haitianos com registro de residência no Brasil por Unidade da Federação (2010 a 2017)	173
Figura 17 - Mapa da distribuição dos haitianos com emprego formal no Brasil por Unidade da Federação (2017)	176
Figura 18 - Principais rotas dos haitianos do Brasil ao México.....	181
Figura 19 - Localização da Região do Darién, Panamá.....	184
Figura 20 - Haitianos dormindo na rua em Tijuana.....	189
Figura 21 – Restaurante haitiano em Tijuana, México.....	190
Figura 22 - Metalúrgica Feral em Três Lagoas – MS.....	194
Figura 23 - Igreja do Divino Espírito Santo, Campo Grande – MS.....	198
Figura 24 - Panfleto de casa de câmbio de Campo Grande – MS.....	199
Figura 25 – Mapa de distribuição dos haitianos no estado do Mato Grosso do Sul – 2019.....	204
Figura 26 - Noiva haitiana em Dourados – MS.....	207
Figura 27 - Mãe e filha realizando matrícula em uma escola de Dourados.....	208
Figura 28 - Conjunto de kitnets alugadas por haitianos – Dourados – MS.....	209

Figura 29 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Campo Grande – MS.....	210
Figura 30 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Dourados – MS..	211
Figura 31 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Três Lagoas – MS.....	212
Figura 32 - Haitianos em aula de português em Dourados-MS.....	225
Figura 33 - Festa da Bandeira Haitiana em Campo Grande, MS.....	227
Figura 34 - Primeiro encontro dos haitianos em Dourados-MS.....	228
Figura 35 - Igreja de haitianos em Três Lagoas, MS.....	229
Figura 36 - Culto em uma igreja de Dourados-MS.....	229
Figura 37 - Frigorífico da BRF, Dourados-MS.....	236
Figura 38 - Frigorífico Frango Bello, Itaquiraí-MS.....	237
Figura 39 – Festa da Bandeira Haitiana (Campo Grande)	250
Figura 40 – Ao som do <i>Konpa</i> (Campo Grande)	251
Figura 41 – Entre doces e licores (Campo Grande)	252
Figura 42 – Um salmo na tela (Dourados)	253
Figura 43 – O futebol de domingo (Dourados)	254
Figura 44 – Fotógrafos (Dourados)	255
Figura 45 – De onde vim? (Campo Grande)	256
Figura 46 – Um encontro em Três Lagoas	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Uso e ocupação do solo do Haiti.....	85
Tabela 2 – Registros de entrada de haitianos nos estados do Acre e Amazonas (2010-2017).....	145
Tabela 3 – Haitianos atendidos por ano na Missão Paz.....	162
Tabela 4 – Número de postos de trabalho formal ocupados pelos haitianos no Brasil (2011-2018).....	175
Tabela 5 – Número de empregos formais dos haitianos no Mato Grosso do Sul (2012-2018).....	234
Tabela 6 – Principais atividades desempenhadas pelos haitianos no mercado de trabalho formal do Mato Grosso do Sul (2012-2018).....	235
Tabela 7 – Haitianos com emprego formal no Mato Grosso do Sul, dividido por sexo (2012-2018).....	243

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Divisão por sexo dos haitianos residentes no Brasil.....	174
Gráfico 2 - Divisão por sexo dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul.....	206

LISTA DE SIGLAS

CADH - Centro de Atendimento em Direitos Humanos

CERMA/MS – Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas do Mato Grosso do Sul

CIAT - Centros Integrados de Atendimento ao Trabalhador

CNIG – Conselho Nacional de Imigração

CONARE – Comitê Nacional para Refugiados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul

MICIVIH – Missão Civil de Verificação dos Direitos Humanos no Haiti

MINUAH – Missão das Nações Unidas no Haiti

MINUSJUSTH – Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

MPT - Ministério Público do Trabalho

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NEPPE – Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros

OEA – Organização dos Estados Americanos

OIM – Organização Internacional para as Migrações

ONU – Organização das Nações Unidas

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros

STI – Sistema de Tráfego Internacional

TPS – *Temporary Protected Status*

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Durdos

UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UNILA – Universidade da Integração Latino-Americana

UNINH – Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REDES MIGRATÓRIAS E ESPAÇO TRANSNACIONAL.....	31
2.1 NO CAMINHO DAS REDES.....	31
2.2 REDES NA MIGRAÇÃO E REDES MIGRATÓRIAS.....	39
2.3 REDES E ESPAÇO TRANSNACIONAL.....	55
3 O HAITI NA GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE.....	66
3.1 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS E REPRODUÇÃO DA POBREZA.....	66
3.2 A SAÍDA MIGRATÓRIA: OS HAITIANOS PELO MUNDO.....	93
3.3 NOVOS FLUXOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO SÉCULO XXI.....	119
4 A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL.....	137
4.1 O INÍCIO DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E OS PARADOXOS DO VISTO HUMANITÁRIO.....	137
4.2 A MOBILIDADE HAITIANA NO BRASIL.....	155
4.3 O BRASIL COMO PASSAGEM: A SAÍDA DE HAITIANOS PARA OUTROS DESTINOS.....	178
5 REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL.....	192
5.1 PROCESSOS DE ENTRADA, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PADRÕES MIGRATÓRIOS.....	193
5.2 QUEM FICOU E QUEM PARTIU: A DEFINIÇÃO DOS PAPEIS NAS REDES FAMILIARES.....	213
5.3 TECENDO REDES: DAS AÇÕES FEITAS PARA MIGRANTES ÀS AÇÕES FEITAS PELOS MIGRANTES.....	222
5.4 O MERCADO DE TRABALHO PARA MIGRANTES HAITIANOS NO MATO GROSSO DO SUL.....	230
6 ICONOGRAFIA.....	249
7 CONCLUSÃO.....	258

8 REFERÊNCIAS.....	265
9 APÊNDICES.....	288
10 ANEXOS.....	303

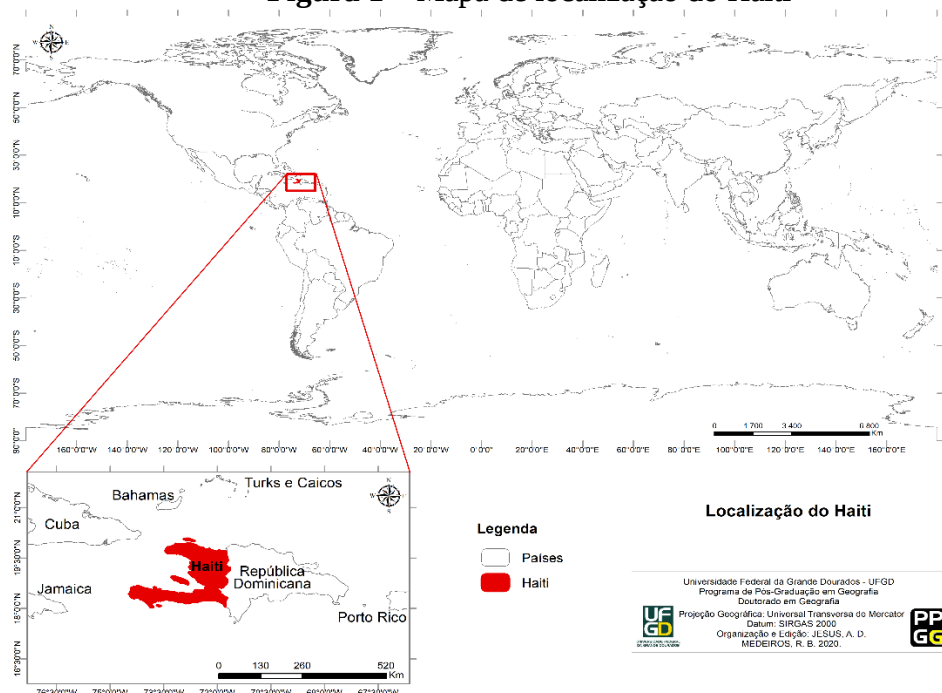
1 INTRODUÇÃO

A migração internacional é uma marca profunda do Haiti. Há mais de um século os haitianos recorrem à migração como alternativa ao precário quadro socioeconômico vigente e buscam, por meio da inserção laboral e educacional fora do país, formas de ascensão social tanto para os que migram quanto para os que permanecem. Uma das características marcantes dessa migração, verificada em vários fluxos em diferentes tempos e espaços, é a grande vinculação daqueles que migram com as famílias e comunidades de origem.

De maneira paradoxal, a globalização, desde as fases iniciais da colonização até o período atual, deslocou o Haiti para a periferia através da Divisão Internacional do Trabalho e ofereceu condições – predominantemente precárias – para a inserção dos migrantes haitianos como trabalhadores necessários nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, ocupando um lugar bem marcado na parte inferior da hierarquia social. Como exemplo, os haitianos estiveram empregados nos canaviais da República Dominicana e de Cuba, no setor hoteleiro das Bahamas, e mais recentemente na construção civil e nos frigoríficos do Brasil.

O passado do Haiti como colônia francesa contribuiu para que a província do Quebec, no Canadá, e os atuais departamentos ultramarinos franceses de Martinica, Guadalupe, San Martin e Guiana Francesa e a própria França se transformassem em destinos dos migrantes haitianos. Por outro lado, a influência dos Estados Unidos no Caribe, especialmente após a ocupação americana no Haiti, entre 1915-1934, também influenciou para que grandes grupos se estabelecessem em cidades como Miami, Nova York e Boston e em suas respectivas regiões metropolitanas.

A localização do Haiti, demonstrada na figura 1, contribuiu para que além dos destinos prioritários, outros intermediários fossem alcançados em uma migração por etapas. Várias ilhas do Caribe passaram a receber migrantes haitianos que pretendiam se estabelecer temporariamente antes de ingressar em países como Estados Unidos, França ou Canadá. Essa estratégia, nem sempre concretizada, ampliou o espaço social haitiano para além das fronteiras do Estado-nação.

Figura 1 – Mapa de localização do Haiti

Como uma constante, a migração haitiana segue como alternativa viável para a reprodução social e mobilidade econômica. É por isso que, de maneira quase ininterrupta, os haitianos seguem apostando na migração, acrescentando destinos na diáspora que se iniciou há mais de um século. A América do Sul, especialmente países como Brasil e Chile, tem se constituído como uma recente extensão do espaço transnacional haitiano através das relações sociais dos migrantes e não migrantes entre origem e destinos.

É necessário entender a nova fase da migração haitiana, na qual se inserem os países da América do Sul e particularmente o Brasil, no contexto de transformações políticas e econômicas do início do século XXI. As políticas migratórias mais restritivas na Europa e na América do Norte, destinos prioritários dos migrantes haitianos, e fatores como a presença militar brasileira no comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), o crescimento econômico do Brasil na transição da década de 2000 para 2010, a estabilidade do Chile no mesmo período e a política de isenção de vistos do Equador ajudam a compreender o redirecionamento dessa migração, incorporando novos espaços.

A instabilidade política e econômica do Haiti, a ingerência internacional através das ocupações militares, a precariedade das condições de vida de grande parte da população são alguns fatores que, intensificados com o terremoto de 12 de janeiro de 2010, motivaram o início da migração de haitianos para o Brasil e para a Guiana Francesa,

logo após a catástrofe. Gradativamente, os primeiros migrantes foram ampliando as redes sociais e possibilitando novas migrações, envolvendo novos locais de origem e de destino. Assim, o número de entradas de haitianos no Brasil entre os anos 2010 e 2017 chegou a quase 100 mil, segundo os dados da Polícia Federal (SINCRE, 2010-2017).

Essa migração demonstra a relação entre a provisoriedade e a permanência. As forças multicausais, como as políticas migratórias, a situação econômica nos lugares de destino e os projetos individuais e familiares dos migrantes, elegem, temporária ou definitivamente, espaços de trânsito e espaços de permanência. A intensa mobilidade que caracteriza a fase atual da migração haitiana se apoia no surgimento e fortalecimento de redes sociais por onde circulam informações e recursos capazes de proporcionar novas mobilidades. Valendo-se do suporte material ou imaterial de familiares, amigos ou conterrâneos, os haitianos têm migrado para vários destinos e alguns refazem os projetos migratórios sempre que necessário.

Em vários discursos aparecem as incertezas sobre ficar e partir, uma indefinição do Brasil enquanto destino definitivo ou temporário. Uma espécie de migração por etapas, em que se estabelecem em um local possível e olham para outro desejado. A observação de Sayad, ao analisar a situação dos argelinos na França na segunda metade do século XX, nos parece oportuna também no contexto da migração haitiana. “Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998, p. 45). Entretanto, na migração haitiana, a provisoriedade/permanência não está entre o estabelecimento definitivo e o retorno ao lugar de origem como sugere Sayad, e sim, entre os vários destinos identificados conforme as estratégias dos sujeitos migrantes e de suas famílias.

No Brasil, ao longo dos anos, além do crescimento do número de entradas, o padrão migratório se alterou e apontou novas tendências no conjunto dos haitianos. Por exemplo, a política de concessão de vistos humanitários a partir de 2012 influenciou na maior documentação e na diminuição das entradas pelas fronteiras terrestres e a feminização e o surgimento de uma segunda geração de migrantes passaram a ser notadas. Além disso, a migração haitiana tem sido caracterizada por uma frequente mobilidade interna, sendo visível em muitos estados e municípios brasileiros.

Embora tenham sido registradas as primeiras chegadas de haitianos no Brasil entre os meses de fevereiro e março de 2010, nos estados do Amazonas e Mato Grosso do Sul, neste último, a residência passou a ser notada em 2012 no município de Três Lagoas.

Durante os anos de 2013 e 2014, empresas do estado realizaram contratações desses migrantes nas cidades de Brasília, no Acre, em Manaus, Amazonas, e em São Paulo, locais de entrada e concentração dos haitianos no país. Assim, passaram a chegar grupos maiores contratados para o trabalho em indústrias nos municípios de Campo Grande, Itaquiraí e Três Lagoas.

Essas primeiras chegadas, vinculadas à contratação em indústrias metalúrgicas, têxteis, na construção civil e em um frigorífico, criaram as bases para a ampliação da migração haitiana no Mato Grosso do Sul através das redes sociais entre familiares, amigos e conterrâneos. Em muitos casos, as redes sociais se converteram em redes migratórias, principalmente nos processos de reunião familiar, quando informações e recursos foram canalizados para proporcionar novas chegadas.

Assim como aconteceu em outras partes do Brasil, o aumento do número de haitianos ao longo dos anos foi acompanhado de mudanças no padrão migratório. Enquanto nos anos iniciais a presença masculina era quase absoluta, passou-se ao aumento significativo da presença feminina nos últimos anos. Os processos de reunião familiar e os casamentos ocorridos no Brasil deram origem ao surgimento de uma segunda geração de migrantes. As chegadas via terrestre deram lugar àquelas feitas por via aérea, embora nos últimos dois anos essa tendência tenha se modificado com novas chegadas através dos municípios de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, e de Bonfim, em Roraima. Também foi notado um significativo grau de mobilidade interna, quando passaram a migrar entre municípios e estados brasileiros.

Na base dessas transformações estão as mudanças nas políticas migratórias e principalmente as redes sociais entre os migrantes. Se o início da migração haitiana no Mato Grosso do Sul esteve vinculado à mobilidade da força de trabalho, a continuidade e a diversificação dela está fortemente amparada nas relações sociais de parentesco, amizade e conterraneidade que deram suporte à formação de redes migratórias. Isso significa que quando as redes sociais entre os migrantes foram utilizadas para viabilizar a migração elas se transformaram em redes migratórias.

Assim, emerge uma problemática que se faz central: qual o papel das redes migratórias no desenvolvimento da migração haitiana no Mato Grosso do Sul? A partir disso, a presente pesquisa de doutorado teve como objetivo central analisar o papel das redes de familiares, amigos e conterrâneos na origem e nas transformações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, e, como objetivos específicos: analisar o papel da rede familiar no estabelecimento da migração haitiana no Mato Grosso do Sul; analisar a

contribuição das entidades religiosas e outras organizações para essa migração; identificar as relações existentes entre haitianos no Brasil e no Haiti que contribuem para a continuidade das migrações; e identificar outros tipos de agenciamentos relacionados à mobilidade haitiana no Mato Grosso do Sul.

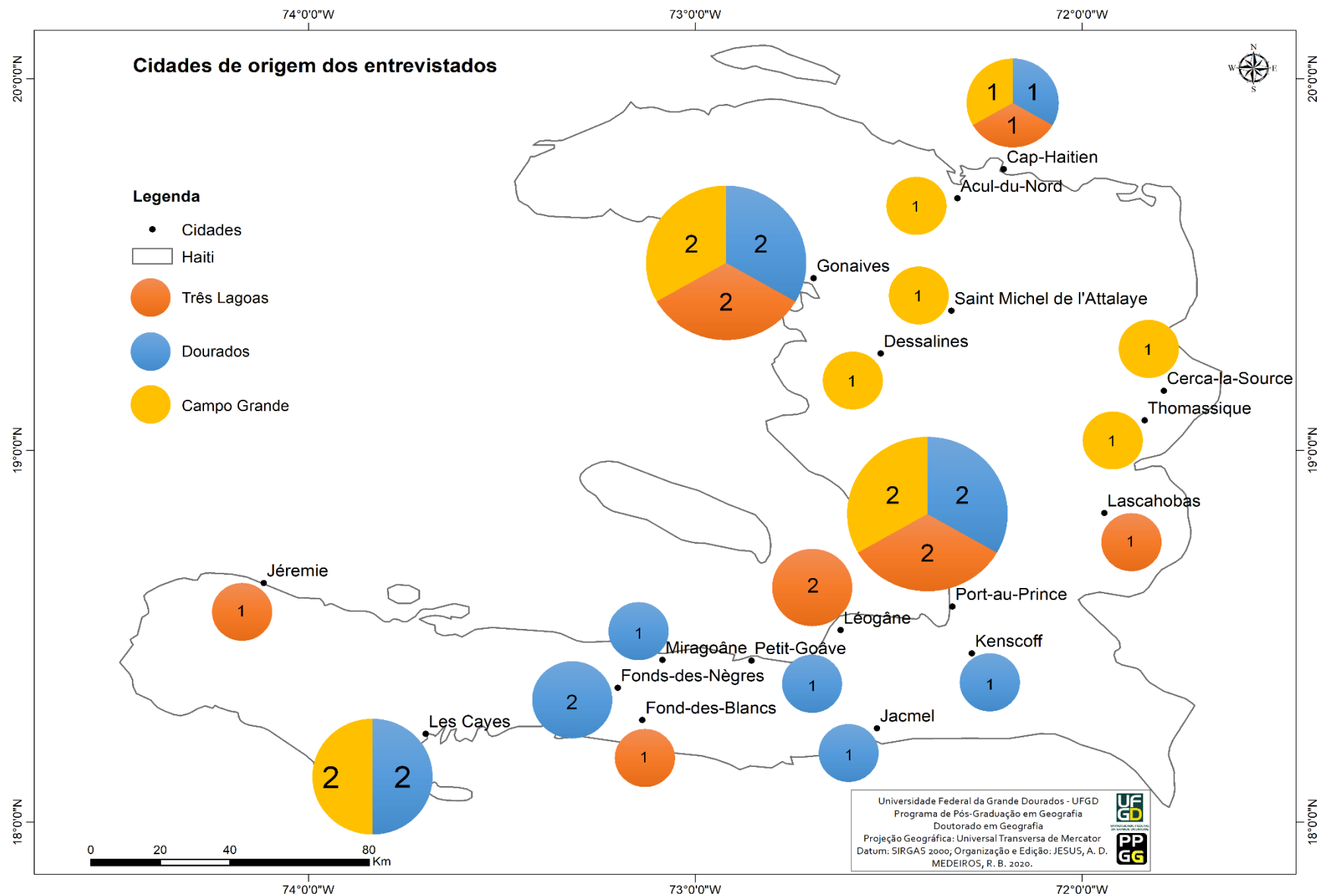
Os resultados da pesquisa, obtidos em primeiro plano com as histórias de vida dos migrantes, e comprovados com a observação participante e análise documental, nos permitem sustentar a tese de que a configuração atual da migração haitiana no Mato Grosso do Sul está baseada no desenvolvimento das redes migratórias. Estas estão sustentadas nos laços de parentesco, amizade e conterraneidade que produzem meios capazes de viabilizar a migração.

Para alcançar os objetivos e responder a problemática da pesquisa, utilizamos de metodologias mistas em destaque para a História Oral, na modalidade histórias de vida, complementadas com a observação participante e análise documental e bibliográfica. Foram realizadas trinta e cinco entrevistas com migrantes haitianos residentes nos municípios de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas entre maio de 2016 e julho de 2019. Esses municípios foram escolhidos por terem grupos superiores a cem haitianos e apresentarem maior articulação refletida no surgimento de associações, igrejas e grupos esportivos e culturais. Quanto aos entrevistados, estes foram escolhidos por meio da observação participante realizada em diversos momentos e principalmente por meio da técnica “bola de neve”¹, quando um migrante propiciava o contato com outros dispostos a colaborar com a pesquisa.

A perspectiva inicial de manter a equidade de gênero entre os entrevistados não foi alcançada, tendo em vista nossas limitações em realizar entrevistas apenas em português e espanhol, enquanto as mulheres haitianas se manifestam quase exclusivamente em creóle, mesmo passados vários anos no Brasil, questão que será discutida no capítulo 5. Por isso, foram entrevistados trinta homens e cinco mulheres com idades que variaram entre 21 e 46 anos, originários de dezoito cidades distribuídas em sete dos dez departamentos do país, como pode ser observado na figura 2.

¹ A snowball ou “bola de neve” é uma técnica utilizada em pesquisas sociais caracterizada pela indicação de interlocutores futuros a partir dos interlocutores anteriores, uma espécie de cadeia.

Figura 2 – Mapa de localização das cidades de origem dos entrevistados



As entrevistas, abertas e com durações variáveis, foram realizadas nos locais escolhidos pelos sujeitos da pesquisa, geralmente na própria residência. Foi escolhido a modalidade de histórias de vida na tentativa de revelar aspectos anteriores e posteriores à migração. As entrevistas, enquanto técnica de pesquisa, estiveram inseridas no escopo do método da história oral. Este método foi priorizado para trazer as narrativas dos migrantes enquanto elementos centrais e a partir delas realizar parte das discussões e por considerar que os relatos constituem uma história do tempo presente, capaz de revelar questões ocultas ou ainda pouco documentadas nas fontes escritas.

Passado meio século da introdução da história oral no Brasil, ainda não há consenso sobre o status dela entre os historiadores. Ferreira e Amado (2006) afirmam que enquanto alguns a classificam apenas como técnica, reduzindo-a aos procedimentos de gravação, transcrição e arquivamento, outros reivindicam o status de disciplina ao agrupar um corpo teórico distinto sob sua influência e outros ainda a definem como método. Enquanto método, a história oral exige procedimentos organizados e inseridos em um projeto. Assim, a gravação, a passagem para a forma escrita e a análise são exemplos de procedimentos comuns.

A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista, mas não deve ser reduzida a ela. Antes e depois das entrevistas há procedimentos que compõem a história oral enquanto método. A definição dos sujeitos a serem entrevistados, os locais das entrevistas, a geração de um documento escrito, se for o caso, e o arquivamento são alguns exemplos. “Não se trata apenas de um ato ou procedimento único. História oral é soma articulada, planejada, de algumas atitudes pensadas como um conjunto. Não é apenas a entrevista ou outra fonte oral que marca a história oral” (MEIHY e HOLANDA, 2018, p. 15).

A história oral de vida (MEIHY E HOLANDA, 2018) ou história oral na modalidade trajetórias de vida (GONÇALVES e LISBOA, 2007), apesar de partir de questões relacionadas à problemática da pesquisa, tem a potencialidade de revelar elementos cuja existência ou relevância são desconhecidas pelo pesquisador, mas que ocupam lugar na seleção da memória do narrador a ponto de serem ditas. Por se basear em entrevistas abertas, a subjetividade se mostra essencial e não raras vezes fatos são ocultados e outros, inesperadamente, são revelados. Certa vez, em uma de nossas entrevistas, perguntamos o motivo da morte do pai de uma haitiana ao que ela respondeu: “*as pessoas lá... você vai ao Haiti e você vai entender*”, e evitou falar mais.

As narrativas sobre as quais se sustenta esta tese trazem questões previamente identificadas pelo pesquisador e muitas outras que emergiram a partir da pesquisa de campo e

eram por nós desconhecidas. Elas se basearam nos princípios da diversificação e saturação, apesar de não serem numerosas. No primeiro, buscamos narrativas de haitianos que compartilharam uma experiência comum, a migração para o Brasil, mas sob condições díspares. Assim, foi possível entrevistar mulheres e homens, com ou sem experiência migratória anterior, com marcantes diferenças de classe, de localidade de origem, de destino, de status migratório e situação laboral. No segundo, apesar de trajetórias individuais, notamos que algumas informações pouco acrescentavam às demais no que diz respeito à problemática de pesquisa aqui proposta. Elas pretendem apontar questões trazidas pela migração, longe de ser um retrato dos haitianos no Mato Grosso do Sul.

Se alguém colhe um grande ramalhete de narrativas orais, tem pouca coisa nas mãos. Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu. A pedra de toque é a leitura crítica, a interpretação fiel, a busca do significado que transcende aquela biografia: é nosso trabalho, e muito belo seria dizer, a nossa luta (BOSI, 2003, p. 69).

É oportuno ressaltar também que as entrevistas são o resultado de um relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado, envolvidos em um projeto compartilhado, mesmo se não harmoniosamente, e o conteúdo das fontes orais depende também do que o pesquisador põe em termos das questões, dos diálogos e das relações pessoais (PORTELI, 1997). Por isso, o pesquisador também é vigiado e, em certos termos, cobrado pelo narrador. Em certa ocasião, um mês após a entrevista, um haitiano nos encontrou em Campo Grande e, em tom de brincadeira, nos disse: “*Alex, depois que você roubou a minha voz, você sumiu*”.

Seguindo a recomendação feita por Meihy e Holanda (2018), a passagem do oral para o escrito foi feita aqui com intervenções, em um processo de transcrição onde se tentou expressar o contexto no qual a entrevista foi criada. Não é uma transcrição literal, mas uma criação a partir dela, uma síntese com acréscimos para garantir a coerência textual e com supressões de sons externos, erros gramaticais e de ideias repetidas. Dessa forma, transcrições longas, de muitas páginas, serão apresentadas como relatos de menor extensão. Por outro lado, a incorporação do indizível em alguns momentos torna-se fundamental para repassar ao leitor o contexto da narração, como os gestos, as expressões, o riso e o silêncio. Trata-se de um “ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado” (MEIHY e HOLANDA, 2018, p. 136).

Nos estudos de migração, a história oral tem se constituído em um valioso instrumento de pesquisa. Trata-se de uma maneira de registrar a experiência e o conhecimento dos

participantes diante do fato narrado. Enquanto os estudos de caráter macroestrutural concentram esforços nas políticas migratórias, no mercado de trabalho e nos meios de locomoção, a história oral põe em evidência as trajetórias dos migrantes a partir de suas próprias narrativas. Segundo George e Stratford (2010), a história oral tornou-se uma ferramenta importante para estudar as histórias e geografias ocultas, as vidas e as memórias baseadas nos lugares, as pessoas desfavorecidas, os grupos minoritários e outros cujos pontos de vista foram ignorados ou cujas vidas passam silenciosamente produzindo poucos registros escritos.

Ao defender a história oral enquanto um método apropriado para o estudo das migrações, Thomson (2002) argumenta que ela pode revelar questões omitidas ou desconhecidas das metanarrativas. Por exemplo, ao considerar apenas a empregabilidade de migrantes no mercado de trabalho nacional ou local, pode-se desconsiderar a ação de fatores importantes como as redes sociais.

Esclarecendo aspectos da experiência dos migrantes, que de outro modo poderiam ser negligenciados, os profissionais que trabalham com história oral têm “esculpido uma teoria a partir de ... histórias e experiências pessoais complexas”, desafiando teorias monocausais, lineares e econômicas, e reformulando as maneiras pelas quais a migração é entendida (THOMSON, 2002, p. 345).

Além da história oral, muitos resultados desta pesquisa foram obtidos por meio da observação participante junto aos grupos de haitianos e com mediadores, brasileiros em estreita relação com eles, nos municípios onde foram realizadas as entrevistas mais Corumbá e Itaquiraí, além das pesquisas de campo nos municípios mexicanos de Tijuana e Mexicali. Nossa atuação como professor de português para um grupo de haitianos entre os anos de 2017 e 2018 e nosso envolvimento com um Projeto de Extensão para prestar assessoria na aquisição de documentos, desenvolvido pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFGD, durante o ano de 2019, possibilitou aproximação e observação privilegiada no município de Dourados. A participação nas reuniões, festas, aniversários, casamentos, jogos de futebol, cultos, audiências, atendimentos na Pastoral do Imigrante em Três Lagoas e visitas domiciliares em todos os municípios, embora sem entrevistas, trouxeram entendimentos de questões presentes na tese.

Definimos observação participante como um processo pelo qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com os seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a

finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa (MINAYO, 2009, p. 70).

Essa observação participante acompanhou momentos importantes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, como o retorno da migração indocumentada no município de Corumbá, quando participamos de reuniões e acompanhamos presencialmente um grupo de oito haitianos até a capital Campo Grande e virtualmente até os seus diferentes destinos em cidades brasileiras. Porém, questões mais sutis e igualmente relevantes como conflitos de vizinhança, a alegria de aprender português, a satisfação de conseguir matricular um filho na escola ou o orgulho de celebrar a festa da bandeira haitiana no Brasil também integram o corpo da pesquisa.

Utilizamos também análise documental e bibliográfica como complementação às fontes primárias. Isso nos possibilitou situar os sujeitos da pesquisa no universo social mais amplo a partir de informações sobre os haitianos no Mato Grosso do Sul, no Brasil e em outros países. Quando se trata de estudos populacionais no Brasil, a maior base de dados são os censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, como a migração haitiana situa-se em um período intercensitário, fontes alternativas foram utilizadas, embora com ressalvas.

Os dados da Polícia Federal, disponibilizados no antigo Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCRE), modificado em 2018 para Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), foram utilizados para a obtenção dos registros de entrada e de residência dos haitianos no Brasil. Selecionamos o período de 2010 a 2017, pois, apesar de existirem dados dos anos 2018 e 2019, a mudança no sistema provocou alterações nos registros que comprometem a comparação com os anos anteriores.

Realizamos buscas detalhadas para as doze unidades da federação que registraram a residência de mais de mil haitianos no período, além do caso especial do Acre, principal porta de entrada nos anos iniciais. Após a seleção dos dados na escala estadual, realizamos buscas para todos os municípios que registraram a residência desses migrantes nas unidades da federação selecionadas a fim de identificar os principais municípios de destino de cada uma. Como as informações não estão disponíveis em um sistema de consulta e sim em um banco de dados, foi necessário criar um modelo no Excel e realizar buscas em todos os municípios para cada ano, no período entre 2010 e 2017. Um esquema síntese dessas buscas encontra-se no apêndice A.

Essas informações foram úteis para identificar as mudanças nos principais locais de entrada e de residência dos haitianos no Brasil e realizar associações com a política migratória

vigente em cada período. Por meio delas também foi possível notar transformações no padrão migratório tanto no Brasil quanto no Mato Grosso do Sul, já que as informações de sexo, idade, status conjugal e amparo legal são disponibilizadas.

Outra base de dados utilizada foi a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)² do extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os registros disponibilizados possibilitam informações detalhadas sobre o mercado de trabalho formal brasileiro. A partir dela foi possível identificar as contratações de haitianos nos estados brasileiros e em cada município do Mato Grosso do Sul, distribuídos por ano e por atividade de produção. Essas informações nos permitiram afirmar a segmentação do mercado de trabalho para os migrantes haitianos.

Como desdobramento, utilizamos ainda trinta e dois processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região envolvendo haitianos e empregadores nos municípios de Campo Grande, Itaquiraí e São Gabriel do Oeste entre os anos de 2014 e 2017. Por meio deles foi possível identificar violações de direitos e, em alguns casos, superexploração do trabalho, algumas já relatadas pelos sujeitos desta pesquisa tantos em entrevistas como em ocasiões da observação participante.

A escolha dos enfoques teóricos foi fortemente influenciada pela pesquisa qualitativa, tanto a partir das entrevistas como da observação participante. Se os conceitos amplos de migração internacional, diáspora e mobilidade do trabalho foram o ponto de partida, conceitos mais específicos foram exigidos conforme as questões surgiam na investigação. Assim, os temas das redes sociais, redes migratórias, remessas, famílias transnacionais, dentre outros, emergiram nas falas dos sujeitos pesquisados e nos encaminharam para a análise dessa migração à luz teórica do transnacionalismo migrante.

Todavia, dada a complexidade que envolve as migrações em geral, e a haitiana em particular, acreditamos ser importante considerá-las como resultado de múltiplos fatores relacionados, desde os macroestruturais até às decisões individuais. Por isso, para entender o fenômeno migratório se requer, não um, mas múltiplos enfoques teóricos e perspectivas de análise, como afirmam Durand e Massey (2009). O transnacionalismo migrante apresenta-se como uma abordagem possível, mas não única.

O tema das redes emergiu durante as nossas pesquisas de campo. Não foi previamente estabelecido, mas à medida que as narrativas dos haitianos no Mato Grosso do Sul apontavam

² Esse sistema também foi substituído por um novo, o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, criado a partir da Portaria 1.127, de 14 de outubro de 2019, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

para o uso de um capital social³ proveniente da migração de pessoas próximas, familiares, amigos ou conterrâneos, passamos a dar maior atenção às estratégias de migração criadas a partir dos contatos entre migrantes e não migrantes em diversos espaços da mobilidade haitiana.

No universo social haitiano a rede é mais que um termo, é uma categoria (*rezo*), e indica as relações interpessoais. Em contextos migratórios ela é especialmente vinculada às estratégias de mobilidade, tendo em vista que ter uma rede forte pode contribuir no sucesso do projeto migratório. Por esse motivo, a rede assume o papel de conceito central da presente pesquisa. O título “Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul” quer sugerir as suas diversas formas de manifestação, das redes sociais às redes migratórias; das visíveis às ocultas; das redes com haitianos às redes de haitianos; das locais às transnacionais.

O texto se inicia com uma análise em torno das redes, argumentando que suas formas de manifestação são resultado do tempo histórico em que estão inseridas. Na migração haitiana, as redes sociais envolvendo familiares, amigos e conterrâneos são bastante densas e assumem importantes funções na criação, manutenção e recriação de relações sociais mantidas à distância. Em alguns casos, as redes sociais se transformam em redes migratórias e oferecem condições para a continuidade da migração. Argumentamos que as redes sociais e migratórias dão suporte à manutenção de um espaço social para além das fronteiras do Estado-nação haitiano, um espaço transnacional.

Na sequência, traçamos um panorama histórico do Haiti para entender a sua formação socioespacial e os condicionantes para as migrações. Transformado de colônia mais rica da França em país mais pobre das Américas, o Haiti encontra-se há muito tempo mergulhado em instabilidade política e econômica que afeta a vida de grande da população e promove a precariedade enquanto norma. O capítulo apresenta a migração internacional de haitianos para vários destinos no século XX e a incorporação de novos nas décadas iniciais do século XXI.

No capítulo seguinte, analisamos a migração haitiana no Brasil. Apresentamos um panorama das transformações ao longo de uma década desse fluxo migratório. Das primeiras chegadas nas fronteiras da região Norte do país, passando pela etapa marcada pela documentação e entradas pelos principais aeroportos brasileiros ao retorno da indocumentação verificado a partir de 2018. Demonstramos que a migração haitiana no Brasil atingiu uma

³ O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 2003, p. 67).

grande dispersão e que mudanças no padrão migratório são visíveis em muitos municípios brasileiros.

Por fim, no último capítulo, centramos nossa análise no caso da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. Nossa pesquisa demonstra as transformações nos processos de entrada e de residência influenciadas principalmente pelas políticas migratórias, pela dinâmica econômica e pela atuação das redes sociais. O capítulo discute o início e a continuidade da migração haitiana no estado, a distribuição espacial, a inserção laboral e as mudanças na composição do grupo à luz das narrativas dos migrantes, da observação participante e da análise de dados secundários obtidos em fontes oficiais.

A conclusão retoma os argumentos centrais que embasam a tese, apresenta respostas aos objetivos e sintetiza os principais resultados alcançados. Também aponta limitações e possibilidades de desenvolvimento de pesquisas futuras envolvendo a migração haitiana no Mato Grosso do Sul, tendo em vista os desdobramentos que ela tem trazido ao debate acadêmico e às políticas públicas. Espera-se que esta pesquisa seja vista como uma contribuição ao entendimento das recentes migrações internacionais e da realidade dos haitianos no Brasil.

2 REDES MIGRATÓRIAS E ESPAÇO TRANSNACIONAL

Você sabia que estamos todos conectados, né?

Os haitianos de todo o Brasil

(De um haitiano em Três Lagoas)

Neste capítulo, analisaremos a importância dos conceitos de redes sociais e redes migratórias para o entendimento das migrações contemporâneas. A noção de rede, de uso comum no cotidiano das pessoas, passou ao status de conceito para explicar diversos tipos de conexões. Nos estudos migratórios, embora algumas ideias de redes estivessem presentes nas primeiras pesquisas, apenas nas décadas finais do século XX elas se constituíram como ferramenta teórica e metodológica para explicar a continuidade das migrações e a seletividade no interior delas.

As redes sociais, estabelecidas por meio dos vínculos entre os sujeitos que as compõem, podem se transformar em redes migratórias quando o capital social delas é convertido em recursos direcionados ao ato de migrar. Observaremos como as relações de parentesco, amizade e conterraneidade são utilizadas para a manutenção das migrações ao longo do tempo.

Em determinados contextos migratórios, a frequência e densidade dos laços no interior das redes é tão grande que os vínculos são mantidos transnacionalmente ao longo do tempo. Por isso, recorreremos a abordagem teórica do transnacionalismo migrante para explicar a migração haitiana e a formação de um espaço transnacional.

2.1 NO CAMINHO DAS REDES

O avanço das tecnologias nas décadas finais do século XX e início do século XXI provocou substanciais mudanças na configuração espacial. A aceleração dos meios de transporte e de comunicação colocou em circulação uma quantidade cada vez maior de informações, capitais, mercadorias e pessoas ao redor do mundo. Com isso, o conceito de rede, já bastante utilizado em diversas áreas do conhecimento desde o século XIX, voltou à cena, agora para analisar outros processos.

Antes de adquirir o status de conceito, com capacidade explicativa sobre a realidade, e mesmo antes da utilização comum do termo, a noção de rede esteve presente no cotidiano de determinadas sociedades. De acordo com Musso (2004), a ideia de rede existe na mitologia através do imaginário da tecelagem e do labirinto, e na Antiguidade, com a medicina de Hipócrates, que a associa à metáfora do organismo, como um sistema de conexão entre as veias.

(...) a palavra rede (*réseau*) só aparece na língua francesa no século XII, vindo do latim *retiolus*, diminutivo de *retis*, e do francês antigo *rései*: a rede designa, então, redes de caça ou pesca e tecidos, numa malhagem têxtil que envolve o corpo. Fios entrelaçados para os tecidos, os cordéis ou cestas, as malhas ou tecidos estão em torno do corpo (MUSSO, 2004, p. 18).

A partir do século XVII, ainda de acordo com Musso (2004), o termo rede passa a ser usado frequentemente por tecelões e cesteiros para qualificar a trama de fibras têxteis, produto dos seus trabalhos, e por médicos, para descrever o aparelho sanguíneo e as fibras que compõem o corpo humano. Na medicina, a ideia de rede, antes descrita como renda, passa a ser de uso cada vez mais corrente, mas muito associada ao sentido original proveniente da tecelagem. “Pouco a pouco, rede e corpo se confundem: a rede está dentro do corpo e reciprocamente, por analogia de seus modos de funcionamento” (MUSSO, 2004, p. 19). No século XVIII, a cristalografia também passa a utilizar o termo para descrever algumas formas presentes na natureza.

Na virada do século XVIII para o XIX, a rede ganha exterioridade e passa a ser vista também como artefato material fora e distante do corpo. Aliás, o próprio corpo passa a ser envolvido pelas redes técnicas construídas para a circulação de mercadorias e pessoas. De natural passa a ser artificial e planejada e construída em sua relação com o espaço. Novas redes passam a surgir e a se manifestar em variadas formas de acordo com as condições técnicas de cada período histórico. Seus componentes podem carregar idades diferentes, alguns podem nem operar mais em determinada rede e as substituições se dão em momentos diversos.

As redes são formadas por troços, instalados em diversos momentos, diferentemente datados, muitos dos quais já não estão presentes na configuração atual e cuja substituição no território também se deu em momentos diversos. Mas essa sucessão não é aleatória. Cada movimento se opera na data adequada, isto é, quando o movimento social exige uma mudança morfológica e técnica (SANTOS, 2014, p. 263).

Justamente por isso, orientadas pelas demandas de determinado tempo histórico em certas formações socioespaciais, as redes passaram a fazer parte do planejamento territorial, geralmente feito por geógrafos militares empregando o termo no sentido moderno de rede de comunicações. Linhas imaginárias, traçadas em rede e matematizadas para a produção de mapas foram frequentes na elaboração do planejamento estatal a partir do século XVIII. “A rede é objetivada como matriz técnica, infraestrutura itinerária, de estradas de ferro ou de telegrafia, modificando a relação com o espaço e com o tempo” (MUSSO, 2004, p. 22).

Dias (1995) e Musso (2004) coincidem em remontar a passagem do termo rede para conceito no pensamento do filósofo e economista francês Saint-Simon (1760-1825). Ao fazer a analogia com o organismo biológico, ele propôs organizar a sociedade em rede para melhor agir sobre a natureza. Para ele, quanto mais a sociedade se organizasse em redes, mais ela se estabeleceria sobre o território e por isso a necessidade de construção de redes de comunicação como objetivo de utilidade pública.

Durante o século XX, as transformações técnicas aceleradas pelas segunda e terceira revoluções industriais ampliaram as formas de manifestação das redes. Em diversas áreas do conhecimento, o conceito de rede foi utilizado como ferramenta analítica de fluxos e conexões variadas. Na teoria dos grafos na Matemática, na análise das redes sociais nas Ciências Sociais, na análise do corpo humano na Biologia, nas teorias das comunicações e transferência de dados dos Sistemas de Informação, enfim, em uma ampla gama de campos de estudos os conceitos de redes estão presentes. Entretanto, adverte Musso (2004, p. 29), “A sobrecarga de designação tem por efeito uma perda da unidade do conceito. O conceito, desvalorizado em pensamento, supervalorizou-se em metáforas”.

Na Geografia acadêmica, segundo Sousa (2013), a noção de rede apareceu entre os séculos XIX e XX, como exemplo de alguns trabalhos pioneiros do geógrafo alemão Johann Georg Kohl, sobre transportes e distribuição populacional, e do francês Élisée Reclus, sobre o espaço intraurbano e a conexão entre as crescentes cidades europeias da época. Embora as reflexões de Reclus não girassem propriamente em torno do tema das redes, algumas noções esparsas, porém importantes, podem ser encontradas em sua obra de referência “O Homem e A Terra” (1985 [1905]). No capítulo intitulado “Migrações, êxodo rural e a problemática do crescimento urbano” estão menções ao formato reticular no interior das cidades (p. 143) e sobre a rede de conexões entre elas (p. 146), por exemplo.

Em meados do século XX, as transformações técnicas propiciaram novos campos de estudo e renovação teórica em torno das redes como os trabalhos de Pierre Mombeig (1952), no Brasil, e Jean Labasse (1955), na França, sobre infraestrutura ferroviária e circulação de capitais (DIAS, 1995). Nas décadas de 1960 e 1970 foram particularmente importantes os estudos de rede urbana até que as discussões voltaram com força nas décadas de 1990 e 2000, já influenciadas pelas intensas transformações provocadas pelo surgimento da internet e pela multiplicação de fluxos variados em diversas escalas, sinalizando um novo momento histórico a ponto do sociólogo Manuel Castells sugerir a ideia de “sociedade em rede” (CASTELLS, 2016).

As transformações históricas que culminaram no acelerado desenvolvimento técnico dos séculos XX e XXI ampliaram a noção de redes e refletiram na proliferação de estudos sobre o tema dentro da Geografia. Redes urbanas, redes bancárias, redes de transportes, rede hidrográfica, rede de movimentos sociais são alguns exemplos. Mas nem todas as redes são geográficas. A condição espacial presente nelas é o que as qualifica como tais, seja sob a lógica da continuidade ou da descontinuidade.

Enquanto realidade concreta, as redes geográficas existem há bastante tempo, mesmo que no momento do seu desenvolvimento não existisse definição teórica que as denominassem como tais. Porém, a conectividade existente entre povos e cidades antigas remete à estruturação de redes. Obviamente, com menos complexidade que as atuais, dada a menor quantidade de formas de conexão entre os pontos ou nós.

As redes, em realidade redes geográficas, já foram organizadas com base em localizações e caminhos temporários das hordas primitivas. Estiveram presentes nos circuitos de troca de presentes das comunidades primitivas, assim como na organização espacial centralizada pela cidade cerimonial e suas aldeias tributárias e na organização comercial dos centros do mundo mediterrâneo. Roma organizou uma rede de cidades (Lugdunum, Argentoratum, Massilia etc) e a Baixa Idade Média viu florescer uma rede de cidades, especialmente no norte da Itália e na Flandes (CORRÊA, 2005, p. 107-8).

A Revolução Industrial estimulou o desenvolvimento das estradas de ferro, ampliando a rede ferroviária na Europa e mais tarde em outras partes do mundo. Direcionadas à circulação de matérias primas e subordinadas à acumulação capitalista no primeiro momento, elas diversificaram suas funções com o transporte de mercadorias e pessoas. Exemplo de circulação de diversos fluxos sobre os mesmos arcos de conexão – os trilhos.

As rodovias, impulsionadas fortemente pelos resultados da Segunda Revolução Industrial, ampliaram consideravelmente as redes de transportes no século XX, bem como a capacidade de conexão entre diferentes pontos. Com elas, outras redes também se desenvolveram frente a intensificação dos fluxos, a exemplo da rede urbana que transformou as cidades em importantes e densos nós de conectividade e distribuição.

As finanças e as comunicações são exemplos mais atuais da amplitude das redes, de modo que é praticamente impossível pensar, na atualidade, na circulação de capitais e informações que não seja por meio de uma configuração reticular. No primeiro caso, desde meados do século XX, na França e no Brasil, por exemplo, estudos sobre redes bancárias foram desenvolvidos em articulação com as já materializadas redes ferroviárias (DIAS, 1995). No

segundo, a distribuição de dados, antes com grande dependência de infraestrutura material, agora praticamente se torna visível apenas em alguns pontos como torres e centrais de distribuição elétrica, fazendo com que as redes, embora em maior quantidade, sejam cada vez menos visíveis. “No período atual, na realidade, nem há mais propriamente redes; seus suportes são pontos” (SANTOS, 2014, p. 264).

Como vimos nos poucos exemplos acima, sempre houve e há, cada vez mais, grande diversidade nos tipos de redes, estando muitas delas em contato com outras, como é o caso dos sistemas de transportes multimodais que articulam rodovias, ferrovias e aeroportos, por exemplo. No caso das redes imateriais, como os fluxos de informações, seria impossível mensurar as articulações existentes. No contexto atual, as redes assumem formas cada vez mais diversas de manifestação, tornando-se mais complexas à medida que os fluxos se intensificam e os seus circuitos se sobrepõem. Todos estamos incluídos em várias redes e excluídos de um número ainda maior delas.

Por esse motivo, multiplicaram também as interpretações e os usos que se fazem dos conceitos. Das redes materiais amplamente discutidas no planejamento estatal dos séculos XIX e XX às redes imateriais dos circuitos de informações instantâneas, grandes transformações de forma e conteúdo aconteceram. Depois dos anos 1970 na Europa e 1990 no Brasil, o uso do termo rede voltou à cena, seja como conceito ou como noção empregada por atores sociais (SOUZA, 2013). Redes de informações, redes sociais, redes de movimentos sociais, redes de empresas, por todo lado estão elas. Entretanto, Santos (2014, p. 268) adverte: “nem tudo é rede... e onde as redes existem, elas não são uniformes”.

Frente à diversidade de aplicações e à proliferação de conceituações, o que seria então uma rede geográfica? Vários geógrafos, na tentativa de eliminar ambiguidades no uso do conceito, têm recorrido à conhecida proposição feita por Corrêa (2005, p. 107). “Por rede geográfica entendemos um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. Embora o conjunto de localizações geográficas necessite de suporte no substrato material, as ligações entre elas e, conseqüentemente, as próprias redes não se restringem à materialidade.

Grande parte das abordagens teóricas em torno do assunto foi elaborada a partir do desenvolvimento de redes técnicas de transporte e mais recentemente de comunicação, muitas delas baseadas na infraestrutura material, como ferrovias, rodovias e na distribuição dos cabos de telefonia móvel. As cidades, espaços privilegiados de encontro de variados fluxos, foram importantes campos de observação que culminaram nos conhecidos estudos sobre a rede urbana, especialmente para o caso brasileiro (CORRÊA, 1989; 2005). Entretanto, a

diversificação das formas de circulação demandou pesquisas que pudessem acompanhar o surgimento de novos fluxos e a configuração de novos tipos de redes, a exemplo da rede bancária brasileira (DIAS, 2017), das redes ilegais na Amazônia (MACHADO, 2003), das redes do tráfico de drogas no Rio de Janeiro (SOUZA, 1996) ou das redes de transporte aéreo (FONSECA e GOMES, 2015).

Entre as abordagens pioneiras, fortemente baseadas na conectividade material entre as localidades geográficas, e as mais recentes, influenciadas em grande medida pelas novas formas de circulação de pessoas, capitais, mercadorias e informações, estão as transformações técnicas que possibilitaram a rapidez ou instantaneidade dos fluxos, dispensando, em muitos casos, a existência de canais ou arcos materiais para isso, a exemplo do transporte aéreo e da internet sem fio.

Por outro lado, Souza (2013) afirma que a “febre” já passou, mas, mesmo não sendo uma novidade, esse conceito ainda possui potencialidades explicativas e merece um refinamento conceitual. Por esse motivo, o autor propõe considerar as redes não apenas nas suas manifestações tangíveis, mas também as intangíveis, como, por exemplo, a articulação de ativismos. Além disso, considera importante pensar que existem redes ocultas ou submersas que se tornam visíveis em alguns momentos. Baseando-se em Zibechi (1997), ele afirma que a ignorância em relação a tais movimentos faz com que eles sejam, frequentemente, descritos como “surgidos do nada”.

Zibechi (1997), tomando como base as mobilizações de jovens nas décadas de 1980 e 1990 no Uruguai, elaborou uma reflexão em torno das redes de relações sociais diversificadas que não estão visíveis enquanto estruturas, mas estão ativas e podem emergir em determinados contextos históricos. Não são organizações fixas, e sim conexões de sujeitos em torno de interesses comuns como o teatro de bairro, o futebol, o rock etc., mas que canalizam forças em momentos de revolta e logo desaparecem. Ao contrário do partido ou do sindicato, as redes submersas têm caráter frágil e transitório. São ativadas, desativadas e reativadas a depender das circunstâncias.

As pessoas participam de vários grupos simultaneamente, com muitas interações entre eles e suas redes. Sem estatuto ou estrutura organizacional hierárquica, predominam acordos tácitos entre seus membros enquanto durarem os interesses que os mantêm em contato. Durante os períodos de gestação, vão se conformando identidades coletivas à margem da vida pública e, para determinados grupos, a identidade territorial é um elemento importante (ZIBECHI, 1997). É assim que se identificavam, por exemplo, as “barras de las esquinas”, grupos de jovens

que se reuniam nas esquinas, geralmente à noite, para falar de assuntos variados, beber e ocasionalmente fumar.

As redes juvenis estudadas por Zibechi na década de 1990, ao contrário do formato piramidal apresentado por muitas organizações com base e direção, revelam muito mais o formato de rizoma teorizado por Deleuze e Guatarri (1995 [1980]) já que não existe um centro, mas um espaço transitivo de interconexão por todos os lados. “Sem dúvida, o rizoma é uma excelente imagem para compreender este tipo inovador de organizações como as coordenadoras [de protestos], que desde 1989 vem aparecendo (e desaparecendo), integradas quase em sua totalidade por jovens em luta” (ZIBECHI, 1997, p. 63) [Tradução nossa].⁴ Atualmente, muitos protestos e formas de ativismo se instalam dessa maneira e parecem surgir instantaneamente, mas os sujeitos que os protagonizam encontram-se em conexão em suas redes não visíveis à grande maioria.

Embora com interesses e recursos técnicos muito diferentes, o caráter submerso da comunicação e articulação entre migrantes no contexto atual nos permite uma associação, no formato, entre as redes juvenis, surgidas em contextos marginais, e as redes de migrantes em frequente mobilidade espacial. Em ambos os casos, os interesses comuns colocam em contato pessoas em redes ocultas que podem emergir em determinados momentos. A comunicação instantânea, e invisível, feita pelos migrantes através dos aplicativos de celular, movimenta uma infinidade de redes submersas que quando emergem, em um posto policial ou um terminal rodoviário, por exemplo, parecem surgir do nada.

Assim como as formas de manifestação das redes mudaram ao longo do tempo, as migrações, nacionais ou internacionais, também o fizeram. Impulsionadas pelas novas formas técnicas, as maneiras de migrar se intensificaram e se complexificaram. Não à toa, os estudos de redes sociais nas migrações ganharam projeção entre os anos 1990 e 2000, período de intensificação dos mais variados fluxos ao redor do mundo. Por outro lado, as próprias migrações deram conteúdo às novas redes em suas manifestações materiais e imateriais.

O desenvolvimento dos meios de transporte exerceu forte influência nas migrações. Os longos deslocamentos feitos em navios, por exemplo, deram lugar a outras formas de locomoção que, embora seletivas, transportam cada vez mais pessoas pelo planeta. Uma viagem de navio do Japão ao Brasil que durava cerca de cinquenta dias em 1908, ano de início da migração japonesa no país, deu lugar a viagens de aproximadamente 30 horas em aviões que

⁴ Sin embargo, el rizoma es una excelente imagen para comprender este tipo novedoso de organizaciones como las coordinadoras, que desde 1989 han venido apareciendo (y desapareciendo), integradas casi en su totalidad por jóvenes en lucha.

ultrapassam os 1.000km/h. Além das conexões mais rápidas, a multiplicação das rotas tem colocado em contato lugares e pessoas de uma maneira inédita. Embora migrantes pauperizados sigam cruzando fronteiras a pé, em ônibus ou barcos pelo mundo inteiro, outros o fazem pelos meios mais velozes.

As tecnologias da informação revolucionaram as formas de comunicação, bem como as representações que fazemos do mundo por meio da ideia de “compressão” do espaço (HARVEY, 1992). As cartas, pelas quais passavam as aguardadas informações entre migrantes e não migrantes, foram substituídas pela comunicação instantânea propiciada pela internet nos aparelhos celulares. As chamadas de vídeo, bastante utilizadas entre migrantes atualmente, criaram novas maneiras de estar em contato e de amenizar a saudade. Por meio de aplicativos como Facebook e WhatsApp também circulam informações acerca das viagens, alertando migrantes sobre custos, documentos, rotas e possíveis impedimentos à mobilidade.

As novas tecnologias também influenciaram amplamente o envio de remessas feito por migrantes. As redes bancárias e agências de transferência de dinheiro como a Western Union, com seus 410.000 pontos autorizados pelo mundo, transferem dinheiro em transações que variam de minutos a algumas horas⁵. Migrantes de países como Índia, China e México, apenas para citar os principais receptores de remessas, enviaram 158,6 bilhões de dólares para os seus países de origem em 2017 e o total global chegou a quase 600 bilhões⁶. Embora as taxas cobradas nas transações sejam quase sempre elevadas, esses mecanismos de transferência de recursos auxiliam em situações de emergência e no consumo diário das famílias dos migrantes, principalmente em contextos de alta dependência das remessas, como é o caso do Haiti. Diante dessas transformações, esperar um familiar ou amigo voltar de viagem trazendo dinheiro é, cada vez mais, coisa do passado.

Em movimentos complementares, as redes técnicas e as redes sociais nas migrações se transformaram e ampliaram a densidade dos seus conteúdos. As redes de transporte facilitaram a circulação de pessoas e podem propiciar, embora de maneira seletiva, processos de circularidade, retorno e reunião familiar. As redes de comunicação atualizam, de maneira cada vez mais frequente, o cotidiano de familiares e amigos que se encontram distantes. As redes bancárias podem levar um aporte financeiro para um investimento familiar ou simplesmente pagar o material escolar de uma criança cujo pai ela não vê há tempos. Em síntese, “as redes

⁵ Ayres (2012). Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/seis-formas-enviar-ou-receber-dinheiro-exterior-564526/>

⁶ Moreira (2018). Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/coluna/fluxo-de-remessas-de-emigrantes-pode-chegar-a-us-616-bi.ghml>

são técnicas, mas também são sociais. Elas são materiais, mas também são viventes” (SANTOS, 2014, p. 277).

2.2 REDES NA MIGRAÇÃO E REDES MIGRATÓRIAS

Autores como Castles e Miller (2004) afirmam que nas últimas décadas entramos na “Era das migrações” diante do aumento do número de migrantes ao redor do mundo, mas também frente à diversificação e complexificação do fenômeno. De fato, as informações da Organização Internacional para as Migrações (OIM), no ano de 2019, estimam em quase 272 milhões o número de migrantes internacionais, representando cerca de 3.5% da população mundial. Embora a porcentagem seja pequena, ela revela que as migrações internacionais seguem em ritmo crescente se avaliarmos que há vinte anos, em 2000, o número era estimado em 173 milhões, correspondendo a aproximadamente 2,8% da população mundial (OIM, 2019).

Além dos números, as migrações internacionais se tornaram mais midiaticizadas e politizadas, o que deu maior projeção ao fenômeno. A diversificação das formas de expulsão que provocam deslocamentos forçados, a multiplicação de rotas ou corredores migratórios, o incremento das migrações Sul-Sul, a feminização, a intensificação dos vínculos transnacionais, as novas políticas migratórias e a sofisticação das estratégias de mobilidade são algumas tendências que apontam a complexidade envolvida no processo.

Frente a um quadro tão amplo, um conjunto de abordagens teóricas se desenvolveu e incorporou, ao longo do tempo, contribuições de várias áreas do conhecimento. Desde “As leis da migração” de Ravenstein (1885), considerado pioneiro nos estudos migratórios, até as mais recentes pesquisas, foram necessários conhecimentos multidisciplinares e variadas técnicas de investigação. Hoje em dia, mais do que antes, é cada vez mais necessário a busca por uma perspectiva de análise baseada na diversidade e complementariedade de enfoques (DURAND e MASSEY, 2009).

Durante muito tempo, a explicação dicotômica baseada nos fatores de atração e repulsão da teoria neoclássica foi predominante nos estudos de migração. Nesses estudos, a migração internacional, e também a migração interna, estaria baseada nas disparidades regionais entre a demanda e a oferta de trabalho e seus desdobramentos nos níveis salariais. Os trabalhadores dos países com maior oferta de mão de obra se deslocariam para países onde a demanda laboral e conseqüentemente o nível salarial seria maior. Em direção oposta, o capital se deslocaria para países ou regiões onde a oferta de capitais seria menor, o que lhe garantiria maiores ganhos e atrairia fluxos de mão de obra qualificada. Dessa forma, a probabilidade de maiores ingressos

de recursos no destino, baseada na relação de custo-benefício, seria a detonadora das migrações (DURAND e MASSEY, 2009; CAVALCANTI *et al*, 2017).

Como um desdobramento da chamada teoria neoclássica, e contrapondo alguns dos seus fundamentos, a teoria da nova economia das migrações também centra sua análise na escolha racional, mas não individual, e sim coletiva. Nessa abordagem, as migrações se baseiam em possibilidades de maiores ganhos, mas também na diminuição dos riscos econômicos. Argumenta-se que, além do indivíduo, as famílias, nucleares ou extensas, também participam das decisões em torno dos projetos migratórios. A migração de um ou vários membros do grupo familiar passa a ser vista como uma forma de diversificação de ingressos financeiros e diminuição da vulnerabilidade econômica. Além disso, pode contribuir como mecanismo de melhoria do status social na hierarquia local. Durand e Massey (2009) argumentam que, em muitos países pobres, a ausência de programas de assistência e seguridade social faz com que as migrações desempenhem papel fundamental na diminuição dos riscos nos momentos de necessidade, como o desemprego ou a velhice de um ou mais membros da família.

Na segunda metade do século XX surgiram outras teorias nos estudos migratórios, de caráter histórico-estruturais, tendo como ponto de partida o desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global. Enquanto as teorias anteriores puseram em destaque a tomada de decisão em escala microestrutural, a teoria do duplo mercado de trabalho ou mercado segmentado desenvolveu-se como um modelo macroeconômico. Nessa abordagem, a origem das migrações internacionais está na necessidade de trabalhadores para suprir a demanda de postos de trabalho de baixa qualificação nos países ricos. Enquanto os nacionais ocupam os postos de trabalho mais bem remunerados e de alta qualificação, os empregos mais precários são destinados aos migrantes, em um “mercado de trabalho feito para migrantes”, na expressão de Sayad (1998). Essa perspectiva sustenta que “a migração internacional é causada pela permanente demanda por trabalho imigrante, uma crônica necessidade de trabalhadores estrangeiros, que é inerente à estrutura econômica dos países desenvolvidos” (LUSSI, 2016, p. 86).

No âmbito da perspectiva histórico-estrutural e baseado na teoria marxista do trabalho, está o conhecido estudo “Mobilidade do trabalho e acumulação do capital” (GAUDEMAR, 1977). Para este autor, as migrações são vistas como mobilidade da força de trabalho e os trabalhadores como peças indispensáveis à acumulação do capital. Despossuídos, os migrantes são vistos como trabalhadores que se deslocam forçadamente no jogo de forças do capital e a liberdade de deslocamento se transforma em submissão. “Os homens não passam de

instrumentos, e a força de trabalho não é mais do que um ‘*continuum móbile*’. O trabalhador move-se apenas ao serviço da máquina e do capital que a possui (GAUDEMAR, 1997, p. 35).

A teoria do sistema mundo, relacionada com a teoria da dependência⁷, afirma que as migrações são produto da relação colonial de dominação e expansão do modo de produção capitalista nos países periféricos e semiperiféricos que, ao transformar as formas de produção, provoca expropriações e substituição das formas tradicionais de emprego e consequentemente mão de obra disponível para a migração. Como argumentava a perspectiva neoclássica, as migrações emergem das desigualdades estruturais, mas, para a teoria do sistema mundo, elas reforçam as desigualdades ao invés de reduzi-las. Se antes os processos de incorporação de novas áreas ao capitalismo mundial se davam por meio da colonização, atualmente se favorecem pelos regimes neocoloniais e pelas estratégias das empresas multinacionais (ARANGO, 2003). Como consequência desses processos, segundo essa teoria, as migrações internacionais são mais prováveis entre ex-colônias e metrópoles e, atualmente, entre países que mantêm relações comerciais assimétricas.

A teoria da causação acumulada ou causação circular cumulativa parte da ideia de que as migrações transformam a realidade de forma que estimulam migrações subsequentes através de uma série de processos socioeconômicos. De acordo com Cavalcanti *et al* (2017), a ideia original foi proposta inicialmente por Myrdal (1957), mas foi retomada e ampliada por Massey (1990) para analisar uma série de mecanismos responsáveis pela autopropetuação das migrações. A causalidade é cumulativa no sentido de que cada ato migratório altera o contexto social dentro do qual está inserido e estimula novas migrações por meio dos mecanismos de retorno contextual. A expansão das redes entre migrantes e não migrantes talvez seja o mais importante mecanismo de autopropetuação de um fluxo migratório, e por isso será discutido de maneira mais detalhada posteriormente neste trabalho. Um bom exemplo são as remessas que podem provocar o sentimento de privação relativa nas comunidades de origem e aumentar o desejo de outras pessoas migrarem na expectativa de obterem ganhos semelhantes. Em algumas sociedades, morar no exterior está diretamente relacionado com elevação do status social e se desenvolve uma cultura de migração que acaba operando como mais um mecanismo de estímulo à partida.

⁷ Durand e Massey (2009) ressaltam que, inicialmente, nem os teóricos do sistema mundo nem os da teoria da dependência se interessaram muito pelas migrações internacionais. Entre as décadas de 1960 e 1970 a atenção estava mais voltada para a intensa migração campo-cidade. Apenas depois das recessões econômicas de meados da década de 1970, eles começaram a entender que as migrações internacionais não constituíam um fenômeno temporário e que podiam se relacionar com as mudanças estruturais que acompanhavam a inserção de uma economia nacional ao mercado global.

Se a experiência migratória for fortemente associada à noção de sucesso, a migração pode dar origem a uma “cultura de migração” nas sociedades de origem, na qual a migração se torna a norma e permanecer em casa está associado ao fracasso, fato amplamente estudado no contexto da migração haitiana (CAVALCANTI *et al*, 2017, p. 25).

Além desses exemplos, Durand e Massey (2009) apontam outras modalidades nas quais as migrações se veem afetadas dentro dessa causalidade cumulativa, como a distribuição da terra nos lugares de origem, o sentido social do trabalho realizado pelos migrantes e a distribuição desigual do capital humano.

Uma abordagem de grande amplitude na transição do século XX para o XXI foi o transnacionalismo. Embora o conceito não esteja restrito às migrações, foi apropriado pelos estudos migratórios frente à intensificação da circulação de pessoas, objetos, recursos e informações para além das fronteiras nacionais. Como abordamos anteriormente, as rápidas mudanças nas tecnologias de comunicação tornaram mais fácil a manutenção dos vínculos entre os vários polos da mobilidade internacional, contribuindo para que os migrantes não abandonem completamente os lugares de origem e construam práticas imbricadas em mais de uma sociedade nacional. Por entender que a migração haitiana tem construído intensas práticas transnacionais, discutiremos o conceito e seus usos com mais detalhes em outro item.

Em síntese, as abordagens não são necessariamente excludentes e mais de uma teoria pode ser utilizada para analisar um mesmo processo. Cada perspectiva pode ter maior relevância na análise de um fluxo e sua continuidade, a depender das circunstâncias históricas, políticas e geográficas locais (DURAND e MASSEY, 2009). Apesar disso, Arango (2003) afirma que as abordagens teóricas surgidas no último quartel do século XX têm contribuído para uma melhor compreensão das causas das migrações e sobretudo dos seus mecanismos de autopropagação.

Um elemento sumamente importante diante das migrações internacionais contemporâneas e que não foi abordado com protagonismo pelas teorias anteriormente mostradas é o Estado e o seu papel regulador com as políticas migratórias. Tanto Arango (2003) quanto Durand e Massey (2009) argumentam que, atualmente, as políticas migratórias têm exercido um papel relevante na redefinição das migrações e embora não sejam capazes de impedir completamente a mobilidade humana, influenciam no tamanho, na composição e na orientação dos fluxos.

Entretanto, frente à intensificação dos deslocamentos internacionais de pessoas e das respostas dos Estados, geralmente com políticas migratórias restritivas, alguns pesquisadores têm elaborado importantes reflexões sobre o tema na atualidade. Por exemplo, Papadopoulos, Stephenson e Tsianos (2008) dedicam parte do seu livro ao regime contemporâneo de controle

da migração através das lentes da política migratória na Europa; Magliano e Clavijo (2011) analisam a securitização das migrações na agenda política sul-americana; Domenech (2013) apresenta criticamente as mudanças na política migratória da Argentina, no que ele denomina de “controle com rosto humano”; Mezzadra (2015) propõe o conceito de “lutas de fronteiras” para pensar os controles e as práticas de mobilidade; Dias (2017) aborda a governabilidade das migrações à luz dos conceitos de contrabando e tráfico de migrantes na Áustria; e Muriel e Velasco (2019) discutem as novas lógicas de controle migratório no Equador, apenas para citar alguns.

Mais do que entender as causas originárias de um fluxo migratório, algumas teorias se esforçam em desvendar a continuidade do processo. Ou seja, em entender por que as migrações permanecem ao longo do tempo e quais os mecanismos utilizados para isso. Nesse sentido, a análise das redes migratórias se consolidou como uma ferramenta analítica para o estudo da manutenção de determinados fluxos. Nessa abordagem, os migrantes aparecem envoltos à teia complexa de suas relações sociais, entre fatores macro e microestruturais. As redes seriam estruturas analíticas situadas no nível intermediário da observação.

A teoria das redes migratórias, juntamente com outras perspectivas analíticas, ganha força a partir dos anos 1980 no marco de revisão e questionamento das teorias macroestruturais. Essa abordagem passa a considerar as migrações enquanto processos evolutivos e dinâmicos e promovem uma aproximação entre as análises macro e microestruturais. Os migrantes deixam de ser considerados sujeitos inertes submetidos a forças estruturais e passam a ser vistos como sujeitos ativos capazes de formular estratégias de sobrevivência e readaptação em momentos de mudanças macroestruturais (ABAD, 2002).

De acordo com Cavalcanti *et al* (2017), as redes estão presentes nas pesquisas iniciais de migração como no conhecido estudo “*The Polish Peasant in Europe and America*” de Thomas e Znaniecki (1918-1920), mas os estudos pioneiros que utilizaram as redes de forma explícita para a análise das migrações são os trabalhos de Granoveter (1973) e Grieco (1987) que identificaram a importância das relações interpessoais no acesso a oportunidades de emprego no país de destino.

A análise das redes está vinculada aos processos de continuidade dos fluxos ou aos mecanismos de autoperpetuação, quando as causas originais podem até perder força ou desaparecem, mas os laços sociais entre migrantes e não migrantes estimulam novas migrações. Segundo Massey *et al* (2008), embora fatores como a diferença salarial, a diversificação dos riscos e as melhores oportunidades de trabalho possam continuar influenciando novos

deslocamentos de pessoas, o processo de ampliação das redes tem grande efeito na expansão e continuidade da migração.

Mas há que se diferenciar redes sociais e redes migratórias. Segundo Fusco e Rezende (2017), as redes sociais são o conjunto de interações sociais cotidianas, efetivas e latentes, estabelecidas pelos atores sociais (indivíduos ou organizações). Todo indivíduo, migrante ou não, está inserido em uma rede social por meio das interações que efetiva. Há redes sociais em contextos de migração que não são redes migratórias, como por exemplo, a relação de vizinhança entre migrantes no local de destino ou as interações entre membros de uma comunidade religiosa ou um time de futebol formado por migrantes. Já a rede migratória é um tipo de rede social adaptada a um fim específico: a ação de migrar (SOARES, 2017).

As redes migratórias são conjuntos de laços interpessoais que conectam os migrantes atuais com migrantes anteriores e os não migrantes nas áreas de origem e destino através dos laços de parentesco, de amizade ou vizinhança. Essas redes aumentam a possibilidade de novas migrações ao diminuir os custos e os riscos do deslocamento e podem ser utilizadas para alcançar os benefícios econômicos da migração. Os laços interpessoais no interior da rede constituem uma forma de capital social a que as pessoas podem recorrer nos seus processos de adaptação nas sociedades de destino (MASSEY *et al*, 2008).

Para esses autores, depois da migração e estabelecimento de um grupo pioneiro em determinada sociedade de destino, maiores são as possibilidades de migração daqueles que estão vinculados a eles na origem, sejam familiares, amigos ou vizinhos. Consequentemente, a expansão da rede reduz os custos e os riscos dos novos deslocamentos e a rede migratória passa a abarcar seguimentos mais amplos das sociedades emissoras.

Em tese, quanto mais pessoas de determinado local migrem, maiores são as chances de novos deslocamentos envolvendo pessoas do interior da rede, podendo contribuir para a autopropagação de determinado fluxo. A extensão da rede migratória pode chegar ao ponto de que quase todos os membros de uma comunidade tenham conexão direta com alguém com experiência migratória no exterior.

Nessa perspectiva, gradativamente os custos e os riscos da migração vão diminuindo, pois, a ampliação da rede oferece suporte e migrar se torna cada vez mais fácil. Um exemplo claro são os processos de reunião familiar, em que um membro da família migra e depois possibilita a migração de outro, geralmente cônjuges, filhos ou irmãos.

Os primeiros emigrantes que partiram em busca de um novo destino não tinham laços sociais aos quais vincular-se, e por isso a migração era muito

custosa, especialmente se isso significasse entrar em outro país sem documentação. Uma vez que o primeiro emigrante parte, sem dúvida, o custo potencial da migração se reduz substancialmente para os amigos e parentes que partem depois dele. Por causa das estruturas de parentesco e amizade, cada novo emigrante cria um grupo de pessoas unidas por laços sociais na área de destino. Os migrantes se veem inevitavelmente unidos aos não migrantes, e estes aproveitam as obrigações implícitas nas relações de parentesco ou amizade para acessar um trabalho e ajuda no ponto de destino (MASSEY *et al*, 2008, p. 35) [Tradução nossa]⁸.

Antes da formação das redes migratórias, os destinos específicos – a cidade ou o bairro - podem não estar determinados, as oportunidades de inserção laboral e social são mais remotas e pouco se sabe a respeito do lugar de destino. Após as interrelações em rede, a grande maioria dos que migram sabem aonde vão e, mais ou menos, o que irão encontrar. Em contextos de comunicação instantânea, as informações são dotadas de detalhes cada vez mais precisos, variando conforme a densidade dos laços entre os sujeitos.

A partir dessa interpretação, muitos estudos sobre redes migratórias foram desenvolvidos, mas destacando quase sempre o caráter positivo das relações sociais entre migrantes no destino e potenciais migrantes na origem. Porém, Pedone (2010) alerta para o fato de que no interior das redes há diversificadas relações sociais que nem sempre são marcadas pela solidariedade. Certas relações se verticalizam e as informações podem ser convertidas em valor econômico nas mãos daqueles que possuem mais poder dentro da rede. Por exemplo, migrantes estabelecidos podem cobrar para emitir cartas convite para conterrâneos ou empregar familiares em seus negócios pagando salários mais baixos.

Pedone (2010), preocupada com as diferentes formas e intensidades de transmissão de informações e recursos entre migrantes na origem e no destino, diferencia redes de cadeias migratórias. Para a autora, a cadeia migratória se refere a transferência de informações e apoios materiais que familiares, amigos ou vizinhos oferecem aos potenciais migrantes para decidir ou concretizar uma viagem. “As cadeias facilitam o processo de saída e chegada, podem financiar em parte a viagem, gerenciar documentação ou emprego e conseguir abrigo” (PEDONE, 2010,

8 Los primeros emigrantes que partieron en busca de un nuevo destino no tenían lazos sociales a los que aferrarse, y para ello la emigración era muy costosa, especialmente si ello suponía la entrada en otro país sin documentación. Una vez que el primer emigrante parte, sin embargo, el coste potencial de la migración se reduce sustancialmente para los amigos y parientes que parten tras él. A causa de las estructuras del parentesco y la amistad, cada nuevo emigrante crea un grupo de personas unidas por lazos sociales en el área de destino. Los migrantes se ven inevitablemente unidos a los no migrantes, y éstos aprovechan las obligaciones implícitas en las relaciones de parentesco o amistad para acceder a un empleo y para asistirse en el punto de destino.

p. 107) [Tradução nossa]⁹. Entretanto, são mais restritas e se estruturam com base nos laços sociais fortes, principalmente no interior da família. As cadeias estão inseridas em estruturas maiores: as redes migratórias. Estas seriam estruturas sociais que transcendem os limites geográficos e tem um caráter eminentemente transnacional, incorporando todas as pessoas e instituições envolvidas em determinado processo migratório, como empregadores, ONG's e instituições religiosas, por exemplo.

Embora utilizando outros termos, Durand e Massey (2009) também sinalizam o papel das organizações sociais de apoio aos migrantes como elementos integrantes das redes. O surgimento de organizações humanitárias que prestam serviços de assessoria jurídica, apoio psicossocial, abrigo, dentre outras, com o tempo, passam a ser bem conhecidos pelos migrantes e passam a funcionar como um novo suporte a que recorrem sempre que necessitam.

As redes sociais mais importantes fundam-se em relações de parentesco, de amizade, de trabalho e na origem comum. Essas relações não são criadas pelo processo migratório, mas são adaptadas por ele e, no decorrer do tempo, são reforçadas pela experiência comum da migração. Com isso, o conteúdo das relações sociais se redefine dentro de um contexto migratório. Assim, a migração internacional é um processo social, organizado pelas redes construídas com base nas relações interpessoais cotidianas que caracterizam os grupos humanos (MASSEY *et al*, 1991).

Para Massey *et al* (1991), as relações de parentesco, amizade e conterraneidade se entrelaçam em uma rede social que proporciona aos migrantes um valioso recurso de adaptação a um meio ambiente estranho. Ao migrar, é normal que alguém recorra aos vínculos mais próximos para compartilhar as dificuldades da vida no novo destino e aqueles que permanecem também recorrem aos mesmos laços para mitigar a solidão de ter um familiar distante. Porém, a intensidade dos laços varia de acordo com a proximidade dos sujeitos envolvidos.

No interior das redes, os vínculos mais seguros se dão entre os familiares. Embora existam exceções, as relações mais fortes ocorrem no meio da família nuclear, entre pais e filhos ou entre irmãos. Inclusive, o compartilhamento de experiências no âmbito das migrações pode fortalecer laços que antes eram mais fracos. A ajuda de um migrante para que um irmão também migre pode estar inserida no conjunto de estratégias familiares de suporte financeiro aos pais idosos ou da diversificação das fontes de recursos e consequentemente menor vulnerabilidade. “Frente a muitos pedidos de ajuda de parentes e amigos, enquanto estão fora, os migrantes

⁹ Las cadenas facilitan el proceso de salida y llegada, pueden financiar en parte el viaje, gestionar documentación o empleo y conseguir vivienda.

naturalmente mostram preferência pelo vínculo fraternal. Entre os irmãos existe um contínuo intercâmbio de favores e ajuda que não podem ser medidos apenas em termos de dinheiro” (MASSEY *et al*, 1991, p. 172) [Tradução nossa].¹⁰

Depois da família, os laços mais estreitos ocorrem nas relações de amizade. Pessoas da mesma idade, que compartilharam experiências no mesmo bairro, na mesma escola, na igreja ou outros grupos, geralmente têm suas relações de amizade fortalecidas quando compartilham experiências migratórias, seja na viagem ou na adaptação posterior. As relações podem se estender a círculos mais amplos, envolver migrantes de outros grupos que estejam em situações de vida parecidas, e até permanecer quando a migração de um ou todos os amigos acabar e o retorno acontecer. Ajudas para conseguir estadia, empréstimo de dinheiro e trocas de informações sobre oportunidades de trabalho são frequentes nas relações entre amigos.

Muitas amizades importantes se formaram com migrantes de outras comunidades ao compartilhar experiências no trabalho, na vida diária ou no jogo (...) dessa maneira, as relações interpessoais dentro das redes migratórias se estendem e ampliam além dos limites do parentesco. Os laços entre parentes não perdem seu significado nem importância, simplesmente se enriquecem com uma relação nova e diferente que amplia o alcance dos recursos sociais da migração (Massey *et al*, 1991, 173) [Tradução nossa].¹¹

Além da família e dos amigos, os conterrâneos geralmente são acionados em alguns contextos e passam a integrar determinadas redes. A conterraneidade não é necessariamente um elemento de integração social significativo para as pessoas que nunca migraram, mas adquire importância entre aqueles que se encontram distantes do lugar de origem. Quanto mais estranho for o meio em que estiverem, maior tende a ser a densidade dos laços entre conterrâneos. Essas relações podem abarcar pessoas do mesmo povoado e se estenderem até escalas maiores como o país. Em um meio desconhecido, o compartilhamento de costumes comuns pode ser um relevante fator de unidade. Entre os haitianos, por exemplo, a Festa da Bandeira, mostrada na figura 3, realizada por grupos de migrantes em vários lugares do mundo, é um importante momento de encontro que serve para fortalecer os laços antigos e criar novos, especialmente para migrantes recém-chegados.

¹⁰ Frente a muchas peticiones de ayuda de parientes y amigos, mientras están fuera, los migrantes muestran naturalmente una preferencia por el vínculo fraternal. Entre los hermanos existe un continuo intercambio de favores y ayuda que no puede medirse sólo en términos de dinero.

¹¹ Muchas amistades se han formado con migrantes de otras comunidades al compartir experiencias en el trabajo, en la vida diaria o en el juego (...) de esta manera, las relaciones interpersonales dentro del sistema migratorio se extienden y amplían más allá de los límites del parentesco. Los lazos entre parientes no pierden su significado o importancia, simplemente se enriquecen con una relación nueva y diferente que amplía el rango de los recursos sociales de la migración.

Figura 3 - Apresentação na Festa da Bandeira Haitiana em Três Lagoas, MS



Fonte: Prefeitura de Três Lagoas, 2019.

Em contextos migratórios, na ausência de pessoas mais próximas, é comum que a conterraneidade seja acionada como recurso para facilitar a migração e para diminuir os custos, materiais ou não, de um novo começo. No caso haitiano, as noções de família e comunidade são flexíveis e as pessoas consideradas familiares podem não ter vínculo consanguíneo enquanto outras podem deixar de ser, mesmo que o sangue tenha a mesma origem, como demonstra Dalmaso (2019). Nesse sentido, o que antes da migração era considerado de fora pode passar a ser de dentro da noção ampliada de família. A conterraneidade nas redes migratórias é especialmente visível no interior das casas e da convivência cotidiana, como pode ser visto no caso de Philipe.

Laços de conterrâneos

Philipe¹² transita muito bem entre os haitianos que residem em Dourados. Nas aulas de Português, nos eventos familiares e nos jogos de futebol aos domingos ele é presença quase certa. O limitado domínio do idioma local, adquirido durante os oito meses que vive no Brasil, não é impedimento para se aproximar também dos brasileiros. Com 22 anos, mudar para o Brasil foi a sua primeira experiência fora de Fonds-des-Nègres, uma pequena cidade no departamento de Nippes.

Morava com os pais e duas irmãs mais novas em um ambiente já marcado pela migração das irmãs mais velhas: uma para França e outra para Saint Martin, um dos

¹² Este e todos os demais nomes dos entrevistados são fictícios a fim de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa.

departamentos ultramarinos franceses no Caribe. Em novembro de 2016 começou a planejar a viagem, incentivado e financiado pela irmã que vive na França. O destino já estava definido, Dourados, no Mato Grosso do Sul. O motivo? Um primo e vários amigos já moravam na cidade.

Eu lembro que peguei o passaporte em novembro de 2016, mas o visto só saiu em junho de 2017 e eu viajei em outubro. É isso... Saí de Porto Príncipe para a Cidade do Panamá, depois para Brasília e depois para São Paulo. De São Paulo vim de ônibus para Dourados. Cheguei dia 24 de outubro de 2017 pra morar aqui. Tanto as passagens quanto o visto foram pagos pela minha irmã.

... Eles já moravam aqui nesta casa, o meu primo, a esposa dele e mais dois amigos. Com o bebê, filho do meu primo, somos seis, todos de Fonds-des-Nègres. Aliás, o bebê nasceu aqui. Nos conhecemos ainda lá no Haiti, mas meu amigo veio primeiro, depois meu primo, depois a esposa dele e eu cheguei por último, tem oito meses.

Philippe viajou sozinho com a documentação exigida pelo Brasil, o visto de acolhida humanitária que custou duzentos dólares na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe. Uma semana após a chegada, já frequentava as aulas de português oferecidas por voluntários no estádio “Douradão”. Seis meses depois, começou a trabalhar em um frigorífico e desejava concluir o ensino médio no Brasil.

Seus companheiros de casa apresentavam situação semelhante. Quase todos trabalhavam no frigorífico, possuíam ensino médio incompleto e enviavam pequenas remessas de dinheiro para a família no Haiti em periodicidade irregular. Inclusive seu primo Henry, 32 anos, presente na entrevista, que relata:

Não consigo mandar dinheiro todo mês porque o dólar está muito alto. Aqui é diferente do Haiti. Lá, quando se está trabalhando, nós temos obrigação de ajudar a nossa família. Mesmo depois de casado temos essa obrigação... meus pais precisam de muitas coisas. Quando se recebe o salário e passamos nas casas de nossas mães levamos um presente, aqui é diferente, porque você não tem essa obrigação, ajuda se quiser. Sei a regra do meu país, então eu ajudo! Quero terminar para procurar alguma coisa na cidade, não quero ficar no frigorífico por muito tempo porque é um trabalho muito pesado, tenho dores. Cheguei a me afastar do serviço por um mês, fui ao hospital e o médico me afastou por um mês por causa de uma inflamação. Por conta disso quero terminar meus estudos para poder trabalhar em outro lugar. Tenho um filho, então preciso de dinheiro e lá ganho pouco, preciso ajudar.

Os amigos de Fonds-des-Nègres, mesmo antes de viajarem, viram a migração no interior de suas famílias. As irmãs de Philipe na França e em Saint Martin e os tios nos Estados Unidos; os irmãos de Henry na França e os primos no Chile, colocaram em contato vários polos da mobilidade haitiana. Encaram as experiências de mobilidade de uma maneira muito próxima, como sugere Henry:

Haitiano gosta de viajar. Acho que nenhum brasileiro vai gastar 500 reais em uma passagem para viajar para outro país, brasileiro gosta de segurar dinheiro. Haitiano gosta de guardar dinheiro também, mas vim para Dourados e se não tem emprego vou pra outro lugar como Paraná, Campo Grande, Santa Catarina, não pode ficar em apenas um lugar.

Dourados, 21 de julho de 2018.

As declarações dos primos de Fonds-des-Nègres nos remetem a vários elementos das redes migratórias, como o financiamento da viagem de Philipe, feito por uma irmã já migrante que o estimulou a diversificar os destinos migratórios da família; a importância dos laços de conterraneidade que serviu como recurso no compartilhamento de informações e do local de moradia; e o papel de destaque que as remessas assumem na migração haitiana. Todos esses elementos serão retomados no capítulo 5.

Em muitas ocasiões, as redes de migrantes não chegam a formar redes migratórias propriamente ditas, mas cumprem importantes papéis nos processos de adaptação e estabelecimento dos migrantes nos lugares de destino. Às vezes, organizações como associações, times de futebol ou grupos musicais não desenvolvem funções diretas de atração de novos migrantes, mas exercem papel agregador e fomentam a solidariedade entre os seus membros.

Abad (2002) explica que as relações no interior das redes começam a influenciar as migrações ainda nas sociedades de origem, no interior das famílias, ao mediar decisões individuais e coletivas sobre a promoção das migrações, influenciando a seletividade dos que migram e a direção dos fluxos. Além disso, as redes atuam em outros mecanismos que contribuem para a expansão delas e a autoperpetuação das migrações.

Uma das funções mais importantes, e talvez por isso a mais estudada no âmbito das redes migratórias, é o papel de mediação entre o núcleo familiar, de amigos ou conterrâneos, e as instituições públicas, privadas ou filantrópicas. As redes servem como meios de facilitação da inserção laboral e social e podem amortizar os impactos da chegada em uma nova sociedade. Além de contribuir na busca de um emprego, de oferecer estadia temporária ou definitiva, elas

podem propiciar suporte psicológico e amenizar o sofrimento provocado pela saudade ou solidão, por exemplo.

As redes são importantes canais de transmissão de informação. As informações se configuram como um importante mecanismo de manutenção dos laços à distância. Quanto mais próximos são os membros de uma rede e mais densos são os laços entre si, maior tende a ser a confidencialidade das mensagens. Se antes as cartas, as visitas dos conterrâneos e a migração de retorno eram os principais meios de obter informação entre origem e destino, atualmente os meios de comunicação virtual se encarregam dessa tarefa. No interior das famílias que convivem com a distância, os laços de cuidado ganharam um grande suporte com as facilidades da comunicação. “Eu ligo muitas vezes para o meu filho, assim ele não me esquece”, nos relatou um haitiano no município de Três Lagoas.

Atuam também através do efeito multiplicador das migrações. As informações e os suportes materiais propiciados por aqueles que migraram anteriormente podem exercer um “efeito de chamada” para os potenciais migrantes. As boas experiências relatadas, as fotos de momentos de lazer compartilhadas nas redes sociais virtuais e a oferta de ajuda no destino estimulam outras pessoas a seguirem o mesmo caminho. Cada novo migrante amplia a possibilidade de migração dos que permaneceram.

Contribuem na manutenção das relações entre origem e destino. Além das informações, o envio de remessas é uma estratégia de continuidade dos vínculos familiares ou comunitários. Nas migrações internacionais contemporâneas, as experiências de famílias transnacionais têm sido cada vez mais frequentes e a migração de um dos seus membros não significa ruptura, mas redefinição dos papéis familiares, como veremos no capítulo 5. No Haiti, as construções das “casas diáspora” analisadas por Joseph (2015) e a manutenção de obrigações religiosas do Vodou analisadas por Dalmaso (2018) são exemplos de permanência dos vínculos entre origem e destino feita por meio das redes familiares.

Podem ainda provocar a transformação do padrão migratório ao longo do tempo. Com a expansão das redes, os novos deslocamentos podem ocorrer independentemente dos motivos que originaram os primeiros. Consequentemente, o padrão migratório se vê alterado porque as características daqueles que migram são outras. Por exemplo, um fluxo formado majoritariamente por mulheres nos anos iniciais pode gerar um fluxo predominantemente masculino nos anos posteriores a partir dos processos de reunião familiar.

Pelo que expusemos até o momento, fica claro que as informações são fundamentais na estruturação e dinâmica das redes migratórias. Em síntese, não há redes sem fluxos e não há redes migratórias sem informações. Entretanto, as formas e graus de disseminação das

informações podem variar muito dependendo do contexto e, embora sejam mais frequentes nas relações familiares e de vizinhança, não se restringem a elas. Não é a distância o fator preponderante nesse processo e sim a densidade das relações sociais. Isso significa que as informações que são repassadas em um povoado podem variar de vizinho para vizinho e o mesmo pode acontecer no interior de uma família.

A informação não é, portanto, a mesma para todos os vizinhos ou conterrâneos do povoado, nem necessariamente se transmite de vizinho a vizinho, porque os canais através dos quais passa são as relações sociais fortes que prescindem da distância bem como da frequência dos contatos. Em conclusão, a informação não se difunde por epidemia (...) Em resumo: na mesma comunidade de procedência, sobre a base da concreta articulação das redes de relações dos indivíduos, existe o que tem informação e o que se encontra desprovida dela; o que tem certas informações e o que tem outras (RAMELLA, 1995, p. 20) [Tradução nossa].¹³

Importa muito mais a confiabilidade das informações, por isso são mais valorizadas as transmitidas por familiares e amigos do que aquelas das propagandas de empresas e governos. Todavia, a inserção de um sujeito no interior de uma rede migratória, apesar do possível suporte adquirido, não garante o sucesso do projeto migratório. Isso porque a densidade das relações varia de acordo com os sujeitos e as circunstâncias envolvidas. Nos termos propostos por Granovetter (1973), as relações interpessoais variam entre laços fracos e laços fortes. Vejamos o exemplo de Francine.

Entre ficar e partir

Natural de Porto Príncipe, Francine, 21 anos, tem a migração na sua história familiar. Entre a infância e a adolescência conviveu com a ausência do pai que por oito anos viveu em Cuba cursando medicina. Talvez inspirada por isso, iniciou o curso de enfermagem em 2016 ainda no Haiti, mas alimentava o desejo de migrar para estudar fora. Seu pai, já residindo e trabalhando em Porto Príncipe, começou a planejar a viagem da filha para cursar enfermagem no Canadá. Nesse período, soube que uma amiga estava vindo para o Brasil e decidiu mudar de destino.

¹³ La información no es, por tanto, la misma para todos los vecinos o coterráneos del pueblo, ni necesariamente se transmite de vecino a vecino, porque los canales a través de los cuales pasa son las relaciones sociales fuertes que prescinden de la distancia y por ende de la frecuencia de los contatos. En conclusión, la información no se difunde por epidemia (...) En resumidas cuentas: en la misma comunidad de procedencia, sobre la base de la concreta articulación de las redes de relaciones de los individuos, existe el que tiene información y el que se encuentra desprovida de ella; el que tiene ciertas informaciones y el que tiene otras.

Como muitos de seus conterrâneos, ela tinha pouca informação acerca do sistema educacional brasileiro e acreditava ser mais fácil dar continuidade aos seus estudos. Em fins de 2016, portando o visto humanitário, partiu de Porto Príncipe para Curitiba, onde sua amiga já tinha outros conhecidos. Em poucos meses seus planos mudariam completamente.

Assim que chegou em Curitiba, antes mesmo de começar a trabalhar ou estudar, descobriu que havia saído grávida do Haiti. Pouco tempo depois, um irmão de sua amiga também se juntou a elas, dividindo a mesma casa. Desconfortável com a situação, decidiu ir ao encontro de uma “irmã do coração”, como ela afirma, em Dourados, Mato Grosso do Sul, no início de 2017. Um mês depois, sua anfitriã partiria para o Chile e Francine ficaria só em uma cidade desconhecida, sem nenhum amigo haitiano.

Passou a dividir casa com uma brasileira e recebia ajuda financeira do seu pai no Haiti, até que este faleceu em meados de 2017. Depois do nascimento do seu filho, passou a cuidar de uma idosa que também faleceu meses depois. Com um filho recém-nascido, desempregada e sem ajuda daquele que a havia estimulado até então, bem como do pai do seu filho que ficou desempregado em Porto Príncipe, passou a alimentar o desejo de voltar ao Haiti e viver com a sua mãe. A demora na aquisição do passaporte do seu filho foi o tempo suficiente para repensar sua decisão de retornar.

No momento do nosso encontro, ela e seu filho de seis meses viviam com um casal de brasileiros, na casa onde trabalhava como cuidadora, mas pensava em mudar para se sentir mais à vontade. Para isso, buscava emprego em Dourados. *“Meu objetivo era estudar. Se eu não ficasse grávida, estaria estudando e trabalhando em Curitiba, como minha amiga...Hoje eu não estou decidida a ficar no Brasil, mas também não decidi voltar ao Haiti...Não sei”.*

Dourados, 17 de fevereiro de 2018.

Embora Granovetter (1973) tenha destacado a importância dos laços fracos na interrelação entre os níveis micro e macroestruturais, bem como nos processos de difusão, mobilidade social, organização política e coesão social, o compartilhamento das atividades mais íntimas envolve laços mais fortes, geralmente tecidos em grupos primários. Não sabemos a densidade das relações construídas por Francine antes da sua migração, mas não foram suficientemente fortes para que seus planos encontrassem suporte necessário no destino.

Apesar de ter recorrido à sua rede pessoal de amizade – que se configurou depois em rede migratória, Francine, até o momento da entrevista, apresentava um acúmulo de sonhos

frustrados. Recorreu à companhia de uma amiga para viajar para o Brasil, buscou a ajuda de outra amiga para mudar para Dourados e, não tendo mais apoio da sua rede próxima – parentes, amigos ou conterrâneos, procurou apoio em outras pessoas até pouco tempo desconhecidas para ela. A rede de Francine, aparentemente formada por laços fracos, se fragmentou e impôs mudanças não desejadas.

Como mencionamos, as redes oferecem suporte e tem se mostrado um importante mecanismo de expansão de determinados fluxos migratórios, mas, em alguns casos, não são capazes de garantir adaptação e inserção social a todos os migrantes. Além disso, há elementos que dificultam a ascensão e inserção social dos migrantes perpetuados no interior das redes, como observa Abad.

Alguns pesquisadores não fazem uma leitura tão otimista do papel desenvolvido pelas redes migratórias e identificam efeitos não tão benéficos das mesmas. Podemos identificar, por exemplo, como as redes podem favorecer uma situação de exploração ou transmissão, ao lugar de destino, da hierarquia social imperante no lugar de origem. As redes podem gerar também uma desaceleração da integração e assimilação das novas estruturas no destino, ao se prolongar as relações e as estruturas de origem, podendo produzir inclusive um efeito de isolamento e segregação dos imigrantes no destino, cujo mais claro exemplo é a alta porcentagem de endogamia (ABAD, 2003, p. 348) [Tradução nossa].¹⁴

Jon Goss e Bruce Lindquist (1995), ao analisar o contexto de recrutamento de trabalhadores filipinos por empresas internacionais, argumentam que as instituições para migrantes, como as agências, são um complemento estrutural das redes e afirmam que os laços interpessoais não são o único meio de perpetuar as migrações. Para eles, “agrupamentos sociais coerentes, permanentes ou temporários, podem atuar como ‘nós’ ou relações sociais agrupadas dentro de redes sociais” (p. 329) [Tradução nossa].¹⁵ Entretanto, mesmo indicando a importância dos vínculos familiares e comunitários para a migração, os autores apresentam ressalvas.

¹⁴ Algunos investigadores no hacen una lectura tan optimista del papel desarrollado por las cadenas migratorias y señalan efectos no tan beneficiosos de las mismas. Podemos señalar, a modo de ejemplo, cómo las redes pueden favorecer una situación de explotación o transmisión, al lugar de destino, de la jerarquía social imperante en el lugar de origen. Las redes pueden generar también una ralentización de la integración y asimilación de las nuevas estructuras en el destino, al prolongarse las relaciones y las estructuras del origen, pudiendo producir incluso un efecto de aislamiento o segregación de los inmigrantes en el destino, cuyo más claro ejemplo es el alto porcentaje de endogamia.

¹⁵ Coherent social groupings, whether permanent or temporary, may act as “nodes” or clustered social relationships within intersecting social networks.

Segundo eles, a ênfase dada às relações de vizinhança desse ver relativizada, pois, em contextos de grande conectividade, as redes podem incluir pessoas com contatos indiretos a longas distâncias. Também apontam que as políticas migratórias atuam como controles e impedem a migração via extensão indefinida da rede e, ainda, argumentam que as oportunidades para migrar não necessariamente equaliza o acesso ao longo do tempo, pois, à medida que as redes se expandem, podem se tornar mais seletivas e competitivas.

A partir de vários campos disciplinares, a migração haitiana também foi analisada sob a perspectiva das redes sociais e migratórias. No Equador, Alarcón (2017) analisou as redes de apoio das associações haitianas em um contexto de trânsito para o Brasil. No Peru, Nieto (2014) pôs ênfase nas redes sociais na formação de um espaço transnacional e Setién (2017) abordou as redes de tráfico de pessoas. No Chile, Pedemonte, Amodé e Vásquez (2017) investigaram a possibilidade da formação de redes migratórias em Santiago, e no Brasil, Martins (2018) ressaltou o papel das redes sociais no conjunto das estratégias de mobilidade e de permanência e Cotinguiba (2019) destacou o papel das redes familiares na expansão do espaço transnacional haitiano.

Até o momento, argumentamos que a continuidade de fluxos migratórios em direções diversas se deve, também, pelo estabelecimento das redes sociais que conectam pessoas nas áreas de origem, de destino, mas também de trânsito. Com a intensificação da circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informações, as redes se expandem e, em alguns contextos, levam à formação de espaços sociais transnacionais. A migração haitiana, particularmente, tem mostrado que as conexões em rede não ocorrem entre dois pontos apenas, mas em uma multiplicidade cada vez maior e sustenta um espaço social transnacional.

2.3 REDES E ESPAÇO TRANSNACIONAL

Em consonância com a argumentação que vimos desenvolvendo até o momento, de que a intensificação dos fluxos diversos para além das fronteiras nacionais tem provocado substanciais mudanças nas formas e no conteúdo das migrações, sustentamos que uma perspectiva de análise que considere os migrantes como sujeitos transnacionais pode ser apropriada em alguns contextos.

As intensas transformações no meio técnico, especialmente nos transportes e comunicações, levaram não apenas ao aumento das migrações, mas também dos intercâmbios entre migrantes e não migrantes em diversas partes do mundo. Frente a isso, os fluxos migratórios deixaram de ser vistos apenas como deslocamentos bilaterais e com prevalência

unidirecional, mas como realidades transnacionais, incluindo uma densidade de trocas em múltiplas direções capaz de surgir os chamados espaços transnacionais (LUSSI, 2016).

Embora o prefixo “trans” em processos socioculturais seja atribuído a Ortiz, em 1940, para tratar das transformações culturais em Cuba, como ele mesmo assumiu “nos permitimos usar pela primeira vez o vocábulo transculturação, sabendo que é um neologismo” (ORTIZ, 1940, p. 86), foi sobretudo com Nina Glick-Schiller e colegas que a abordagem do transnacionalismo e a categoria transmigrante passou a ser utilizada nos estudos de migrações internacionais, especialmente a partir de 1992 (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1992, 1995).

Para essas autoras, se as empresas que desenvolvem suas atividades em diferentes países são chamadas de transnacionais, não parece inapropriado que os migrantes que constroem suas relações sociais e identidades com base em um posicionamento simultâneo em vários locais também sejam assim denominados. A partir de observações empíricas das comunidades de migrantes do Haiti, Filipinas, Granada e São Vicente e Granadinas residentes em Nova York, as autoras notaram que as ações, preocupações e identidades desses grupos estavam profundamente marcadas pela conexão a duas ou mais sociedades simultaneamente e passaram a propor o uso do conceito de transnacionalismo como alternativa analítica na compreensão dessas relações.

Nossas concepções anteriores de imigrante e migrante não são mais suficientes. A palavra imigrante evoca imagens de ruptura permanente, do desenraizamento, do abandono de velhos padrões e do doloroso aprendizado de uma nova língua e cultura. Agora, um novo tipo de população migrante está emergindo, composto por pessoas cujas redes, atividades e padrões de vida abrangem tanto a sociedade anfitriã quanto a doméstica. Suas vidas atravessam fronteiras nacionais e colocam duas sociedades em um único campo social (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1992, p. 1) [Tradução nossa]¹⁶.

Inicialmente, o transnacionalismo foi definido por essas autoras como “os processos pelos quais os imigrantes constroem campos sociais transnacionais que se ligam ao país de origem e ao país de assentamento” (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1992,

¹⁶ Our earlier conceptions of immigrant and migrant no longer suffice. The word immigrant evokes images of permanent rupture, of the uprooted, the abandonment of old patterns and the painful learning of a new language and culture. Now, a new kind of migrating population is emerging, composed of those whose networks, activities and patterns of life encompass both their host and home societies. Their lives cut across national boundaries and bring two societies into a single social field.

p. 1) [Tradução nossa]¹⁷. Não muito distante da proposição inicial, Vertovec (2003, p. 353) afirma que “se refere aos múltiplos laços e interações que unem pessoas ou instituições através das fronteiras dos Estados nação”. Tentando delimitar um pouco mais, Portes (2003, p. 377) afirma que “as atividades transnacionais são definidas como aquelas que se realizam em forma habitual através das fronteiras nacionais e que requerem de um compromisso de tempo significativo por parte dos participantes.

Segundo Portes (2003), as inovações tecnológicas são condições necessárias, mas não suficientes para dar lugar a iniciativas transnacionais. Elas carecem de regularidade e constante envolvimento dos sujeitos em redes em contextos migratórios. Por esse motivo defende que a unidade de análise apropriada do transnacionalismo é o indivíduo e suas redes sociais. Para ele, viagens ocasionais em períodos de férias, envios esporádicos de remessas ou presentes, por exemplo, contribuem para fortalecer o campo transnacional, mas não são suficientemente inovadoras para justificar uma nova abordagem de investigação.

Mas o que há de realmente novo com o transnacionalismo? Portes (2003) lembra que durante séculos existiram precursores do transnacionalismo atual, como as migrações de retorno e as visitas periódicas às comunidades de origem, assim como os contatos habituais entre os exilados políticos forçados a se estabelecerem em diferentes países. Essas atividades reforçavam os vínculos com as respectivas comunidades, mas não apresentavam a regularidade que caracteriza as práticas transnacionais atuais. De fato, poucos migrantes viviam realmente entre dois países ou falavam dois ou mais idiomas e até mesmo os retornos à terra natal raramente se concretizavam.

Na história sempre houve exemplos de transnacionalismo econômico e político. Isso inclui o que Curtin (1984) chamou de “diásporas comerciais”; isto é, comunidades compostas por comerciantes itinerantes estabelecidos em jurisdições estrangeiras com o objetivo de se envolver em atividades comerciais. Aqueles que simplesmente se estabeleceram no exterior e se integraram progressivamente às sociedades locais se encaixam melhor na definição de empresários imigrantes. No entanto, aqueles que conscientemente preservaram suas diferentes identidades como membros de uma diáspora comercial, trabalhando suas redes no espaço e viajando de um lugar para outro em busca de oportunidades comerciais, podem ser legitimamente considerados empresários transnacionais (PORTES, 2003, p. 26) [Tradução nossa]¹⁸.

¹⁷ As the processes by which immigrants build social fields that link together their country of origin and their country of settlement.

¹⁸ En la historia siempre han existido ejemplos de transnacionalismo económico y político. Entre éstos, se incluye lo que Curtin (1984) ha llamado las “diásporas comerciales”; es decir, comunidades

Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) identificaram que, nas décadas de 1970 e 1980, descrições sobre o comportamento dos migrantes que poderiam ser caracterizados como transnacionais estiveram presentes em algumas pesquisas, mas os autores não produziram uma nova abordagem para o estudo da migração. As categorias “migrantes permanentes”, “migrantes em retorno” ou “migrantes temporários” não davam mais conta de explicar o fluxo constante de ida e volta das pessoas e constatações de que os migrantes se consideravam de duas ou mais sociedades ou empregavam com mais frequência o termo circulação em vez de migração foram indícios que precederam o enfoque transnacional das migrações.

Embora os exemplos comprovem que práticas de caráter transnacional existem há muito tempo, o advento das novas tecnologias deu forte impulso ao fenômeno a ponto de tornar visível e merecer análise científica com nova roupagem. Entretanto, por abarcar práticas tão abrangentes, os estudos sob a ótica do transnacionalismo nem sempre caminharam na mesma direção.

Quando Portes, Guarnizo e Landolt publicaram “*La globalización desde abajo*”, em 2003, um importante marco nos estudos do transnacionalismo, definiram esse campo de investigação como emergente e promissor, apesar de altamente fragmentado e carente de rigor analítico diante da mescla de unidades de observação que partiam desde o indivíduo até às interações entre Estados nacionais.

No universo de pesquisas feitas por estudiosos do transnacionalismo, marcantes dissensos existiram. Por exemplo, enquanto Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992) argumentavam que as conexões de migrantes, individuais ou coletivamente, entre dois ou mais locais, formavam as bases para os “campos sociais transnacionais”, Portes (2003) defendia que, para a configuração das “comunidades transnacionais”, os processos deveriam envolver uma proporção significativa de migrantes, as atividades deveriam apresentar estabilidade e flexibilidade ao longo do tempo e novos conteúdos deveriam ser identificados no interior dessas relações. Quanto aos migrantes, Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1992, 1995) reivindicavam o uso do termo “transmigrantes”, enquanto Portes, Guarnizo e Landolt (2003, p.

compuestas por mercaderes ambulantes que se establecen en jurisdicciones extranjeras con el propósito de dedicarse a las actividades comerciales. Los que simplemente se establecieron en el extranjero y se fueron integrando en forma progresiva a las sociedades locales encajan mejor en la definición de empresarios inmigrantes. Sin embargo, quienes preservaron de manera consciente sus diferentes identidades como miembros de una diáspora comercial, labrando sus redes a través del espacio y viajando de un lado a otro en busca de oportunidades comerciales, pueden ser considerados legítimamente como empresarios transnacionales.

17) afirmavam que “nada se ganha ao chamar ‘transmigrantes’ quando o termo ‘imigrante’ é mais familiar e mais adequado para descrever os sujeitos do estudo” [Tradução nossa].¹⁹

Ao delimitar o escopo de um conceito, também é necessário evitar sua falsa extensão para todos os aspectos da realidade, uma experiência comum quando um conceito específico se torna popular. Nesse caso, se todas ou a maioria das atividades realizadas pelos imigrantes são definidas como “transnacionalismo”, então nenhuma é, porque o termo se torna sinônimo de todas as experiências dessa população. Para ser útil, um novo termo deve designar um tipo característico de atividade ou ator diferente daqueles já designados por outros conceitos mais familiares (PORTES, GUARNIZO e LANDOLT, 2003, p. 17-18) [Tradução nossa]²⁰.

Pouco tempo depois, Portes (2004) elencou alguns pontos conceituais e empíricos dos estudos do transnacionalismo que, segundo ele, atingiram um certo consenso entre os estudiosos do assunto, indicando um certo progresso, já que comprovaram a consistência de determinados argumentos e a fragilidade de outros. Essas convergências são resumidas a seguir.

O transnacionalismo representa uma perspectiva nova, não um novo fenômeno. Existem muitos precedentes históricos indicadores de que as práticas hoje conhecidas como transnacionais existem há muito tempo, mas faltava uma perspectiva teórica convincente que analisasse teoricamente o que já acontecia na prática. Embora algumas práticas existissem, não eram suficientemente fortes e visíveis a ponto de merecer atenção acadêmica como ocorreu a partir dos anos 1990.

O transnacionalismo é um fenômeno popular de base. O conceito transnacionalismo tem sido empregado em práticas que, frequentemente, envolvem Estados e organizações multinacionais que poderiam ser consideradas como “de cima”, mas, apesar do fato de que não apenas migrantes implementam práticas transnacionais, eles apresentam relações em múltiplas direções e dão sustentação e amplitude ao conceito, quando implementam um transnacionalismo “de baixo”.

Nem todos os migrantes são transnacionais. As transformações que levaram os migrantes a desenvolverem relações múltiplas para além das fronteiras nacionais e

¹⁹ Nada se gana con llamar “transmigrantes” a los inmigrantes, cuando el término anterior y más familiar es perfectamente adecuado para describir a los sujetos del estudio.

²⁰ Al delimitar el alcance de un concepto, es también necesario evitar su falsa extensión hacia todos los aspectos de la realidad, experiencia común cuando un concepto particular se torna popular. En este caso, si todas o la mayoría de las actividades que realizan los inmigrantes se definen como “transnacionalismo”, entonces ninguna lo es, porque el término se convierte en sinónimo del total de las experiencias de esta población. Para que sea de utilidad, un nuevo término debe designar un tipo característico de actividad o actor diferente de los que ya designan otros conceptos más familiares.

abandonarem o caminho da assimilação não foram suficientes para abranger todo o complexo conjunto de migrantes internacionais. Em contextos de migrações forçadas, com conflitos armados e violações de direitos humanos, é compreensível que as relações com o país de origem sejam fracas ou inexistentes. Por outro lado, e de maneira paradoxal, os migrantes mais bem estabelecidos nos destinos apresentam maior possibilidades de estabelecerem laços transnacionais (PORTES, 2004).

O transnacionalismo migrante tem consequências macrosociais. Mesmo que nem todos os migrantes estabeleçam práticas transnacionais e a minoria crie efetivamente campos sociais transnacionais, suas ações tendem a ter impacto para além do indivíduo e de suas redes sociais. Frequentemente, os resultados são notados nas comunidades de origem e na própria nação. As remessas talvez sejam o mecanismo mais visível de impacto social além do núcleo familiar. Em alguns países elas são a principal fonte de aporte financeiro estrangeiro. Por esse motivo, vários países estimulam oficialmente a manutenção dos laços transnacionais, a exemplo das Filipinas, que regulamenta e incentiva a migração de trabalhadores, e do Haiti, que mantém um ministério específico para tratar dos haitianos fora do país.

O alcance e as formas do ativismo transnacional variam com os contextos de saída e de acolhimento. Sempre foi reconhecido que as atividades transnacionais são heterogêneas e variam enormemente inclusive dentro de um país. Os migrantes oriundos de pequenas cidades, ao entrarem em contato com seus conterrâneos no novo destino, muitos deles familiares e conhecidos, podem mais facilmente se vincularem à terra natal por meio de ações transnacionais de caráter cívico e político de apoio aos seus países. Também, a forma como se incorporam na sociedade anfitriã influencia nas práticas transnacionais. Grupos numerosos e concentrados tendem a apresentar vínculos mais fortes entre si e com suas comunidades de origem, principalmente se forem alvos de hostilidade por parte de civis ou das autoridades no local de destino.

Nestes contextos, as associações cívicas e as atividades culturais transnacionais oferecem um alívio para a hostilidade exterior e protegem a dignidade pessoal por ela ameaçada. A experiência dos haitianos, dominicanos e mexicanos nos Estados Unidos e dos indianos e paquistaneses na Grã-Bretanha, relatada em numerosos estudos etnográficos, dá testemunho destas tendências (PORTES, 2004, p. 80).

Sob a ótica do transnacionalismo se dá ênfase nas conexões que os migrantes estabelecem entre diferentes países. Além da circulação de dinheiro, bens materiais e informações, os migrantes põem em movimento ideias e símbolos que são capazes de

transformar as experiências daqueles com quem mantêm contatos em diferentes lugares. Sujeitos que levam vidas transnacionais têm parte de suas atividades regulares em conexões para além das fronteiras nacionais, sejam elas de caráter político, econômico ou sociocultural.

Viver em contextos transnacionais significa tecer laços regulares que extrapolem as fronteiras do Estado-nação. Exatamente por isso que o nível privilegiado de análise do transnacionalismo é o indivíduo e suas redes sociais que colocam em contato os lugares de origem, de destino e, algumas vezes, de trânsito. Para tentar vislumbrar onde essas conexões se efetivam, uma série de conceitos foram elaborados, partindo de vários campos disciplinares.

Talvez o primeiro e mais conhecido seja o conceito de “campos sociais transnacionais”. Ele está na origem dos estudos do transnacionalismo migrante e se refere ao conjunto de redes de relações sociais entrelaçadas, através das quais os mais diversos intercâmbios se efetivam desigualmente, extrapolando as fronteiras do Estado-nação. Por ser um conceito amplo, engloba as mais variadas práticas transnacionais com frequências, profundidades e alcances variados, como o intercâmbio de bens materiais, recursos ou ideias.

Levitt e Glick-Schiller (2004) reconhecem que o ponto de partida é o conceito de campo social proposto por Bourdieu, onde as relações de poder determinam a posição dos indivíduos e das práticas no interior do campo. “Os limites de um campo são fluidos e o próprio campo é criado pelos participantes que se juntam na luta pela posição social” (LEVITT e GLICK-SCHILLER, 2004, p. 8) [Tradução nossa].²¹ Com base nisso, vários autores estenderam o conceito para analisar as práticas sociais transnacionais que envolvem tanto migrantes quanto não migrantes, a exemplo dos familiares que permaneceram no lugar de origem, mas mantêm fortes conexões com os que partiram (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1992, 1995; GLICK-SCHILLER e FOURON, 1999; LEVITT e GLICK-SCHILLER, 2004; BASCH, GLICK-SCHILLER e BLANC-SZANTON, 2005).

Nos campos sociais transnacionais circulam diferentes práticas econômicas, políticas e culturais, protagonizadas por famílias ou coletivos maiores, que acabam marcando os diferentes polos da migração pela experiência transnacional. Além daquelas desenvolvidas no âmbito familiar e comunitário, outras podem assumir caráter coletivos mais amplos, como as formas de ativismo.

Glick-Schiller, Basch e Blanc-Szanton (1995) demonstraram que, nos Estados Unidos, os migrantes haitianos ocuparam lugar de destaque contra a ditadura dos Duvalier e a favor da

²¹ The boundaries of a field are fluid and the field itself is created by the participants who are joined in struggle for social position.

eleição de Jean Bertrand Aristide para a presidência do país, em 1990; que os migrantes oriundos de São Vicente e Granadinas trabalharam em estreita colaboração para obter apoio econômico dos Estados Unidos, bem como conseguir ampliação das importações de produtos caribenhos no país; e ainda, que o numeroso grupo de migrantes filipinos formaram uma importante força de oposição ao governo de Ferdinand Marcos, destituído em 1986.

O conceito de “comunidades transnacionais” também foi utilizado por vários autores em diferentes escalas de análise para tratar das conexões regulares que extrapolam as fronteiras nacionais. “Para alguns se refere a uma localidade específica na qual as relações sociais se expandem ou transcendem por meio da migração através das fronteiras interestatais” (AIZENCANG, 2013, p. 243-44) [Tradução nossa].²² Assim, seria possível falar que um povoado ou uma região se tornou transnacional devido aos intensos laços internacionais mantidos pelos seus membros. Outros autores, como Canales e Zolniski (2001) e Robert, Frank e Lozano-Ascencio (2003), consideram que as comunidades transnacionais são grupos de migrantes originários de uma mesma região que desenvolvem práticas transnacionais. Tais comunidades se estruturam com base nas redes sociais dos seus membros.

As comunidades transnacionais são fundadas em um denso sistema de redes sociais que atravessam fronteiras políticas e são criadas por migrantes em sua busca por reconhecimento social e avanço econômico. Essas redes dependem de laços e relações de parentesco, amizade e, acima de tudo, identidade comunitária (CANALES e ZLOLNISKI, 2001, p. 235) [Tradução nossa].²³

Muito próximo do conceito de campo social está a ideia de “formação social transnacional”. Vertovec (2001) utilizou o termo para se referir aos processos de desenvolvimento de redes empresariais transnacionais, movimentos sociais e cibercomunidades e as possíveis articulações com as migrações internacionais. Entretanto, Guarnizo (2003) sugeriu que a formação social transnacional é um campo sociocultural, econômico e político, desenvolvido de maneira desigual, que extrapola os limites do Estado nação. Essa formação se manifesta por transformações sociais significativas que afetam tanto os indivíduos e suas redes

²² Para algunos se refiere a una localidad específica en la cual las relaciones sociales se expanden o trascienden por medio de la migración a través de las fronteras interestatales.

²³ Las comunidades transnacionales se fundan en un denso sistema de redes sociales que cruzan las fronteras políticas, y que son creadas por los migrantes en su búsqueda de reconocimiento social y avance económico. Estas redes dependen de vínculos y relaciones de parentesco, amistad y, sobretudo, de identidad comunitaria.

até o sistema macroeconômico. No interior dela os indivíduos desenvolvem o “viver transnacional”, nas suas palavras (GUARNIZO, 1997, 2003).

O conceito de circuito migratório, já utilizado para abordar a migração entre México e Estados Unidos (DURAND, 1986), foi adaptado às características do transnacionalismo e Rouse (1991) passou a empregar o conceito de “circuitos migratórios transnacionais” para analisar as dinâmicas e conexões entre o município de Aguililla, no estado mexicano de Michoacán, e Redwood City, no estado da Califórnia, nos Estados Unidos. Segundo o autor, por meio da contínua circulação de pessoas, dinheiro, bens e informações, os diferentes municípios foram tecidos juntos que passaram a constituir uma única comunidade espalhada por vários lugares, um circuito migrante transnacional. “Assim como os capitalistas responderam às novas formas de capitalismo econômico estabelecendo corporações transnacionais, os trabalhadores reagiram criando circuitos transnacionais.” (ROUSE, 1991, p. 14) [Tradução nossa].²⁴

Mais recentemente, o conceito de circuitos migratórios transnacionais passou a ser empregado de maneira mais corrente para explicar a circulação de trabalhadores entre seus lugares de origem e os de trabalho temporário, não mais restritos a duas localidades em países diferentes, mas envolvendo uma multiplicidade de destinos. As pesquisas de Sánchez (2008), sobre os mixtecos de Puebla em Nova York, e de Lube-Guizard e Garcés (2013), sobre os peruanos e bolivianos nas regiões norte do Chile e da Argentina apontam nessa direção.

Por fim, outro conceito utilizado para demonstrar as práticas transnacionais é o de “espaço social transnacional” proposto, de maneira independente, por Faist (1998, 2004) e por Pries (1999, 2001, 2008). Esse espaço não se baseia na lógica da contiguidade territorial, com limites claramente estabelecidos, mas um espaço sustentado por redes, com contornos simbólicos e flexíveis. Para Faist (1998), os espaços sociais transnacionais são combinações de aspectos sociais e laços simbólicos, posições em rede e redes de organizações que podem ser encontradas em pelo menos duas áreas geográficas nacionalmente distintas. Esses espaços denotam processos sociais dinâmicos, não noções estáticas de vínculos e posições. Para o autor, as relações de troca, reciprocidade e solidariedade nos sistemas de parentesco, os circuitos transnacionais e as comunidades transnacionais integram o chamado espaço social transnacional.

²⁴ Just as capitalists have responded to new forms of economic capitalism by establishing transnational corporations, so workers responded by creating transnational circuits.

Para Pries (2001), os espaços sociais transnacionais são domínios, produtos de reconfigurações espaciais desenhadas por redes sociais para além dos contextos sociais delimitados pelos Estados nacionais. Segundo o autor, a existência desses espaços é ao mesmo tempo pré-condição e resultado do processo de globalização. “Os espaços sociais transnacionais são plurilocais, duráveis e densas configurações de práticas sociais, sistemas de símbolos e artefatos que abrangem lugares em diferentes países” (PRIES, 2001, p. 1) [Tradução nossa]²⁵.

Por serem desenvolvidos de maneira independente, na maioria dos casos com análises baseadas em processos migratórios específicos, esses conceitos se interseccionam em alguns momentos. São ferramentas teóricas que contribuem para visualizar como o transnacionalismo migrante ocorre. Um ponto de convergência entre eles é o reconhecimento de que as novas tecnologias intensificaram a circulação de bens, dinheiro, pessoas e informações e colocou em contato lugares distantes.

Pela amplitude que assume, a migração haitiana serviu de base para várias dessas reflexões teóricas. Autores como Glick-Schiller e Fouron (1999) utilizaram as intensas relações sociais entre haitianos residentes nos Estados Unidos e no Haiti para propor a ideia de campos sociais transnacionais e Audebert (2012), ao olhar para a diáspora haitiana em diferentes destinos, deu ricas contribuições na análise da passagem da lógica da contiguidade espacial para uma da reticularidade transnacional que caracteriza as famílias e comunidades haitianas e envolve todo o Haiti.

O geógrafo Georges Anglade (1982) foi o primeiro a se referir aos haitianos residentes no exterior como um departamento integrante do Haiti e essa ideia foi reforçada pelo discurso político de Jean Bertrand Aristide, eleito presidente do país em 1990, e oficializada em 1991.

Ao incluir os haitianos em qualquer outro país em que se estabeleceram como parte do Estado-nação haitiano, Aristide contribuiu para uma nova construção do Estado-nação pós-colonial. Nessa construção do Haiti como um Estado sem fronteiras, o território haitiano se torna um espaço social que pode existir dentro das fronteiras legais de muitos Estados-nação. O Haiti agora existe em qualquer parte do mundo onde os haitianos tenham se estabelecido (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1995, p. 58) [Tradução nossa].²⁶

²⁵ Transnational social spaces are pluri-local, durable and dense configurations of social practices, systems of symbols and artifacts that span places in different countries.

²⁶ By including Haitians in whatever country they have settled as part of the Haitian nation-state Aristide contributed to a new construction of the postcolonial nation-state. In this construction of Haiti as a borderless state, Haitian territory becomes a social space that may exist within the legal boundaries of many nation-states. Haiti now exists wherever in the world Haitians had settled.

Nos últimos dez anos, a intensa migração de haitianos para e na América do Sul ampliou o espaço transnacional do Haiti e complexificou ainda mais os campos sociais transnacionais, na medida em que novos destinos foram incorporados aos antigos e famílias se dispersaram em diferentes polos dessa mobilidade. “A atual migração haitiana para o Brasil é uma nova peça na construção do espaço social transnacional haitiano” (NIETO, 2014, p. 34) [Tradução nossa].²⁷

No Haiti, seguem ocorrendo diferentes processos políticos, econômicos e culturais que funcionam como impulsionadores das migrações. A permanente instabilidade política e ingerência internacional, as precárias condições de vida da maior parte da população e a carência de oportunidades de estudo e trabalho no país fizeram com que milhões de haitianos vislumbrassem a migração como projeto de vida pessoal e familiar. Aliado a isso, as redes migratórias, tecidas em comunidades de haitianos cada vez mais dispersas, têm sido um grande estímulo.

²⁷ La actual migración haitiana a Brasil es una pieza en la construcción del espacio social transnacional haitiano.

3 O HAITI NA GLOBALIZAÇÃO EXCLUDENTE

*“Deus anda por todos os lugares,
mas dorme nos Estados Unidos, no Canadá e na França”*
(De um haitiano em Tijuana)

Este capítulo analisa passagens da história haitiana no intuito de oferecer um entendimento do processo de formação sócio-espacial do Haiti e seus condicionantes para as migrações, que passaram a ser uma marca de seu povo. As revoltas dos negros escravizados na colônia francesa de São Domingos no final do século XVIII conduziram à independência da primeira nação livre da América Latina. Um feito impensável e inaceitável para o pensamento colonial da época. Essa independência só foi aceita pela França em 1825, mediante o pagamento de uma grande indenização que retirou do solo e dos braços haitianos as riquezas necessárias para que o país crescesse de maneira autônoma. O endividamento provocou vulnerabilidades que culminaram nas intervenções militares e nas crises políticas. Diante das instabilidades e da precarização das condições de vida, uma das saídas vislumbradas pelos haitianos está na migração. Desde o início do século XX até a atualidade, impulsionados por fatores variados, as migrações têm sido uma constante na história do Haiti. É sobre isso que este capítulo pretende tratar.

3.1 INTERVENÇÕES INTERNACIONAIS E REPRODUÇÃO DA POBREZA

Comumente, a história do continente americano começa a ser contada a partir da colonização europeia. Na maioria dos casos, trata-se da opção moderna/colonial de analisar tanto o tempo quanto o espaço numa perspectiva linear, partindo da Europa em direção às demais regiões do mundo. Nessa perspectiva, os mais desenvolvidos e sofisticados povos ocupantes das terras que seriam denominadas de América passaram a representar o estágio de natureza do qual deveriam sair em direção ao padrão civilizacional da Europa Ocidental (QUIJANO, 2005). A ideia eurocêntrica de velho e novo mundo encontra-se nas bases fundantes da modernidade, contada e recontada até a atualidade.

Apesar da existência dos povos originários remontar a alguns milênios, a expressão “Novo Mundo” indica que suas histórias e geografias começam a partir do olhar e do interesse do outro, o moderno, o colonial, o europeu. Como sabemos, não se trata do início de suas trajetórias, mas do entrecruzamento delas com o projeto moderno/colonial europeu que se inicia a partir de 1492 com a chegada de Cristóvão Colombo às Antilhas do mar do Caribe. É o ano do primeiro contato dos povos originários com os europeus. Esse encontro de trajetórias marca

a subordinação dos primeiros aos segundos e possibilita as bases da acumulação primitiva do capital na Europa. “O capitalismo mundial foi, desde o início, colonial/moderno e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p. 110).

A viagem de Cristóvão Colombo, financiada pela rainha e pelo rei da Espanha, além dos banqueiros de Gênova, desembarcou primeiramente nas Bahamas. Indicado pelos nativos, Colombo e sua tripulação exploraram o litoral da ilha hoje denominada de Cuba, e outra à época denominada de Ayiti pelos povos *taínos* que habitavam o local. Encontrando ouro, apressaram-se em fincar as bases para sua exploração.

Os espanhóis anexaram a ilha à qual chamaram de *Hispaniola* (Pequena Espanha) e submeteram os nativos ao trabalho forçado. Introduziram o cristianismo, o trabalho nas minas de ouro e violências de todos os tipos. Além da exploração do trabalho, o assassinato, o estupro, as doenças desconhecidas e a fome forçada reduziram a população estimada em meio milhão para apenas sessenta mil em apenas quinze anos (JAMES, 2000). Em 1514, isto é, pouco mais de duas décadas após a invasão europeia, sobraram apenas 14.000 nativos em toda ilha. Nos anos seguintes, o genocídio foi ainda mais rápido, restando somente cerca de 100 pessoas de acordo com uma contagem da população feita em 1530 (SEGUY, 2014a).

Os espanhóis, com armas mais sofisticadas do que as dos indígenas, em pouco tempo, praticamente exterminaram toda a população originária. Prova disso é que, em 1517, o rei Carlos V autorizou a exportação de quinze mil africanos para serem escravizados na ilha caribenha (JAMES, 2000). Já era necessário procurar outros braços para o trabalho forçado que a modernidade colonial ali estabeleceu.

A soberania da Espanha sobre a ilha se deu pela estratégia de povoamento e exploração dos recursos. As capitulações e *encomiendas* foram fundamentais para o controle colonial. Com as primeiras, a Coroa espanhola contratava empreendedores para organizar o povoamento e a exploração em troca de privilégios econômicos. Já as segundas, permitiam a exploração da mão de obra indígena. Pouco tempo depois, a ação da Coroa, através dos colonos, estava fundamentalmente ligada à gestão do trabalho escravo, que tornou-se a espinha dorsal da colônia.

Ao longo das décadas que se seguiram, dezenas de conquistadores, nobres e fidalgos, viam no serviço militar da Coroa e na religião cristã os caminhos mais promissores para a promoção social. Motivados pelas recompensas, conduziam soldados, ferreiros, padeiros, alfaiates e outros rumo à Hispaniola. A *capitulación* e a *encomienda*, empregados até o final do período colonial, permitiram que os espanhóis consolidassem o controle sobre as partes mais densamente povoadas do continente (DALBERTO, 2015, p. 14)

O primeiro assentamento espanhol, fundado por Colombo e denominado de “La Isabela”, em homenagem à rainha da Espanha, localizava-se no leste da costa norte da ilha, onde atualmente é parte da República Dominicana. De acordo com James (2000), em 1629 começaram a chegar aventureiros franceses na pequena ilha de Tortuga, distante nove quilômetros da costa norte, e a eles seguiram ingleses e holandeses. Os ingleses assumiram a posse de Tortuga por um período, mas os franceses prevaleceram e de lá seguiram para São Domingos, com o objetivo de usufruírem da carne e do couro do gado selvagem abundante à época. Para expulsá-los, os espanhóis mataram o maior número possível de cabeças de gado, mas os franceses responderam com o cultivo de cacau, anil e algodão.

As ocupações das terras de São Domingos eram feitas com avanços e recuos entre franceses, ingleses e espanhóis, pois a população originária já havia sido exterminada. Saques e incêndios às propriedades eram comuns, até que em 1697, por meio do Tratado de Ryswich, a Espanha cede à França a parte oeste da ilha, hoje denominada de Haiti (SEGUY, 2014a).

Já sob a posse da França, os colonos introduziram o café em 1734. Com a terra propícia e o mercado francês em expansão, os cultivos aumentaram, sustentados pelo crescente trabalho escravo. A cada ano, milhares e milhares de negros escravizados eram deslocados da costa africana, sobretudo do Golfo da Guiné, para a colônia de São Domingos. Evidentemente, havia entre eles uma grande diversidade étnica e social, desde chefes tribais até pessoas que já haviam sido escravizadas em seus lugares de origem.

A propaganda da época alegava que, por mais cruel que fosse o tráfico, os escravos africanos eram mais felizes na América do que na sua própria civilização africana. A nossa época também é uma época de propaganda. Nós nos sobressaímos aos nossos ancestrais apenas no sistema de organização, mas eles mentiam com a mesma habilidade e com o mesmo descaramento (JAMES, 2000, p. 21).

Apesar do cultivo de outros gêneros tropicais, foi com o açúcar que a colônia de São Domingos brilhou para a França. As plantações expandiram-se para amplas áreas de planícies, e todo o pesado trabalho, desde o preparo da terra até a produção do açúcar, era executado por negros escravizados. Os que sobreviviam à travessia do Atlântico nos navios negreiros eram submetidos às mais diversas mazelas, assim como nas demais colônias americanas. A fome, a violência e o mais que degradante trabalho nos canaviais provocava um índice de mortalidade altíssimo entre a população negra. Por esse motivo, a simples reprodução não era capaz de

garantir os braços necessários para a continuidade do trabalho forçado e sua substituição era assegurada pelo intenso ritmo do tráfico negreiro. “Na segunda metade do século XVIII, o melhor açúcar do mundo brotava do solo esponjoso das planuras costeiras do Haiti, colônia francesa que então se chamava Saint Domingue. Ao Norte e no Oeste, o Haiti se transformou num desaguadouro de escravos” (GALEANO, 2014. p. 100).

Entretanto, nem todos os escravizados se submetiam à degradação e humilhação permanentemente. Havia aqueles que se envenenavam porque a morte lhes parecia um peso mais leve. “Viver era duro e a morte, acreditavam, significava não apenas a libertação, mas a volta para a África” (JAMES, 2000, p. 30). Também, por mais difícil que fossem, as fugas aconteciam. Antes mesmo da introdução do cultivo de açúcar, cerca de mil negros já haviam fugido para as montanhas. Em 1751, havia pelo menos três mil deles.

Nas montanhas, formavam bandos armados, normalmente separados, mas periodicamente se uniam sob a liderança de alguém. Realizavam incursões em fazendas, fortificavam seus refúgios e, como geralmente eram seguidos por mulheres, conseguiam se reproduzir. Esse processo de fuga e de tentativa de construção de comunidades autônomas no seio do regime escravista colonial de São Domingos, ficou conhecido como *marronnage*²⁸. É deles que parte a luta pela alforria em 1793 e a independência em 1804 (SEGUY, 2014a).

Segundo James (2000), as primeiras insurreições dos negros fugitivos ocorreram ainda na década de 1740, sendo canalizadas de maneira mais organizada em 1758 por François Mackandal, um escravo originário da Guiné. Nas montanhas, durante seis anos, eles construíram uma organização que planejava envenenar a água consumida pelos brancos da capital, os quais seriam atacados durante as convulsões provocadas pelo envenenamento. Entretanto, o líder negro foi traído, capturado e queimado vivo.

Nos anos anteriores à revolução de São Domingos, a escravidão parecia inabalável e os lucros aumentavam. De acordo com James (2000), a produção praticamente dobrou entre 1783 e 1789. A média anual de chegada de escravos era de 27 mil até 1786. A partir dessa data, mais de 40 mil chegariam a cada ano. Dos cerca de meio milhão de escravizados na colônia, mais de dois terços haviam nascido na África. Estes estavam mais ressentidos, obstinados e mais prontos para uma rebelião do que o crioulo²⁹ (JAMES, 2000).

²⁸ No Brasil, processo semelhante ocorreu com a formação dos quilombos.

²⁹ De acordo com Grondin (1985), os crioulos ou mulatos são aqueles nascidos no Haiti, fruto das relações entre negros e brancos. Entre os libertos, os mulatos gozavam de maior prestígio social do que os negros, inclusive os negros ricos.

Nas planícies do norte, os escravizados trabalhavam em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar. Isso facilitou a organização de um poderoso levante. Nos primeiros meses de 1791, dentro e nos arredores da cidade de Cabo Haitiano, se organizaram para uma revolta. Nesse momento, foi importante o papel do Vodou enquanto meio de conspiração. As várias crenças africanas, que foram reinterpretadas no novo contexto, propiciaram coesão entre os negros escravizados e representou a primeira forma de resistência contra a escravidão.

Bem cedo, porém, a estrutura dominante dos cultos africanos representados no Haiti foi o da religião dos fon e dos ioruba (Mahi e Nago). Sob o nome de vodou, o que se exprime é a coerência de uma religião, de uma cultura própria de um povo consciente de partilhar a mesma história (HURBON, 1987, p. 66).

O vodou desempenhou um papel contestador, pois seus cânticos pregavam uma unidade negra e a vingança contra os brancos. Essa religião, originalmente negra, surgiu da união de espíritos que representavam a ancestralidade e a diversidade dos povos africanos presentes na Colônia. Por meio do culto vodou, a África perdida é recuperada, os antepassados reaparecem e recompõem-se a ruptura da história (DALBERTO, 2015)³⁰.

Apesar das proibições, os negros se reuniam para praticar seus ritos e conversar sobre possibilidades de levantes contra os senhores. Em agosto de 1791, depois de algumas tentativas malsucedidas, Boukman, um sacerdote Vodou, reuniu líderes negros e deu as últimas instruções. Na mesma noite começaram a agir queimando as fazendas nas quais eram cativos.

Os escravos destruíram sem cansar. Buscavam a salvação pela destruição daquilo que causara o seu sofrimento; e se destruíram muito era porque muito haviam sofrido. Eles sabiam que enquanto essas fazendas permanecessem de pé o seu destino seria trabalhar nelas até o esgotamento. A única coisa a fazer era destruí-las. De seus senhores, eles haviam recebido a violação, a tortura e, à menor provocação, a morte. Pagaram na mesma moeda (JAMES, 2000, p. 93-94).

Durante doze anos a colônia de São Domingos foi devastada por conflitos internos envolvendo brancos, mulatos e negros e contra a ofensiva estrangeira. As revoltas de São

³⁰ Hurbon (1987) fez um importante registro do papel contestador do vodou no período colonial, no pós independência e no período da ocupação americana, a partir de 1915. Na colonização, a aceitação exclusiva do catolicismo como manifestação religiosa e após a independência, as perseguições implementadas pelo Estado haitiano, criaram as circunstâncias para o sincretismo entre o vodou e o catolicismo. “Servindo-se do catolicismo como máscara, consolidarão suas próprias práticas e crenças” (p. 69). Nas comunidades de haitianos fora do Haiti não é incomum encontrar práticas do vodou atualmente. Alguns antropólogos têm trazido ao público brasileiro interessantes relatos etnográficos sobre o vodou haitiano (DALMASO, 2018; FIOD, 2019; BULAMAH e DALMASO, 2019).

Domingos se inseriram nos debates da França pós revolução e, na esteira da Declaração dos Direitos do Homem, fizeram com que a escravidão fosse legalmente abolida em 1793. Tropas espanholas, inglesas e por último francesas foram combatidas pelos negros, liderados principalmente por Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo que, na época, já contava com 45 anos, uma idade superior à da maioria dos escravos.

Durante esses anos, dos trinta mil brancos que viviam em São Domingos, restaram dez mil. Uma parte havia sido morta e outra emigrara. Dos quarenta mil mulatos e negros livres, trinta mil sobreviveram. Dos cerca de meio milhão de negros escravizados, talvez um terço tenha perecido (JAMES, 2000).

Após dez anos de revolução, em 1801, São Domingos, ainda colônia, conheceu um período de relativa estabilidade. Toussaint foi nomeado governador, mas implementou um regime baseado em extrema disciplina. Concedeu privilégios aos brancos ao não dividir suas propriedades e manteve vários deles nos altos postos do governo. Contrariando a França, elaborou sua própria Constituição, o que fez com que Napoleão Bonaparte ordenasse uma expedição para derrubá-lo (JAMES, 200).

A França enviou a maior expedição de guerra até então. Nos últimos dias de 1801, vinte mil soldados veteranos, sob o comando dos melhores oficiais de Napoleão, entraram no porto da baía de Samana. “Napoleão pretendia derrubar Toussaint e restaurar a escravidão em São Domingos, mas não declarava isso. Os oficiais acreditavam estar lutando contra Toussaint e pela revolução” (JAMES, 2000, p. 268).

Nos anos seguintes, as batalhas se espalharam pelo país e milhares de vítimas iam sendo feitas de ambos os lados. Enquanto Toussaint ainda acreditava que a derrota das tropas francesas poderia restaurar os laços com a França, Dessalines, um de seus oficiais, já havia pronunciado a palavra “independência” junto a seus homens. A partir de 1802 a luta dos negros do Haiti passou a almejar a independência, pois sabiam que a manutenção da situação colonial implicaria na restituição da escravidão.

Toussaint foi preso em junho de 1802 e enviado à França juntamente com sua família. Encarcerado em Fort-de-Joux, sofrendo maus tratos, fome e frio, morreu no dia 7 de junho de 1803. Entretanto, as revoltas dos ex-escravos, juntamente com a febre amarela, vitimavam cada vez mais franceses. “Dos sessenta mil soldados e marinheiros que haviam partido da França, quase todos pereceram e os poucos que restaram iriam apodrecer durante anos nas prisões inglesas” (JAMES, 2000, p. 335).

A revolta dos negros não se limitou à expulsão dos franceses. Depois disso, brancos locais e negros se trucidavam com grande ferocidade e os negros, agora liderados por

Dessalines, cumpriram a promessa e praticamente exterminaram os brancos que dominaram o comércio com as metrópoles por muitas décadas.

Em 31 de dezembro de 1803, a Declaração de Independência foi lida na cidade de Gonaives e o novo Estado foi batizado de Haiti para sinalizar a ruptura com a França. Em outubro de 1804, Dessalines proclamou-se imperador do Haiti. Assim nascia o primeiro Estado fruto de uma revolução negra, que expulsou potências coloniais e massacrou os brancos locais. Aos olhos das potências, o Haiti representava uma preocupação, ao surgir como exemplo de desestabilização das bases do nascente capitalismo industrial. Por esse motivo, essas potências dificultaram o desenvolvimento soberano do Haiti.

A constituição proclamada por Toussaint L'Ouverture em 1801 procurava abolir a escravidão e garantia o direito à propriedade privada, mas procurava conservar o regime das grandes propriedades, por isso ele conclamava os brancos a retornarem às terras. “Não era meu projeto expropriar-vos”, dizia ele (TOUILLOT, 1977 *apud* SEGUY, 2014a, p. 144). A manutenção da estrutura fundiária significava a reprodução das desigualdades em outras dimensões. “O regime das grandes plantações era a negação do direito à propriedade pelas massas. A grande plantação exigia negros, isto é, trabalhadores coloniais, aqueles seres inferiores que só as instituições sociais das colônias podem moldar” (SEGUY, 2014a, p. 144).

Dessalines passou as propriedades para o domínio do Estado, inclusive, anulando contratos de arrendamento de antigos alforriados, os *anciens libres*, que se apropriaram de terras deixadas vacantes pelos antigos proprietários e se faziam passar por donos legítimos. A perspectiva de Dessalines era uma futura repartição, o que, obviamente, desagradou os proprietários e generais do exército. Essa decisão poderia representar o direito à livre individualidade, mas significou sua morte em 17 de outubro de 1806 e o controle do poder pela facção mulata, liderada por Petion.

Trate-se da história de uma luta entre a classe dos explorados frente à classe dos exploradores que se tem apropriado de tudo. Trata-se da vitória de um projeto anterior à independência sobre outro projeto que pretendia se estabelecer a partir do primeiro de janeiro de 1807. Portanto, o assassinato de Dessalines, no dia 17 de outubro de 1806 simboliza a derrota do sonho e do projeto popular. Enfim, trata-se do triunfo do individualismo moderno/colonial sobre a livre individualidade solidária (SEGUY, 2014a, p. 149).

O período transcorrido entre 1806 a 1843, marca a maior dominação dos mulatos sobre a população negra, primeiro com o presidente Petion, depois com Boyer. Esses presidentes, e a

elite mulata³¹ que eles representavam, iniciaram as negociações com a França para o reconhecimento da independência em troca do pagamento da indenização. As desiguais condições dessa reaproximação marcam um novo colonialismo francês, apenas 21 anos depois da independência. A partir desse momento, o Haiti passa a custar nada e a render muito para a França (JOACHIM, 1979 *apud* SEGUY, 2014a, p. 153).

O primeiro país independente da América Latina e o primeiro a abolir a escravidão, teve sua economia praticamente paralisada no final do século XVIII e início do século XIX. Sofreu bloqueio econômico da França e dos Estados Unidos e teve sua independência reconhecida pela metrópole apenas em 1825, às custas de uma pesada indenização em dinheiro.

Ao aceitar pagar a dívida, a minoria mestiça conseguiu impor sua hegemonia sobre a maioria negra. Isso oferecia a possibilidade de se concentrar nos problemas internos, principalmente pela posse da terra. Após assassinar Dessalines, o primeiro presidente, os dirigentes mulatos promulgaram uma lei, em 1807, pela qual tomaram posse das terras que ele havia nacionalizado. Para pagar a dívida de 150 milhões de francos³², depois reduzida para 90 milhões, o Haiti buscou empréstimos junto aos bancos franceses e assim entrou na esfera de uma dupla dívida (SEGUY, 2014a).

Os sucessivos governos implementaram regras que saquearam a maior parte da produção açucareira, obrigando camponeses a plantarem culturas erosivas nas áreas montanhosas, pois as planícies já estavam destinadas às monoculturas. Além disso, o governo realizou uma série de concessões a estrangeiros para explorar as madeiras do Haiti. O país foi quase totalmente desmatado em troca do pagamento da dívida. De acordo com Seguy (2014a), 35% da renda obtida com a venda de madeiras era repassada ao governo e depois aos cofres franceses.

De acordo com a análise de Seguy (2014a), no pagamento do tributo, está a raiz para a recolonização do Haiti, uma vez que a elite mulata decidiu hipotecar o futuro do país ao

³¹ Cabe aqui a explicação, com base em Seguy (2014a), que a divisão de classes no Haiti é profundamente marcada pela cor da pele. Dessalines foi um negro escravizado enquanto Pétion era filho de branco, um mulato. O assassinato do primeiro e o controle político do segundo, representam as origens da separação entre dominantes e dominados no Haiti independente. Desde então, os mulatos seguem como elite econômica no país. Essa classe é composta por um número reduzido de famílias com grandes propriedades de terra, mas que não vive da exploração agrícola, e sim, do arrendamento destas aos camponeses, divididas em centenas de pequenos lotes. Suas atividades principais baseiam-se na importação e exportação de produtos manufaturados e comercialização dos gêneros agrícolas produzidos pelos camponeses. Até hoje, Pétion-Ville, a cidade natal de Pétion, localizada na região metropolitana de Porto Príncipe e onde seus habitantes possuem cor de pele mais clara, é reduto da elite e contrasta com o restante do país.

³² Equivalente a 44 bilhões de dólares em valores referentes a 2014.

canalizar o máximo possível dos seus recursos para quitar a dívida. Aos camponeses, 90% da população, recaiu o peso. O código rural, instituído em 1826, obrigava os camponeses a trabalharem nas grandes plantações que voltavam sua produção para a exportação.

Até 1883 era proibida a venda de parcelas menores que 10 hectares, o que dificultava a pequena produção familiar. Após essa data, o governo propunha conceder terras de domínio público, com tamanho entre 3 e 5 hectares, desde que fossem nelas produzidos gêneros de exportação (café, cacau, anil, algodão, cana-de-açúcar e tabaco) e que os custos da agrimensura fossem arcados pelo solicitante. Essa medida prova que a prioridade era obter lucros com a exportação e não favorecer uma agricultura de subsistência.

Soma-se a isso, o grande número de indenizações que o Haiti pagou a colonos que reclamavam terem sofrido perdas com os conflitos entre população e governo. Muitas prisões de colonos alemães, ingleses e norte-americanos geraram tensões diplomáticas que só foram resolvidas com o pagamento de compensações. De acordo com informações de Benoit Joachim citadas por Seguy (2014a), os gastos com indenizações se aproximaram de 80 milhões de francos, somados aos milhões da dívida, sem contar com os juros dos empréstimos.

Esses números dão uma aproximação do uso da estratégia de indenizações pelas potências que hoje ajudam o Haiti para saquearem dinheiro dos cofres do pequeno país caribenho durante o século XIX. A Alemanha, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos todos saquearam dinheiro do Haiti sobre o pretexto de seus cidadãos envolvidos em negócios no país terem sofrido danos econômicos (SEGUY, 2014a, p. 168).

Apesar da preponderância francesa no Haiti, no início do século XX sua presença estava fortemente ameaçada, principalmente pela ausência de investimentos na produção. Aproveitando-se dessa situação, os Estados Unidos se aproximaram comercial e financeiramente no primeiro momento para depois ocuparem militarmente. De acordo com Manigat (2004), antes mesmo da ocupação, entre 1907 e 1908, valendo-se da vantagem de proximidade geográfica, os norte-americanos controlavam 67% das importações do Haiti. De 1898 a 1920, seus investimentos no país caribenho passaram de 50 para 500 milhões de dólares. “O Haiti estava, por assim dizer, cercado de capitais americanos” (MANIGAT, 2004, p. 249).

Usando como justificativa a instabilidade política, os Estados Unidos ocuparam o país entre 1915 e 1934, submetendo-o aos seus interesses. O governo norte-americano preocupava-se com a grande presença de colonos europeus e a dependência que o país tinha com as potências europeias por meio das dívidas (SEGUY, 2014). Obviamente, isso contrariava a Doutrina Monroe. Na região, os Estados Unidos já haviam ocupado Cuba e Porto Rico em 1898,

o Panamá em 1903 e a República Dominicana em 1907. O Haiti, bem como todo o continente, precisava estar sob sua influência.

Desde 1904, com a construção do Canal do Panamá, o Haiti adquiriu uma importância por sua localização estratégica e um dos objetivos dessa ocupação foi assegurar o controle da linha marítima que conduzia ao canal. A presença estadunidense substituiu a agricultura de subsistência pela agricultura comercial de larga escala, voltada para a exportação, sobretudo borracha, banana e cana-de-açúcar por meio de desapropriações em massa dos camponeses locais. O Banco Nacional do Haiti passou a ser controlado pelo City Bank de Nova York (CASTOR, 2016).

Ao controlar as finanças do país, os Estados Unidos resgataram a dívida, o que acabou com a preponderância francesa e atrelou de vez o Haiti à sua dependência. A presença norte-americana afastou as pretensões de outras potências em disputar o terreno e usufruir dos seus recursos. De acordo com o historiador Leslie Manigat (2004), entre as razões pelas quais o Haiti era objeto de tanta cobiça, estavam sua posição estratégica no caminho do Canal do Panamá; a necessidade de liberalização econômica para que o país cumprisse seu papel da divisão internacional do trabalho; o controle de seu comércio exterior; sua dívida externa e a necessidade de comprovar que uma república negra seria incapaz de se autogovernar.

Em 1918, o presidente Roosevelt impôs uma nova constituição para o Haiti que ele mesmo havia escrito. Por meio dela, todas as leis que impediam os estrangeiros de tornarem-se proprietários de terra foram anuladas. A recolonização encontrava caminho livre para sua efetivação. Mais uma vez, Seguy nos dá a dimensão desse processo.

Assim, a Haytian American Sugar Company (HASCO) não demorou a apoderar-se de 7.532 hectares de terra; a Haytian Products Company, 3.166 hectares; HADC, 4.410 hectares etc. Em 1943, a Sociedade Haitiana de Desenvolvimento Agrícola (SHADA) se apoderou de 12.403 hectares de terras plantadas em sisal. Por isso, a SHADA teve que expropriar 40.000 famílias camponesas (...) essas terras são localizadas em Cabo Haitiano, Baeyux, Cayes, Grand'Anse, Saint-Marc e Gonaïves. Quer dizer, nos polos econômicos mais estratégicos pela sobrevivência do país (SEGUY, 2014a, p. 175).

Não muito diferente do que ocorreu em outras partes do mundo colonial, a apropriação estrangeira de terras trouxe consequências que se desdobraram até a atualidade. Os trabalhadores que cultivavam essas terras se transformaram em cortadores de cana nas plantações norte-americanas na República Dominicana e em Cuba ou nas terras onde antes eram

utilizadas por eles mesmos. É nesse contexto que o êxodo rural se acelera, formando parte das favelas (*bindovilles*) de Porto Príncipe. Nessas periferias, produziu-se um precário padrão de habitação, extremamente vulnerável às frequentes catástrofes do Caribe. Com a desestruturação da agricultura familiar, liberavam-se as terras e a força de trabalho para os empresários agrícolas dos Estados Unidos.

No plano político, os Estados Unidos exerceram poder de veto sobre todas as decisões do governo. Os *marines*³³ decidiram manter a elite mulata no poder através de três presidentes: Philippe Sudre Darteguenave (1915-1922), Louis Borno (1922-1929) e Sténio Vicent (1930-1941). Matijascic (2014) afirma que, enquanto grupo privilegiado economicamente e que ocupava o poder político, essa elite acreditou que teria tratamento diferenciado pelos norte-americanos, entretanto, os oficiais não viam diferenças entre negros e mulatos. De maneira pejorativa, todos os haitianos eram chamados de *Nigers* pelos marines, assim como, de modo discriminatório, foram chamados os negros nos Estados Unidos.

Talvez o ponto fundamental da ocupação dos Estados Unidos no Haiti tenha sido o atrelamento das finanças e do comércio ao capital americano. Por meio do investimento de capital privado na infraestrutura, o país contraiu mais dívidas. Nesse período, houve construção de estradas, escolas, hospitais, sistema de telefonia e saneamento básico. Grande parte dessas melhorias estavam limitadas à capital e às grandes cidades. Além disso, os investimentos privados fortaleceram a elite política e econômica e permitiu sua permanência no poder (GRONDIN, 1985).

Após a retirada das tropas dos Estados Unidos, o Haiti enfrentou um período de grande instabilidade política. O governo de Sténio Vicent estendeu-se até 1941 por meio de uma série de medidas autoritárias, como a centralização das decisões econômicas no executivo, reforma do judiciário e indicações de senadores e deputados. Isso desagradou inclusive a *Gendarmerie d'Haiti*, a polícia oficial criada pelas tropas americanas. Diante dessa conjuntura, o governo de Washington, mostrando que o controle do país ainda estava em suas mãos, transferiu a presidência para Elie Lescot, obviamente um de seus aliados. O novo governo tornou-se bastante impopular pela supressão da liberdade de imprensa e perseguição aos opositores, além da inabilidade em lidar com os militares. Por isso, renunciou em 1946 em meio a greves e protestos.

Segundo Matijascic (2014), uma junta militar da *Gendarmerie d'Haiti* assumiu o poder e organizou eleições presidenciais no mesmo ano. Assumiu o poder Dumarsais Estimé, um

³³ Como ficaram conhecidos os marinheiros dos Estados Unidos.

funcionário público de origem popular que tinha planos mais voltados para a população pobre. Sem apoio do legislativo e contrariando os interesses da elite, foi deposto em 1950. Novamente a junta militar assumiu o governo até fazer a transição para Paul E. Magloire, que após denúncias de corrupção foi deposto em 1956. Nesse mesmo ano, antes da eleição que levou François Duvalier ao poder, mais três presidentes passaram pelo cargo: um renunciou e os outros dois foram depostos pelos militares.

Diante dos fatos narrados acima, percebe-se a grande instabilidade que marcava o cenário político haitiano em meados do século XX com inevitáveis desdobramentos na vida social. As rápidas sucessões presidenciais mostraram que os golpes foram recursos bastante utilizados pelas forças militares quando estas corriam o risco de terem sua participação política reduzida. Inserido nesse contexto de intrigas que culminaram nas deposições, estava o médico François Duvalier que marcaria uma nova fase política no país.

Duvalier foi o candidato apoiado pela *Gendarmerie D'Haiti*, mas adotou o discurso popular proveniente da negritude ou negrismo, movimento surgido no contexto da ocupação dos Estados Unidos que se voltava contra a dominação dos mulatos na vida econômica, social e política do Haiti e pregava uma ruptura com a estética europeia. Esse movimento reivindicava um poder negro e demonstrava a importância da valorização das crenças e dos costumes africanos como o vodu e o creóle e por isso recebeu grande apoio da população mais pobre.

François Duvalier, o Papa Doc, chegou à presidência em 1956 em um cenário político bastante favorável. Seu partido conquistou dois terços das vagas de deputados e todas as cadeiras no senado. Isso porque a oposição, composta por setores da elite haitiana, já estava bastante desgastada com a conjuntura dos anos precedentes. Contando com o apoio dos militares, da Igreja Católica e de parte da elite que foi ao seu encontro, ele contou com condições confortáveis para governar.

O regime duvalierista foi autoritário e centralizador. Sem encontrar grande resistência, utilizou-se do aparelho estatal para perseguir e eliminar a oposição. Isso contribuía com os interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria pois afastava a possibilidade de organizações de esquerda influenciadas por Cuba, após a revolução de 1959. A centralização foi tão grande que, por meio de mudanças nos quadros do alto comando, reduziu a influência dos próprios militares da *Gendarmerie d'Haiti* com o objetivo de afastar aqueles responsáveis pelos golpes anteriores (MATIJASCIC, 2014).

Em 1959 o governo alterou a estrutura da guarda presidencial e incorporou milícias civis armadas que agiam sob o comando direto de Duvalier. A nova guarda foi denominada de Voluntários da Segurança Nacional e em 1962 passou a comandar as funções de informação,

inteligência e controle. Conhecidos pela população como *Tonton Macoutes*³⁴, eram responsáveis por perseguir, prender e eliminar a oposição ao governo. O caráter voluntário da milícia fez com que os recursos necessários ao seu funcionamento fossem obtidos por meio de atividades ilícitas, como o comércio de armas e extorsão. Espalhavam terror entre a população e permitiam Duvalier governar sem oposição.

Como ápice das medidas centralizadoras, Duvalier dissolveu a Assembleia Nacional em 1961 e garantiu-se no poder por mais um mandato através de uma fraudulenta eleição que não registou nenhum voto contrário a ele. Em 1964, aboliu a Constituição e redigiu outra que tornava o cargo de presidente vitalício. Já doente, obrigou o legislativo a aprovar a redução da idade mínima para a ocupação da presidência de 40 para 18 anos, e assim indicou seu filho como sucessor em 1971.

Jean-Claude Duvalier assumiu a presidência com apenas 19 anos de idade. Totalmente despreparado, Baby Doc só conseguiu se manter no cargo pelo grande poder econômico da família e pela ausência de oposição que havia sido eliminada pelo seu pai. Influenciado pelo governo de Jimmy Carter, adotou medidas liberalizantes no final da década de 1970, restaurou parcialmente a liberdade de imprensa e permitiu a formação de partidos de oposição. Essas medidas facilitaram as manifestações contrárias no início dos anos 1980. Matijasic (2014) relata que em 1984 eclodiu uma grande revolta popular e conter a população foi tarefa praticamente impossível pelas forças militares.

Foi durante a ditadura dos Duvalier, sobretudo no período comandado por Baby Doc, que cresceu o fluxo migratório haitiano em direção aos Estados Unidos. A instabilidade política e a precarização das condições de vida impulsionaram milhares de pessoas a se arriscarem pelo mar do Caribe em frágeis embarcações conhecidas como *boat people* (AUDEBERT, 2012). Assim como no início do século XX, as condições internas se deterioraram de tal forma que a migração se apresentou como a melhor, senão a única alternativa, conforme abordaremos mais adiante.

Além da insatisfação popular, Jean-Claude Duvalier passou a enfrentar a oposição dentro do governo. Sua manutenção no poder não era consenso nem mesmo no interior da *Gendarmerie D'Haiti*. Com a inabilidade para lidar com os conflitos e sabendo das divergências quanto ao apoio dos militares, Baby Doc deixou o país em direção à França 1986, mas já contava com uma imensa fortuna no exterior, adquirida durante os seus 15 anos de governo (GRONDIM, 1985).

³⁴ Significava, em creóle haitiano, “tio do saco” ou “bicho papão”.

Matijascic (2014) avalia que a influência dos Estados Unidos na liberalização do regime suscitou dúvidas quanto ao apoio a Jean-Claude Duvalier. A estratégia de continuar dando suporte político a um governo que sobrevivia de atividades ilícitas poderia trazer consequências desagradáveis ao governo de Washington, já que grande parte das drogas que saíam da Colômbia em direção aos Estados Unidos entravam através do Haiti contando com a conivência do governo deste. Além disso, segundo a autora, outro motivo que teria contribuído para a falta de interesse na manutenção do governo ditatorial seria o arrefecimento do conflito ideológico que marcou a Guerra Fria, de modo que a ameaça comunista combatida pelo regime não estava mais presente e o caminho da democratização seria bem-vindo.

Com a saída de Jean-Claude Duvalier e novamente o retorno da junta militar ao poder, a insatisfação e a violência aumentaram. Os antigos Voluntários da Segurança Nacional passaram a atuar na ilegalidade como grupo civil armado e a fornecer armas para outras milícias, provocando insegurança generalizada. Até 1989, três presidentes ocuparam o cargo. Destes, apenas um foi eleito em 1988, Leslie Manigat, sendo deposto no mesmo ano. Dos dois generais que passaram pela presidência nesse curto período, um foi deposto e o outro renunciou a pedido do governo dos Estados Unidos.

Com a vacância do cargo, a Suprema Corte de Justiça nomeou Ertha Pascal Trouillot como presidente provisória do país. Esta solicitou ajuda da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) para a realização das eleições que ocorreram em 16 de dezembro de 1990 com a colaboração de 400 observadores internacionais, dando a vitória para o candidato Jean-Bertrand Aristide com 67% dos votos, contra Marc Bazin, candidato apoiado pela elite haitiana e pelo governo dos Estados Unidos.

Aristide era um ex-padre que começou a ganhar popularidade por meio dos seus sermões na pequena paróquia de St. Jean Bosco em Porto Príncipe. Inspirado na Teologia da Libertação, tocava em assuntos delicados da Igreja Católica e por isso foi expulso da Ordem dos Salesianos em 1988. Manifestou-se contra os duvalieristas e incorporou o discurso do *Lavalas*³⁵, movimento político que defendia uma radical mudança no Haiti. Argumentava que a estrutura social haitiana, sustentada pela elite com apoio da Igreja e do governo americano, era a causa das precárias condições de vida no país (MATIJASCIC, 2014).

O novo presidente foi cauteloso no trato com os militares, mas não pode evitar tensões ao realizar mudanças no alto comando do exército. Ele responsabilizava os ditadores negros e os seus aliados internacionais pela desigualdade vigente no Haiti, fazendo alusão à família

³⁵ Lavalas é uma palavra em creóle que significa avalanche.

Duvalier e os Estados Unidos. Em 25 de setembro de 1991, ao proferir um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, Aristide divulgou ideias do Lavalas e conclamou outras nações a se unirem ao propósito de extinguirem qualquer forma de exploração.

As palavras do presidente haitiano ecoaram na Assembleia Geral das Nações Unidas como uma afronta aos países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos e aos duvalieristas no Haiti. A atitude do presidente haitiano colaborou para que houvesse um golpe de Estado rapidamente. Cinco dias após o discurso, em 30 de setembro de 1991, o general Raoul Cédras depôs o presidente com o auxílio das FADH [Forças Armadas do Haiti] (MATIJASCIC, 2014, p. 69).

Após a deposição de Aristide, a OEA rapidamente manifestou-se contrária ao golpe e mobilizou forças para a restituição do presidente ao poder. Logo no dia 2 de outubro de 1991, a reunião *ad hoc* dos ministros de relações exteriores, por meio da resolução 1/91, condenou o golpe, solicitou o envio de uma missão ao Haiti e recomendou que seus membros suspendessem relações comerciais com o país. As resoluções 2/91 e 3/92 da OEA recomendaram um embargo comercial e promoveram um recrudescimento da fiscalização quanto ao seu cumprimento. Entretanto, muitos países descumpriram o acordo, principalmente os Estados Unidos que tinha muitas empresas no Haiti e havia apoiado o candidato Marc Bazin (MATIJASTIC, 2014).

Apesar das cinco resoluções promulgadas pela OEA entre outubro de 1991 e junho de 1993, pedindo o rompimento das relações diplomáticas e o embarco comercial de seus países membros com o Haiti, somente após o envolvimento da ONU é que a situação vislumbrou solução. A partir de junho de 1993, a ONU assumiu a liderança na resolução do caso haitiano, temendo que provocasse uma instabilidade regional. Cabe ressaltar que neste momento era grande o número de haitianos que deixavam o país, principalmente para a República Dominicana, o que provocou reações negativas por parte da população deste país.

Antes de deliberar sobre o envio de uma missão para tentar solucionar o conflito, a ONU, através da Assembleia Geral das Nações Unidas, já havia se manifestado apoiando as ações da OEA e enviando observadores internacionais. De acordo com as informações de Matijascic (2014), em abril de 1993, a Assembleia Geral das Nações Unidas autorizou o envio de representantes para integrarem, em conjunto com a OEA, a Missão Civil de Verificação dos Direitos Humanos no Haiti (MICIVIH), atendendo ao pedido de Aristide meses antes.

Em 31 de julho de 1994, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 940 visando restaurar a segurança e reconduzir o presidente Jean-Bertrand Aristide ao poder para completar o mandato. O desembarque da força multinacional ocorreu a partir de 19 de setembro

e em outubro, o legislativo haitiano aprovou a anistia dos militares de alto cargo que foram exilados na República Dominicana e Panamá. Os cerca de 15 mil soldados atuaram no desarmamento de grupos paramilitares e possibilitaram o retorno do presidente em 15 de outubro de 1994.

A participação ativa dos Estados Unidos nas negociações para o retorno de Aristide ao poder era resultado das preocupações de Bill Clinton com o êxodo haitiano para dentro das fronteiras estadunidenses e a necessidade de ampliar a influência norte-americana através do neoliberalismo. Em troca do apoio recebido por Clinton, Aristide comprometeu-se a constituir um governo de base ampla, realizar reformas econômicas e não se candidatar nas próximas eleições. Sob essas condições do retorno, o otimismo dos haitianos logo se transformaria em desilusão, afirma Dalberto (2015).

Uma das primeiras ações do presidente, ao retornar, foi dissolver o exército por meio de um decreto presidencial. Essa instituição que foi responsável por muitos golpes anteriormente, foi substituída pela Polícia Nacional Haitiana (PNH), que desde 1947 já estava prevista através de uma lei que propunha a separação do exército e da polícia, mas ainda não havia sido efetivada. “A comunidade internacional e os atores estrangeiros passaram a depositar todas as suas esperanças na PNH, instituição que daria estabilidade ao governo” (DALBERTO, 2015, p. 61). Porém, a deficiência de uma polícia mal capacitada seria frequentemente utilizada como justificativa para a atuação das forças estrangeiras como a Missão das Nações Unidas no Haiti (MINUAH), ainda em 1993, e a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), em 2004.

A intervenção da ONU, liderada pelos Estados Unidos, afastou as lideranças militares, restituiu o governo de Aristide e deu suporte para as eleições parlamentares e municipais de meados de 1995 e a presidencial em dezembro do mesmo ano. Nas primeiras, a plataforma Lavalas conquistou grande vitória e na segunda, o candidato René Preval foi eleito, assumindo o cargo em fevereiro de 1996. Uma de suas primeiras ações enquanto presidente foi solicitar a permanência da MINUAH no país visando dar estabilidade aos primeiros meses de governo. “Dessa maneira, em 29 de fevereiro de 1996, o CS [Conselho de Segurança] autorizou que a MINUAH permanecesse no Haiti até 30 de junho de 1996 com o número de tropas reduzido” (MATIJASCIC, 2014, p. 118).

O governo de René Preval intensificou as reformas neoliberais iniciadas com Aristide. Por meio de legislações encaminhadas e aprovadas pelo legislativo, as principais empresas estatais foram privatizadas com o apoio de instituições financeiras internacionais. Zonas francas foram criadas e as tarifas de importação eliminadas. Mesmo com o crescimento da oposição,

Preval foi o primeiro presidente democraticamente eleito a concluir o mandato no período previsto e sem interrupções.

A crise política aprofundou-se com a nova eleição de Aristide em 2000, sustentado por um novo partido surgido do Movimento *Lavalas*, o *Fanmi Lavalas* (Família Lavalas). Nesse conturbado processo eleitoral estavam em disputa os interesses do *Lavalas*, da oposição e da comunidade internacional. A vitória de Aristide foi acusada de fraude eleitoral e esse argumento foi utilizado pelos Estados Unidos para congelarem o apoio financeiro que destinava ao país. Além disso, o presidente foi obrigado, pelas agências financeiras internacionais, a realizar o pagamento das dívidas do governo, inclusive aquelas que perduravam desde a ditadura. Sem a presença das tropas da ONU que haviam se retirado no início do governo, a oposição reagiu cada vez com mais força (DALBERTO, 2015).

Essa carência de recursos estrangeiros e nacionais, somada à ausência das forças militares e policiais da comunidade internacional – que há quase uma década vinham garantido a permanência dos governantes haitianos no poder, dado as enormes disputas políticas gestadas pelas elites para o controle do Estado –, levaram o governo haitiano para uma nova situação de crise. Aristide, para manter-se no governo, passaria a empreender medidas que, longe de cumprirem com suas promessas eleitorais, eram paternalistas e, no limite, opressoras (DALBERTO, 2015, p. 63).

A perseguição violenta aos opositores gerou reações ainda mais violentas de grupos da ultradireita que armavam gangues para atingir os representantes do governo. Em meio às tensões, Aristide solicitou intervenção das Nações Unidas que recusaram apoio, baseando-se nas denúncias de corrupção e violência praticadas por membros do governo. Ameaçado por um conflito armado que se iniciou na cidade de Gonaives e seguia em direção à capital, Aristide, obrigado pelos Estados Unidos, deixou uma carta de renúncia e, mais uma vez, saiu do país em 29 de fevereiro de 2004 em um avião norte-americano em direção à República Centro Africana. Iniciava, neste momento, mais uma intervenção militar no país.

O Conselho de Segurança da ONU, por meio da resolução 1.542, aprovou a criação da MINUSTAH com a justificativa de trazer estabilidade nesse contexto da nova deposição de Aristide. Liderada pelo Brasil, a Missão iniciou-se em junho de 2004 com a previsão de duração de apenas seis meses. De imediato, mais de 4.000 militares de diversos países desembarcaram no Haiti para atuar no desarmamento, na reestruturação da Polícia Nacional Haitiana, contribuir na realização das eleições, dentre outras atribuições definidas pela referida resolução. Os Estados Unidos, que sempre estiveram diretamente envolvidos nas intervenções no Haiti, nesse

momento, deram prioridade às suas ações no Afeganistão e Iraque e o Brasil, que ganhava visibilidade no cenário internacional, ampliou sua influência.

A escolha do Brasil como líder da missão se baseava em um interesse brasileiro por desempenhar um papel mais atuante após passagens exitosas amplamente elogiadas pela comunidade internacional como membro não permanente do Conselho de Segurança. Não obstante, há o interesse dos Estados Unidos em fazer com que a comunidade internacional agisse, o que também evitaria uma nova fuga de refugiados, principalmente para a Flórida (CHAVES JÚNIOR, 2008, p. 69).

A MINUSTAH iniciou sua atuação buscando um diálogo entre o governo interino de Boniface Alexandre e os ex-militares para concretizar as ações de desarmamento. Posteriormente, a Missão ampliou sua atuação para a área de infraestrutura. Dois anos após a saída de Aristide, os agentes da ONU deram suporte para a realização das eleições de 2006. Adiadas por quatro vezes, essa eleição garantiu o retorno de René Preval à presidência. Devido ao baixo índice de participação dos eleitores e denúncias de fraude eleitoral³⁶, o governo de transição e a ONU, inicialmente, se recusaram a admitir a vitória de Preval, o que levou a manifestações em defesa do candidato e por fim, à aceitação pela comunidade internacional.

De acordo com Chaves Júnior (2008), grande parte da população demonstrou aceitação às tropas, sobretudo em relação aos militares brasileiros. Porém, as sucessivas prorrogações da permanência da Missão sem que mudanças significativas tenham sido notadas, fizeram com que crescesse a opinião contrária. Desde o início, lideranças de movimentos sociais e intelectuais viam com desconfiança mais uma intervenção, mas, com o passar dos anos, manifestações pedindo a retirada das tropas surgiram de diversas direções.³⁷ Porém, tanto o governo de Preval quanto o seu sucessor, Michel Martelly, defendiam e até insistiam a manutenção das tropas no país sabendo que elas poderiam contribuir para a permanência deles no cargo.

É frequente ouvir que as forças militares estão lá para garantir, primeiramente, a segurança dos especialistas *blancs*, depois para elite haitiana no governo, e, por último, para a massa mais pobre. A elite haitiana, com seus restaurantes caros, hotéis, lojas etc, é a que mais se beneficia, economicamente, com a

³⁶ Urnas contendo votos foram encontradas no lixo após serem extraviadas dos locais de votação. “Empresa contratada pela MINUSTAH diz ter jogado cédulas no lixo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2006).

³⁷ Em artigo intitulado “*Soldiers Without a Cause: Why Are Thousands of UN Troops Still in Haiti?*”, Dan Beeton aponta vários casos de abusos cometidos pelos militares da MINUSTAH e discute as reações contrárias à Missão. (BEETON, 2012).

presença estrangeira. O governo, por sua vez, contrário à saída da ONU do país, possivelmente tem, nas forças estrangeiras, a garantia da sua manutenção do poder, que se dá pela repressão das manifestações públicas pelos militares da ONU e pela minimização de algumas demandas (DALBERTO, 2015, p. 66).

Em 12 de janeiro de 2010, um terremoto de 7 graus de magnitude reconfigurou o jogo de forças no Haiti. A catástrofe ocorreu nos arredores da capital Porto Príncipe, justamente uma das áreas mais densamente povoadas do país. Aproximadamente 300 mil pessoas morreram e mais de um milhão e meio ficou desabrigada. Em Léogâne, epicentro do sismo, 80% das construções foi destruída.

Após o terremoto, a presença estrangeira aumentou no país. tanto de agentes de governos quanto de membros de organizações não-governamentais que, além das tropas da Missão da ONU, fizeram e ainda fazem do Haiti um cenário de execução de projetos, muitos deles sem resultados práticos. De acordo com Seguy (2014b), em algumas localidades, a presença desses agentes aumentou o custo dos aluguéis e dos alimentos e dificultou, ainda mais, as já precárias condições de vida. É nesse contexto que surge um novo fluxo migratório, inicialmente envolvendo sobreviventes da catástrofe, mas logo generalizando-se por todo o país.

É importante destacar que a maioria das vítimas do terremoto constituía-se de população pobre residente nas *bindovilles*, áreas da periferia de Porto Príncipe com elevado adensamento populacional, onde predominam precárias construções. Grande parte dessa população tem origem no campo e migrou para a cidade a partir dos anos 1970 dada a intensa precariedade das condições de vida. Nas últimas décadas do século XX, prevalecia uma situação de generalizada pobreza e ausência de serviços básicos no campo haitiano. Além disso, a ausência de assistência técnica, a fragmentação das propriedades e as expropriações para dar lugar às companhias estrangeiras produtoras de gêneros de exportação, reduziram drasticamente a capacidade produtiva da agricultura camponesa (CASTOR, 1986). O êxodo rural impactou profundamente a capital Porto Príncipe que passou a concentrar mais de 30% da população do país.

Autores como Castor (1986), Gomes (2012) e Thomas (2015) demonstraram que, durante todo o século XX, o modelo de desenvolvimento do Haiti reservou amplas extensões de terras para culturas voltadas à exportação e obrigou os camponeses a subsistirem em pequenas extensões de terra, localizadas nas áreas montanhosas, inapropriadas para grandes cultivos. Justamente nessas áreas, atualmente, se nota o maior grau de preservação da vegetação nativa.

Analisando a situação do campo na década de 1970, Castor (1986) mostra que 91% das propriedades agrícolas tinham até três hectares, ocupavam 62% das terras cultiváveis e absorviam 88% da população do campo. Dessas terras, a grande maioria (71%) não chegavam a ter um hectare. Do outro lado, 9% das propriedades ocupavam 38% do restante das terras disponíveis para a agricultura.

Nos anos 1980, a mesma autora aponta que a estrutura fundiária pouco se alterou e o que mudou significou uma maior fragmentação das já diminutas propriedades. Algumas delas impossibilitando qualquer tipo de agricultura. Além da insuficiência das terras e do alto grau de exploração, havia uma imensa precariedade nas condições básicas de vida. Apenas 3% da população do campo tinha acesso à água potável, 0,5% ao sistema de esgoto e cerca de 75% encontrava-se em situação de desemprego camuflado.

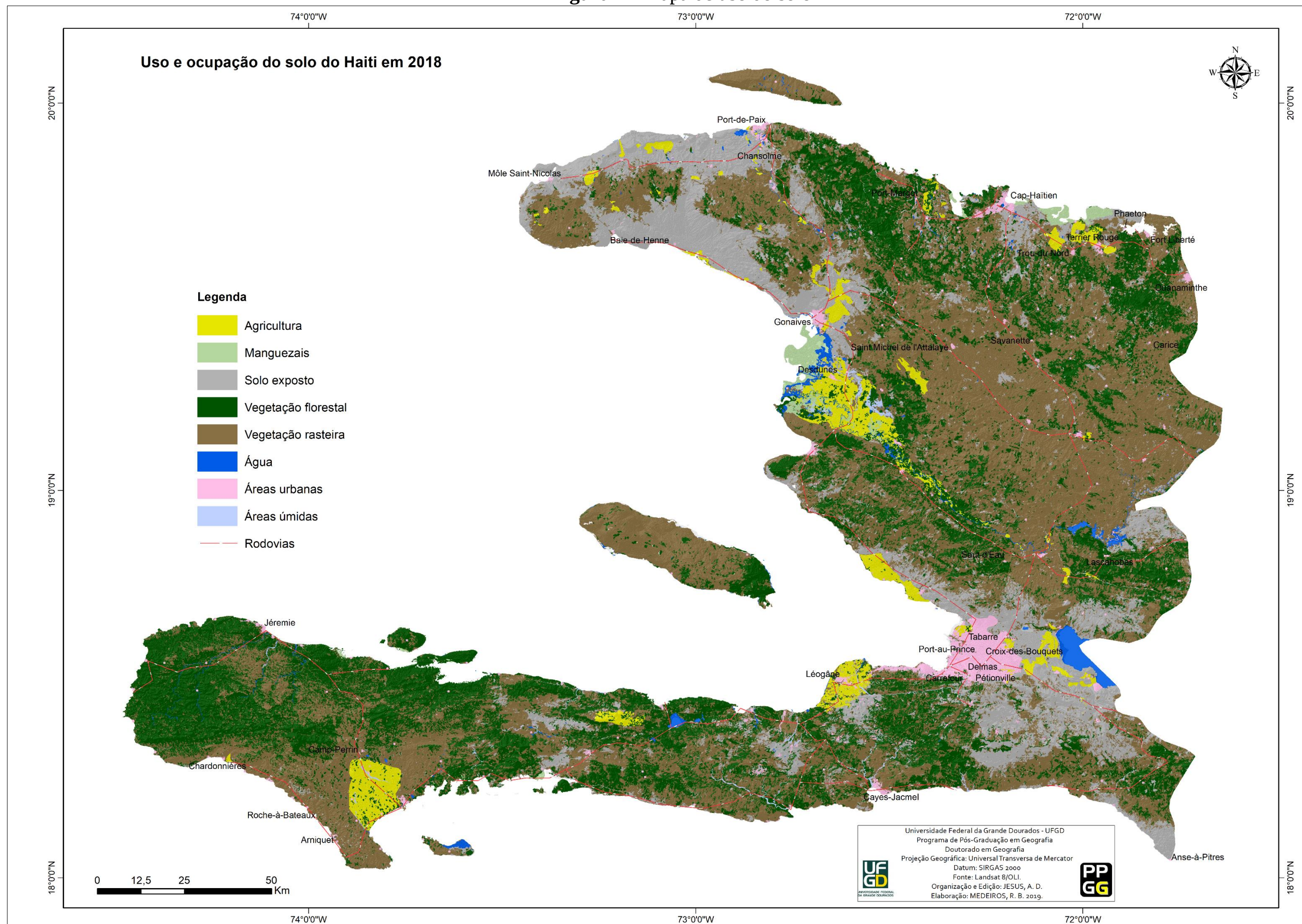
Além das condições que impulsionaram o elevado adensamento populacional nos arredores de Porto Príncipe, o alto grau de exploração da terra provocou um desmatamento sem precedentes. O pouco mais de 25% da vegetação florestal que cobre o país só se mantém em pé porque se encontra em áreas de grande declividade, inapropriadas para a agricultura. A grande agricultura ocupa principalmente as áreas úmidas, nos terrenos mais férteis. 45,9% das terras são cobertas de vegetação rasteira do tipo pastagem e impressionantes 16,6% do solo do país encontra-se exposto, sugerindo um alto grau de degradação. Todas essas constatações, que podem ser visualizadas na tabela 1 e na figura 4, elevam a vulnerabilidade do país às catástrofes.

Tabela 1 - Uso e ocupação do solo do Haiti

Classes	km ²	%
Agricultura	1855,15	6,69
Água	288,17	1,04
Áreas Úmidas	213,90	0,77
Florestal	6991,28	25,19
Manguezal	215,30	0,78
Pastagem	12726,94	45,86
Solo Exposto	4609,39	16,61
Urbana	849,87	3,06
	27750	100,00

Fonte: elaboração própria, 2019

Figura 4 - Mapa de uso do solo



A insatisfação com a permanência das tropas das Nações Unidas foi agravada com a catástrofe ambiental, quando os haitianos perceberam que o socorro prioritário foi destinado aos estrangeiros. Em Léogâne, local do epicentro do terremoto, o socorro por parte da MINUSTAH só chegou dia 17 de janeiro, cinco dias após o ocorrido (SEITENFUS, 2016). Os abusos de autoridade com a população pobre, a repressão das manifestações contrárias à ocupação e a descoberta de que a epidemia de cólera tinha relação com a MINUSTAH, após o terremoto de 2010, levaram ao descontentamento e aos protestos pedindo o fim da Missão.

A introdução do vírus da cólera foi particularmente dolorosa para o Haiti. Ao contrário do que poderia esperar, o foco de contaminação não estava nas áreas afetadas pelo terremoto e sim no Rio Meye, afluente do Artibonite, em uma região rural do país. Em outubro de 2010 surgiram os primeiros casos de vítimas que morriam dentro de algumas horas. De acordo com a Organização Panamericana de Saúde, quase 8 mil pessoas morreram e aproximadamente 800 mil foram infectadas (SEITENFUS, 2016). Posteriormente, ficou constatado que a origem do vírus era proveniente do Nepal e chegou ao Haiti através dos soldados da MINUSTAH.

Além disso, a insatisfação ficou ainda maior quando os primeiros casos de abusos sexuais se tornaram conhecidos. Frente à extrema pobreza, muitas mulheres haitianas se submetiam ao sexo com os militares em troca de dinheiro e até mesmo comida. O estudo recente de Lee e Bartels (2019) identificou 265 crianças fruto de relações entre haitianas e militares da MINUSTAH, 28,3% envolvendo soldados do Uruguai e 21,9% do Brasil. O mais grave é que essas mulheres, muitas delas meninas de até 11 anos de idade, eram abandonadas assim que a gravidez era conhecida. “Tiveram que manter sozinhas os filhos que foram fruto desses relacionamentos porque os pais eram repatriados assim que a gravidez era conhecida” (LEE e BARTELS, 2019, p. 1).

Dois meses após o terremoto, em março de 2010, as autoridades haitianas elaboraram o Plano de Ação para a Reedificação e o Desenvolvimento Nacional do Haiti (PARDN) que teve como principal destinatário a comunidade internacional a fim de convencer o setor privado estrangeiro a investir no país, valendo-se das vantagens de proximidade do mercado dos Estados Unidos e da presença de mão de obra barata. A estratégia central do Plano consistiu em criar zonas francas para a instalação de empresas estrangeiras, algumas delas, inclusive, já estavam previstas antes do terremoto. O principal exemplo é o Parque Industrial de Caracol que, apesar de anunciar 60.000 empregos, gerou apenas 4.000, além de expropriar 366 famílias (THOMAS, 2015; SEGUY, 2014a).

As estratégias de captura da economia haitiana e aumento da sua dependência internacional foram retomadas após o terremoto de 2010. Com o Plano de Reconstrução, a

comunidade internacional viu a possibilidade de beneficiar seus setores privados a partir da instalação de empresas nas zonas francas planejadas. Todavia, essas iniciativas vêm de longa data. Em 1982, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, apresentou à OEA a proposta de transformar a região do Caribe, principalmente o Haiti, numa área de produção voltada à exportação através de um programa chamado *Caribbean Bassin Initiative* (CBI). A partir desse momento, de modo acelerado, intensifica-se a presença de empresas estadunidenses no país que assiste a agricultura e a frágil indústria local reduzir ainda mais sua importância.

Em 2006, o Congresso dos Estados Unidos criou a Lei de Oportunidade Hemisférica para o Haiti (HOPE I) e em 2008, a HOPE II, cujos objetivos estavam centrados em eliminar as despesas de importação de roupas produzidas no Haiti. Com isso, empresas dos Estados Unidos passaram a produzir no Haiti, pagando baixíssimos salários e contando com isenção das tarifas alfandegárias para circular sua produção. Seguy (2014b) aponta que as manifestações que reivindicavam o reajuste salarial de 70 para 200 gourdes diários, em 2008, foram duramente reprimidas pela MINUSTAH. A lei que havia sido anteriormente aprovada pelo Parlamento foi revista, rebaixando o salário para 125 gourdes diários, o que correspondia a cerca de 2 dólares, à época³⁸.

Com o mesmo intuito, em 2009, o Secretário-Geral da ONU envia ao Haiti o professor Paul Collier, do Departamento de Economia da Universidade de Oxford, para elaborar um diagnóstico sobre as possibilidades de investimento no país. O relatório publicado pelo professor aponta como estratégia de segurança econômica a reconstrução da infraestrutura e a expansão das zonas francas. Justifica, para isso, o baixo preço da mão de obra e a desregulamentação do Estado.

No setor de vestuário, o custo principal é o da mão-de-obra. O Haiti sendo relativamente pouco regulamentado, o custo da mão-de-obra aguenta perfeitamente a concorrência com a China, que constitui a referência padrão. A mão de obra haitiana não somente é barata, também é de qualidade. Com efeito, dado que a indústria do vestuário já foi anteriormente ali muito mais desenvolvida do que é atualmente, o Haiti dispõe neste setor de uma importante reserva de mão de obra experiente (COLLIER *apud* SEGUY, 2014b, p. 100).

³⁸ Em 2019, o salário mínimo haitiano era de 500 gourdes diários (cerca de 5,13 dólares) (AGÊNCIA EFE, 2019).

Este relatório de 2009, o Plano de Reconstrução pós-terremoto de 2010 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti, publicado pelo presidente Martelly, em 2012, basicamente apontavam para a mesma direção: reconstrução da infraestrutura do país tendo como principal parceiro o setor privado internacional e a criação das zonas francas voltadas à exportação. Esse modelo, desde a ocupação dos Estados Unidos no início do século XX, mostrou seus efeitos prejudiciais, uma vez que diminuiu a produção interna e aumentou a dependência e a vulnerabilidade ao mercado internacional. A dívida externa do país saltou de 28,4 milhões em 1971 para 269,5 milhões em 1980. Um aumento de quase 1.000% em menos de dez anos (GOMES, 2012).

Quanto aos empregos, Thomas (2015) afirma que, nem mesmo no período de apogeu, em 1987, as zonas francas de subcontratação não ofertavam mais que 40.000 postos em todo o país, os mais precários e mal pagos, inclusive. Para ele, trata-se de converter a economia nacional em zona franca. Assim se resumem as vantagens comparativas do Haiti. Mas ainda é necessário lembrar que essas “vantagens” podem desaparecer quando as isenções das tarifas forem suspensas ou quando mão de obra mais barata e precarizada for descoberta em outra parte do mundo, deixando o Estado e o povo haitiano sozinhos.

Analisando as intervenções internacionais após o terremoto de janeiro de 2010, Seguy (2014a) argumenta que está vigorando no Haiti uma realidade de tipo colonial que contribui para reorganizar as estruturas de manutenção da ordem desigual na medida em que as estratégias de “reconstrução” do país estão focadas na maior exploração do precarizado trabalho haitiano. Já Dalberto (2015), observa a presença de uma racionalidade e um discurso eurocêntrico por parte dos agentes da ONU, apoiado numa demarcação binária, hierárquica e racial. Através da bandeira da transição democrática e estabilização do país, práticas de controle têm sido operadas para garantir a recolonização do Haiti.

Em outubro de 2017 a ONU encerrou as operações da MINUSTAH. No último anos de funcionamento, pouco mais de 2 mil agentes estrangeiros se encontravam no país, quase metade deles, brasileiros. Entretanto, mais uma missão substituiu a anterior, a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH). Iniciada imediatamente após a MINUSTAH, a MINUSJUSTH encerrou suas atividades em 15 de outubro de 2019 e deu lugar ao Escritório Integrado das Nações Unidas no Haiti (UNINH), estabelecido pela resolução 2476 do Conselho de segurança (2019). As repetidas intervenções no Haiti parecem manter ativa a lógica colonial moderna, agora envolta no discurso da democracia e boa governança.

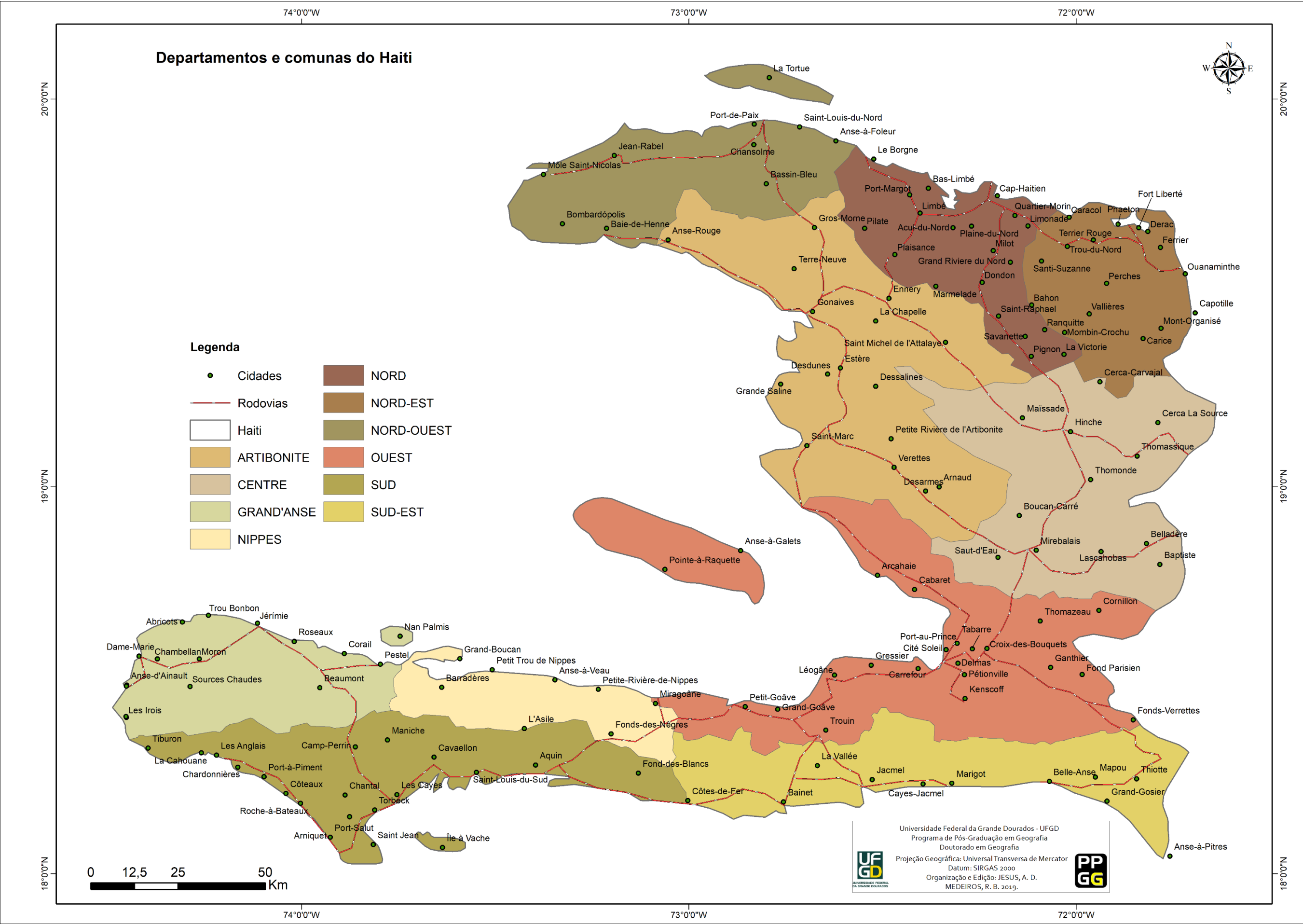
Até o momento, argumentamos que o feito impensável da revolução haitiana chocou o poder colonial francês, bem como outras potências da época. As dívidas contraídas em troca do

reconhecimento da independência obrigaram a pequena nação caribenha a submeter-se ao jogo do mercado internacional e aprisionar-se na dependência financeira. Além disso, as intervenções internacionais que iniciaram com a presença dos Estados Unidos em 1915 e permaneceram até 2019 sob o comando das Nações Unidas, intercaladas pela ditadura dos Duvalier e os sucessivos golpes de Estado, impossibilitaram o Haiti de crescer com autonomia.

As disputas internas pelo poder, a vulnerabilidade às catástrofes e a grande presença internacional tem feito do Haiti um cenário de frequente ingerência estrangeira. As estratégias para a “estabilização” ou “reconstrução” do país não têm apresentado melhorias das condições de vida para a maior parte da população. Apesar de libertar-se da sua situação colonial, a colonialidade permanece, marcando a submissão do Haiti frente à comunidade internacional, sobretudo aos Estados Unidos.

Sob o discurso da reconstrução, iniciativas planejadas, em construção ou já em funcionamento estão espalhadas pelos país, atendendo prioritariamente aos interesses externos e excluindo a população local da tomada de decisão. No departamento Sul, o projeto de destinação turística, na Île-à-Vache, analisado por Sarrasin e Renaud (2014); no departamento Nordeste, a instalação do Parque Industrial de Caracol, analisado por Seguy (2014a) e da Zona Franca de Ouanaminthe, estudada por Desrosiers (2014); e no Noroeste, os projetos de mineração que afetam comunidades como Jean Rabel e Baie-de-Hene, apontadas por Maria (2013) são alguns casos. A localização desses exemplos pode ser visualizada na figura 5, no mapa dos departamentos e comunas do Haiti.

Figura 5 - Mapa dos departamentos e comunas do Haiti



O discurso da ajuda humanitária tem, reiteradamente, ocupado a pauta dos debates acerca do desenvolvimento do Haiti. Ainda nos anos 1980, era grande o número de projetos ditos humanitários, alguns deles sem correspondência com as urgentes necessidades do país. “Haiti é um cemitério de projetos. Em 1980, quase todos os projetos financiados por programas públicos bilaterais ou multilaterais, bem como os projetos privados de certa importância financeira, encontravam-se paralisados ou em crise” (GRONDIN, 1985, p. 92). Como os financiadores exigiam resultados rápidos, muitos projetos foram abandonados sem conclusão. Três décadas depois, a presença de Organizações Não-Governamentais voltou a crescer em virtude do terremoto. Algumas delas atuando em serviços emergenciais³⁹, outras, nem tanto. O número de ONGs no Haiti pode ter chegado a 10 mil nos meses iniciais de 2010 (SEGUY, 2014b, p. 105). A promessa de reconstrução do país através do financiamento da comunidade internacional parece ter atraído muitas organizações para fazer negócio enquanto a precariedade se reproduz.

Diante do quadro de instabilidade política e econômica e consequentemente da precarização das condições de vida, a migração surge como alternativa. Desde as migrações temporárias dos cortadores de cana-de-açúcar no início do século XX até as atuais, a emigração do Haiti tem sido uma marca presente do seu povo. Entendemos que a retomada da história haitiana feita nas páginas anteriores contribui para explicitar os condicionantes para as migrações que ocorrem há mais de um século.

O relato de Charles, um dos nossos interlocutores, nos coloca em contato um cotidiano marcado pela presença internacional no Haiti que apresentamos anteriormente, ao mesmo tempo em que articula a migração como alternativa diante do precário quadro vigente no país.

ONU fez mal, muito mal

Charles, 34 anos, natural de Léogâne, Haiti, já experimentou a migração internacional e, assim como muitos outros haitianos, também a mobilidade interna no Brasil. Seu projeto migratório está inserido na rede familiar que se encontra em diáspora pelo mundo. De uma família de sete filhos, seis estão fora do Haiti. Dois irmãos na França, um no Chile, duas irmãs em Guadalupe, um no Haiti e ele, há dois anos no Brasil.

Com conhecimento da língua inglesa, trabalhou como intérprete para organizações internacionais de ajuda humanitária como Cruz Vermelha e *Save the Children* em cidades

³⁹ Um exemplo disso é que, de 2005 até pelo menos 2014, a organização Médico Sem Fronteiras era a única no país a oferecer os serviços de emergência e pronto-socorro (SEGUY, 2014a, p. 79).

próximas à Léogâne, entre 2010 e 2015. Com a saída das organizações do país, ficou desempregado em 2015 e passou a planejar a viagem para o Brasil.

Como sua atuação esteve envolvida em atividades para a “reconstrução do país” pós terremoto e acompanhou de perto as intervenções da Comunidade Internacional, por meio da MINUSTAH e das ONGs, tem opinião crítica em relação à primeira. *“A ONU fez mal para o Haiti, muito mal. A MINUSTAH levou a cólera, teve casos de estupros e outras coisas. Passados tantos anos e não posso ver saldo positivo”*.

Financiou a viagem com o dinheiro economizado enquanto esteve empregado. Depois de adquirir o visto humanitário na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, em junho de 2016 voou para São Paulo e deslocou-se para a cidade paranaense de Pato Branco onde residiam conhecidos. Passou dois meses desempregado e mudou-se para Três Lagoas, MS, também orientado e acolhido por conhecidos do Haiti.

Já em Três Lagoas, cursou aulas de português e o curso técnico de mecânica oferecido pelos padres salesianos em parceria com o SENAI. Atualmente trabalha como jardineiro na escola salesiana e é membro da Associação dos Haitianos de Três Lagoas. *“O Brasil recebe os haitianos de maneira muito desorganizada. Nós temos qualificação e não podemos trabalhar (...). Nem todos recebem pouco no Brasil. Não temos as mesmas condições”*.

Sobre a associação, refundada em outubro de 2017, afirma que precisa de mais apoio institucional do Brasil, que muita coisa não é feita porque falta orientação dos caminhos a percorrer.

Três Lagoas, 17 de agosto de 2018.

3.2 A SAÍDA MIGRATÓRIA: OS HAITIANOS PELO MUNDO

Como vimos no item anterior, o Haiti foi marcado pela grande presença estrangeira no país. Pouco tempo depois da independência, a imposição das dívidas vinculou a produção interna às necessidades das potências e submeteu o Haiti à dependência internacional. Embora a ocupação dos Estados Unidos tenha se efetivado em 1915, antes disso, já era grande a influência norte-americana nas terras caribenhas através de empresas agropecuárias. É através delas que surgem as primeiras grandes migrações de haitianos para outros países do Caribe, principalmente Cuba e República Dominicana.

Transformado em país mais pobre do continente americano, é dele que saem, há mais de um século, os trabalhadores e trabalhadoras mais pauperizados que serão recrutados (ou não)

em diversos países da região. Para os que dispõem de melhores condições financeiras, o acesso aos Estados Unidos, Canadá e França é prioritário. Para os demais, além desses destinos, outros atravessamentos intermediários funcionam como estágios a serem cumpridos. É assim que alcançam o México, a República Dominicana ou a Guiana Francesa. A maioria permanece sem alcançar o sonho da “grande diáspora”, mas não regressam em definitivo para o Haiti.

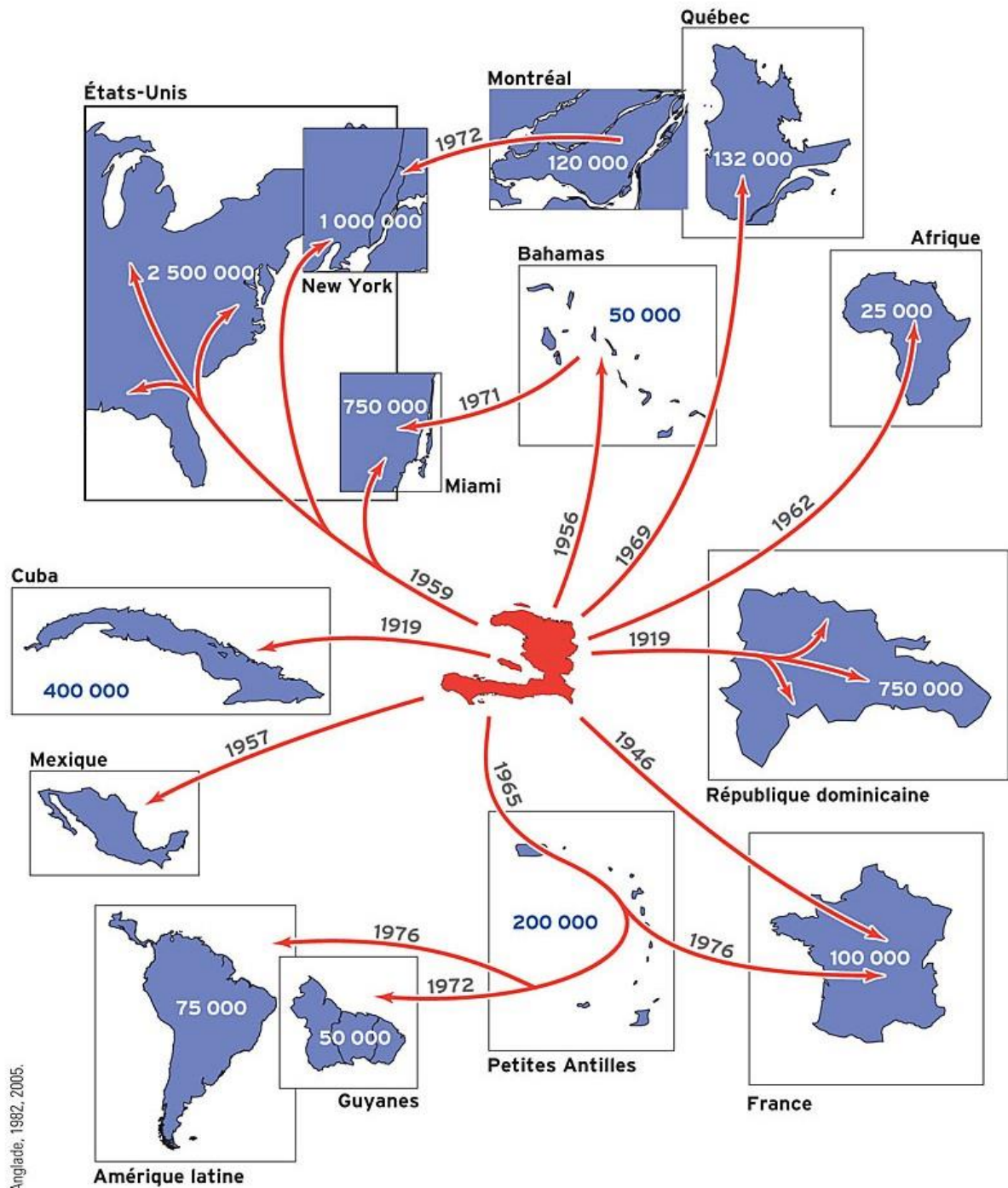
Enquanto fenômeno de grande dimensão e continuidade no tempo, a mobilidade haitiana assume padrões variados desde o início do século XX. O processo migratório está intimamente ligado à história do Haiti. Postos em movimento, milhões de haitianos expandiram o espaço desse país para muito além de suas fronteiras demarcadas, produzindo um espaço transnacional através de variados vínculos. A figura 6 (p. 95) mostra a amplitude da diáspora haitiana na segunda metade do século XX. Atualmente, mais de 25 países contêm grupos de haitianos superiores a 500 pessoas (ALFONSO, 2012). Mais do que os números, as relações entre os diferentes destinos e o Haiti, materializadas pelos sujeitos em mobilidade, lançam luz na compreensão desse processo.

Segundo Regine Jackson (2011), os estudiosos do transnacionalismo acreditam que o geógrafo haitiano Georges Anglade, ainda na década de 1970, foi o primeiro a usar o termo “décimo departamento” para descrever a província externa do Haiti, composta por migrantes, exilados e refugiados que viviam no exterior. Era o início da conceituação do que mais tarde ele chamaria de “novo espaço haitiano” para se referir à diáspora, a ampliação do espaço haitiano feita através das migrações e sua manutenção e recriação a partir de variados fluxos, conectando distintos locais de destino e de passagem com os de origem.

Esses vínculos são tão fortes que, em 1994, o governo de Jean-Bertrand Aristide criou o Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE) para tratar dos assuntos da diáspora. Este órgão foi reestruturado em 2011, durante o governo de René Preval. Sob a responsabilidade dele está a maior parte dos serviços relacionados à emigração, dentre eles, a organização anual da Jornada Internacional da Diáspora (JOSEPH, 2015).

No final da década de 1980, principalmente nos Estados Unidos, o conceito de diáspora começou a ser utilizado por padres haitianos ligados à Teologia da Libertação, para organizar a mobilização contra a ditadura. Na década de 1990, o termo tornou-se parte do *créole* haitiano e atualmente encontra-se profundamente enraizado no senso comum da identidade haitiana nos Estados Unidos e no Haiti para referir-se à uma comunidade imaginada (GLICK-SCHILLER, 2011). Entretanto, seus usos são variados, podendo surgir, inclusive, “o sujeito diáspora”, como analisado por Joseph (2015).

Figura 6 - A diáspora haitiana entre o início do século XX e 1980.



© Georges Anglade, 1982, 2005.

Les deux grandes vagues migratoires du XX^e siècle, 1915-1935, 1965-1985, ont créé la diaspora qui, au Tricentenaire, 2005-2104, fait partie du nouvel espace haïtien.

Fonte: Anglade, 1982.

No contexto revolucionário do Haiti no início do século XIX, alguns colonos fugiram e levaram seus escravos para a vizinha Cuba. Os primeiros colonos franco-haitianos começaram a chegar nas províncias de Baracoa, Guantánamo e Santiago de Cuba em 1789, mas em número ainda reduzido. Em 1793, cerca de 2.000 colonos brancos fogem para Cuba, República Dominicana e Estados Unidos (MALEMBE, 2013). Como já tinham experiência no manejo dos cafezais, esses colonos transformaram-se na vanguarda econômica das regiões onde se estabeleceram, principalmente nas franjas montanhosas de Sierra Maestra e na Cordilheira de Nipe-Sagua-Baracoa, locais com terras mais baratas (MACHADO e LORES, 2014).

Esse primeiro fluxo não teve continuidade durante o século XIX. As autoridades coloniais cubanas passaram a impedir a entrada de haitianos para evitar a propagação das ideias revolucionárias trazidas pelos negros e mulatos livres. Já estabelecidos na ilha de Cuba, os senhores cuidaram de evitar possíveis revoltas, reduzindo castigos corporais mais severos, permitindo festejos e a compra da liberdade para alguns (MACHADO e LORES, 2014). Desse modo, a migração haitiana para Cuba diminuiu até o fim daquele século, voltando a aumentar nas primeiras três décadas do século XX, com outro perfil e outras características.

De acordo com Lores e Machado (2014), em 1889, a empresa norte-americana *United Fruit Company* iniciou suas atividades na região cubana de Banes, mas enfrentou escassez de mão de obra local para a construção da usina e das vias férreas. A partir desse momento, inicia-se um fluxo migratório de antilhanos, sobretudo de haitianos e jamaicanos, tendo o primeiro grupo chegado à cidade em 1900. Nos anos seguintes, a companhia manteve a contratação de migrantes, na maioria das vezes de maneira ilegal.

Os *braceros*, como eram denominados, configuravam uma migração sazonal. Anualmente eram recrutados nas áreas rurais do Haiti e da Jamaica, embarcados para Cuba, onde permaneciam durante os meses da colheita da cana-de-açúcar, principalmente, mas também trabalhavam em cafezais e fazendas de algodão. A contratação dessa mão de obra era vantajosa pois era barata, altamente produtiva, além de não demandar um vínculo empregatício estável, sendo dispensada e devolvida aos seus países no período de entressafra. Na safra de 1927, por exemplo, 74% dos *braceros* já haviam estado em Banes pelo menos uma vez (ECURED, s/d).

Os fluxos ficaram conhecidos, de modo pejorativo, como “haitianadas” e referiam-se aos trabalhadores que se deslocavam principalmente da costa sul do Haiti para o leste de Cuba. “Este tráfico de *braceros* entre Haiti e Cuba esteve controlado por empreiteiros haitianos que eram utilizados pelas companhias norte-americanas, que viam nesses homens e mulheres mão de obra barata e disponível aos seus interesses” (MACHE e LIMONTA, 2007, p. 2) [Tradução

nossa]⁴⁰. De acordo com Pichardo (1973), em 1912, entraram 1.400 haitianos em Cuba, entre 1913 e 1921, 81.000 e entre 1921 e 1930, 114.495.

A partir desse momento, a migração diminuiu significativamente. A depressão econômica dos anos 1930, as flutuações no preço do açúcar e a crescente rejeição pelos trabalhadores cubanos, contribuíram para a criação de decretos que impediram a entrada e expulsaram milhares de antilhanos, sendo a maioria haitianos, ainda no ano de 1931 (JOSEPH, 2015). Apesar da proibição, Joseph (2015) relata que os *braceros* continuaram a chegar até 1961 para trabalhar nas lavouras de café.

Embora majoritariamente sazonal, gradativamente a população haitiana foi permanecendo em Cuba, dando origens a comunidades nas atuais províncias de Camaguey, Las Tunas, Holguín, Granma, Santiago de Cuba e Guantánamo. Começaram a agrupar-se em torno da língua, da religião e de outros costumes trazidos do Haiti, como forma de enfrentar as dificuldades de adaptação. “Isto lhes permitiu sustentar uma identidade entre seus membros e, a sua vez, constituir elementos de alteridade ao proporcionar a diferenciação como meio de reafirmação ou autodefinição de si mesmos” (MACHE e LIMONTA, 2007, p. 3) [Tradução nossa]⁴¹. Para essas autoras, as comunidades haitianas, em consequência dos processos de transculturação, transformaram-se em comunidades haitiano-cubanas, originando novas características etnoculturais, mudança nas atividades econômicas, bilinguismo, mobilidade para zonas urbanas, dentre outras.

Nas primeiras décadas dessa migração, as manifestações culturais que os diferenciavam dos demais antilhanos, como o vodu e o *creole*, estavam quase sempre restritas ao âmbito familiar e comunitário. Isso ocorreu, em grande medida, pela grande discriminação que sofriam. Por ser operária, estrangeira e negra, era rejeitada por diversos estratos sociais da sociedade cubana, inclusive os negros pobres. Em publicações dos anos 1915 e 1928, o jornal “*El Pueblo*”, da cidade de Banes, encabeçava seus artigos com títulos como “*Inmigración perniciosa*”, “*El peligro negro*”, “*Ley de inmigración tiene que ser más severa*”, “*El problema de la inmigración*”, dentre outros (ECURED, s/d).

Os haitianos, desde o primeiro momento, foram rechaçados nas relações sociais. Ao imigrante haitiano lhe era aplicada com maior crueza a marginalização e a discriminação, não só pelos componentes brancos da sociedade, mas até pelos próprios mestiços e negros cubanos. Nem sequer

⁴⁰ Este tráfico de *braceros* entre Haití y Cuba estuvo controlado por contratistas haitianos que eran utilizados por las compañías norteamericanas, quienes veían en estos hombres y mujeres mano de obra barata y disponible a sus intereses.

⁴¹ Esto les permitió sostener una identidad entre sus miembros y, a su vez, constituir elementos de alteridad al proporcionar la diferenciación como medio de reafirmación o autodefinición de sí mismos.

eram admitidos pela população negra em suas sociedades de recreação (MACHADO e LORES, 2014, p. 6). [Tradução nossa]⁴²

Alguns autores defendem que, com a Revolução Cubana em 1959 e as transformações políticas e econômicas provenientes dela, os haitianos passaram a ter os mesmos direitos que os cubanos e assim suas influências foram visibilizadas gerando processos de transculturação e diminuíram sua marginalização (MALEMBE, 2013; MACHE e LIMONTA, 2007).

Joseph (2015) afirma que, em 1944, estimava-se em cerca de 80.000 o número de haitianos residentes em Cuba. Baptiste e Vieira (2016), apontam a existência de mais de 200.000 na década de 2010. Esse acréscimo se deve às grandes saídas nos últimos anos da ditadura dos Duvalier, na instabilidade decorrente do golpe de estado de 2001 e mais recentemente, na saída pós terremoto de 2010. Por situar-se a cerca de 100 quilômetros do Haiti, muitos haitianos enxergam em Cuba uma alternativa de destino ou de passagem e se arriscam na travessia em frágeis embarcações. Em 2011, por exemplo, 38 pessoas morreram após o naufrágio de uma embarcação na costa de Guantánamo⁴³.

Também nas primeiras décadas do século XX inicia-se a contratação de *braceros* para as áreas canavieiras da República Dominicana. Assim como em Cuba, a carência de mão de obra foi suprida com o trabalho sazonal de milhares de antilhanos, inicialmente vindos das ilhas caribenhas de língua inglesa, mas a grande maioria foi e continua sendo proveniente do Haiti. As contratações eram irregulares até 1919 e por esse motivo não há números confiáveis acerca da presença haitiana no país nesse período. A partir dessa data, o governo militar de ocupação estadunidense⁴⁴ formalizou um sistema de contratos regulados para a importação desses trabalhadores que passaram a ser cerca de 5.000 anualmente. Os censos dominicanos registraram 28.258 haitianos em 1920 e 52.657 em 1935 (WOODING e MOSELEY-WILIAMS, 2004).

Por décadas, os *braceros*, contratados no campo haitiano, formaram a base do trabalho que sustentou a produção açucareira da República Dominicana. Passaram a residir nas proximidades das áreas canavieiras em povoações conhecidas como *bateyes* – inicialmente alojamentos para trabalhadores, transformados depois em bairros com população

⁴² Los haitianos, desde el primer momento, fueron rechazados en las relaciones sociales. Al inmigrante haitiano le era aplicada con mayor crudeza la marginación y la discriminación, no solo por los componentes blancos de la sociedad, sino hasta por los propios mestizos y negros cubanos. Ni siquiera eran admitidos por la población cubana negra en sus sociedades de recreo.

⁴³ Naufrágio em Cuba mata 38 emigrantes haitianos. <http://veja.abril.com.br/mundo/naufragio-em-cuba-mata-38-emigrantes-haitianos/>

⁴⁴ Os Estados Unidos que já haviam ocupado militarmente o Haiti em 1915, iniciaram uma ocupação na República Dominicana em 1916 e permaneceram até 1924.

predominantemente haitiana ou domínico-haitiana. Nesses locais, há carência de serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Configuram-se, ainda hoje, como espaços segregados em várias áreas do país. “Na atualidade há umas 30.000 famílias bateyanas. Todas elas sofrem os resultados da negligência dos proprietários de açúcar, do governo e dos países importadores, como Estados Unidos ou Reino Unido” (REVUELTA, 2017, p. 1) [Tradução nossa].⁴⁵ A figura 7 mostra o *Batey El Naranjo*, onde vivem cerca de 4 mil pessoas, no município de San Luís, leste de Santo Domingo.

Figura 7 - Batey El Naranjo, República Dominicana



Fonte: Fernandez, 2015.

A presença crescente de haitianos na República Dominicana provocou o surgimento de reações contrárias, tanto da elite quanto da população pobre. Mais do que xenofobia, a aversão aos haitianos ficou conhecida como anti-haitianismo, marcada profundamente pelo preconceito racial. Entre os dominicanos, é comum a associação dos haitianos e descendentes com o estrito trabalho nos canaviais. Por esse motivo, grande parte da população nega a ancestralidade africana para não se assemelhar aos haitianos. De acordo com Grondin (1985), no imaginário de grande parte da população, ser negro significa ser haitiano e, portanto, cortador de cana. Uma manifestação da colonialidade do pensamento sob a forma de racismo.

Durante toda a história da migração haitiana nesse país, os migrantes conviveram com o desrespeito verbal, a segregação residencial, a ausência de serviços essenciais, deportações arbitrárias, as piores remunerações e os trabalhos mais precários. Enfim, uma série de abusos e

⁴⁵ En la actualidad hay unas 30.000 familias bateyanas. Todas ellas sufren los resultados de la negligencia de los propietarios del azúcar, del Gobierno y de los países importadores, como EEUU o Reino Unido.

violações que foram amplamente denunciadas internacionalmente por organizações de Direitos Humanos. O ápice da violência aconteceu em 1937, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo, que governou o país entre 1930 a 1961, ordenou a matança de milhares de haitianos, principalmente nas áreas fronteiriças. Não se sabe o número de mortes, mas as estimativas chegam a 30.000 (WOODING e MOSELEY-WILIAMS, 2004).

O massacre iniciou-se sem advertência alguma, através da ordem de Trujillo ao exército para que matasse todo haitiano que não pudesse demonstrar sua condição de dominicano. Os assassinatos iniciaram secretamente e não foram reportados pelos meios de comunicação, controlados pelo governo. Porém, a natureza e a magnitude do massacre se foram conhecendo paulatinamente no exterior, gerando protestos que levaram o governo dos Estados Unidos a pressionar Trujillo para que chegasse a um acordo com o governo haitiano. O acordo a que chegaram os dois Estados incluiu uma indenização de 550.000 dólares (WOODING e MOSELEY-WILIAMS, 2004, p. 19) [Tradução nossa].⁴⁶

Apesar da continuidade das contratações temporárias, a República Dominicana passou a ser um destino, ao menos provisório, da diáspora haitiana. Os 275 quilômetros de fronteira entre os dois países e a rede de estradas que os conectam, apresentam menos obstáculos à entrada do que outros vizinhos do Caribe, por exemplo. Desse modo, essa migração aumentou durante o século XX e o Censo de Imigrantes Haitianos realizado pela Oficina Nacional de Estatística, em 1991, registrou a presença de 245.000 deles no país (WOODING e MOSELEY-WILIAMS, 2004).

Soma-se ainda a grande quantidade de domínico-haitianos, que são os filhos e netos nascidos na República Dominicana, estimados em 260.000 na década de 1990 (WOODING e MOSELEY-WILIAMS, 2004). Por esse motivo, frequentemente, estima-se em mais de 500.000 o número de haitianos e descendentes residentes no país. Entretanto, esses autores fazem a ressalva das inúmeras deportações, muitas delas coletivas, fazendo com que os números apresentados possam ser superestimados. Os números inflados também são utilizados no discurso político contrário à essa migração, quando se argumenta que o Estado dominicano tem arcado com os custos sociais da presença haitiana dentro de suas fronteiras.

⁴⁶ Lo masacre se inició sin advertencia alguna, tras la orden de Trujillo al ejército para que procediera a matar a todo haitiano que no pudiera demostrar su condición de dominicano. Los asesinatos se iniciaron en secreto y no fueron reportados por los medios de comunicación, controlados por el gobierno. Sin embargo, la naturaleza y magnitud de lo masacre se fueron conociendo paulatinamente en el extranjero, generando protestas que llevaron al gobierno de los Estados Unidos a presionar a Trujillo para que llegara a un acuerdo con el gobierno haitiano. El acuerdo al que arribaron los dos Estados incluyó una indemnización de 550.000 dólares.

De todo modo, a República Dominicana é um dos mais destacados destinos da diáspora haitiana. Apenas os Estados Unidos têm uma população de migrantes haitianos comparável em números, afirma Martínez (2011). Obviamente, a menor distância e os menores custos da migração para o país vizinho ajudam a entender a permanência desse fluxo. Apesar de ser o mais “acessível” é o menos desejado dos destinos e muitos dos que lá estão, almejam migrar para outros países que ofereçam melhores condições de vida.

Paradoxalmente, os haitianos consideram a República Dominicana como o menos desejado dos destinos internacionais da migração. Em outro lugar, observei que a maioria dos conhecimentos dos haitianos sobre seu vizinho na ilha de Hispaniola parece estender-se pouco além da sua reputação como um mundo de plantação que absorve o mais despreparado dos emigrantes do país. Os residentes das zonas rurais fronteiriças do sudeste do Haiti, as principais áreas de onde partem os migrantes, conhecem o país vizinho melhor, mas mantêm poucas opiniões melhores sobre isso. No sudeste, onde fiz meses de campo etnográfico, rumores e lendas descrevem a República Dominicana como um lugar de intriga, traição, magia, loucura e assassinato (...) A República Dominicana não é, enfaticamente, um lugar onde a maioria dos haitianos desejaria se instalar, ao menos no momento em que saem de casa pela primeira vez (MARTÍNEZ, 2011, p. 51). [Tradução nossa]⁴⁷.

Além das violações anteriormente mencionadas, em 2004, a *Ley General de Migración* aplicou uma exceção ao princípio do *jus soli* que permite negar a cidadania dominicana aos filhos de pessoal diplomático, dos migrantes não documentados e trabalhadores temporários, considerando-se que todos esses são migrantes em trânsito. A partir desse momento, muitos haitianos foram deportados e milhares de crianças nascidas em solo dominicano tornaram-se apátridas (BERNARDES, 2016). Isso porque, para as autoridades dominicanas, grande parte da população haitiana no país encontra-se em trânsito e não reside definitivamente.

Em setembro de 2013, o Tribunal Constitucional da República Dominicana emitiu a sentença 168-13 que causaria ainda maior impacto na vida dos haitianos e dominicanos de ascendência haitiana residentes no país. A decisão passou a considerar que todos os nascimentos

⁴⁷ Paradoxically, Haitians regard the Dominican Republic as the least desirable of the going international emigration destinations. Elsewhere, I have observed that most Haitians’ knowledge about their neighbor on the island of Hispaniola seems to extend little beyond its reputation as a plantation netherworld that swallows up the most desperate of the country’s emigrants. Residents of Haiti’s rural southeast and frontier zones, the major rural source areas of Dominican-bound migrants, know the neighboring country better but hold little better opinions of it. In the southeast, where I have done months of ethnographic fieldwork, rumors and legends depict the Dominican Republic as a place of intrigue, treachery, magic, madness and murder (...) The Dominican Republic is emphatically not a place most Haitians would wish to settle in, least of all at the moment they first leave home.

de filhos de imigrantes em situação irregular no país, desde 21 de junho de 1929⁴⁸, se enquadrariam na definição de “pessoas em “trânsito”. Diante de tantos abusos, inclusive respaldados em lei, não é difícil imaginar o porquê de muitos haitianos não terem a República Dominicana como destino permanente e sim, como uma etapa provisória em seus projetos migratórios.

Embora não se constitua um espaço da diáspora haitiana atualmente, a África, principalmente o Congo, também se inseriu nos destinos da migração haitiana. Durante a década de 1960 dezenas de colônias europeias na África conquistaram a independência política e seus processos de reconstrução estimularam a migração de ativistas negros e profissionais de diversas áreas. Uma das iniciativas foi o Programa ONU no Congo, que esteve em vigor entre 1960-64. Este programa buscou profissionais de língua francesa que pudesse contribuir no reestabelecimento da infraestrutura do país (JACKSON, 2014).

Centenas de haitianos – professores, engenheiros e médicos – foram para o Congo. Um número relativamente grande de haitianos participou de programas da ONU em Benin e Camarões, além do Congo. Porém, pouco se sabe sobre as experiências de cerca de 7.500 haitianos nesse período (JACKSON, 2014, p. 35) [Tradução nossa].⁴⁹

Outro destino da migração haitiana é o arquipélago das Bahamas. Essa migração começou na década de 1950, quando o crescimento do turismo e a instalação de empresas *offshore* demandou a contratação de trabalhadores migrantes dos Estados Unidos, mas também do Caribe. Alfonso (2012) afirma que, nesse período, a migração era predominantemente temporária. Os haitianos passavam temporadas, juntavam dinheiro e retornavam ao Haiti. Nas décadas seguintes, com a consolidação do país como destino turístico e com o processo de transição para a independência – que ocorreu em 1973, os haitianos passaram a migrar por conta própria e ser empregados no setor hoteleiro, na construção civil e na agricultura.

À medida que foi se configurando uma comunidade haitiana no sul da Flórida, as Bahamas se converteram em lugar de passagem para Miami. Transformou-se em um destino intermediário, onde os migrantes de outras partes do Caribe passaram a permanecer um tempo necessário para organizar a continuidade da viagem. Também em muitos casos, migrantes

⁴⁸ Data da Constituição Dominicana de 1929, na qual filhos de estrangeiros em trânsito não mais teriam direito à nacionalidade dominicana.

⁴⁹ Hundreds of Haitians - teachers, engineers and doctors - went to Congo. A relatively large number of Haitians have participated in UN programs in Benin and Cameroon, in addition to Congo. However, little is known about the experiences of about 7,500 Haitians in this period.

pagavam passagens de barco até a Flórida, mas eram abandonados ali. Ainda que muitos haitianos migrem para as Bahamas, o fazem tentando chegar aos Estados Unidos, mas a espera no lugar de passagem pode durar anos ou até mesmo a vida inteira. “Isto marca a migração haitiana nestas ilhas com um selo particular de não pertencimento” (ALFONSO, 2012, p. 23) [Tradução nossa].⁵⁰

Paradoxalmente, a regularização do status nas Bahamas através da aquisição de uma autorização de trabalho ou residência promove a migração para o sul da Flórida. As autorizações de trabalho e residência permitem que os migrantes encontrem empregos com melhor remuneração, o que lhes permite economizar dinheiro para futuras migrações e solicitar um visto para entrar nos Estados Unidos. Além disso, os cidadãos das Bahamas com passaportes válidos não precisam de visto para entrar nos Estados Unidos (JACQUES, 2011, p. 93) [Tradução nossa].⁵¹

Essa característica enquanto local de passagem, teve consequências diretas no sistema migratório bahamês que impôs uma série de restrições para a regularização como residente. Dentre elas, entrada no país antes de 12 de janeiro de 1985, não possuir antecedentes criminais e estar trabalhando. Os poucos que conseguem atingir esses critérios, amargam anos para finalizar o processo, exceto se possuem investimentos no país (JACQUES, 2011).

Mesmo com as restrições, a migração haitiana teve continuidade no início dos anos 1990, período de grande instabilidade política no Haiti e voltou a crescer após a catástrofe de 2010. De acordo com Alfonso (2012), o Censo de 2001 contabilizou 21.426 haitianos no país, o que representava 7% da população. Porém, o mesmo autor sugere que aproximadamente 60.000 vivam no arquipélago, já que cerca de dois terços são indocumentados.

Assim como na República Dominicana, os haitianos estão sujeitos à discriminação racial generalizada. São acusados de inflarem os serviços de saúde e educação e, como correm o risco de deportação, vivem uma grande segregação residencial em favelas com ausência de serviços básicos. “O trabalho manual que os haitianos desempenham na agricultura, paisagismo, construção, hotéis e restaurantes é comumente referido como ‘trabalho haitiano’”

⁵⁰ Esto marca a la migración haitiana en estas islas con un sello particular de no pertenencia.

⁵¹ Paradoxically, the regularization of status in the Bahamas through the acquisition of a work or resident permit promotes migration to South Florida. Work and resident permits allow migrants to find better paying jobs that will enable them to save money for future migration and to apply for a visa to enter the United States. In addition, Bahamian citizens with valid passports do not need a visa to enter the United States.

(JACQUES, 2011, p. 98) [Tradução nossa].⁵² Isso talvez indique que o haitiano ocupa o lugar do “outro”, do não estabelecido, na sociedade nacional.

Autores como Jacques (2011) e Alfonso (2012) afirmam que a localização das Bahamas no Caribe contribuiu para a configuração enquanto local de passagem da migração haitiana, isto é, um destino temporário que serve para conectar o noroeste do Haiti e o sul da Flórida. Contudo, Alfonso (2012) acrescenta que a posição ocupada por esse país no cenário geopolítico regional reflete diretamente nas práticas transnacionais desses migrantes. Ele sugere que os haitianos que para lá se destinam não são tão pobres a ponto de permanecerem no Haiti ou migrarem para a República Dominicana, mas também não têm recursos suficientes para chegarem diretamente aos Estados Unidos ou Canadá.

Isso significa que o espaço intermediário das Bahamas, entre centro e periferia, também é refletido na condição social dos migrantes que conectam o Haiti aos Estados Unidos através de suas práticas transnacionais. Há desde uma minoria que se estabeleceu no país e atualmente consegue acessar tanto os Estados Unidos quanto o Haiti, fazendo viagens ou remessas, até aqueles que se restringem a contatos esporádicos com parentes nos dois lugares. A posição que cada um ocupa nas Bahamas reflete o grau e o tipo de interação com familiares que estão fora.

Na última década, o debate em torno na migração haitiana nas Bahamas voltou a se acirrar. A nova política migratória das Bahamas, em vigor desde 1 de novembro de 2014, exige que todos tenham um passaporte ou documento bahamês. Sem passaporte ou autorização de trabalho, migrantes são sumariamente detidos e, em alguns casos, deportados. Embora essa lei sirva para os migrantes em geral, é principalmente sobre os haitianos que seu peso recai, pois são os mais excluídos da restrita política de regularização. Nos últimos anos, aumentaram as vistorias policiais e detenções nas favelas de Nassau, capital do país, onde vivem a maioria dos haitianos (ROBLES, 2015).

Com os pais em situação indocumentada, as crianças não podem obter passaporte no país e caso solicitem no Haiti, perdem a futura possibilidade de cidadania bahamense ao completar 18 anos. Com isso, muitas crianças estão sendo impedidas de estudar por não portarem documentos nem do Haiti nem das Bahamas. Essas medidas trazem sérias consequências para a segunda e terceira gerações, pois aqueles que conseguirem permanecer no país, dificilmente terão acesso à educação e, provavelmente, continuarão exercendo os mais precários e mal pagos serviços.

⁵² The menial work that Haitians perform in agriculture, landscaping, construction, hotels and restaurants is commonly referred to as “Haitian work”.

Como afirmamos, a migração para as Bahamas a partir da década de 1960 esteve associada ao trânsito de migrantes para a Flórida. De acordo com Joseph (2015), ainda na década de 1950, a elite haitiana enviava seus filhos para estudarem nos Estados Unidos. Porém, foi durante o período da ditadura dos Duvalier, sobretudo após a sua autodeclaração como presidente vitalício, em 1964, que esse fluxo se intensificou. Nesse período, a migração era predominantemente de intelectuais e membros de diversas categorias da classe média.

Para Audebert (2012), essa migração deve ser analisada no contexto da aproximação dos Estados Unidos com o Haiti, principalmente após a ocupação militar. A presença estadunidense exerceu influência também no plano cultural. O ensino de inglês tornou-se obrigatório durante o governo de Élie Lescot (1941-1946) e aumentou o número de igrejas protestantes americanas no país. Durante o século XX, o expansionismo e intervencionismo americano no Caribe aumentou a dependência política e econômica do Haiti em relação a eles. “Foi dentro do quadro dessa nova forma de dependência que a emigração para países vizinhos foi desenvolvida e depois para os próprios Estados Unidos” (AUDEBERT, 2012, p. 24) [Tradução nossa].⁵³

No contexto ditatorial, os primeiros perseguidos a deixarem o país foram os membros da elite mulata que migraram para os Estados Unidos ainda no final da década de 1950. A autoproclamação de François Duvalier como presidente vitalício, em 1964, assustou profissionais da classe média que também se exilaram. Médicos, professores, advogados e outros profissionais liberais passaram a migrar com suas famílias para os Estados Unidos. Nas décadas de 1970 e 1980, apesar de algumas medidas liberalizantes na política e na economia, a pobreza generalizada, principalmente no campo, impulsionou milhares de camponeses pobres à migração. Desse modo, o que era restrito a um pequeno grupo nos anos iniciais da ditadura, generalizou-se no universo haitiano nos anos finais e mesmo após o duvalierismo.

De acordo com Audebert (2012), no período de 1956 a 1986, 154.108 haitianos migraram legalmente para os Estados Unidos. Entretanto, a grande maioria encontra-se fora desse número pois a prática comum era solicitar o visto de turista, quando não era possível obter o de residente, e prolongar a estadia de maneira irregular. Além disso, muitos partiam sem qualquer documentação, através das frágeis embarcações pelo mar do Caribe. Entre 1977 e 1981, mais de 50.000 haitianos chegaram vivos à costa da Flórida (STEPICK, 1992). Porém, é

⁵³ C’est dans le cadre de cette nouvelle forme de dépendance que s’est développée l’émigration vers les pays voisins, puis plus tard vers les États-Unis eux-mêmes.

sobretudo no conturbado período pós Duvalier, no final dos anos 1980, que o fenômeno dos *boat people* ganha destaque⁵⁴.

A migração haitiana para os Estados Unidos intensifica-se no contexto do golpe de Estado implementado pelo General Raoul Cédras que depôs o presidente Jean-Bertrand Aristide, em 1991. De acordo com Audebert (2012, p. 35), “durante os três anos do golpe, entre 3 mil e 5 mil partidários de Aristide foram assassinados. Essa situação serviu de catalisador para o relançamento de fluxos migratórios para a Flórida” [Tradução nossa].⁵⁵ Nos anos 2000, o sentimento de insegurança, a instabilidade política e a precariedade das condições de vida vão continuar apontando a migração como uma saída para grande parte da população, sobretudo os mais jovens.

Alguns autores como Télémaque (2012), Nieto (2014) e Baptiste e Vieira (2016) indicam que o número de haitianos residentes nos Estados Unidos atualmente é de cerca de 1 milhão, distribuídos em diversos estados, mas com grande concentração na Flórida (46,2%), Nova York (25,1%), Massachusetts (8,2%) e New Jersey (7,4%) (MENINO, 2009). Em alguns desses locais, as comunidades haitianas adquiriram grande organização política e um avançado debate acerca dos direitos dos migrantes. “Como resultado, dois deputados estaduais de ascendência haitiana já foram eleitos na legislatura de Massachusetts desde 2000, e mais haitianos estão buscando ativamente cargos eletivos em vários outros Estados” (TÉLÉMAQUE, 2012, p. 27).

O primeiro destino de uma migração massiva de haitianos nos Estados Unidos foi Nova York. Como mencionamos, em fins da década de 1950, esses migrantes eram principalmente políticos e membros de diversas categorias da classe média. Por terem ocupado postos privilegiados na sociedade haitiana e, de modo geral, usufruído de boa formação, esses migrantes se estabeleceram na área metropolitana de Nova York, mas evitavam a associação com uma “comunidade haitiana” fora do Haiti. Glick-Schiller *et al* (1987) mostraram que as primeiras associações de haitianos na cidade estavam restritas a clubes recreativos e não buscavam falar em nome de todos os haitianos, e sim reforçar a distinção de classe que trouxeram do país de origem. “Os membros estavam orientados a retornar ao Haiti onde

⁵⁴ Nesse período, foi grande a reação contrária dos americanos em relação aos haitianos. Discursos racistas que associavam os haitianos à AIDS e à criminalidade eram frequentes.

⁵⁵ Au cours des trois années du coup d’État, 3 000 à 5 000 partisans d’Aristide furent assassinés. Cette situation servit de catalyseur à la relance des flux migratoires par bateau vers la Floride.

esperavam derrubar o regime de Duvalier e restaurar suas próprias posições políticas e sociais de classe alta” (GLICK-SCHILLER *et al*, 1987, p. 170) [Tradução nossa].⁵⁶

Com a mudança no perfil dos migrantes haitianos nos Estados Unidos, que passou a receber cada vez mais uma população pobre, principalmente do Norte e Noroeste do Haiti, as associações se multiplicaram e diversificaram, incorporando o debate étnico e nacionalista. Na década de 1970, com a continuidade da ditadura, aqueles que não tinham meios suficientes para a migração documentada, passaram a realizar a viagem para a Flórida através de barcos, no fenômeno conhecido como *boat people*. É a partir desse momento que o número de haitianos em Miami começa a crescer e supera essa população residente em Nova York. Em 2008, estimava-se que entre 350.000 e 400.000 haitianos residiam no estado americano da Flórida (FAGEM *et al*, 2009).

Os primeiros *boat people* chegaram à costa da Flórida em 1972 e o fluxo tornou-se regular a partir de 1973, trazendo cada vez mais haitianos que fugiam da precariedade econômica e da insegurança presente no regime de Jean-Claude Duvalier. Também neste ano as Bahamas tornaram-se independentes e dificultaram a entrada e permanência de haitianos no arquipélago, o que fez com que, entre o retorno e uma nova migração, os haitianos optassem pela segunda opção, na maioria dos casos. Desse modo, a Flórida foi se tornando um destino para milhares de famílias haitianas somando-se ao grande número de hispânicos e caribenhos de outros países que para lá se dirigiam.

Ao analisar essa migração, Audebert (2004) afirma que as frequentes trocas de informações, recursos e produtos, bem como a própria circulação das pessoas entre a Flórida e o Haiti, gerou uma família transnacional haitiana, estruturada por relações fortes entre seus membros. Esse quadro familiar foi fundamental para a continuidade da migração e para a inserção urbana. Fatores como pobreza e o tamanho das famílias dificultaram a migração de todos de uma só vez e assim os jovens, preferencialmente homens, migravam primeiro para depois acolher os demais membros, em uma estrutura de rede migratória, como analisamos no capítulo anterior.

As decisões (individuais ou não) de migração são articuladas nas redes sociais cuja família é o quadro principal. O enorme afluxo de haitianos para a Flórida por quase 30 anos criou centenas de milhares de famílias transnacionais com

⁵⁶ The members were oriented toward returning to Haiti where they hoped to displace the Duvalier regime and restore their own upper-class political and social positions.

grandes fluxos de capital e informações (AUDEBERT, 2004, p. 5) [Tradução nossa].⁵⁷

A reforma da lei de migração de 1965 aboliu as cotas por nacionalidade e enfatizou a importância da reunião familiar, concedendo 74% dos vistos de residência nessa categoria até 1980. Isso contribuiu para que muitas famílias haitianas se reunificassem na Flórida, sobretudo em Miami. “Assim, entre 1982 e 2001, 96% dos 114.400 haitianos admitidos, foram beneficiados pelo reagrupamento familiar” (AUDEBERT, 2004, p. 5) [Tradução nossa]⁵⁸.

Soma-se a isso os reagrupamentos indocumentados, já que no Haiti, frequentemente, a concepção de família extrapola o núcleo de pais e filhos e incorpora primos, tios, avós e até vizinhos e amigos de infância. Essa família “alargada” desempenhou importante papel nas remessas de dinheiro e na divisão dos custos no destino. Contrariando as normas de habitação da época, as casas planejadas para cinco ou seis pessoas, agrupavam doze e até quinze membros dessa família haitiana ampliada no auge do reagrupamento, no início da década de 1980. Ao dividir ao máximo o aluguel, podiam economizar preparando-se para uma situação de desemprego ou para a mobilidade residencial futura, desmembrando a família e mudando-se para áreas mais periféricas. Em consequência, a forte concentração da população haitiana na área de Miami conhecida como “*Little Haiti*”, nas décadas de 1970 e 1980, deu lugar a uma dispersão maior em vários bairros periféricos (AUDEBERT, 2004).

Nas décadas iniciais do século XXI esse fluxo da migração haitiana diminuiu, devido às maiores restrições e ao controle das fronteiras estadunidenses. Porém, a intensa circulação de informações, capitais e mercadorias entre a Flórida e o Haiti mantém o papel de destaque de uma rede transnacional, tendo as famílias como nós centrais.

A terceira maior comunidade de haitianos nos Estados Unidos está em Boston, no estado de Massachusetts, com números que se aproximam das 100.000 pessoas (FAGEM *et al*, 2009). Embora o censo de 2004 tenha contabilizado 60.630 nacionais do Haiti residindo na cidade, Jackson (2011) alerta para o fato de que muitos haitianos chegaram por meio da migração interna, tendo residido antes em outras cidades americanas, além dos casos daqueles que chegaram com visto de turista e permaneceram sem regularizar a situação no país.

⁵⁷ (...) les décisions (individuelles ou non) de migrer sont articulées au sein de réseaux sociaux dont la famille constitue le cadre principal. Les flux migratoires massifs d’Haïtiens vers la Floride depuis près de trente ans ont créé des centaines de milliers de familles transnationales au sein desquelles circulent d’importants flux de capitaux et d’informations.

⁵⁸ Ainsi, entre 1982 et 2001, 96 % des 114 400 Haïtiens admis dans le cadre des plafonds numériques l’ont été au titre du regroupement familial.

Assim como em Nova York, as chegadas começaram no fim da década de 1950 tendo as mesmas características: comerciantes, profissionais liberais, estudantes e outros, em geral com recursos e boa formação educacional que fugiam da ditadura. Mais pobres e menos escolarizados, aqueles que chegaram no fim da década de 1980 e durante os anos 1990 partiram de diversas regiões do Haiti, grande parte de origem rural com prolongada exposição à violência. Diferente dos anteriores, tinham pouca ou nenhuma experiência com migração (JACKSON, 2011). Alguns se beneficiaram dos processos de reunião familiar e outros das solicitações de refúgio no contexto do golpe de Estado de 1991 e a violência agravada nos anos seguintes.

O estudo de Jackson (2011) mostra que a concepção de diáspora foi sendo concebida pelos haitianos em Boston ao longo de várias décadas. Enquanto os primeiros vivenciaram pouca interação na sociedade de destino e investiam mais no Haiti do que em Boston, os últimos viram na interação comunitária, baseada nos laços de conterraneidade, uma convergência da consciência diaspórica.

Essa mudança nos usos do conceito pelos haitianos reflete os distintos contextos migratórios entre as décadas de 1950 e 2000. Apesar da situação política do Haiti, os primeiros viam na migração a possibilidade de acesso à educação e ao trabalho, mas em grande parte vinculado ao desejo de retorno. Já os que migraram nas últimas décadas deram um sentido político à diáspora e contribuíram mais intensamente para que Boston fosse vista não apenas como um lugar para ganhar dinheiro, mas também como o centro da atividade política e cultural da diáspora.

A diáspora haitiana nos Estados Unidos tem se mostrado bastante ativa na vida política e cultural nos lugares onde estão inseridos. Além dos casos acima elencados, há contingentes significativos desses migrantes nos estados de Nova Jersey, Pensilvânia, Geórgia e Connecticut (MENINO, 2009). Nas últimas duas décadas surgiram dezenas de programas de rádio e televisão que se destinam a produzir conteúdo para essas comunidades. Até mesmo onde os haitianos estão em pequena quantidade, como no estado de Michigan, as associações têm se configurado como elementos importantes da diáspora (VERNA, 2011). Se entre os anos de 1970 e 1980, quando a migração indocumentada era expressiva, esconder-se era uma estratégia vital para evitar a deportação, a partir dos anos 1990 observou-se uma consolidação da diáspora com maior engajamento político em diversas esferas.

No Canadá, os haitianos começaram a se estabelecer no mesmo período da migração para Nova York, tendo também a ascensão de Duvalier como causa principal dessa mobilidade inicial. Assim como em outros destinos, políticos e profissionais liberais iniciaram esse

processo que foi alterando-se nas décadas posteriores no que diz respeito à sua composição demográfica e social. Todavia, a relação dessa comunidade com o governo canadense foi significativamente diferente.

De acordo com Fagem *et al* (2009) o início da migração haitiana para o Canadá coincidiu com a passagem do poder político da província do Québec das mãos dos conservadores anglófonos para os liberais francófonos, em 1960. Para fortalecer essa base, precisavam de profissionais de língua francesa que contribuíssem com as transformações que desejavam. Assim, o Québec, e mais precisamente a cidade de Montreal, tornou-se o grande centro da diáspora haitiana no país.

Como os haitianos se assentaram no Québec e se concentraram em Montreal, a comunidade é percebida como um número maior do que realmente é. Em 2006, havia 102.061 cidadãos de origem haitiana no Canadá, um aumento de 20.000 desde 2001, com 91.435 residentes no Quebec. É a segunda maior população de origem caribenha no Canadá, mas apenas metade da população jamaicana (FAGEM *et al*, 2009, p. 32) [Tradução nossa].⁵⁹

Médicos, enfermeiras, professores e agrônomos ajudaram a ampliar a oferta e a qualidade dos serviços sociais na província. Nos anos 1960 se podia contar mais de duzentos médicos e cerca de mil professores haitianos no Quebec (ICART, 2004). O elevado grau de instrução desses profissionais contribuiu para atenuar o preconceito racial. Situação diferente será vivenciada pelos haitianos migrantes a partir de meados da década de 1970.

Essa migração aumentou bastante a partir de 1975, como resultado da reunificação familiar e dos pedidos de refúgio. Desse modo, a composição da migração mudou e começaram a chegar haitianos de diferentes estratos sociais. É nesse contexto que as relações entre haitianos e canadenses passam a ser mais conflituosas. Dorino (2009) argumenta que a crescente presença de haitianos que falavam apenas o *créole*, a recessão econômica dos anos 1980 e a existência de trabalhadores qualificados em número suficiente, contribuíram para a rejeição cada vez maior desses migrantes.

Embora o idioma tenha sido um fator fundamental na integração dos haitianos no Québec, a racialização dessa migração dificultou a mobilidade social de muitos deles. Em 2005, a taxa de desemprego entre os jovens haitianos era duas vezes maior do que a média da

⁵⁹ Because the Haitians overwhelmingly have settled in Quebec, and concentrated in Montreal, the community is perceived to number more than it actually does. As of 2006 there were 102,00061 citizens of Haitian origin in Canada, an increase of 20,000 since 2001, with 91,435 residing in Quebec. It is the second largest Caribbean origin population in Canada, but only half the size of the Jamaican population.

província. 15,9% contra 8,2% (NIETO, 2014, p. 31). Agrava o fato de a comunidade de origem haitiana no Québec ser predominantemente jovem, a maioria da segunda ou terceira gerações. Segundo Boucard (2006), em 2001, mais de 50% dessa população tinha menos de 30 anos de idade.

O idioma francês também foi um fator que contribuiu para que milhares de haitianos se deslocassem para os territórios franceses ultramarinos de Guadalupe, Martinica, St. Martin e Guiana Francesa. Nesses locais, a população haitiana corresponde de 30 a 50% da população migrante (LAETHIER, 2015) e desde a década de 1960 tem marcado profundamente as relações com a população local e outros grupos de migrantes, pois, por se tratar de um grupo numeroso, manteve visibilidade e provocou rejeições.

De acordo com Alfonso (2012), as estimativas indicam que em Guadalupe vivem entre 15.000 e 20.000 haitianos; 15.000 em St. Martin; menos de 10.000 em Martinica e cerca de 40.000 na Guiana Francesa. Todavia, o mesmo autor alerta para a oscilação desses números, tendo em vista que muitos haitianos estão em deslocamento, podendo permanecer um tempo variável até acessar outro destino. Acrescentamos o fato de que a recente mobilidade a partir de 2010 pode ter incorporado ainda mais migrantes a esses destinos, como foi o caso da Guiana Francesa.

Diferente do que aconteceu na América do Norte, a migração haitiana para os territórios franceses do Caribe iniciou com uma mobilidade da força de trabalho nos anos iniciais da década de 1960. Trabalhando em diversas áreas, principalmente na agricultura e construção civil, esses migrantes foram fundamentais, já que, naquela época, esses territórios eram pouco povoados a ponto de produzir e contribuir com a economia francesa. Para se ter uma ideia, na Guiana Francesa, a população estrangeira correspondia a 1/10 em 1946 e saltou para 1/3 em 1990. Surinameses, brasileiros e principalmente haitianos estiveram na base do crescimento populacional do local (CALMONT, 1993).

O ano de 1963 representa a chegada dos primeiros haitianos à Guiana [Francesa] quando blan Lili⁶⁰ comprou um barco em Miami, ao qual deu o nome de *La Croix du Sud* (A Cruz do Sul) para levar um grupo de aproximadamente doze haitianos à Guiana [Francesa], com o objetivo de abrir uma usina de exploração agrícola em Cayenne com a mão-de-obra destes (JOSEPH, 2015, p. 229).

⁶⁰ Como era conhecido o francês Lucien Ganot, proprietário de uma usina de óleos essenciais no vilarejo de Permele, sul do Haiti (JOSEPH, 2015, p. 227).

Esse empresário obteve autorização do governo francês para que os haitianos trabalhassem e residissem no local. Dois anos depois, o mesmo trouxe mais 56 haitianos de várias comunas do sul do Haiti que se estabeleceram na comuna de Matoury e trabalharam em plantações de cana-de-açúcar, produção de rum e pesca de peixes e camarão voltados à exportação (JOSEPH, 2015). Ainda hoje, a maioria dos haitianos na Guiana Francesa é originária do sul do Haiti, dando sinais de que as redes familiares e de vizinhança deram continuidade ao processo migratório (JOSEPH, 2016).

Essa migração foi aumentando até a média de entrada anual chegar a 2.000 pessoas entre os anos de 1980 e 1984 (CALMONT, 1993). Nesse período, o visto de permanência na Guiana Francesa já estava condicionado à comprovação de um vínculo empregatício com carteira assinada. Essa restrição fez surgir uma nova rota através do Suriname que se configurou como um espaço de passagem para a maioria dos haitianos. Munidos de um visto surinamês temporário, os haitianos deslocavam-se para a Guiana Francesa, principalmente para as cidades de Saint-Laurent-du-Maroni e Cayenne.

Apesar da emergência do Suriname enquanto espaço de passagem, Joseph (2015) relata que os primeiros haitianos a chegarem no país foram recrutados no Haiti para trabalharem nas plantações de cana-de-açúcar em 1977, criando as bases de migrações futuras. Outros passaram a utilizar este país com um local de estadia temporária, uma pausa necessária no movimento em direção ao vizinho departamento francês. Diante das dificuldades em conseguir a documentação para residir na Guiana Francesa, muitos se estabeleceram em Paramaribo e criaram bases de redes migratórias que foram sustentadas ao longo de décadas.

A nova “rota do Suriname” é seguida por aqueles que não podem obter um passaporte, um visto ou qualquer outro documento, por exemplo, um convite escrito de um parente que já tenha residido legalmente na Guiana Francesa. Eles então recorrem a redes de migração, também chamadas de “vein” em créole. É claro que há outro acesso mais legal para a entrada na Guiana Francesa: o migrante pode comprar um visto de curto prazo que menciona “os Departamentos Franceses das Américas” e, em seguida, simplesmente permanecer. Mas o custo é muito alto. Uma alternativa mais barata é a “rota do Suriname” com o *rakètè*, os contrabandistas. Esses contrabandistas trabalham com “agências” (*ajans*), redes de intermediários que são distribuídos ao longo da rota (LAETHIER, 2015, p. 233) [Tradução nossa].⁶¹

⁶¹ The new ‘Surinamese route’ is followed by those who cannot obtain a passport, visa or any of a number of other documents, for example, a written invitation by a relative who is already lawfully residing in French Guiana. They then resort to migration networks, also named filon ‘vein’ in Creole. Of course, there is another more legal filon for entry into French Guiana: the migrant may buy a short-term visa mentioning the ‘French Departments of the Americas’ and then simply overstay. But the cost is very high. A cheaper alternative is the ‘Surinamese route’ with the *rakètè*, the smugglers. These smugglers work with ‘agencies’ (*ajans*), networks of intermediaries who are distributed along the route.

É necessário apontar que os destinos adquirem significados variados na migração haitiana e que, às vezes, o projeto migratório realiza-se em etapas. Entrar na Guiana Francesa e regularizar-se legalmente é um importante passo para se chegar à França. “Aqueles que chegam ou já estão na Guiana Francesa consideram este país como ‘país de França’, o que dá outro significado à sua mobilidade” (LAETHIER, 2015, p. 14).

No cenário das discussões da Diretiva do Retorno⁶² na Comunidade Europeia, em 2009, o governo francês solicitou do governo do Suriname diminuição dos vistos para haitianos com o objetivo de controlar a entrada destes na Guiana Francesa. Desse modo, como estratégia de contornamento, outras rotas e redes começaram a surgir. É nesse contexto que se insere a entrada de haitianos por Tabatinga, Amazonas, a partir dos primeiros meses de 2010.

Com a restrição do Suriname, para alcançar a Guiana Francesa, a maioria dos haitianos que entravam por Tabatinga seguiam uma rota de vários dias cujos pontos principais eram Manaus, Santarém, Macapá e Oiapoque. Ao chegar na cidade fronteiriça de St. Georges, procuravam a polícia para adquirir um visto temporário com o qual se deslocavam para Cayenne e, por fim, pediam refúgio na prefeitura (JOSEPH, 2015). Porém, em 2011, o governo francês deixou de conceder esse visto e muitos migrantes passaram a fazer o trajeto Oiapoque-Cayenne de balsa, em precárias condições de segurança. Apesar das restrições e da vigilância, essa rota ainda funciona como via de acesso para migrantes, principalmente haitianos e brasileiros.⁶³

Outros países e ilhas do Caribe também se inserem no espaço da diáspora haitiana, com populações de migrantes numericamente menor, mas igualmente relevantes para pensar os processos que dão forma ao que estamos tratando aqui como espaço transnacional haitiano, notadamente a partir da articulação desses destinos com o Haiti, mas também com outros locais. É assim, por exemplo, com os cerca de 10 mil haitianos que vivem nas Ilhas Turks e Caicos, possessão inglesa que incorporou o trabalho de haitianos na expansão do turismo na década de 1990 (ALFONSO, 2012).

Apesar da residência de algumas centenas e até milhares de haitianos, alguns locais estão bastante associados ao espaço de trânsito, principalmente para os Estados Unidos. São os casos de Porto Rico e Jamaica que, devido à proximidade, serviram de pontos estratégicos em momentos de grande tensão no Haiti (ALFONSO, 2012). Mais recentemente, a Venezuela se inseriu nas rotas dos haitianos para chegarem até o Brasil, embora, segundo Machado (2010),

⁶² Diretiva 2008/115/CE do Parlamento Europeu que passou a vigorar em 2010. Estabeleceu procedimentos comuns aos países membros da U.E. no que diz respeito aos migrantes em situação irregular, prevendo deportação e em alguns casos prisões sem julgamentos.

⁶³ “Naufrágio com imigrantes revela faceta do tráfico”. Disponível em: <http://selesnafes.com/2017/02/naufragio-com-imigrantes-revela-faceta-do-trafico/>

os censos venezuelanos registraram um fluxo pequeno, porém permanente, desde a década de 1950, chegando no início dos anos 2000 com uma população oficializada de cerca de 1.661 haitianos no país.

Outro tradicional destino dessa migração, a França, abriga atualmente entre 25.000 e 30.000 haitianos que se concentram, predominantemente, nos subúrbios de Paris (MOONEY, 2011). Devido à relação colonial, há séculos ocorrem movimentações de pessoas entre os dois países, mas até a década de 1970, o número era bastante limitado e estava restrito a estudantes e professores que dispunham de meios para acessar um destino tão distante. “Esses migrantes, em geral de classe média alta e alta, vinham principalmente de Porto Príncipe e não viam a França como um novo país, mas pretendiam voltar sob um sistema mais democrático” (MOONEY, 2011, p. 118) [Tradução nossa].⁶⁴

O pioneiro estudo de Bastide, Morin e Raveau (1974) apontou 400 haitianos na França em 1970, sendo 300 estudantes. Dez anos antes, eram apenas 100. De modo semelhante ao que ocorreu em outros países, o contexto ditatorial exerceu influência direta sobre a diversificação da migração no que se refere aos destinos e ao perfil dos migrantes. Dos anos 1980 até a atualidade, há um fluxo com maior heterogeneidade social e etária. É justamente nessa década que o número de migrantes haitianos na França mais cresceu, passando de 4.724 em 1982 para 12.311 em 1990 (MOONEY, 2011).

Segundo Primé (2013), enquanto os primeiros facilmente se integraram na sociedade local, em grande parte devido ao elevado grau de educação formal, os demais encontraram dificuldades. Como muitos chegaram com visto de turista e permaneceram, a ausência de documentação legalizada desdobrava-se na inacessibilidade de emprego e outros serviços. Mooney (2011) afirma que a laicidade do Estado francês afastou instituições religiosas que em outros locais atuavam como mediadores, priorizando a relação do indivíduo com as instituições estatais. Isso enfraqueceu importantes fontes de apoio para os migrantes haitianos, como aconteceu nos Estados Unidos.

A continuidade desse fluxo esteve sustentada basicamente nas redes familiares. Porém, em momentos de crise política no Haiti, algumas entradas foram realizadas por meio de asilo político e refúgio. Com o golpe de 1991, estudantes e intelectuais apoiadores de Aristide buscaram apoio nas embaixadas e alguns conseguiram chegar à França. Entre 2003 e 2004 a

⁶⁴ They did not see France as their new home country; rather, they were awaiting a chance to return to Haiti under a more democratic system.

situação se repete. Mais uma vez, após o terremoto de 2010, o governo francês concedeu 700 bolsas para estudantes haitianos em universidades francesas (PRIMÉ, 2013).

Contudo, segundo Mooney (2011), o nacionalismo francês opera como um importante fator de segregação. Por exemplo, em 2002, a taxa de desemprego entre os haitianos era de 28,4% contra 12,5% dos franceses. Embora o grau de escolaridade, habilidades em língua francesa e experiência profissional provavelmente influenciem nas altas taxas de desemprego entre os haitianos, as dificuldades em obter cidadania francesa e discriminações diversas também contribuem.

Essa diversificação dos destinos da migração haitiana se reflete nos aportes financeiros. Uma das consequências diretas da migração haitiana é o envio de remessas. O envio de dinheiro aos familiares está intimamente ligado ao projeto migratório posto em prática por milhões de haitianos pelo mundo. Tal é a importância disso que entre 2005 e 2014, as remessas de migrantes representaram entre 20 e 30% do PIB haitiano (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016). De acordo com Mooney (2011), durante os anos 2000, as transferências representaram entre 3 e 4 vezes o valor das exportações do Haiti e correspondeu ao dobro do orçamento anual naquela década. A cada ano, entre 1,5 e 1,8 bilhão de dólares era transferido para o Haiti através de seus migrantes. Para além desses números estão as transferências informais, transportadas pelos próprios migrantes.

Charry (2017), ao analisar os números das transferências de migrantes para os países da América Latina, informa que o Haiti recebeu 2,4 bilhão de dólares provenientes dessa fonte em 2016. A autora destaca ainda que nos países centroamericanos e caribenhos esses recursos têm maior impacto.

Nos países centroamericanos e do Caribe se evidencia igualmente uma alta das remessas impulsionadas pela recuperação do emprego estadunidense. Se bem que nestas nações ingressam muito menos recursos que no México, nelas as remessas são mais importantes para suas respectivas economias. Enquanto no México as remessas equivalem a 2,5% do Produto Interno Bruto, no Haiti são 29,6%; em Honduras, 18,4% e em El Salvador, 17,2%. Pelo contrário, na Argentina, Brasil e Chile estes giros implicam um ingresso pequeno, com apenas 0,1% do seu PIB (CHARRY, 2017, p. 88) [Tradução nossa].⁶⁵

⁶⁵ En los países centroamericanos y del Caribe se evidencia igualmente un alza de las remesas impulsada por la recuperación del empleo estadunidense. Si bien a estas naciones ingresan muchos menos recursos que a México, en ellos las remesas son más importantes para sus respectivas economías. Mientras en México las remesas equivalen a 2,5 por ciento de su Producto Interno Bruto, en Haití son 29,6 por ciento, y en El Salvador, 17,2 por ciento. Por el contrario, en Argentina, Brasil y Chile estos giros implican un ingreso pequeño, con apenas 0,1 por ciento de su PIB.

Também são diversas as finalidades e os usos dessas transferências. Geralmente, as famílias com mais recursos econômicos, tendem a destinar parte ou todo o dinheiro recebido para a aquisição ou melhoria de bens, como reforma ou compra de imóveis ou automóveis. Já aquelas com menos recursos, tendem a utilizar o dinheiro imediatamente nas despesas de consumo familiar. De acordo com os dados obtidos no Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”, mais de 80% das remessas são destinadas ao consumo da família (FERNANDES, 2014). Desse modo, parece haver uma relação direta entre essas transferências e dependência econômica. “A forma de utilização das remessas é uma expressão da estratificação socioeconômica no Haiti. É justamente nos domicílios mais pobres onde as remessas serão utilizadas prioritariamente para o consumo” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 246).

As remessas podem ampliar o nível de consumo da família e estimular novas migrações. Como vimos em vários casos, na migração haitiana, quando alguém se estabelece em algum destino, tende a mobilizar recursos para que um familiar também o faça. Não havendo possibilidades para que isso aconteça, novos destinos podem surgir, fomentando futuras mobilidades. É nesse contexto que milhares de haitianos alcançam diversos países da América do Sul, atualmente. As dificuldades de entrada e de regularização documental nos tradicionais destinos desses migrantes, aliadas às transformações políticas e econômicas na periferia do capitalismo global, fizeram com que países como Equador, Chile, Argentina e Brasil se incorporassem ao espaço transnacional haitiano. O caso de Watson, um dos nossos interlocutores, ilustra esse processo.

Haitiano viaja, mas não desfaz a mala

Conhecemos Watson em uma de nossas pesquisas de campo em Corumbá, quase um ano antes, quando ele também tinha saído de Campo Grande para acompanhar uma audiência pública sobre a chegada de haitianos na fronteira com a Bolívia. No ano seguinte nos encontramos algumas vezes até que, em uma atividade da Semana do Migrante, combinamos a entrevista. Chegamos à sua casa em um momento inoportuno: jogo de futebol feminino entre Brasil e França. Como a ampla maioria da população do Haiti, a torcida de todos na casa era para as brasileiras e visível foi o descontentamento com o resultado da partida, quando a França eliminou o Brasil por 2x1.

Watson, 30 anos, natural de Les Cayes, chegou ao Brasil pela primeira vez em novembro de 2014, já portando o visto humanitário e com destino a Campo Grande, onde seu irmão já morava desde março daquele ano. Depois de trabalhar como intérprete por dois anos com missionários americanos da igreja Assembleia de Deus no Haiti, solicitou o visto americano e, com a negativa, decidiu vir para o Brasil. Em meados de 2015 voltou para o Haiti a pedido dos missionários, mas, em fevereiro de 2016, depois de uma nova negação no pedido de visto americano, voltou para o Brasil.

Eu entrei aqui em 2014, e quando entrei percebi que não ia conseguir viver aqui, porque a vida aqui é muito complicada. Por exemplo, a expectativa que eu tinha antes de vir e quando cheguei, é bem diferente, então decidi voltar pro Haiti em 2015. Aí fiquei no Haiti até fevereiro de 2016, fevereiro pra março de 2016, e voltei aqui pro Brasil e estou até agora. Então, decidi voltar, porque quando cheguei aqui, igual que te falei, eu percebi que não vou conseguir estudar, não vou conseguir acompanhar o tipo de vida aqui, eu acho que é muito complicado. Tem que se esforçar muito mais para aprender português, uma língua muito diferente da nossa, é muita coisa que eu acho complicado pra mim.

... No Haiti eu estava trabalhando com um grupo americano, que foi pro Haiti para ajudar as pessoas depois do terremoto. Eles constroem igrejas, ajudam as crianças e constroem orfanatos. Eles ajudam bastante, sempre que eles foram, procuram alguns tradutores, para traduzir aonde forem, aí tem que ter um tradutor para direcionar. Porque, na verdade, eles não sabem a cultura do país, não sabem a língua e eu fico lá como tradutor, eles me contrataram para trabalhar com eles de 2011 a 2013. Depois consegui tirar o visto em 2013 e vim aqui em novembro de 2014, entendeu? Daí, eu voltei lá porque eles retornaram dos Estados Unidos e chamaram para voltar ao Haiti para trabalhar pra eles. Trabalhei, juntei um dinheiro, o contrato acabou e eles voltaram para

os EUA. De novo eles tentaram me levar, mandaram carta para a embaixada, aí não deu certo o visto, porque, na verdade, muitos haitianos estão procurando visto. Quase toda a América está procurando entrar nos EUA. Fica muito fechado, você já sabe disso. Duas vezes que não consegui entrar.

Como eu não consegui lá eu vim aqui... Daí é isso! Eu acho que não vou conseguir, na verdade, lutar com os desafios no Haiti, porque antes estava complicado, depois do terremoto ficou mais complicado ainda, entendeu? Mas a maioria dos problemas é da corrupção mesmo. Porque é um país que já é pequeno, na verdade imagine, aqui o Brasil tem muita corrupção também, mas talvez não dá para você ver que a corrupção é muito grande, porque a população, talvez a maioria está trabalhando, tem muita movimentação, mas no Haiti é diferente, país muito pequeno, tem quase 12 milhões de habitantes, 27.700 km², bem pequeno e não tem muita terra, só tem montanha. Porque o Brasil é o maior país da América do Sul, muita terra, agricultura, muita coisa grande. Meu pensamento... se o Brasil está trabalhando igual todos os países, pode ser um país, daqui 5 ou 10 anos, um país G8. Entende o que é G8, né? Que classifica como os países mais ricos do mundo, porque tem muita agricultura e muita coisa grande aqui dentro. Mas lá a gente não tem. Não tem mais alternativa, é tudo isso, daí eu resolvi voltar de novo. Até agora eu tenho contato com os americanos, quando eles vão pra lá, aí eu tenho que voltar no Haiti também.

Com o suporte financeiro dos pais, agricultores e comerciantes no Haiti, e tendo os custos pessoais reduzidos por dividir moradia com o irmão e a cunhada, Watson até o momento só estuda. Iniciou o curso de Engenharia da Computação em uma faculdade privada e mudou para a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul através de um edital de transferência externa. Ao compartilhar a sua experiência, aponta diferenças no seu processo de socialização com os brasileiros.

Foi mais tranquilo na UFMS porque na UNIDERP a gente não tinha muitas aulas, não tinha tempo pra conversar com as pessoas, entendeu? Para ter amigo igual a UFMS, porque é um curso à noite. O professor vem, já passa uns slides e depois já acabou a aula e todo mundo vai embora. Não tem tempo para sentar, para comer, mas na UFMS é diferente, como é um curso integral, depois das 11 horas fica livre e tem que voltar às 3 ou 4 horas, tem outro curso, daí tem mais tempo para você se divertir com as pessoas, para conhecer. Tenho muitos amigos lá. No primeiro ano foi muito difícil porque não

estava entendendo português como entendo agora, mas como fui em muitas palestras, procurei os colegas pra ajudar... no segundo ano já foi melhor.

Com o fluxo de haitianos vindos do Chile passando por Campo Grande, Watson, assim como outros conterrâneos, começou a acolher temporariamente alguns em sua casa, até que consigam dinheiro para seguir viagem e encontrar os familiares em outras partes do Brasil. No momento da nossa entrevista, uma senhora vinda de Santiago estava na casa e aguardava recursos para ir para São Paulo. Ao ser questionado sobre a frequente mobilidade internacional e interna dos haitianos, ele assim resume:

Muitos quando chegam aqui querem entrar nos Estados Unidos. Eles não estão aqui definitivamente. Porque, dentro da casa de cada haitiano no Haiti, tem um parente que está morando fora, nos Estados Unidos, Canadá e França. Esses três países são mais ricos e mais acolhem haitianos. Aí quando os haitianos chegam com a mala aqui, eles não tiram as roupas que estão dentro, está entendendo? Eles estão aqui com a mala, mas a mala sempre tem roupa dentro para sair de novo. O haitiano viaja, mas não desfaz a mala. O corpo está aqui, mas a mente não está. Por isso que 80% dos haitianos não sabem falar português. Você sabe por quê? Porque a mente dele não está aqui, entendeu? A mente dele só passa pelo Brasil, porque aqui tem muita dificuldade. Está no grande astro que são os Estados Unidos. Quer dizer que cada haitiano tem algum parente ou amigo que está morando nos Estados Unidos.

Campo Grande, 23 de junho de 2019.

3.3 NOVOS FLUXOS DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO SÉCULO XXI

Os fluxos da migração haitiana estiveram orientados prioritariamente para a América do Norte e para outros países caribenhos durante grande parte do século XX e início do século XXI, como abordamos no item anterior. Porém, ultimamente, não só as grandes potências econômicas se converteram em destinos dessa mobilidade, mas, cada vez mais, a migração sul-sul torna-se uma opção para quem decide migrar. O campo da mobilidade haitiana tornou-se ainda mais amplo depois de 2010, ao incorporar países como Brasil, Chile e Argentina.

No contexto caribenho, centenas de milhares de pessoas mantêm-se em deslocamento interno e externo à região, principalmente em direção aos Estados Unidos. Especificamente no caso haitiano, um dos países com mais altas taxas de mobilidade, as migrações seguem como um importante processo de sua formação sócio-espacial, como vimos. A “saída migratória”,

como argumenta Durand (2010), mantém o Haiti como um dos países com a maior quantidade de saídas e a menor quantidade de entradas de migrantes. Contudo, o que vemos agora é um movimento distinto, com características não vistas anteriormente. “Trata-se de um deslocamento intenso e simultâneo para distintos países da região, muitas vezes recorrendo a trajetos que se convertem em uma acumulação de rechaços nas distintas fronteiras recorridas” (STEFONI, 2017, p. 8) [Tradução nossa].⁶⁶

O fechamento de fronteiras no hemisfério norte, principalmente após o 11 de setembro de 2001, não deteve a grande mobilidade de latino-americanos, mas a reconfigurou em novos contextos, pois destinos intrarregionais tornaram-se alternativas viáveis. As redes migratórias, cada vez mais extensas e densas, colabora para a diversidade de destinos e simultaneidade dos fluxos, articulando comunidades transnacionais em diferentes pontos do mundo. No que se refere à migração haitiana, apesar das especificidades do tratamento legal destinado a ela nos diferentes destinos, nesse novo contexto, a precariedade de suas condições e a extrema vulnerabilidade são traços comuns desse processo.

A crise estrutural e humanitária no Haiti, e o contexto global de assimetria econômica e mundialização das migrações, entre outros processos, posicionou Brasil e Chile como destinos de referência para a população haitiana. Por sua parte, países como Equador e Peru constituem destinos de chegada e trânsito, respectivamente. De todo modo, pequenas comunidades haitianas têm se estabelecido em ambos os países. As comunidades haitianas maiores na América do Sul assentaram-se no Brasil e Chile, com uma maior chegada nos últimos dois anos para este último, produto da crise socioeconômica da principal potência do subcontinente (PEDEMONTE *et al*, 2017, p. 10) [Tradução nossa].⁶⁷

Logo após o terremoto de 2010, os chefes de Estado da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), reunidos em Quito, em fevereiro daquele ano, publicaram uma declaração na qual pediam de seus Estados membros, a aplicação de processos especiais de regularização migratória em favor dos haitianos. Entretanto, a maioria das ações ficaram restritas àqueles que

⁶⁶ Se trata de un desplazamiento intenso y simultáneo hacia distintos países de la región, muchas veces recorrendo trayectos que se convierten una acumulación de rechazos en las distintas fronteras recorridas.

⁶⁷ La crisis estructural y humanitaria en Haití, y el contexto global de asimetría económica y mundialización de las migraciones, entre otros procesos, han posicionado a Brasil y Chile como destinos de referencia para la población haitiana. Por su parte, países como Ecuador y Perú constituyen destinos de llegada y tránsito, respectivamente. De todos modos, pequeñas comunidades haitianas se han establecido en ambos países. Las comunidades haitianas más grandes en Sudamérica se han asentado en Brasil y Chile, con un mayor arribo en los dos últimos años hacia este último, producto de la crisis socioeconómica de la principal potencia del subcontinente.

já residiam nos países e beneficiou um número pequeno de pessoas. Políticas mais amplas de acolhimento e inserção na escala dos Estados nacionais não foram postas em prática.

De fato, vários países da UNASUL, incluindo Equador, Venezuela, Chile e Brasil, tomou medidas especiais para facilitar a regularização de haitianos sem documentos em seus territórios. O Governo do Equador, com a aprovação da Assembleia Legislativa do país, mudou em meados de Março de 2010, a Lei da Migração do país, em particular o artigo 38 da Lei, para regularizar mais de 500 haitianos que estavam ilegalmente no seu território até 31 de janeiro de 2010, mediante a concessão de vistos humanitários por um período de 5 anos aos caribenhos. Por sua vez, o Governo da Venezuela, através do Serviço Administrativo de Identificação, Migração e Estrangeiros (SAIME), começou em 13 de março de 2010 (2 meses após o terremoto) o processo de regularização dos cidadãos haitianos que entraram no país antes de 12 de janeiro de 2010. (...) O governo brasileiro também regularizou a situação administrativa de 475 haitianos através da concessão de vistos temporários para refugiados, diante da entrada no país de um número significativo de migrantes através da fronteira com o Peru e a Colômbia. O governo chileno facilitou a reunificação familiar de 34 membros de familiares de haitianos em aeronaves das forças armadas, após procedimentos rápidos (...) (EVANGELISTA, 2016, p. 8) [Tradução nossa].⁶⁸

Segundo a interpretação de Audebert (2017), a diversificação da migração internacional do Haiti entrou numa nova fase após o terremoto de 2010, incorporando novas rotas em diversos países da América Latina, mas em um sistema conectado com a América do Norte e Caribe. A articulação de forças geopolíticas, econômicas e ambientais reconfiguraram a migração haitiana nos últimos anos, tendo Brasil e Chile ocupado posições centrais na região, enquanto Argentina, Peru e Equador desempenham importantes posições intermediárias de chegada, trânsito e permanência.

Embora o Equador tenha sido considerado um espaço de chegada e de trânsito por Pedemonte *et al* (2017), bem como por Carrera (2014), Cárdenas (2015) aponta que esse papel

⁶⁸ Efectivamente, varios países de UNASUR, entre ellos Ecuador, Venezuela, Chile y Brasil, tomaron medidas especiales para facilitar la regularización de los haitianos en situación irregular en sus territorios. El Gobierno de Ecuador, con la aprobación de la Asamblea legislativa del país, modificó a mitad de marzo de 2010 la Ley de Migración del país, particularmente el artículo 38 de dicha ley, para regularizar a más de 500 haitianos que se encontraban en situación irregular en su territorio hasta el 31 de enero de 2010, mediante la concesión de visas humanitarias por un periodo de 5 años a los caribeños. Por su parte, el Gobierno de Venezuela, a través del Servicio Administrativo de Identificación, Migración y Extranjería (SAIME), inició el 13 de marzo de 2010 (2 meses después del terremoto) el proceso de regularización de los ciudadanos haitianos que habían ingresado al país antes del 12 de enero de 2010. El Gobierno brasileño regularizó también la situación administrativa de 475 haitianos mediante la concesión de visas temporales de refugiados, ante el ingreso al país de un número importante de migrantes a través de la frontera común con Perú y Colombia. El gobierno de Chile facilitó la reunificación familiar de 34 miembros de familiares de haitianos en aviones de fuerzas armadas, luego de trámites rápidos.

foi ativo nos anos iniciais dessa migração e que, a partir de 2013, esse país passou a fazer parte dos destinos da mobilidade haitiana. Segundo ela, cada vez mais haitianos permanecem no país, fortalecendo e ampliando as redes sociais entre migrantes.

A busca por alternativas em novos destinos da América do Sul levou migrantes haitianos ao Equador ainda em meados dos anos 2000. Até 2007 existiu uma pequena, porém constante presença haitiana no país. Todavia, o Decreto Executivo do presidente Rafael Corrêa⁶⁹ que aboliu a necessidade de visto de turista para qualquer nacionalidade, em 20 de junho de 2008, permitindo ingressar e permanecer no país por até noventa dias, foi a origem de uma migração mais expressiva.

Em virtude do terremoto, Corrêa publicou o Decreto Executivo nº 248, em fevereiro de 2010, permitindo a regularização do status migratório dos haitianos já residentes no país e a reunificação familiar. Isso levou uma segunda onda migratória mais substancial (AUDEBERT, 2017), mas foi somente em 2013 que esse processo ganhou destaque, com aumento expressivo desses migrantes, principalmente nas cidades de Quito e Guayaquil, tendo em vista que são portas de entrada do transporte aéreo internacional.

De acordo com Alarcón (2017), entre 2006 e 2015, as Unidades de Controle Migratório do Equador registraram mais de 55 mil entradas de haitianos no país. Embora esse dado não revele exatamente o número de haitianos, tendo em vista que uma pessoa pode ter realizado mais de uma entrada, ele consiste em um importante indicador dessa mobilidade. Como resultado da isenção do visto de turista, as entradas saltaram de 270 em 2008 para 1.257 em 2009 e voltaram a apresentar um grande crescimento entre 2012 e 2013, passando de 3.024 para 14.162, justamente em um período que a maior permanência passou a ser notada.

No final de 2013, o estudo de Pierrette Louijeste, citado por Carrera (2014), apontou que aproximadamente 95% de seus entrevistados haviam chegado enganados por redes de tráfico que funcionam tanto no Haiti quanto no Equador. O argumento mais comum utilizado era que poderiam ter estudos gratuitos e trabalho. Além da mudança na legislação, como apontamos, a economia dolarizada e a falsa ideia de que se pode acessar qualquer país da América Latina por via terrestre fazem parte dos motivos que se escutam entre a população haitiana no Equador para que migrem até lá.

Os resultados da investigação de Carrera (2014) indicaram importantes características dessa mobilidade que se assemelha às observadas em outros destinos. De acordo com a autora,

⁶⁹ Acreditamos que a mudança na legislação migratória equatoriana e a criação do visto humanitário para haitianos no Brasil estão relacionados aos governos mais “populares” desses países na época, refletindo maior grau de escuta de organizações em defesa dos migrantes e dos direitos humanos.

aqueles que chegaram antes do terremoto vivem em melhores condições econômicas e maior inserção social do que aqueles que chegaram depois. Isso se deve ao fato de que esse grupo é composto, em grande parte, por profissionais de nível superior que encontrou um nicho de mercado para exercer suas profissões e regularizou sua situação migratória no país. “Na atualidade estima-se que há uns duzentos médicos haitianos servindo em distintos centros e hospitais públicos do Equador, localizados em Quito, Cuenca, San Lorenzo, Coca, Esmeraldas e Manabí” (ALARCÓN, 2017, p. 25) [Tradução nossa].⁷⁰

Ao longo da última década, o Equador se converteu em uma importante porta de entrada da migração haitiana na América do Sul, desempenhando relevante função de espaço de passagem e permanência articulado pelas redes de tráfico de pessoas, mas também por outras redes, em destaque as igrejas evangélicas e familiares já estabelecidos. A desaceleração da economia brasileira, em 2015, que refletiu na menor absorção da mão de obra migrante no país, talvez ajude a compreender a menor saída dessa população do Equador.

Alarcón (2017) argumenta que as medidas legais do governo de Rafael Corrêa contribuíram para que o Equador se configurasse enquanto porta de entrada na América do Sul, mas efetivamente não possibilitou a inserção social desses migrantes. Expirado o visto de turista em noventa dias, não se pode solicitar qualquer outro visto e isso deixa grande parte da população haitiana em situação indocumentada. Daí deriva a maior vulnerabilidade aos abusos. Observou-se que o menor acesso ao trabalho está relacionado ao status migratório, à discriminação racial e à xenofobia e que o acesso à moradia, bem como os serviços de educação e saúde são dificultados para os haitianos e outros grupos migrantes.

Ainda que não haja uma lei que lhes impeça o acesso aos ditos direitos, na prática se encontram com numerosas barreiras. Em ocasiões, ditas barreiras são postas por funcionários que desconhecem o princípio de acesso universal aos direitos, barreiras que se fortificam no caso de atitudes discriminatórias e xenofóbicas. A isto se soma a vulnerabilidade daqueles que têm status migratório irregular. Assim, os haitianos que optaram por permanecer no Equador, se caracterizam por sua resistência e luta apesar das dificuldades experimentadas (ALARCÓN, 2017, p. 37) [Tradução nossa].⁷¹

⁷⁰ En la actualidad se estima que hay unos doscientos médicos haitianos sirviendo en distintos centros y hospitales públicos del Ecuador localizados en Quito, Cuenca, San Lorenzo, Coca, Esmeraldas y Manabí.

⁷¹ Aunque no haya una ley que les impida el acceso a dichos derechos, en la práctica se encuentran con numerosas barreras. En ocasiones dichas barreras son puestas por funcionarios que desconocen el principio de acceso universal a derechos, barreras que se fortifican en el caso de actitudes discriminatorias y xenofóbicas. A esto se suma la vulnerabilidad de aquellos que tienen estatus migratorio irregular. Así, los haitianos que han optado por permanecer en el Ecuador, se caracterizan por su resistencia y lucha a pesar de las dificultades experimentadas.

O caso de Patrick ilustra a passagem pelo Equador. A vinculação da permanência ao trabalho e as dificuldades para mudar o status migratório fizeram com que ele redefinisse seu projeto migratório e o Brasil entrasse em cena.

Das vantagens de ser poliglota

Nosso contato com Patrik começou quando ele procurou o projeto de extensão de aulas de Português para conhecer outros haitianos, com o intuito de articular melhor o grupo na cidade de Dourados. Alguns dias depois nos encontramos em uma praça próximo à sua residência para a realização da entrevista.

Natural de Petit-Goâve, uma pequena cidade do departamento Oeste do Haiti, Patrick acumulou variadas experiências até chegar a Dourados, no final de 2017. Filho de uma família de cinco filhos, de mãe comerciante e pai mecânico, entendeu desde cedo que a educação lhe abriria portas. Além de um português claro, domina creóle, francês, inglês e espanhol. Idiomas que aprendeu e aperfeiçoou ao longo dos seus 28 anos.

Eu nasci, cresci, estudei e foi onde iniciei minha carreira profissional em Petit-Goâve. Trabalhei em uma rádio chamada Contact Fm. Eu tinha uma emissora que era intitulada Porta do Conhecimento, sendo este nome em espanhol. Nasci em uma família cristã, minha mãe, meu pai e meus irmãos são cristãos. Meu pai está na capital e minha mãe está em Petit-Goâve, que fica aproximadamente 80 km da capital. Então comecei minha carreira profissional trabalhando na rádio, com 16/17 anos, assim que terminei o ensino secundário.

Posso dizer que falar espanhol para mim é um dom, porque desde as séries iniciais, desde criança, eu gostava da língua espanhola, sempre procurava palavras, vocabulários, tentava montar frases nesse idioma. Em minha cidade tem um centro dos médicos cubanos, eles são voluntários. Então, depois da escola, indo para praia, conheci alguns e comecei a me comunicar em espanhol. Eram doutores que ajudavam a população, em questão de saúde. Quando eles tinham tempo livre iam para a praia, então comecei a fazer amizade com eles.

Depois que começamos a viajar, aperfeiçoamos as línguas, ficamos seguros do que estamos falando. O primeiro país que conheci foi a Venezuela, em 2009, porque conheci uns militares de lá que atuavam na MINUSTAH. Eles gostaram muito de mim e me convidaram para conhecer a Venezuela, então viajei com eles. Eu não tinha passaporte, tive que fazer esse documento às pressas e como eu estava viajando com eles não houve problemas, mas depois que cheguei lá senti saudades da minha família e decidi voltar.

Como eu tentava falar espanhol com eles, fui fazendo muitas amizades e como era difícil encontrar alguém que falasse espanhol em uma cidade pequena distante da República Dominicana, eu me ofereci para ajudá-los. Por esse contato eu fui para a Venezuela, mas fiquei apenas três meses. Não gostei da vida lá. Mas eu gostava do espanhol e assim que voltei para o Haiti convenci um primo meu que já havia morado na República Dominicana a viajar comigo pra lá. Fomos para a República Dominicana com o intuito de estudar, traduzimos os documentos e iniciamos a faculdade. Eu já tinha o domínio do francês, creóle e inglês, mas precisava de um diploma em letras.

Residindo na cidade de San Pedro de Macoris e estudando em Santo Domingo, distante 70km, Patrick começou a trabalhar no setor de turismo na capital, onde encontram-se empregados muitos haitianos que vivem no país. Sua habilidade com idiomas lhe proporcionou um emprego como guia de turismo, mas como seu visto era de estudante perdeu o emprego depois de seis meses e a empresa foi multada. Em 2015 concluiu o curso de Letras com Inglês e decidiu viajar outra vez.

Depois que concluí fui viajar. Sou uma pessoa muito curiosa, sempre que alguém me relatava uma experiência em determinado lugar eu queria ver com meus próprios olhos. Me falaram que o Panamá possuía roupas e praias bonitas então decidi ir pra lá... estava financeiramente estável, me permitindo viajar. Depois de uns 45 dias voltei para República Dominicana e depois de uns meses fui para o México Por que eu queria conhecer o México? Não sei se você conhece o Rio de Janeiro, mas acho essa cidade muito cruel e o México é um país que existe o rap, as pessoas usam tatuagens, mexem com coisas... você está me entendendo? Logo, decidi ir conhecer a realidade do México, mas quando cheguei me deparei com outra realidade, não era como eu imaginava. As pessoas eram educadas, são pessoas que conseguimos conviver.

Do México voltei para o Haiti e depois fui para o Equador, ficando por 5 meses em Quito. Gostei muito do Equador. Cada país que passei me ensinou algo. No Equador é assim: pode estar em um dia de sol, mas estará frio por conta da altitude, é um país que eu não gostava de utilizar o carro como meio de transporte por ser perigoso, não sei como fizeram a infraestrutura do país. Um dia você irá conhecer, lá é muito alto, semelhante ao Peru. No Brasil o relevo é plano, tudo plano, não sei como os presidentes desse país conseguiram “escolher” uma terra tão plana.

Fui pro Equador para trabalhar, mas sem o visto de residência não consegui. Depois de quatro meses decidi vir para o Brasil, saindo de Quito para São Paulo já com o visto.

Dormi uma noite lá e no dia seguinte vim para Dourados. Tenho um amigo aqui, por isso vim pra cá. Moramos juntos uns sete meses e depois aluguei uma casa e hoje moro só. Esse amigo não é de Petit-Goâve, é de Fond-des-Negres, eu o conheci quando fui lá na cidade dele. Quando soube que ele estava aqui pensei: Opa! Agora vou pro Brasil!

Depois de três meses desempregado em Dourados, com a ajuda de um membro da igreja pentecostal que frequenta, Patrick conseguiu um emprego de inspetor de qualidade em um frigorífico da cidade, onde permanecia até a data da entrevista, mais de um ano depois da contratação. Planejava trazer um de seus irmãos nos meses seguintes, mas apenas dois anos depois conseguiu. Casou-se com uma brasileira e acolheu o irmão recém-chegado do Haiti. Atualmente, além de trabalhar como intérprete dos migrantes no serviço público, estuda agronomia em uma instituição privada da cidade.

Questionado sobre a atuação da MINUSTAH, Patrick é contundente:

Eu não concordava com essa organização. Não gostava porque esses soldados fizeram coisas ruins em nosso país. Uma coisa que a população haitiana odeia é a homossexualidade. Se você se assumir eles te queimam com pneu e gasolina. Ser homossexual é proibido e em 2009/2010 ou 2011, Obama, que na época era o presidente dos Estados Unidos, mandou uma carta para o antigo presidente do Haiti pedindo a aceitação da legalização do casamento gay. O meu presidente respondeu “Sua carta eu recebi, mas irei utilizá-la em meu banheiro, pois o meu país não tem como receber essa carta, esse pedido!” Eu não concordei com a ONU e o presidente atual já retirou essa organização do nosso país.

Os soldados levaram cólera para o meu país, você pode imaginar uma criança ou um adulto que contraiu essa doença morrer por desidratação, pois alguns sintomas são a diarreia e o vômito, a pessoa morre em 3 ou 4 horas. Eles matavam as cabritas dos agricultores para se alimentarem, não pagavam por elas, pensavam que eram bichos selvagens. Imagina o agricultor que era dono dessas cabritas e que as comercializavam, os soldados eram ruins!

Me recordo que em 2013 os soldados passaram por cima de um menino. Eu participei de uma reunião e acho que um soldado uruguaio estuprou um menino e o estuprador teve que pagar uma multa alta naquela época. Tudo que ocorreu foi muito feio, como cidadão haitiano essas coisas ficaram gravadas em minha cabeça. Como jornalista eu tinha uma história, eu disponibilizava a notícia, eu trabalhava nisso, eu tenho isso no sangue e é muito ruim fornecer uma notícia em que o meu coração doía ao comunicá-la, me fazendo muito mal.

Imagina você tendo que noticiar que um uruguaio estuprou um haitiano em tal local, imagina a pessoa que sofreu o abuso, ele não conseguirá olhar para ninguém, está me

entendendo? Têm coisas que dinheiro não compra de jeito nenhum, irmão, por isso que as pessoas se matam.

Enfim, foi por conta desses malefícios que não gostei da presença dessa organização em meu país, mas sei que já foram embora. No entanto, temos nossa própria força armada criada pelo novo governante Jovel Moïse e eu o parabênizo, mesmo ele tendo uma cabeça “magrinha”, mas ele tem competência.

Dourados, 2 de agosto de 2018.

No Peru, a quase totalidade dos haitianos que lá estiveram entre os anos de 2010 e 2015 esteve associada ao trânsito para o Brasil e mais recentemente para o Chile. Desde o início, esse país configurou-se enquanto um espaço de passagem, com pouca permanência. Seguindo diversificadas rotas que partiram do Haiti ou da República Dominicana, milhares de haitianos chegaram ao Equador de avião, tendo em vista a não necessidade de visto de turismo, e seguiram de ônibus até a fronteira entre as cidades de Huaquillas (Equador) e Tumbes (Peru). Impedidos de entrar por via legal, muitos recorreram aos coiotes nessas cidades ou antes delas, ainda em Quito, para que articulassem o trajeto até a fronteira peruana com o Brasil.

Nos anos iniciais da migração haitiana para o Brasil, grande parte dos migrantes chegavam através da fronteira brasileira com o Peru, no estado do Acre, fazendo um longo trajeto pelas estradas peruanas. As rotas utilizadas estavam associadas à presença de coiotes que articulavam o transporte desde o Equador até o Brasil. Em janeiro de 2012, diante da crescente migração pelo país, o governo peruano, através do Decreto Supremo nº 001-2012, passou a exigir o visto de turista para os haitianos, justificando que seria por “razões de política migratória” (VÁSQUEZ, BUSSE e IZAGUIRRE, 2014). Essa medida estimulou ainda mais a atuação das redes de tráfico de pessoas e consequentemente, os abusos e extorsões ao longo do caminho.

Os estudos de Vasquéz, Busse e Izaguirre (2014) e de Setién (2017), indicaram a existência de várias rotas por diversas cidades peruanas. Essas autoras afirmam que os haitianos seguiram rotas flexíveis que se adaptavam às circunstâncias do momento e vários pontos de parada funcionaram como importantes “nós” das redes de coiotes. São esses agentes os responsáveis pela compra das passagens de ônibus, a organização da hospedagem e alimentação, em geral com custos muito acima dos preços normais. Tais atividades são organizadas através de frequentes contatos telefônicos entre coiotes, taxistas, donos de hospedagens e até agentes da polícia peruana. “A tendência geral desta ‘compra’ é a

sobrevalorização do custo da passagem em 200% sob pretexto de cobrança de hospedagem e serviços de alimentação” (VÁSQUEZ, BUSSE e IZAGUIRRE, 2014, p. 89) [Tradução nossa].⁷²

Segundo essas autoras e confirmado pelas entrevistas realizadas para esta pesquisa, como veremos no capítulo 5, grande parte dos haitianos dispõem de detalhes da viagem até Quito, mas pouca informação sobre o resto da rota. Em geral, apenas algumas informações genéricas acerca dos contatos a serem feitos, mas pouco localizados geograficamente, inclusive, alguns desconheciam a necessidade de passar pelo Peru para acessar o Brasil.

Não sabem o tempo que leva para chegar a esse ponto nem a distância real da viagem, ou como é a estrada. Além disso, eles parecem ter elaborado uma visão idealizada que de alguma forma é destruída quando atingem o precário abrigo ou refúgio de Brasileia [a 111 km da fronteira com o Peru, por onde entram]. Embora não pareça haver um plano de migração detalhado ou igualmente eficiente para todas as seções, existe uma vocação de guardar todos os documentos que endossem ou recordem as características dessa viagem (VÁSQUEZ, BUSSE e IZAGUIRRE, 2014, p. 97-98) [Tradução nossa].⁷³

Sem conhecimento da necessidade de visto ou da possibilidade de serem assaltados por policiais ou civis no Peru e não podendo recorrer às autoridades locais em virtude da situação migratória irregular, facilmente se tornavam alvos dos coiotes. Muitos deles permaneciam dias em um determinado local à espera do envio de dinheiro dos familiares no Haiti, no Brasil ou em outro país para que conseguissem seguir viagem. De acordo com matéria publicada pelo jornal *Estadão*, até 2015, a rede de coiotes já havia faturado cerca de 60 milhões de dólares às custas dos 38 mil haitianos que cruzaram a fronteira do Brasil pelo Acre (DIÓGENES e MONTEIRO, 2015).

Uma característica marcante da migração haitiana no mundo e observada também no Peru, são os frequentes contatos com familiares e amigos em outros países para solicitar dinheiro, empréstimos e informações. Não apenas no país de origem ou destino, mas também em vários pontos da grande diáspora haitiana nos quais há alguém que possa servir de suporte

⁷² La tónica general de esta “compra” es la sobrevaluación del costo del pasaje en 200% so pretexto de cobrar por los servicios de alojamiento y alimentación.

⁷³ No saben cuánto tiempo toma llegar a ese punto ni la distancia real del trayecto, o como es el camino. Además, parecen haber elaborado una visión idealizada que de alguna forma se destruye cuando llegan al precario albergue o refugio de Brasileia. Aunque no parece existir un plan migratorio detallado o igual de eficiente para todos los tramos, sí existe una vocación por guardar todos los documentos que refrenden o recuerden las características de ese viaje.

em momentos de necessidade. Isso indica a existência de fortes relações sociais entre os migrantes, corroborando com o argumento das redes sociais transnacionais.

Muitos dos que passaram pelo Peru em direção ao Brasil já contavam com experiência migratória própria ou familiar, a maioria na República Dominicana. Esse fato contribuiu para diminuir os riscos e aumentar a possibilidade de sucesso nesse projeto migratório, já que falavam o espanhol e conheciam estratégias de outras experiências. Muitos deles, em idade produtiva, são filhos que se convertem em chefes de famílias e buscam apoiar financeiramente seus irmãos e pais no Haiti ou em outros destinos.

As informações coletadas por Vásquez, Busse e Izaguirre (2014) indicaram que a expectativa da grande maioria dos haitianos que passaram pelo Peru foi chegar ao Brasil o mais rápido possível e quando ocorreram obstáculos para que isso se concretizasse, os migrantes apresentaram visível descontentamento. Em geral, permaneceram alguns dias no país, quase sempre em Puerto Maldonado. Segundo as autoras, aqueles que ficaram no Peru o fizeram porque formaram uma nova família ou não tiveram recursos para seguir viagem rumo ao Brasil. “Paradoxalmente, a maioria tinha conhecimentos muito imprecisos sobre como, onde e em que condições vivem seus familiares e amigos no Brasil” (VÁSQUEZ, BUSSE e IZAGUIRRE, 2014, p. 99) [Tradução nossa].⁷⁴

As dificuldades para obter o visto de turismo e a inexistência de uma política migratória de acolhimento e inserção social dos haitianos os expuseram a vulnerabilidades e abusos, uma vez que recorriam a meios ilegais para cruzar o país. As ações orientadas para o combate e tráfico de pessoas tiveram impacto bastante limitado, prevalecendo a impunidade entre aqueles envolvidos no tráfico de pessoas. A partir de 2015, com o fechamento do abrigo de Brasília, com a disseminação de informações dos migrantes anteriores e com o aumento da concessão de vistos humanitários pela embaixada brasileira em Porto Príncipe, a migração haitiana pelo Peru praticamente desapareceu.

Embora o Chile não tenha se caracterizado historicamente como um país de imigração, essa condição está mudando nas últimas décadas. Nos anos 1990, com o retorno da democracia e o crescimento econômico experimentado no período, muitos chilenos que viviam no exterior retornaram e começaram a chegar pessoas de várias nacionalidades (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017). No contexto das políticas migratórias mais restritivas na América do Norte e na Europa e das crises econômicas da Argentina e mais recentemente do Brasil, os dois

⁷⁴ Paradójicamente, la mayoría tenía conocimientos muy imprecisos sobre cómo, dónde y en qué condiciones viven sus familiares y amigos en Brasil.

principais destinos da migração internacional na América do Sul, o Chile foi se tornando uma alternativa para migrantes colombianos, peruanos e argentinos. Entretanto, na última década, iniciou-se uma significativa migração de venezuelanos, dominicanos e haitianos.

De acordo com as informações do Departamento de Extranjería y Migración do Chile, entre 2005 e 2018, foram concedidas 214.709 solicitações de visto para haitianos no país. Os números passaram de 694 em 2010 para 125.555 em 2018. Embora tenham ocorridos retornos para o Haiti e grande saída para o Brasil entre 2018 e 2019, o Chile registrou o maior número na América do Sul.

Assim como no Brasil, a presença de haitianos no Chile era pequena antes do terremoto de 2010 e mesmo nos primeiros anos após a catástrofe, o país não esteve entre os principais destinos da nova migração haitiana. A entrada desse país no novo espaço transnacional haitiano parece estar associada à falência de projetos migratórios em outros países do Caribe e da América do Sul, mas de acordo com Villanueva (2014), também se relaciona com a presença militar chilena no contexto da MINUSTAH. Isso teria contribuído para que o país do sul andino fosse visto como uma nova porta para realização de seus projetos migratórios.

Segundo informações de Pedemonte, Amode e Vásquez, (2017), desde o ano de 2012, o número de haitianos no Chile duplicou a cada ano e só no primeiro semestre de 2016, mais de 20.000 ingressaram no país indicando que se trata de uma migração muito recente e em crescimento. Embora haja alguns haitianos que já ingressaram com visto de permanência definitiva, a grande maioria utiliza-se do visto de turista e assim permanecem no país em situação migratória irregular. A partir de 2012, de maneira extraoficial, se impôs a obrigatoriedade de uma carta convite e 1.000 dólares na hora de ingressar no país. Esta medida, que objetivava diminuir o número de entradas, teve outros efeitos.

“O principal paradoxo destas medidas restritivas impostas em 2012 é que no ano seguinte da sua implementação em vez de baixar o fluxo, pela primeira vez se duplica” (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017, p. 75) [Tradução nossa]⁷⁵. Segundo esses autores, as medidas restritivas são ineficientes e empurram para a clandestinidade os migrantes, principalmente quando o fluxo se dá por via terrestre. Além disso, observou-se o surgimento de cartas convite nas quais haitianos já residentes no país passaram a vender os documentos para futuros migrantes. Isso encareceu a viagem e aumentou a vulnerabilidade ao endividamento, geralmente somado às outras dívidas adquiridas para financiar a viagem.

⁷⁵ La principal paradoja de estas medidas restrictivas impuestas el 2012, es que el año siguiente de su implementación en vez de bajar el flujo, por primera vez se duplica.

A quase totalidade dos haitianos no Chile reside na capital Santiago e trata-se, predominantemente, de trabalhadores e estudantes homens, estando a maioria entre 15 e 44 anos (88%), embora a presença feminina esteja aumentando como resultado do fortalecimento das redes familiares. Autores como Pedemonte e Bueno (2014) e Solimano *et al* (2012) descreveram o mercado de trabalho chileno como segmentado para os migrantes sem aproveitamento de suas qualificações. A maioria está empregada com salários em torno do mínimo, nos setores de serviços, da construção civil e limpeza. Mesmo aqueles que possuem diploma de nível superior acabam desempenhando essas funções, tendo em vista as barreiras para a validação de seus diplomas (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017).

Observa-se de maneira importante a motivação para estudar e conhecer outros países. Também é importante o fato de que todos os que saíram com a ideia de estudar fora, tomaram o Chile como um destino de trânsito. Alguns continuam com esses planos e outros vão modificando, estendendo sua estadia e inclusive suspendendo a ideia de mover-se para outro país. Haveria três classes de migrantes haitianos segundo um dos entrevistados que dirige uma organização: quem vem a estudar, quem vem a trabalhar e quem o fazem para logo passar a outro país (tendo como primeiro horizonte a França ou Canadá) (VILLANUEVA, 2014, p. 19) [Tradução nossa].⁷⁶

A já citada pesquisa de Pedemonte, Amodé e Vásquez (2017), ao entrevistar haitianos no Chile e familiares e amigos destes no Haiti, permitiu agrupar os migrantes haitianos em três perfis: um grupo com maior capital cultural, econômico e social, com redes de apoio mais antigas, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e França; um grupo com certos recursos disponíveis, mas que não cumpre com os requisitos seletivos para migrar para esses países, geralmente encara a migração no Chile como uma etapa antes de alcançar países economicamente mais desenvolvidos; e o terceiro grupo, mais precarizado, busca basicamente melhorar as condições de subsistência, mais associado à migração rural. O Chile passa a ser um referente migratório dos dois últimos grupos, sobretudo o intermediário.

Tratar-se-ia então de um grupo ‘intermediário’ da população com recursos econômicos e culturais, que durante alguns anos privilegiou ir ao Brasil pela

⁷⁶ Se observa de manera importante la motivación por estudiar y conocer otros países. También es interesante el hecho de que todos los que salieron con la idea de estudiar fuera, tomaron a Chile como un destino de tránsito. Algunos continúan con esos planes y otros los han ido modificando, extendiendo su estadía e incluso suspendiendo la idea de moverse hacia otro país. Habría tres clases de migrantes haitianos según uno de los entrevistados que dirige una organización: quienes vienen a estudiar, quienes vienen a trabajar y quienes lo hacen para luego pasar a otro país (teniendo como primer horizonte a Francia o Canadá).

existência de um maior grau de afinidade cultural e que com base na crise atual privilegia vir diretamente ao Chile ou, inclusive, transladar-se do Brasil para o Chile (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017, P. 113-14) [Tradução nossa].⁷⁷

A mesma pesquisa informa que os haitianos asseguram ter pouca interação com os vizinhos chilenos em seus locais de moradia e que, como vivem em bairros periféricos, queixam-se da insegurança e delinquência. Segundo os entrevistados, os chilenos pensam que, por não falarem o espanhol, são menos inteligentes e mais fáceis de serem roubados. Também há muitas queixas sobre os preços diferenciados nos aluguéis, geralmente feitos sem contrato. Por esse motivo, são obrigados a compartilharem precárias habitações com outros haitianos recém conhecidos. “É principalmente o difícil acesso à habitação que os obriga a aceitar arrendamentos informais, abusivos e precários, e não as experiências prévias, as que, segundo se comprovou no Haiti, eram melhores que as experimentadas no Chile” (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017, p. 131) [Tradução nossa].⁷⁸

A migração haitiana no Chile correlaciona motivações de caráter macroestrutural, como a fuga do precário quadro socioeconômico do Haiti, com um nível intermediário sustentado pelos projetos familiares, mas também com decisões individuais que busca inserção laboral e desenvolvimento acadêmico. De modo geral, as esperanças de autorrealização que constituem a maioria dos projetos migratórios vão se reajustando à medida que se deparam com a realidade do mercado de trabalho chileno, que exige elevada carga de trabalho em serviços pesados e as dificuldades de acesso ao ensino superior. Isso tem contribuído para que a integração desses migrantes se dê apenas na esfera econômica sintonizados no modelo neoliberal vigente. Apesar de a comunidade haitiana em Santiago contar com cerca de dezenove associações com iniciativas culturais e políticas, a via de mera inserção econômica e a deriva de seus projetos em simples individualismo e desprezo pelo conacional, fragmenta a comunidade haitiana e desgasta sua solidariedade interna (PEDEMONTE, AMODE e VÁSQUEZ, 2017, p. 156).

Com a eleição de Sebastián Piñera para a presidência Chile, em março de 2018, ocorreram mudanças na política migratória que impactaram diretamente a migração haitiana. A partir de abril de 2018, o país passou a exigir vistos de turistas para os haitianos, com

⁷⁷ Se trataría entonces de un grupo “intermedio” de la población con recursos económicos y culturales, que durante algunos años privilegió ir a Brasil por la existencia de un mayor grado de afinidad cultural y que en base a la crisis actual privilegia venir directamente a Chile o, incluso, trasladarse desde Brasil hacia Chile.

⁷⁸ es principalmente el difícil acceso a la vivienda lo que los empuja a aceptar arriendos informales, abusivos y precarios, y no las experiencias previas, las que, según se comprobó en Haití, eran mejores que las que experimentan en Chile.

permanência máxima de 90 dias. Passou também a emitir vistos humanitários de reunião familiar apenas a cônjuges, filhos menores de idade ou filhos estudantes até 24 anos, com um limite máximo anual de 10 mil vistos (CHILE, 2018). Ainda, em outubro do mesmo ano, o governo chileno criou um programa de retorno voluntário, oferecendo transporte de volta ao Haiti, com a condição de não retorno ao Chile durante nove anos. Essas mudanças, além do racismo e xenofobia crescentes e a concorrência com a mão de obra dos venezuelanos, impulsionaram a saída de haitianos do Chile em direção ao Brasil, cruzando o território boliviano e ingressando no território brasileiro através da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Esse deslocamento se intensificou durante o ano de 2019, no contexto de instabilidade política e das frequentes manifestações populares contra o governo chileno.

Figura 8 - Haitianos em cadastramento para o Programa de Retorno do Chile



Fonte: La Nación, 2018.

Na Argentina, de acordo com Evangelista (2016), os haitianos são predominantemente jovens, alguns com conhecimento de espanhol e outros que chegaram sem saber qual língua era falada no país. Ao chegar, a maioria busca a Fundación Comisión Católica Argentina de Migraciones (FCCAM) por algum conhecido que lhe comentou sobre as aulas gratuitas de espanhol, e alguns começam a trazer seus familiares. São majoritariamente homens, com ensino secundário completo, mas sem experiência profissional, vindos das principais cidades do Haiti. Entretanto, nos últimos anos, como observado em outros destinos, houve uma diversificação nessa configuração com a chegada de pessoas das áreas rurais e com pouco domínio do francês, alguns falantes apenas do creóle, inclusive. “Segundo dados revelados, a população haitiana que migra para a Argentina pertence à classe média, média-alta do Haiti. São jovens entre 20 e

30 anos que desejam começar seus estudos universitários ou finalizá-los” (EVANGELISTA, 2016, p. 12) [Tradução nossa].⁷⁹

De acordo com Evangelista (2016), a Dirección Nacional de Migraciones (DNM) da Argentina revelou que, entre o ano de 2010 e novembro de 2013, entraram 4.658 haitianos no país, mas a autora alerta que muitos desses podem já ter saído. Também muitas outras chegadas ocorreram desde então. Apenas na cidade de Rosário vivem cerca de 2.500 haitianos que recentemente fundaram uma associação (BARRANDEGUY, 2017). Grande parte deles são estudantes universitários que começaram a chegar ainda em 2008, o que significa que a escolha desse destino no sul da América, pelo menos inicialmente, não guarda relação com o terremoto de 2010, e sim, com a busca de oportunidades de educação e trabalho escassas no Haiti.

Todavia, após o terremoto, a possibilidade de obtenção de um visto humanitário e a gratuidade dos estudos universitários parecem ter estimulado uma migração sustentada pelas redes familiares. Mas a possibilidade de obter residência por razões humanitárias tornou-se mais difícil a partir do final de 2012, quando a estreita relação entre a catástrofe e as migrações parecia não se sustentar. Tornou-se cada vez mais comum a entrada com vistos de turistas e pedidos de regularização posterior (EVANGELISTA, 2016).

Semelhante ao ocorrido em outros países da região, a permissão de entrada não foi acompanhada de políticas públicas de inserção laboral e social. Isso acarretou uma série de inconvenientes que são visíveis nas dificuldades de obtenção de emprego, de habitação, de regularização de documentos, de educação, dentre outros, como afirma Evangelista (2016). Segundo ela, os empregos obtidos por haitianos na cidade de Buenos Aires são informais, de baixa qualificação e implicam uma nula mobilidade social. “As trajetórias laborais dos afro-negros-haitianos se caracterizam por prolongados períodos de desocupação, precariedade, instabilidade e alta rotação laboral, se bem que muitos deles contam com familiares que lhes ajudam economicamente” (EVANGELISTA, 2016, p. 17) [Tradução nossa].⁸⁰

Durante o ano de 2019, além da continuidade da migração de haitianos do Chile para o Brasil, o município de Bonfim, em Roraima, registou a entrada de mais de 13 mil haitianos

⁷⁹ Según datos relevados, la población haitiana que migra a la Argentina pertenece a la clase media, media-alta de Haití. Son jóvenes de entre 20 a 30 años que desean comenzar sus estudios universitarios o finalizarlos.

⁸⁰ Las trayectorias laborales de los afro-negros-haitianos se caracterizan por prolongados períodos de desocupación, precariedad, inestabilidad y alta rotación laboral, si bien muchos de ellos cuentan con familiares que les ayudan económicamente.

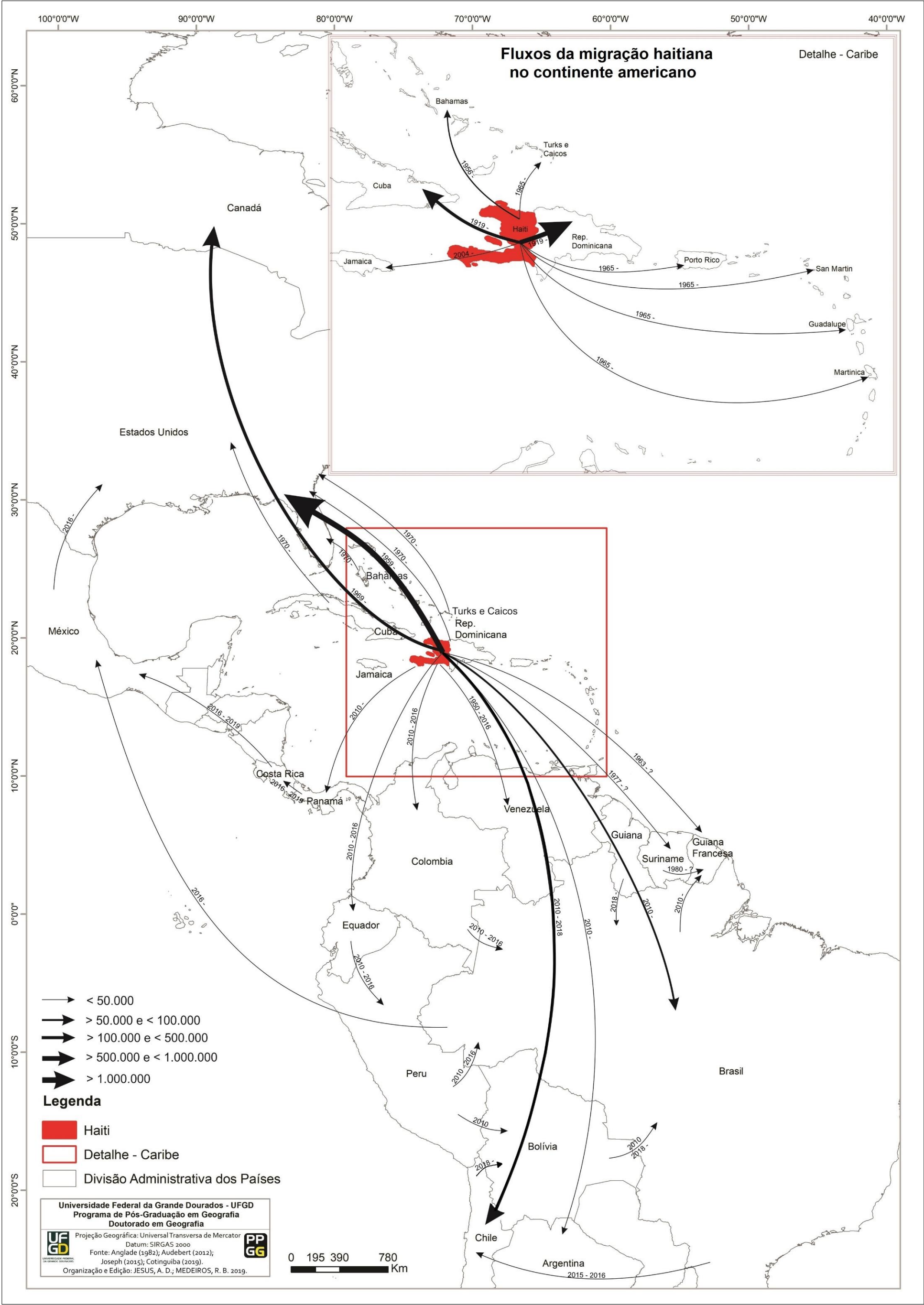
vindos da Guiana⁸¹. Por não exigir vistos de turistas para os haitianos, muitos desembarcam de avião na capital Georgetown e seguem em vans para a cidade de Lethem, na fronteira com o Brasil, e seguem para as cidades de Boa Vista e Manaus. Assim como ocorre em Corumbá, essas cidades são locais de passagem para a maioria que se dispersa para uma variedade cada vez maior de municípios brasileiros. Enquanto Corumbá é uma porta de entrada daqueles que estão abandonando o Chile, Bonfim é uma porta de entrada daqueles que vêm diretamente do Haiti. Em ambos os casos, as redes sociais têm operado na base desses processos de mobilidade.

Ao que parece, a migração haitiana segue seu movimento de atravessamento de fronteiras e contornamento das barreiras, ampliando o espaço transnacional do país. A maneira como os migrantes haitianos desenvolvem suas relações familiares, econômicas, políticas e de toda ordem, transcende as fronteiras do Estado-nação em relações mais complexas que a origem e o destino, a saída e a chegada, mas incorpora múltiplos espaços por meio de relações familiares e de conterraneidade. Tentando dimensionar esse processo, apontamos na figura 9 a espacialidade desses fluxos.

Por fim, retomando um dos argumentos iniciais, a migração haitiana tem múltiplas causas e dentro dela há variados projetos migratórios individuais e coletivos. Na base dela estão as desiguais relações geopolíticas que marcaram a recolonização do Haiti durante os séculos XX e início do século XXI. Entretanto, a densidade das redes migratórias parece sustentar a continuidade da migração mesmo se as causas macroestruturais desaparecessem.

⁸¹ Nova onda de haitianos chega ao Brasil pela Guiana e engrossa êxodo de estrangeiros em Roraima. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/12/16/nova-onda-de-haitianos-chega-ao-brasil-pela-guiana-e-engrossa-exodo-de-estrangeiros-em-roraima.ghtml>

Figura 9 – Mapa dos Fluxos da migração haitiana no continente americano



Fonte: próprio autor, 2018.

4 A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

“O Brasil não é o meu coração”
(De um haitiano em Dourados)

No capítulo anterior, demonstramos que a migração haitiana é uma ampliação do espaço transnacional do Haiti. Por meio dela, o país se expande para além de suas fronteiras e espalha sua diáspora física e simbolicamente. Pelos motivos já expostos, novos espaços são incorporados à essa sociedade transnacional, recriando vínculos entre lugares de origem, de trânsito e de destino, reconfigurando o mapa da diáspora e consequentemente, do Haiti.

A atual migração para a América do Sul, especialmente para o Brasil, trata-se de uma extensão recente desse espaço, aproximando pontos antes distantes ou desconectados. O Brasil, no início do século XXI, passa a fazer parte do cotidiano de muitas famílias haitianas, permeando os discursos e imaginários relativos a um possível destino permanente ou temporário. Ao longo da nossa exposição, mostraremos alguns motivos dessa aproximação que irá marcar uma nova fase da diáspora haitiana.

Embora recente e ainda em curso, a migração haitiana no Brasil suscitou muitas análises vindas de diversas áreas do conhecimento. Desafiou os estudiosos das migrações a interpretar um fluxo muito diferente dos anteriormente ocorridos no país, principalmente por se tratar de uma nação caribenha sem histórico de migração anterior para o Brasil. No âmbito governamental, a inédita situação demandou adequações na política migratória através da concessão de vistos humanitários e, juntamente com outras situações, contribuiu para a aprovação da Lei. 13.445/2017, a Nova Lei de Migração.

Neste capítulo, abordaremos as fases iniciais da migração haitiana para o Brasil através das rotas da região Norte, o debate jurídico em torno da questão, a mobilidade dos haitianos pelo país com a incorporação de novos destinos nos anos seguintes e a configuração atual desse fluxo.

4.1 O INÍCIO DA MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E OS PARADOXOS DO VISTO HUMANITÁRIO

Um jeito para a população sair do país e o dinheiro ficar

Alfred, 32 anos, é um dos sujeitos que possui grande visibilidade entre os haitianos de Três Lagoas. Natural de Leógâne, migrou para o Brasil em outubro de 2013, depois de várias tentativas de adquirir um visto para os Estados Unidos para encontrar com sua irmã que vive na Flórida há 18 anos. Cantor e compositor, casado com uma brasileira há três anos

e morando em uma casa com outros brasileiros, fala e entende português com tranquilidade e por isso exerce uma grande capacidade de articulação entre haitianos e prefeitura.

Nossa conversa partiu dos questionamentos sobre a sua vida no Haiti, a decisão de migrar e a organização da viagem.

Você precisa conhecer como é o esquema dos raketé. Tem gente que paga 7, 8 mil dólares pra sair do Haiti. Aqui no Brasil seria uma espécie de estelionatário, também se chama de coiole... Só que o processo de quando o Brasil liberou para os haitianos, o processo era tão fácil que veio essa gente, vamos supor que montem um muro aqui, sabem que o Brasil abriu portas para dar visto aos haitianos, eles perceberam que não vão participar com relação ao dinheiro. Para mostrar a força da corrupção no Haiti, eles veem que não vão participar nesse dinheiro do povo. Então fazem uma barreira, impedindo. Estou simulando uma coisa, eles impedem e falam: não, para você conseguir preencher o formulário, você tem que entrar no site do consulado. E não é todo mundo no Haiti que tem acesso à internet em casa. É um povo coitado, nem todos nós temos acesso à internet. Eles estão na capital e conhecem a internet mais que as pessoas que estão morando nos morros, roça, campo, que tem um meio de viver, mas querem sair do país. Essas pessoas não entendem nada de computador. Tem um formulário para preencher e vai ter que pagar tanto. As vezes tem pessoas, só para mostrar como está lá para você, tem pessoas que não tem dinheiro. Entendeu?

Mas tem gente que sabe de maneiras mais fáceis de conseguir... O Haiti faz parte do Caricom, não sei se você já ouviu falar disso. Com isso, os haitianos podem viajar para os países membros sem visto de turista, no Equador também. Todas essas oportunidades surgiram depois do terremoto. O que quero dizer é que as doações que o Haiti recebeu, são para dar um jeito para a população sair do país e o dinheiro ficar, abrem brecha e abrem uma porta, e vai ter muita gente querendo ir embora, porque quebrou casa e empresa e a pessoa que demorou 15 anos para deixar em pé a empresa, vai falar “em menos de 2 anos não vou conseguir minha empresa de volta, daquele jeito.”

Então, a ideia é essa, sair do país. Quando eles estavam fazendo inventário para pegar as doações, eles levantaram o número de habitantes e das pessoas desabrigadas, que perderam tudo. Já fica lá os dados e para que esse dinheiro renda para eles, porque eles não vão distribuir para todo mundo e vão atrás de oportunidade para fazer os haitianos sair do país. Menos haitianos é mais vantajoso. Porque, se hoje eu mando dinheiro para minha família lá, o governo tem um dólar. Agora fala pra mim, na pesquisa que você fez, só em São

Paulo tem quantos? Vamos contar: todo mês nós mandamos dinheiro para nossa família lá. Quanto que o governo faturou? E não é só haitianos no Brasil não, é no mundo inteiro. É só para te falar qual o clima.

Então, nós todos, depois do terremoto, a ideia é ver que a gente não tinha como voltar atrás para poder construir uma casa. Minha mãe já estava começando a cobrar de mim, mas eu entendia o porquê de ela mudar tão de repente. Porque quando ela olha para casa, toda fissurada, com rachaduras, por causa da tremedeira, ela ficava nervosa e descontava em todo mundo. Como eu era o único filho que vivia com ela, ela descontava tudo em mim. Então, eu falei: bom, eu já tentei várias vezes pedir um visto para ir aos EUA e minha mãe também tentou para mim, pois está viajando direto, minha irmã que não vejo faz muito tempo, deve ter uns 18 anos nos EUA. Nós crescemos juntos, estou com muita saudade dela, mas tudo bem, a vida é assim.

Aí eu pensei: vou sair do país, porque não tem como eu pegar e investir de novo. Porque eu tinha um salão, eu cortava cabelo e arrumava computador, celular, essas coisas, dava meus pulos. E fazia música também. Aí fiz todos os cálculos, achava que era só eu que estava pensando dessa forma, mas não era.

O meu trajeto foi assim: Haiti, Panamá, Equador, Peru e Brasil. Do Haiti ao Equador foi de avião e depois de ônibus. No Peru é que começa o sofrimento. Todo haitiano vai querer desistir. Eu já estava difícil, horroroso, eram noites e noites sem dormir. Então, nós chegamos no Peru e, sabe quando você chega em um lugar e vê tudo diferente? A terra, o clima e o povo. Você já ouviu falar em um deserto no Peru, eu esqueci o nome... no Norte, ali é deserto. Nós entramos por Tumbes, na fronteira com o Equador, ali é deserto.

Eu fiquei 15 dias dentro de ônibus, só desci para entrar em um lugar para escovar os dentes e ir ao banheiro. Não comi direito, não sabia o que era comer direito. Para mim era uma missão. E outra coisa, que fez com que eu tivesse força para seguir, é que eu era a décima terceira pessoa, que estava no grupo, que entende espanhol, de falar não, mas de entender. Por que o coiote é assim: quando chegamos no Equador, quem vai me mandar para Tumbes já entrou em contato com o cara lá na fronteira e ele me descreve para o cara. Primeira coisa que ele faz é entrar em uma loja comigo para comprar um celular no Peru e colocar crédito suficiente para mim. Aí ele me escolhe e só conversa comigo. Eles escolhem uma pessoa só no grupo.

Era um grupo de treze pessoas que fomos nos conhecendo no caminho, principalmente quando descemos no aeroporto de Quito, mas a gente já vinha com o

esquema desde o Haiti. No esquema tem haitiano também. Os taxistas, no Equador, já sabem que horas chegam os voos e quem vai chegar neles e acenam e te levam pro hotel que já está definido no esquema. Porque lá no Haiti já passaram como serão as coisas, pois já está tudo marcado no papel que você recebe. Se o taxista falar tal hotel para você e no papel está a reserva do hotel, aí você já vai com ele. A partir daí você já sabe o que faz, mas depois, você entra no Peru, não existe nada, não tem ninguém te guiando, a única coisa é que eles entram em contato da próxima cidade que vai receber tal ônibus, só te fala para chegar em tal cidade e tentar o ônibus, e sempre tem uma pessoa que vai te chamar, você entrega o dinheiro para ele, ele pega sua passagem e vai junto.

Em determinado ponto, o cara passou o dinheiro pra mim e pediu pra seguir. Só avisou que alguém iria nos receber e me deu uma lista de números, em determinadas cidades tinha que ligar para um número diferente. Agora, o problema é saber quando você chegou àquela cidade. Você está tão cansado, ou passou o dia todo dormindo no ônibus. Você não sabe, as vezes o ônibus passa a cidade e vai para outra. Então, o sufoco é quando nós estávamos naquela tal estrada da morte. Você já ouviu falar da estrada daquele morro? Você ouve coisas que parecem que você está em um pesadelo, você dorme, mas não descansa.

Em Cusco alivia porque tem infraestrutura, vê trem e vê outras coisas, mas os caras são mais ligeiros ainda, conhecem dinheiro e sabem disso, aí falam para nós que se não tiver dinheiro, não tem como ajudar. Nós tivemos que ficar uma semana em Puerto Maldonado, esperando. E o alojamento no Acre estava lotado e tiveram que arrumar outro lugar em Rio Branco, para poder liberar espaço para os haitianos, porque o fluxo estava demais. Aí fechou a fronteira. Só depois que os haitianos iam saindo ia liberando mais espaço. Foi assim que eu cheguei à Brasília e fiquei uns 12 dias no abrigo. É por isso que hoje nós estamos aqui no Brasil, mesmo como o Brasil está hoje, mas a gente fica feliz, porque valeu a pena.

Três Lagoas, 17 de agosto de 2018.

O longo relato de Alfred articula o que vínhamos discutindo sobre a migração como alternativa, as tentativas de ingresso nos Estados Unidos como destino prioritário, o surgimento de novos destinos na América do Sul e as dificuldades enfrentadas do trajeto, características do início da migração haitiana no Brasil que passamos a discorrer nas próximas páginas.

Alguns autores como Cotinguiba e Pimentel (2012) indicam que, ainda no início do século XX registrou-se a presença de haitianos no Brasil, envolvidos na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, onde atualmente é o estado de Rondônia. Segundo informações de

Araújo e Oliveira (2014), os milhares de antilhanos de diversas nacionalidades foram contratados para trabalharem na construção da ferrovia, mas ficaram conhecidos genericamente por “barbadianos”, pelo motivo de o maior grupo ser da ilha de Barbados, então colônia inglesa no Caribe. Entretanto, Blackman (2016) afirma que esses migrantes eram provenientes das colônias inglesas, não registrando a presença de haitianos envolvidos no empreendimento.

A possível migração haitiana no Norte do Brasil no início do século XX e a utilização das fronteiras dessa região para ingresso dos haitianos a partir de 2010 despertou a curiosidade de Araújo e Oliveira (2014) que elaboraram a hipótese de relação entre os dois momentos. Os autores investigaram a possibilidade da presença de descendentes de haitianos no norte do país e a estruturação de uma rede a partir deles. Todavia, a hipótese não foi comprovada e a explicação para a “escolha” das rotas esteve ligada à atuação dos coiotes ao longo de todo o trajeto, do Haiti ao Brasil.

Ao que se sabe, não existem documentos e publicações detalhadas sobre a presença haitiana no Brasil durante o século XX. Araújo e Oliveira (2014) destacam que, até 1940, as nacionalidades de migrantes com números não expressivos eram identificadas nos censos como “outras”, mas a partir dessa data passou-se a identificar todas, independentemente do número. Sendo assim, registrou-se a presença de 16 haitianos no Brasil em 1940, 21 em 1950, 159 em 1960, 90 em 1970, 127 em 1980, 141 em 1991, 15 em 2000 e 36 em 2010 (ARAÚJO e OLIVEIRA, 2014). Por se tratar de um número pequeno no conjunto dos migrantes no Brasil, essa migração não foi objeto de estudo até 2010.

A primeira notícia sobre a entrada de haitianos no Brasil em 2010 relata que um grupo de oito pessoas foi detido na cidade de Miranda, Mato Grosso do Sul, em 17 de março daquele ano, depois de cruzar a fronteira com a Bolívia pela cidade de Corumbá⁸². De acordo com a mesma matéria, em fevereiro, 52 haitianos tentaram entrar pelo mesmo local, mas foram impedidos ainda na Bolívia. Nos dias 18 e 19 de março outros grupos também foram detidos por não portarem visto de entrada⁸³. Ameaçados de deportação, esses haitianos recorreram à solicitação de refúgio e puderam permanecer no Brasil ou seguir seu trânsito para a Guiana Francesa, como era a intenção de alguns (VIEIRA, 2014).

No mesmo período e nos meses seguintes, centenas de haitianos passaram a ingressar no Brasil através da cidade de Tabatinga, Amazonas, depois de uma longa jornada pelo interior

⁸² “Sem dinheiro, malas ou visto, oito haitianos são detidos em MS”. Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sem-dinheiro-malas-ou-visto-8-haitianos-sao-detidos-em-ms,77491054a250b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

⁸³ “22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia”. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>

do Peru. Naquele momento, não existia nenhuma resolução específica para o caso e esses migrantes solicitavam refúgio e, portando o protocolo do pedido, seguiam viagem para Manaus e demais destinos (COSTA, 2012). Em dezembro de 2010, começaram a chegar os primeiros grupos na cidade de Brasiléia, Acre, na fronteira com a Bolívia e na cidade de Assis Brasil, na fronteira com o Peru. Era um sinal de que a migração haitiana para o Brasil estava se formando e as rotas se diversificando. Durante todo o ano de 2011, essas cidades fronteiriças receberam um número cada vez maior de haitianos que solicitavam refúgio alegando “fugir do terremoto”.

Porém, antes do terremoto o Brasil já estava no Haiti através da MINUSTAH e isso contribuiu para a escolha desse país como possível destino. De acordo com Seguy (2014c)⁸⁴, os haitianos, fanáticos por futebol, já viam o Brasil com certa proximidade e nas competições mundiais torciam pela seleção brasileira. Quando os soldados brasileiros chegaram ao Haiti em 2004, essa relação amistosa com o futebol refletiu na recepção das tropas e só depois de alguns anos o senso comum passou a notar que a MINUSTAH não guardava nenhuma relação com a emoção que sentiam ao ver a seleção brasileira em campo. De todo modo, a presença de soldados brasileiros e funcionários de ONGs aproximou o Brasil do Haiti, e o país, pouco conhecido até então no cotidiano dos haitianos, passou a ser uma alternativa.

Na ocasião do terremoto, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou uma visita ao Haiti, declarou apoio humanitário e afirmou que o Brasil estaria aberto a receber haitianos que quisessem migrar. Um mês depois, o fluxo havia iniciado (COTINGUIBA, 2014). Entretanto, nenhuma política migratória ou de refúgio foi elaborada até 2012, quando já haviam passado dois anos de um grande fluxo, culminando na superlotação de um abrigo improvisado em Brasiléia-AC e das casas de acolhida em Tabatinga e Manaus-AM.

Baseadas nos relatos dos próprios haitianos, as primeiras pesquisas desse fluxo migratório no Brasil indicaram a existência de variadas rotas e meios de acesso até às fronteiras brasileiras com outros países da América do Sul (COSTA, 2011; FERNANDES, MILESI e FARIA, 2012; SILVA, 2012). Notou-se que parte significativa desses primeiros migrantes partiram da República Dominicana, onde já residiam anteriormente. De Porto Príncipe ou Santo Domingo, seguiam de avião para Quito, no Equador, geralmente com conexões no Panamá.

Para entrar no Brasil seria necessário superar alguns obstáculos, entre eles a necessidade da emissão de um visto de entrada, que deveria ser concedido ainda no país de origem. Como grande parte deles já estava na República Dominicana, a solução foi a busca de uma rota alternativa de entrada, já que

⁸⁴ Entrevista no Youtube Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8KCcLaqaw>

nos aeroportos seriam barrados sem a requerida autorização (SILVA, 2012, p. 304).

Após terem chegado à América do Sul pelo Equador, com exceção de pequenos grupos que seguiram pela Bolívia até o Mato Grosso do Sul, os primeiros grupos de haitianos partiram para Lima e depois para Iquitos, na Amazônia peruana, e de lá seguiram de barco para Tabatinga, cidade do Amazonas na tríplice fronteira com Peru e Colômbia, onde receberam apoio da Pastoral da Mobilidade Humana da Igreja Católica. Sem portar o visto de entrada exigido pelo Estado brasileiro, à época regulamentado pela Lei 6.815/1980, o Estatuto do Estrangeiro, esses migrantes solicitaram refúgio junto à Polícia Federal.

Como as solicitações de refúgio são encaminhadas ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) e analisadas individualmente, os pedidos podem levar meses e até anos em tramitação. Diante disso, os solicitantes recebem um protocolo de solicitação de refúgio e de posse desse documento podem emitir o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e Carteira de Trabalho, documentos fundamentais para aqueles que buscam por emprego.

Com a limitada capacidade de atendimento na Polícia Federal de Tabatinga, o crescente número de haitianos na cidade culminou em um estoque maior do que a capacidade de acolhida por parte da Igreja Católica. A espera trazia consigo outros problemas como a moradia e alimentação. Os aluguéis tornaram-se mais caros e muitos compartilhavam pequenas casas em condições cada vez mais precárias, repartindo colchonetes ou dormindo no chão. Geralmente sem recursos, os haitianos aguardavam remessas de dinheiro de familiares no Haiti ou em outros países e a emissão do protocolo de refúgio (SILVA, 2012).

De acordo com Véran, Noal e Fainst (2014), além do aumento vertiginoso nos preços dos aluguéis, as casas disponíveis eram cada vez mais distantes da região central e desprovidas de serviços básicos como água encanada e eletricidade. Vazias, essas habitações passaram a funcionar como acampamentos, geralmente superlotadas. Em poucas semanas, apareceram placas de “não alugo para haitianos”, com argumentos de que eram barulhentos, não possuíam boas condições de higiene e, por estarem em trânsito frequente, poderiam não pagar o aluguel. Na tríplice fronteira onde Tabatinga está localizada, multiplicaram-se fronteiras simbólicas demarcadoras das diferenças e do medo do outro.

Essa situação tornou-se mais evidente no medo sanitário, sustentado no pré-conceito de que os haitianos seriam transmissores de doenças. Um vereador da cidade, médico de formação, lamentou a ausência de controle sanitário para os haitianos, argumentando que o Brasil não poderia oferecer ajuda pois estaria colocando em risco a população local (VÉRAN, NOAL e

FAINST, 2014). Manifestações como essa encontraram eco na população da cidade que passou a evitar o contato direto com esses migrantes.

No caso de Tabatinga, a saúde foi sem dúvida o principal cristalizador do medo que os migrantes haitianos inspiraram na população local. O padre da Igreja Católica local ressaltou que, à medida que os haitianos começaram a receber ajuda alimentar de fiéis, o pavor do contato físico se manifestava até nos atos de generosidade, e que por isso as doações diretas aos próprios haitianos eram raras (VÉRAN, NOAL e FAINST, 2014, p. 1018).

Em Tabatinga, a espera variava conforme a capacidade de emissão dos documentos pela Polícia Federal e pela disponibilidade de recursos dos migrantes para seguir viagem. Munidos do protocolo de refúgio, no primeiro semestre de 2010 dezenas de haitianos seguiram para Manaus através do longo percurso do rio Solimões. Na capital, grande parte foi acolhida pela Pastoral do Migrante, que ao final daquele ano contabilizou o acolhimento de 380 deles. Os que chegaram a Manaus nos meses iniciais não permaneceram na cidade, seguiram viagem para outros destinos, inclusive para a Guiana Francesa (COSTA, 2011).

Os imigrantes haitianos chegam a Manaus com uma história de viagem de até três meses, nunca inferior a um mês. Um verdadeiro caminho do Calvário. Uma história marcada pela angústia e sofrimento, pela privação e fome, de noites mal dormidas em minúsculos e lotados ‘alojamentos’. Chegam a Manaus extenuados e, a maioria, sem um centavo no bolso (COSTA, 2011, p. 84).

A entrada de haitianos por Tabatinga e o deslocamento para Manaus ocorreu em ritmo crescente até o ano de 2012. Nos anos seguintes, a principal porta de entrada na Amazônia passou a ser o Acre. As dificuldades do trajeto até Manaus e as dificuldades de acessar outros destinos a partir dessa cidade podem explicar a mudança nas rotas. Em Manaus, de acordo com Silva (2016), dos mais de oito mil que passaram pela cidade, aproximadamente 1 mil permaneceram, parte deles ocupando postos de trabalho nos setores da construção civil, comércio e serviços. Outros buscam meios de sobrevivência em atividades informais nas ruas como venda de alimentos, sorvetes, água e objetos diversos.

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (SINCARE) da Polícia Federal, os números de haitianos que ingressaram em território nacional pelo Amazonas passaram a diminuir no ano de 2013, quando o Acre se tornou a principal porta de entrada. Porém, o ano de 2016 voltou a registrar um grande número de chegadas pelo

Amazonas, talvez indicando a atuação das redes sociais entre migrantes que se estabeleceram em Manaus. Esses números podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 - Registros de entrada de haitianos nos estados do Acre e Amazonas (2010-2017)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Amazonas	241	1.576	1.737	1.482	451	625	5.549	1.285
Acre	23	965	1.665	8.306	9.556	7.455	171	26

Fonte: SINCRE, 2018. Elaboração própria.

As dificuldades de acesso ao Brasil através da cidade de Tabatinga, passando antes por Lima e Iquitos, no Peru, a continuidade da viagem por mais de 1.600 km via fluvial até Manaus e a quase inexistência de serviços de acolhimento por parte do Estado e Organizações Não Governamentais, com exceção da Pastoral da Mobilidade Humana, como apontou Véran *et al*, 2014, tornaram essa rota inativa para os migrantes haitianos ao longo do tempo, ao passo que as vias terrestres ganharam importância por conectar cidades peruanas ao estado brasileiro do Acre. Isso significou uma diminuição no tempo de deslocamento e maiores possibilidades de acesso à outras cidades brasileiras, sobretudo do Sul e Sudeste, tendo em vista a ligação rodoviária.

O eixo estrutural dessa rota é a Interoceânica, estrada binacional que assegura a ligação terrestre do Oceano Pacífico, no litoral sul do Peru, ao oceano Atlântico, no noroeste brasileiro, especificamente pelas cidades acreanas de fronteira – Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia. A construção da rodovia iniciou em 2002 e a mesma passou a funcionar plenamente em dezembro de 2010, mas sua inauguração oficial só ocorreu em julho de 2011. Desse modo, é importante ressaltar que a concretização da obra viabilizou a chegada dos primeiros grupos de haitianos ao Acre, ao final do ano de 2010 (MAMED e LIMA, 2016, p. 135-6).

Com a formação dessa rota a partir de 2010, além dos haitianos, migrantes de outras nacionalidades, principalmente de países africanos, passaram a ingressar no Brasil através do Acre. Nieto (2014) observou que, à medida que os fluxos pelo Peru foram aumentando, os agenciamentos envolvendo funcionários de empresas de transporte, taxistas, policiais e donos de estabelecimentos de hospedagem foram se articulando em complexas redes que viabilizavam a chegada dos migrantes até a ponte binacional entre as cidades de Iñapari, no Peru, e Assis Brasil, no Brasil. A figura 10 mostra a travessia da ponte feita a pé, quando os haitianos deixavam os táxis peruanos e ingressavam no Brasil.

Figura 10 - Haitianos cruzam a ponte entre Inãpari e Assis Brasil



Fonte: www.paracatunoar.com, 2014.

De acordo com Mamed e Lima (2016), após passarem pelo Posto Alfandegário de Assis Brasil, onde se apresentavam ao serviço de controle migratório da Polícia Federal, os haitianos geralmente seguiam em taxis até à Delegacia da Polícia Federal na cidade de Brasília para obter o protocolo de refúgio e finalmente se deslocavam para o abrigo público de Brasília que funcionou até abril de 2014, quando foi transferido para a capital Rio Branco. No total, a duração média da viagem era de 15 a 20 dias e, em alguns casos, se estendia a mais de um mês, a depender da disponibilidade de recursos dos migrantes.

No Acre, em virtude da crescente demanda, o abrigo público improvisado pelo governo estadual passou por oito diferentes endereços nas cidades de Brasília e Rio Branco. Diferente do que ocorreu no Amazonas, no Acre, a quase totalidade do ônus da acolhida dos haitianos e demais migrantes foi de responsabilidade do governo estadual inicialmente e posteriormente o governo federal passou a contribuir com a infraestrutura. Entretanto, a superlotação esteve presente em todos os locais, agravando a vulnerabilidade daqueles que durante muitos dias estiveram em deslocamento. Após a chegada ao Brasil, a situação de precarização da qual os haitianos buscavam fugir continuava a se reproduzir, e até se agravar em alguns casos, diante das condições insalubres dos abrigos.

No auge das entradas de haitianos pelo Acre, o abrigo chegou a comportar cerca de 2 mil pessoas, quando sua capacidade real não ultrapassava 400. A figura 11 mostra a superlotação e a falta de privacidade vivenciada no local, onde homens, mulheres, crianças e

idosos dividiam um grande galpão. A ONG Conectas⁸⁵ chegou a denunciar a situação de extrema precariedade no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas e na Corte de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (MIGRAMUNDO, 2014).

Figura 11 - Abrigo público de Brasília – AC



Fonte: www.ariquemesonline.com.br, 2014.

Em todos os locais que serviram de acomodação aos imigrantes, o improvisado foi uma das características mais notáveis, agravada pela tendência de superlotação. A disposição de desgastados colchões diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comidas, poeira, acúmulo de água e insetos, sempre foi o cenário predominante. Ainda que se tente organizar o abrigo, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda ante uma estrutura limitada, onde não há distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, faz com que esses ambientes logo se tornem insalubres e fétidos, propícios à proliferação de doenças (MAMED e LIMA, 2016, p. 146).

Embora precária, a estratégia de acolhimento efetuada pelo governo do Acre garantia três refeições diárias, orientações sobre documentação e, em alguns momentos, atendimento de saúde. Mesmo com a documentação que permitia seguir viagem pelo país e encontrar familiares e amigos em outros estados, muitos permaneciam no abrigo à espera de empresas que os recrutassem para trabalhar em outros locais, à espera dos ônibus fretados pelo governo

⁸⁵ Organização Não Governamental brasileira, surgida em 2001, ligada à defesa dos Direitos Humanos. Adota como estratégia principal o litígio (ações na justiça) contra as violações cometidas pelo Estado.

estadual⁸⁶ ou aguardavam o envio de recursos de parentes no Haiti ou em outros países para organizar a saída do Acre por conta própria (MAMED e LIMA, 2016, p. 148).

As pesquisas de Mamed e Lima (2016) e Cotinguiba e Cotinguiba (2016), realizadas no período em que o abrigo público do Acre esteve em funcionamento, observaram a presença de representantes de empresas de diversos estados do país para o recrutamento e contratação dos haitianos. Com a crescente chegada dos migrantes ao Acre, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria-Geral da Presidência da República passaram a estabelecer contatos com empresários que se deslocavam até o abrigo para realizar as triagens e contratações. As empresas da agroindústria de carnes, da construção civil, hoteleiras, metalúrgicas e de serviços de limpeza foram as que mais contrataram, quase todas no Centro-Sul do Brasil.

Os homens jovens, solteiros, sem filhos, saudáveis e com alguma experiência laboral constituíam o perfil prioritário para as contratações. Em oposição, as mulheres, idosos e doentes tinham mais dificuldades nas seleções e permaneciam mais tempo no abrigo. Isso sustenta a ideia de Sayad (1998) de que a aceitação do migrante se encontra vinculada à sua condição de trabalhador. O recrutamento no abrigo e o transporte dos recém contratados pelas empresas predominou até julho de 2014, quando o governo do Acre passou a custear o envio dos haitianos para outros estados.

Entre os anos de 2010 e 2015, contabilizou-se a passagem de 43.667 migrantes pelo abrigo público do Acre, dos quais 37.881 eram haitianos, segundo dados do governo do Acre citados por Mamed e Lima (2016). A quase totalidade desses migrantes encontrava-se em situação indocumentada, o que explica, em grande parte, a utilização das rotas terrestres em detrimento às aéreas. O número de entradas de haitianos pelo Acre foi crescente até 2014. A partir de 2015 as entradas pelos aeroportos do Sul e Sudeste do Brasil passaram a ser majoritárias, uma consequência da emissão de vistos humanitários na embaixada brasileira em Porto Príncipe.

Durante os cerca de cinco anos da entrada de haitianos pelo Acre, a fronteira se configurou como uma espécie de “rito de passagem” (COTINGUIBA e COTINGUIBA, 2016). Evitando o risco de deportação nos aeroportos, milhares deles buscaram a alternativa mais demorada, onerosa e perigosa, tendo em vista os abusos e extorsões sofridas no trajeto. A precariedade dos serviços, a espera dos documentos, do transporte ou da contratação por alguma

⁸⁶ Durante o ano de 2014 o governo do Acre decidiu fretar ônibus e enviar centenas de haitianos para outros estados, sobretudo São Paulo, sem prévia comunicação com as administrações locais. Esse fato gerou estranhamentos entre os governantes da prefeitura de São Paulo e o governo do Acre.

empresa, marcou a passagem desses migrantes pelo Acre como um Brasil que eles não esperavam encontrar.

As cidades acrianas acima citadas, bem como Tabatinga, funcionaram como espaços de fronteira para os recém-chegados em muitos sentidos. Embora já no Brasil, a consciente condição de provisoriedade da presença nelas, marcava uma situação de liminaridade. Apesar de estarem em solo brasileiro, a travessia não estava completa pois dependiam dos documentos e, em muitos casos, de um emprego, para que a mobilidade no Brasil se efetivasse.

Um dos motivos para essa condição era o status jurídico desses migrantes, que passaram a ingressar no Brasil de maneira indocumentada, considerando que, à época, necessitavam de um visto emitido no Haiti. Sem portar o referido documento, a solução encontrada por eles foi solicitar refúgio, alegando fugir das precárias condições de vida agravadas pelo terremoto. Tratando-se de um fluxo migratório com características bastante distintas dos anteriormente vistos no país e sem detalhamento da matéria no ordenamento jurídico brasileiro, a busca por soluções pautou-se na resolução de situações emergenciais.

Baseando-se no princípio de “*non-refoulement*”⁸⁷, presente na Convenção de Genebra, os pedidos de refúgio feitos aos agentes da Polícia Federal seguem para a avaliação do CONARE. Enquanto os pedidos não são julgados, os solicitantes podem transitar pelo país e emitir documentos como CPF e Carteira de Trabalho, portando o protocolo do pedido refúgio. Esse mecanismo passou a ser utilizado como forma de acessar e permanecer no país, sem o risco de deportação. Ou seja, uma estratégia de contornar a barreira legal que a exigência do visto de turismo ou trabalho representava. Assim, os haitianos que chegaram à Tabatinga nos meses iniciais de 2010 receberam esse tratamento jurídico.

Segundo Fernandes e Faria (2017), nos primeiros meses, os números das entradas não chamaram a atenção das autoridades brasileiras e meses depois, com o aumento do número de pedidos de refúgio, o CONARE encaminhou a questão para o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que criou um grupo de trabalho em outubro do mesmo ano. De acordo com os autores, naquele momento, havia a percepção entre os membros do CNIg de que se tratava de um fluxo migratório de curto prazo em direção à Guiana Francesa, tendo o Brasil ocupado o papel de país de trânsito.

Como já mencionamos, apesar do trânsito para a Guiana Francesa, nos anos seguintes, o Brasil passou a ser um dos principais destinos da migração haitiana no mundo, reconfigurando o cenário das migrações internacionais na América Latina. De maneira inesperada, “O Brasil

⁸⁷ Não devolução de refugiados ou solicitantes de refúgio caso sua vida esteja em risco.

entrou na rota da diáspora haitiana e precisou dar respostas rápidas ao movimento que teve início no final de 2010 e se intensificou com o passar dos anos” (FERNANDES e FARIA, 2017, p. 146).

Grande parte da justificativa dos haitianos para a solicitação de refúgio estava fundamentada nas situações adversas causadas pelo terremoto e por esse motivo passaram a ser sistematicamente recusadas, tendo em vista que o Brasil trata a questão fundamentado principalmente na Convenção de Genebra de 1951 e no Protocolo de 1967, que consideram como refugiados aqueles que foram obrigados a deixarem seu país temendo ser perseguidos por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Dessa forma, as pessoas forçadas a saírem dos seus lugares de origem em virtude de catástrofes ambientais não são consideradas refugiadas pelo Direito Internacional e não gozam de sua proteção por não estarem tipificadas no ordenamento jurídico internacional.

Entretanto, a América Latina conta com um instrumento adicional que expande o conceito de refugiado adotado pela Convenção de Genebra. Trata-se da Convenção de Cartagena, de 1984, adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos – OEA, da qual o Brasil é signatário. De acordo com ela,

[...] a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (OEA. DECLARAÇÃO DE CARTAGENA DE 1984. Resolução OEA/Ser.L/V/II.66).

Através da Lei 9.474/1997, a “Lei do Refúgio”, o Brasil incorporou os princípios da Declaração de Cartagena e passou a entender como refugiados também aqueles que sofreram violação dos direitos humanos. Segundo o Artigo 1, inciso III da referida lei, pode ser considerado refugiado aquele que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, Lei n. 9.474, 1997). Porém, no caso das solicitações de refúgio dos haitianos, a violação de direitos fundamentais como saúde, educação e segurança não foram considerados.

Recusando a solicitação de refúgio, mas considerando a existência de uma situação humanitária que merecia ser tratada de modo específico, o CONARE encaminhou os processos ao CNIg que passou a julgá-los com base na Resolução nº 27/1998, que disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos. Com base nela, em março de 2011, pela primeira vez,

um grupo de 199 haitianos recebeu a autorização de permanência em território nacional (FERNANDES e FARIA, 2017).

A partir desse momento, o número de solicitações encaminhadas ao CNIg foi crescente, indicando que a atuação do Comitê provavelmente contribuiu para a ampliação da migração. “Mais de 1.000 demandas estavam em análise pelo CONARE e aproximadamente 3.000 outras em trâmite entre a Polícia Federal e o Comitê. Naquele ano, uma média de cerca de 250 haitianos entraram no país, por mês” (CNIg, 2011 *apud* FERNANDES e FARIA, 2017, p. 153). Além disso, o número de chegadas aumentava nas cidades do Acre, forçando o Estado brasileiro a criar um mecanismo de migração regular que permitisse a entrada dos haitianos no Brasil.

Foi nesse contexto que o CNIg publicou a Resolução nº 97/2012 (anexo A), em 12 de janeiro, exatamente dois anos após o terremoto. Tal medida teve um grande impacto na migração haitiana, tendo em vista que normatizou a questão do visto humanitário, possibilitando uma migração regular, mas, por outro lado, estabeleceu um limite anual de vistos, gerando uma crise migratória não prevista.

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País (CNIg, RESOLUÇÃO Nº 97, 2012).

De acordo com o argumento do governo brasileiro da época, a concessão do visto humanitário visava permitir o ingresso seguro dos haitianos no Brasil e combater as redes de tráfico de pessoas que atuavam ao longo do trajeto até a fronteira brasileira. Porém, o estabelecimento do limite de 1.200 vistos anuais mostrou-se uma estratégia de controle migratório em contradição com o acolhimento pautado nos direitos humanos, considerando que existia uma demanda grande e crescente que não poderia ser contemplada com a imposição do limite.

Além disso, para obter o visto, os candidatos deveriam cumprir alguns requisitos nem sempre fáceis de conseguir, como passaporte em dia, residência no Haiti comprovada, atestado de bons antecedentes e o pagamento da taxa de 200 dólares. Nota-se que o visto passou a ser concedido na Embaixada brasileira no Haiti, impedindo que haitianos residentes ou em trânsito em outros países obtivessem o documento. Como consequência, durante todo o ano de 2012, milhares de haitianos continuaram viajando sem a posse do documento, seja pelas dificuldades de aquisição do mesmo em Porto Príncipe ou por já se encontrarem fora do Haiti quando a medida foi implementada.

No mesmo ano, sob influência do governo brasileiro, o Peru passou a exigir visto de entrada para os haitianos, também como justificativa de combater o tráfico de pessoas. Entretanto, essas medidas não surtiram o efeito desejado, ao contrário, ampliou a atuação dos agenciadores que se beneficiaram das restrições à mobilidade, pois passaram a cobrar mais caro pelos serviços. A situação indocumentada deixava os migrantes mais vulneráveis às extorsões e abusos.

De acordo com o meu trabalho de campo posso afirmar, pelo menos provisoriamente, que as máfias de coíotes aparecem e se ativam no momento em que o governo do Peru decide exigir visto dos cidadãos haitianos para passar por seu território e no momento em que o Brasil fecha suas fronteiras. As máfias de coíotes encontram um mercado lucrativo na situação de irregularidade e, portanto, de vulnerabilidade e fragilidade dos migrantes haitianos (NIETO, 2014, p. 79) [Tradução nossa]⁸⁸.

Após a publicação da Resolução nº 97/2012 do CNIg, o Brasil passou a aceitar o ingresso apenas dos haitianos que haviam adquirido o visto no Haiti e reforçou o controle migratório nas fronteiras, impedindo que muitos entrassem no território nacional. Com isso, centenas de haitianos acumularam-se nas cidades fronteiriças com o Brasil à espera de autorização para a entrada. O caso mais grave ocorreu em Iñapari, no Peru, onde 245 haitianos permaneceram por três meses impedidos de entrar no Brasil. “Nesse interim os imigrantes viveram em condições precárias acampados nas praças e dependendo de doações de alimentos da população, sem nenhum tipo de assistência das autoridades” (SILVA, 2016, p. 345). Em Tabatinga, Amazonas, outros haitianos ficaram impedidos de seguir viagem por não portarem o documento.

⁸⁸ De acuerdo a mi trabajo de campo puedo afirmar, por lo menos provisoriamente, que las mafias de coyotes aparecen y se activan en el momento que el gobierno de Perú, decide exigir visa a los ciudadanos haitianos para pasar por su territorio y en el momento que Brasil cierra sus fronteras. Las mafias de coyotes encuentran un mercado lucrativo en la situación de irregularidad y por tanto de vulnerabilidad y fragilidad de los migrantes haitianos.

A crise humanitária decorrente do impedimento do livre trânsito dos haitianos levou organizações de defesa dos direitos humanos a pressionarem o governo brasileiro a reabrir suas fronteiras e voltar a aceitar o pedido de refúgio, como fazia antes. De acordo com Fernandes e Faria (2017), o Ministério Público do Acre ajuizou ação contra a União e alguns migrantes iniciaram uma greve de fome em Iñapari. A insustentável situação levou o Brasil, através do Ministério da Justiça, a permitir a entrada dos haitianos por meio da solicitação de refúgio a partir de 5 de abril de 2012. “Havia, portanto, dois caminhos para o ingresso no território brasileiro. Um por via regular, por meio da RN nº 97, e outro via pedido de refúgio. A tentativa de estabelecer uma política migratória mostrou-se ambígua e deficiente” (FERNANDES e FARIA, 2017, p. 155).

Paralelamente, na Embaixada brasileira em Porto Príncipe, as filas aumentavam, como mostra a figura 12, e as dificuldades para a aquisição do visto continuaram impulsionando muitos a migrarem de maneira indocumentada, mesmo correndo o risco da deportação. Diante da crescente demanda pelo visto e da continuidade da chegada de haitianos sem o documento, o CNIg, em abril de 2013, publicou a Resolução nº 102, revogando o Art. 2º da resolução anterior (anexo B). Ou seja, eliminou o limite de vistos, bem como a exclusividade da sua emissão no Haiti. Com isso, outras repartições consulares do Brasil puderam emitir os documentos, facilitando principalmente para aqueles que se encontravam em trânsito pela América do Sul.

Figura 12 - Espera de haitianos na Embaixada brasileira em Porto Príncipe



Fonte: alainet.org, 2014.

Mesmo com essa medida, a demora na emissão do visto no Haiti, por conta da reduzida disponibilidade de pessoal, seguiu influenciando a migração indocumentada e a entrada pelas fronteiras da região Norte do Brasil continuou sendo uma opção para muitos. Também é necessário considerar o papel exercido pelos agenciadores que, na maioria dos casos, articulavam a viagem desde o Haiti, comprando as passagens, contactando outros agentes ao longo do caminho e prometendo, sem condições para isso, uma viagem segura. Obviamente, a legalização da migração impactava o lucrativo negócio do contrabando de pessoas.

Gradativamente, a divulgação dos procedimentos necessários à obtenção do visto, assim como as informações repassadas pelos haitianos já residentes no Brasil, influenciou na diminuição da alternativa indocumentada e na maior procura pelo meio legalizado.

Em 2015, o governo empreendeu ações para ampliar a capacidade de emissão de visto do Consulado brasileiro em Porto Príncipe. Acordo firmado entre o Itamaraty e a OIM permitiu a implantação de um centro de processamento de vistos, no qual a documentação dos candidatos era analisada e posteriormente enviada ao consulado para registro. Esses procedimentos permitiram ao Consulado no Haiti atingir a marca de 500 vistos expedidos por semana, incluindo os vistos permanentes e de reunião familiar (FERNANDES e FARIA, 2017, p. 156)⁸⁹.

O resultado dessas ações foi uma drástica redução no número de entradas pelo estado do Acre e o aumento gradativo pelos principais aeroportos do Centro-Sul brasileiro. De acordo com os dados do SINCRE, em 2016, o número de ingressos de haitianos pelo Acre foi de apenas 171, enquanto São Paulo registrou 10.604. Diante desse cenário, o governo do Acre decidiu fechar o abrigo público que mantinha em uma chácara alugada na periferia de Rio Branco em março de 2016. No último mês de funcionamento, apenas três haitianos encontravam-se no local⁹⁰.

Ao longo dos anos, o crescente fluxo de haitianos para o Brasil deixou à mostra as deficiências no tratamento da questão migratória no país. Em verdade, o Estado brasileiro acionou sua estrutura no gerenciamento de momentos de crise, improvisando estratégias para a resolução dos conflitos e mostrou a ausência de uma política migratória articulada para a

⁸⁹ A parceria firmada entre a Embaixada do Brasil no Haiti e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015, criou o Centre de réception des demands de visas pour le Brésil em Haiti (BVAC), com o objetivo de otimizar a emissão de visto e reduzir o tempo de espera, como também combater a migração “ilegal”. O BVAC realizava o atendimento préconsular. Assim, passaram a emitir um número bem maior de vistos.

⁹⁰ Ver Lima (2016). “Governo do Acre fecha abrigo na Chácara Aliança e vai apenas orientar imigrantes”. <https://www.oaltoacre.com/governo-do-acre-fecha-abrigo-na-chacara-alianca-e-vai- apenas-orientar-imigrantes/>

garantia dos direitos humanos. Contudo, juntamente com outros casos, a migração haitiana contribuiu para a ampliação do debate em torno da questão migratória no país, culminando na aprovação da nova Lei de Migração, Lei 13.445 de 24 de maio de 2017, substituindo o ultrapassado Estatuto do Estrangeiro.

O visto humanitário, instrumento criado para o gerenciamento da migração haitiana, passou a ser incorporado e ampliado na nova lei, estendendo sua aplicação ao apátrida ou nacional de qualquer país que se encontre em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário (BRASIL, Lei 13.445, 2017).

Atualmente, a regulamentação da migração haitiana para o Brasil ainda se dá por meio do visto humanitário. Entretanto, este passou a ser normatizado pela Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, substituída recentemente pela Portaria Interministerial nº 12, de 20 de dezembro de 2019, anexos C e D respectivamente. No rol de retrocessos sofridos pelo golpe parlamentar de 2016, o governo brasileiro voltou a implementar restrições à mobilidade haitiana. De acordo com a primeira portaria, apenas residentes no Haiti poderiam solicitar acolhida humanitária e o visto era emitido exclusivamente na Embaixada brasileira de Porto Príncipe. Além disso, o prazo de validade da residência como acolhida humanitária passou de cinco para dois anos⁹¹. Com o novo instrumento, o visto pode ser concedido também àqueles que tenham ingressado no território nacional até 31 de dezembro de 2020.

Na prática, migrantes que se encontrem fora do Haiti não podem utilizar esse recurso. Isso pode ser observado no retorno da migração indocumentada de haitianos que residiam no Chile e passaram a entrar no Brasil por meio da cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, no primeiro semestre de 2018. Essa questão será analisada no capítulo 5. De todo modo, as medidas restritivas à migração têm feito os haitianos redirecionarem seus fluxos e suas estratégias de mobilidade, mas não tem impedido a ampliação da sua diáspora.

4.2 A MOBILIDADE HAITIANA NO BRASIL

Assim como Manaus, Porto Velho, capital do estado de Rondônia, também não estava nos planos de permanência dos haitianos nos anos iniciais da migração. Porém, como a

⁹¹ Em 2018, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) informou na página do BAVC que fraudes estavam ocorrendo com terceiros se passando por intermediários na aquisição dos vistos humanitários e de reunificação familiar para o Brasil.

mobilidade estava vinculada às oportunidades de trabalho na maioria dos casos, em fevereiro de 2011, atraídos por uma suposta proposta de emprego, cerca de 50 haitianos chegaram ao município. Segundo eles, foram enganados por um funcionário do governo do Acre que teria fornecido o número de uma empresa que não existia, localizada no distrito de Nova Mutum, distante 110km da cidade (COTINGUIBA, 2014).

De acordo com Cotinguiba (2014), sem contatos e referências de apoio em Porto Velho, o grupo foi levado para um ginásio de esportes por iniciativa da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS. Ao final daquela semana, um total de 105 haitianos haviam chegado à cidade e novos espaços de alojamento foram necessários à medida que o número aumentava nas semanas seguintes. A solução encontrada foi abrigá-los em algumas casas de apoio que serviam de abrigo para pessoas do interior do estado em tratamento de saúde na capital. A principal delas, localizada no centro da cidade, gradativamente, passou a acolher apenas haitianos. Como as casas de apoio localizam-se nas áreas centrais da cidade para facilitar o acesso aos serviços de saúde, os haitianos passaram a residir nas proximidades delas.

À medida que ingressavam no mercado de trabalho, iam deslocando seu local de moradia para quitinetes próximas às casas de acolhida, na região central da cidade. Essa localização possibilitava o melhor acesso a serviços e locais de destaque no cotidiano deles, como a feira, a rodoviária, as igrejas evangélicas e as casas de apoio onde parentes e amigos ainda se encontravam (COTINGUIBA, COTINGUIBA e BAENINGER, 2017).

Apesar da localização central, as pequenas habitações, geralmente com um ou dois cômodos, passaram a ser compartilhadas por várias pessoas a fim de diminuir os custos e acabaram por apresentar condições insalubres dado o pouco espaço e, quase sempre, pouca ventilação e iluminação. Essa estratégia, comum entre migrantes no mundo inteiro, já foi analisada para a especificidade da migração haitiana em Miami, nos Estados Unidos, por Audebert (2004).

A presença haitiana em Porto Velho inicialmente insere-se no contexto das obras de construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. O distrito de Nova Mutum, onde supostamente havia a empresa que os contratava, foi criado para abrigar parte dos funcionários envolvidos na construção das usinas e parte da população afetada pelos empreendimentos. Segundo Cotinguiba (2014), as contratações de haitianos estavam ligadas principalmente à construção civil, muitas delas em empresas terceirizadas.

No início dessa imigração, assistimos em Porto Velho a uma mobilização de empresários e do governo estadual no sentido de inserir no trabalho formal os

haitianos que chegavam e, para isso, deu início a um programa de triagem e cadastramento dessas pessoas. O contexto era propício, marcado pela alta taxa de empregabilidade impulsionada pela construção das Hidrelétricas e a cidade não dispunha, na perspectiva marxista, de um exército industrial de reserva (COTINGUIBA, 2014, p. 118).

De maneira diferente do que aconteceu em Brasília, onde inicialmente a iniciativa privada deslocava-se até aos trabalhadores que desejava recrutar, em Porto Velho, desde o início, a mediação entre haitianos e mercado de trabalho, ou seja, entre capital e trabalho, ocorreu por conta da SEAS. “De acordo com os dados registrados em seus arquivos, entre 2011 e 2013, a SEAS realizou atendimento a 3.878 haitianos, com encaminhamento para trabalho” (COTINGUIBA, 2014, p. 120). Além de Rondônia, empresas dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo foram as que mais contrataram, seguindo a tendência já analisada para o caso do Acre.

Um aspecto interessante da migração haitiana em Porto Velho foi o surgimento de “igrejas haitianas” como espaços de reunião e manutenção dos laços que remetem ao país de origem. Inicialmente vinculados às igrejas evangélicas brasileiras, os haitianos passaram a criar seus próprios espaços de culto, na maioria dos casos com liturgia em creóle e com pastores haitianos. Esse processo foi analisado por Pereira (2016) como “lugaridades” haitianas em Porto Velho. Segundo Cotinguiba, Cotinguiba e Baeninger (2017), atualmente, existem quatro igrejas evangélicas haitianas na cidade.

Segundo Andrade e Barbosa (2018), os haitianos constituem o principal grupo de migrantes internacionais residentes em Porto Velho e sua permanência continua vinculada à inserção laboral, em destaque para os setores da construção civil e serviços variados. Todavia, passado o período de construção das usinas e a diminuição dos postos de trabalho na construção civil, a maioria dos migrantes dos anos iniciais da migração haitiana em Porto Velho já não se encontra mais na cidade.

Utilizando informações da SEAS, Pereira (2016) afirma que, entre 2011 e 2014, cerca de 4 mil haitianos passaram por Porto Velho e que, naquele ano, entre 1.600 e 1.800 residiam na cidade, sendo a maioria oriunda de novas chegadas. Comum em grandes fluxos migratórios, o perfil desses migrantes também foi alterando com o passar dos anos. De uma migração predominantemente masculina em idade ativa para o trabalho, esse grupo passou a ter maior presença de mulheres e homens mais jovens, bem como o aumento do número de crianças. Até 2014, 42 crianças filhas de pais haitianos já haviam nascido em Porto Velho (PEREIRA, 2016).

No estado do Mato Grosso, desde 2010 a presença haitiana foi registrada nas unidades da Polícia Federal e, segundo as informações do SINCRE, 4.242 declararam residência em cidades mato-grossenses entre 2010 e 2017. De acordo com Freire (2017), a partir do ano de 2012 essa migração tornou-se mais visível principalmente nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop. Muitos foram empregados no setor de construção civil, inclusive na construção da “Arena Pantanal”, um dos estádios da Copa do Mundo de 2014. A partir desse ano, o número de haitianos no estado começou a diminuir, reflexo da diminuição dos postos de trabalho no setor.

Em Cuiabá, o Centro de Pastoral para Migrantes, instituição filantrópica mantida pelos missionários scalabrinianos, foi a principal casa de acolhida dos haitianos. Nesse local, além de abrigo e alimentação, encontravam também encaminhamentos para o mercado de trabalho e orientação para a regularização de documentos. No âmbito governamental as ações caminharam a passos lentos e a única iniciativa voltada para esse público foi a abertura de turmas de ensino de Língua Portuguesa em duas escolas da capital, na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (FREIRE, 2017).

Os relatos dos haitianos apresentados pela investigação de Freire (2017) indicam a contribuição das redes sociais na dinâmica das chegadas e permanências desses migrantes em Cuiabá. Segundo o autor, as redes sociais entre familiares e amigos exerceram grande influência no financiamento das viagens e no apoio aos recém-chegados, destacando a ajuda financeira de parentes em outros países, das famílias nucleares no Haiti e de familiares e amigos já residentes no Brasil.

Por outro lado, a mesma pesquisa identificou a existência de um marcante processo de discriminação racial com reflexos na dificuldade de inserção laboral. Na mesma direção, Leão *et al* (2017), em amostra realizada com haitianos nas cidades de Cuiabá e Várzea Grande, identificaram um elevado grau de desemprego entre essa população (47,3%). Dentre os empregados, observaram frequentes relatos de dores no corpo e cansaço prolongado, que os autores acreditam estar relacionadas com as extensas jornadas de trabalho em funções que requerem grande esforço físico como a construção civil e o setor de serviços, onde está empregada a maioria dos haitianos nessas cidades. Ambas as investigações destacaram a vulnerabilidade presente entre esses migrantes, resultado das dificuldades de inserção laboral e educacional, relacionadas, ainda, ao racismo e xenofobia.

No Distrito Federal, de acordo com os dados do SINCRE, entre 2010 e 2017, residiram menos de 1 mil haitianos. Antes de 2011, o pequeno número de haitianos que vivia nesta Unidade da Federação correspondia a estudantes e funcionários da Embaixada do Haiti e

somente a partir desse ano a presença de migrantes oriundos do novo fluxo passou a ser notada com concentração nos bairros Paranoá e Varjão do Torto (JOSEPH, 2017). As pesquisas realizadas por Dutra (2017) e por Joseph (2017) apontam que a quase totalidade desses migrantes acumulava experiência migratória anterior tendo residido em outros estados do Brasil e sobretudo na República Dominicana.

Dutra (2017) destaca a prevalência de migrantes homens, assim como em outras partes do país, com baixa escolaridade, ocupando empregos de baixa remuneração e a existência de discriminação retributiva, quase nunca ultrapassando o salário mínimo. Em alguns casos, os haitianos recebiam menos que os brasileiros ao desempenhar as mesmas funções. A autora identificou a pequena possibilidade de mobilidade social em consequência dos baixos salários em contraponto com as despesas na capital federal e as obrigações com as famílias no Haiti ou na República Dominicana.

Seguindo a tendência do movimento ocorrido em outros estados, em Goiás, grande parte dos haitianos já haviam residido em outras unidades da federação antes de se deslocarem para cidades como Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis, principalmente depois de 2013. Em cada uma delas residem grupos de algumas centenas de pessoas, concentrados em bairros periféricos. A localização desses migrantes nessas cidades revela a segregação induzida pelo baixo poder aquisitivo e a necessidade de apoio dos compatriotas traduzidas em compartilhamento de moradias, indicação e acompanhamento para o trabalho e práticas religiosas (YAMAMOTO, 2017).

Em análise das comunidades de haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, Yamamoto (2017) confirmou um forte grau de concentração espacial no bairro Jardim Guanabara em Goiânia e no bairro Expansul em Aparecida de Goiânia. Nessa última, a Igreja Metodista do Brasil exerceu uma grande influência entre a organização dos migrantes por financiar uma missão de um pastor haitiano e realizar cultos em creóle. De acordo com o autor, a grande concentração dos haitianos nesses bairros indica, além das estratégias de redução de gastos e a maior possibilidade de envio de remessas, práticas de cuidados frente à vulnerabilidade vivenciada por migrantes negros no Brasil. Entretanto, acentua as dificuldades de locomoção entre casa e trabalho e do acesso a serviços públicos e espaços de uso coletivo dos brasileiros como praças e parques.

Em Minas Gerais, os dados do SINCRE apontam que 3.770 haitianos registraram residência entre 2010 e 2017, concentrados principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em destaque para o município de Contagem onde reside 38% do total do estado,

seguido de Esmeraldas (14.1%), Belo Horizonte (8.2%), Uberlândia (7.5%) e Betim (3,5%), estando os outros 28.8% dispersos em mais de trinta municípios.

De acordo com Fernandes, Castro e Ribeiro (2014), a origem do fluxo em Minas Gerais está relacionada com a contratação de haitianos em Manaus diretamente por uma indústria de alimentos, em 2011. Somaram-se a esses, outros que também entraram no Brasil através das fronteiras da região Norte do país, mas moveram-se para Belo Horizonte por conta própria, após os contatos feitos com os conterrâneos. Um terceiro grupo se deslocou diretamente para Belo Horizonte, aproveitando a conexão aérea entre a Cidade do Panamá e o aeroporto de Confins. Estes últimos, como informações mais precisas e o visto humanitário adquirido no Haiti, principalmente a partir do ano de 2013.

Um aspecto determinante da vinda de imigrantes haitianos, especificamente para o município de Contagem, foi a combinação de oferta de trabalho e baixo valor dos aluguéis. Além de empresas de construção civil, alimentos, frigoríficos e redes de supermercados, o Ceasa se destacou como local de trabalho de muitos imigrantes haitianos no município (CORREA e ALMEIDA, 2018, p. 130).

A pesquisa de Barros (2017) evidencia que as trajetórias dos haitianos residentes em Contagem são marcadas pelo grande descompasso entre a formação educacional no Haiti, e até mesmo no Brasil, e o trabalho executado por eles. O status migratório regular, a formação educacional e a experiência laboral anterior pouco ou nada interferiam na inserção no mercado de trabalho brasileiro, o que provoca grande frustração já que desempenham funções aquém das suas habilidades.

Assim como aconteceu em outros estados do Brasil, o fluxo migratório de haitianos para Minas Gerais iniciou-se com a contratação desses migrantes para atividades em expansão na década de 2010, como a construção civil e indústrias alimentícias. A partir disso, as redes sociais funcionaram como importantes veículos de circulação de informações e, posteriormente, como forma de solidariedade na acolhida de novos migrantes. Por outro lado, Sá (2015) argumenta que as redes sociais entre os migrantes haitianos residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte são tão densas que dificultam os processos de integração com os brasileiros e a aquisição de um novo idioma, o que poderia contribuir para a ascensão social. “Os novos vínculos que os migrantes estabelecem no destino têm sido restritos às relações de trabalho, igreja e, eventualmente, ONGs de apoio” (SÁ, 2015, p. 100).

Tanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto em Uberlândia a chegada de haitianos fomentou a discussão em torno da questão migratória nos fóruns governamentais e da

sociedade civil. Em Belo Horizonte, o Serviço Jesuíta para Migrantes criou um local de referência com aulas de português e atendimento jurídico, o Centro Zanmi. Em Contagem, a Secretaria Municipal de Educação desenvolveu o Projeto “Escola sem Fronteiras” com ações de ensino de Língua Portuguesa, tradução de documentos escolares, oficinas de francês para servidores municipais e produção de materiais informativos sobre serviços públicos em francês e creóle. Já em Uberlândia, aulas de português foram ofertadas pela ONG Enactus, ligada à Universidade Federal de Uberlândia.

O estado de São Paulo, em virtude dos processos de industrialização e urbanização e seus reflexos no adensamento de serviços, configura-se como um destino prioritário das migrações internacionais, em destaque para a Região Metropolitana da cidade de São Paulo. De acordo com os dados do SINCRE, entre 2010 e 2017, 27.629 haitianos registraram residência em dezenas de municípios do estado, representando 28,7% do total de haitianos no Brasil. Isso significa que São Paulo assume grande importância no redirecionamento dessa migração nos anos recentes (BAENINGER e PERES, 2016).

Os fluxos da migração haitiana em São Paulo guardam estreita relação com os amparos legais e consequentemente com os processos de entrada. Como indicamos, entre os anos de 2010 e 2012, antes da vigência do visto humanitário, a chegada dos haitianos ocorria principalmente por via terrestre depois de se deslocarem dos estados do Amazonas e do Acre.

A partir de 2012, com a possibilidade de obtenção do visto humanitário, as entradas por via aérea diretamente na capital paulista passaram a ser uma alternativa. Ao mesmo tempo, a desarticulada medida de transferência dos haitianos do Acre para São Paulo nos anos de 2014 e 2015 elevou o número deles na cidade e provocou a superlotação dos abrigos.

Em 2016, quando as entradas por via aérea se tornaram majoritárias, 7.144 haitianos registraram residência no estado e a dispersão por vários municípios passou a ser visível. Seguindo a tendência nacional de diminuição desses números, o ano de 2017 registrou 4.298 novas declarações de residência. Uma queda de 40% entre os dois anos.

Na cidade de São Paulo, principal porta de entrada, os registros de acolhimento na Missão Paz⁹² são reveladores. Essa entidade religiosa foi responsável por receber, abrigar e realizar mediação de milhares de haitianos com empregadores e órgãos públicos desde o início do fluxo.

⁹² A Missão Paz é uma entidade religiosa vinculada à Igreja Católica, pertencente à Congregação dos Missionários de São Carlos, conhecidos como scalabrinianos, localizada na região central da cidade de São Paulo. Foi fundada na década de 1930 para ajudar italianos que chegavam à capital paulista e com o tempo passou a acolher migrantes de diversas partes do mundo. Atualmente, atende mais de 70 nacionalidades por ano, inclusive os haitianos (PARISE, 2016).

Tabela 3 - Haitianos atendidos por ano na Missão Paz

Ano	Pessoas atendidas
2010	28
2011	73
2012	744
2013	2.272
2014	4.642
2015	3.895
Total	11.654

Fonte: Parise, 2016.

A dinâmica da concessão de vistos em várias embaixadas brasileiras e a presença de familiares e amigos já residentes no Brasil refletiu na diminuição da procura dos haitianos por entidades de acolhida, mas as demandas de ordem documental e trabalhista continuaram ativas tanto em São Paulo como em diversas outras cidades do país.

Nos primeiros quatro meses de 2016, a entrada de haitianos continuou com visto e por via aérea. A quase totalidade não precisava procurar abrigo na Missão Paz ou em outras estruturas. Uma das razões é que os que chegaram já tinham familiares no Brasil. Em vários casos, se trata de esposas, filhos, irmãos ou parentes dos que já se estabeleceram. O fato também de não terem gastado dinheiro com coyotes fez com que eles pudessem chegar com um pequeno recurso importante para a fase inicial de instalação no país (PARISE, 2016, p. 417).

Figura 13 - Haitianos na Missão Paz, São Paulo

Fonte: Missão Paz, 2016.

A dinâmica econômica do estado de São Paulo reflete na presença dos haitianos em dezenas de municípios. Entretanto, os dados do SINCRE, de 2010 a 2017, apontam uma forte concentração na Região Metropolitana de São Paulo. Na capital vivem 47% deles, seguido de Sorocaba (4,7%), Santo André (3,2%), Barueri (3%) e Campinas (2,7%). Todavia, é necessário considerar que esses números são flutuantes. Levando em consideração as características de mobilidade interna desse grupo, muitos residiram em São Paulo antes de se deslocarem para outros estados, respondendo às demandas do mercado de trabalho ou à atuação das suas redes sociais.

De acordo com Magalhães, Bógus e Baeninger (2018), as transformações econômicas recentes da cidade de São Paulo têm absorvido um tipo de trabalhador migrante internacional não vinculado à indústria ou à agricultura e sim aos serviços de baixa qualificação como costura, construção civil, limpeza pública e serviços domésticos. Além disso, essa nova migração relaciona-se como o processo de reocupação do centro, mas também com a periferização, que desloca os migrantes para municípios adjacentes à capital paulista.

No centro da cidade, nas proximidades da Missão Paz, os haitianos redesenham a paisagem urbana desde 2010. A existência de antigos imóveis vazios, mais baratos, e com elevado adensamento, possibilitou que muitos passassem a residir na Baixada do Glicério e criassem espaços de sociabilidade desses migrantes. Lojas de envio de remessas, salões de beleza e restaurante de comida haitiana evidenciam um novo processo de reocupação do centro paulistano (MAGALHÃES, BÓGUS e BAENINGER, 2018).

Uma outra característica é a associação entre migração internacional e luta pela moradia no centro de São Paulo. Os movimentos que integram a Frente de Luta pela Moradia (FLM) ocuparam ao menos 21 edifícios na cidade. Em vários vivem haitianos e africanos de algumas nacionalidades. Em uma das ocupações, organizada pelo Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), vive 74 famílias e 34 delas são de migrantes. Segundo o movimento, sempre houve a presença de estrangeiros como bolivianos e peruanos, mas com a chegadas dos haitianos o fluxo aumentou muito (BESSI, 2018). A busca dessas organizações por parte dos migrantes se dá em um contexto de dificuldades para alugar e pagar imóveis com salários tão baixos recebidos por eles.

Como exemplo do processo de deslocamento para outros municípios próximos, Oliveira e Araújo (2018), ao analisar a chegada de haitianos em Santo André, demonstraram que o deslocamento de haitianos de São Paulo para Santo André se deu devido à possibilidade de locomoção através da linha férrea, à oferta de aluguéis mais baratos e às menores dificuldades na locação de imóveis. Já em Cajamar, outro município da Região Metropolitana, Miranda e

Junqueira (2015) identificam dois processos de chegada dos haitianos: primeiro relacionado às contratações por empresas de construção civil, indústrias e alguns serviços, e posteriormente vinculado à existência das redes sociais entre os migrantes, fazendo com que os primeiros atuassem como receptores dos segundos.

No Rio de Janeiro, os dados do SINCRE revelam que, entre 2010 e 2017, 1.946 haitianos declararam residência no estado, majoritariamente concentrados na capital. Com o passar dos anos, os haitianos passaram a incorporar outros municípios da região metropolitana e de fora dela, ainda que em número reduzido. Até o ano de 2015, a maior parte deles chegou pelos estados do Acre e do Amazonas e só a partir de 2016 as entradas pelo aeroporto internacional do Rio de Janeiro foram maiores. A gradativa tendência de feminização também pode ser notada a partir dos registros.

A pesquisa de Montinard (2019) identificou que, embora alguns estudantes haitianos dos programas PEC-G e PEC-PG e mais algumas dezenas de trabalhadores já morassem no Rio de Janeiro, o início de um fluxo migratório regular e crescente para o estado também esteve envolvido com as contratações de trabalhadores feitas na cidade de Manaus. No contexto das obras para a Copa do Mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, uma empresa de telecomunicações, seguida de construtoras, recrutaram haitianos para várias obras de infraestrutura, dentre elas a construção da Vila Olímpica, durante o ano de 2012.

A partir dessas chegadas, esses migrantes, residentes majoritariamente em Jacarepaguá, Curicica, Gardênia Azul e Cidade de Deus, Zona Oeste do Rio de Janeiro, passaram a se encontrar com maior frequência e deram origem a uma “comunidade de haitianos” na cidade. Formaram o grupo “Haitianos Cariocas” em 2013, com reuniões semanais e os encontros festivos se tornaram mais frequentes. Em 2014, a Viva Rio⁹³ criou o projeto “Haiti Aqui” para auxiliar principalmente os recém-chegados sobre documentos, processos administrativos e atividades culturais no Brasil e o programa de rádio “A voz do Haiti”, transmitido aos domingos de manhã (MONTINARD, 2019).

Nos anos seguintes, com o aumento do número de chegadas e com a diversificação do perfil migratório, quando mais mulheres, crianças e alguns vindos de experiências em outros estados brasileiros se incorporaram aos grupos mais antigos, os haitianos no Rio de Janeiro passaram a desenvolver uma série de iniciativas de reunião como os times de futebol, as festas

⁹³ Viva Rio é uma Organização Não Governamental voltada para projetos sociais em áreas marcadas pela violência na cidade do Rio de Janeiro. Em 2004, a organização foi convidada pelas Nações Unidas a integrar a MINUSTAH para desenvolver projetos sociais e mediação de conflito em Porto Príncipe, capital do Haiti. Com o fim da Missão da ONU em 2017, a Viva Rio passou a desenvolver projetos com o apoio do governo do Canadá.

e principalmente os cultos em creóle em igrejas brasileiras. Entretanto, Montinard (2019) afirma que, frente à desilusão provocada pelos baixos salários e as duras condições de vida, muitos construíram outras rotas em direção aos estados do Sul do Brasil, ao Chile e principalmente aos Estados Unidos, como abordaremos adiante.

No Paraná, os dados do SINCRE apontam que 15.795 haitianos registraram residência entre 2010 e 2017, o que representa 16,4% do total do Brasil. Os municípios com os maiores registros são Curitiba (29,3%), Cascavel (16,8%), Pinhais (7,4%), Maringá (6,3%) e Pato Branco (5%). Apesar da grande concentração nessas cidades, no mesmo período, a presença haitiana foi notada em mais de 40 municípios do estado, em destaque para a Região Metropolitana de Curitiba e na região Oeste.

Os processos de entrada dos haitianos no Paraná também refletem a política migratória brasileira e os amparos legais concedidos. Em 2010, dos 52 haitianos que chegaram ao estado, com registro ativo no SINCRE, 38 eram estudantes que haviam entrado com vistos de estudo através de Roraima, Minas Gerais e São Paulo. A maioria se deslocou para a cidade de Maringá a fim de dar seguimento aos seus estudos depois de passar um período de adaptação com a Língua Portuguesa em outras cidades. Uma minoria era constituída de trabalhadores que chegaram ao Brasil pelos estados do Acre e Amazonas.

A partir de 2011 essa configuração se alterou, quando as entradas indocumentadas de haitianos pelas fronteiras da região norte aumentaram, bem como os deslocamentos para o sul do país. Naquele ano, dos 258 haitianos com registro ativo no SINCRE no Paraná, 248 ingressaram no país pelos estados do Acre e Amazonas, ou seja, 96% deles. Além da indocumentação, isso significa maior tempo de deslocamento, maiores gastos e, quase sempre, maior vulnerabilidade frente ao desconhecimento das rotas e dos procedimentos de entrada.

Nos anos seguintes, Curitiba passou a receber um número cada vez maior de haitianos e se transformou em um dos principais destinos dessa migração no Brasil, registrando 1.061 novas entradas apenas no ano de 2014. A grande disponibilidade de postos de trabalho em vários setores da economia fez da cidade um importante destino dentro do Brasil. Naquele ano, o índice de desemprego da capital paranaense era um dos mais baixos do país (3,5%) enquanto a média nacional era de 6,2% (OLIVEIRA, 2017). Esse fator, aliado à maior possibilidade de apoio por parte dos conterrâneos, deu continuidade ao fluxo que chegou ao ano de 2017 registrando 716 novas entradas na cidade.

De acordo com Ávila (2016), a decisão de migrar para Curitiba também foi mediada pela confiança das informações repassadas por pessoas próximas através de dispositivos tecnológicos. Além disso, na cidade, uma rede de associações de apoio passou a fazer parte da

sociabilidade dos haitianos, como a Associação dos Haitianos de Curitiba, Cáritas Brasileira, Casa Latino-Americana, Igreja Batista Pompeia, Comissão de Direitos dos Refugiados e Migrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Pastoral do Migrante e Recanto Franciscano. Essas organizações propiciaram atendimento para a regularização documental, orientação jurídica, aulas de português, acolhida e atividades culturais.

No início do fluxo, ainda em 2011, pequenos grupos de haitianos passaram a residir em municípios da Região Metropolitana de Curitiba em destaque Pinhais, Almirante Tamandaré, São José dos Pinhais, Colombo e Campo Largo. Vieira (2016), ao analisar as trajetórias de um grupo de haitianos residentes em alguns desses municípios, afirma que, em regra, eles passam por dificuldades na obtenção de moradia, emprego e com a comunicação. Mais uma vez, a moradia em cidades próximas parece ser a estratégia encontrada frente às dificuldades com a locação de imóveis e os preços elevados na metrópole.

Em Cascavel, município com o segundo maior número de haitianos do estado, as pesquisas de Martins *et al* (2014), Eberhardt (2017) e Manica (2018) apontam que o início do fluxo se deu com a mobilidade da força de trabalho, através de contratações quando os migrantes ainda se encontravam no Acre, para trabalhar na construção civil e nos frigoríficos. Em apenas uma empresa de abate e corte de aves e suínos – a Coopavel, trabalhavam 1.157 haitianos em julho de 2018 (MANICA, 2018).

Em Cascavel, mais de 500 haitianos foram empregados nos últimos três anos pelas duas cooperativas locais: a Coopavel e a Globo Aves. Eles vieram substituir o trabalhador nacional, que já não se submete ao trabalho estafante nos frigoríficos. Falta mão de obra no setor. Para contornar o problema, os empresários recorriam aos trabalhadores dos municípios vizinhos, o que implicava uma elevação dos custos com transporte e moradia. (...) A migração haitiana veio a calhar para os empresários do setor. No princípio os haitianos foram buscados no Acre, por onde a maioria deles ingressou no Brasil. Posteriormente, tendo se estabelecido no município de Cascavel, os próprios haitianos passaram a chamar amigos e parentes em razão da oferta de emprego nos frigoríficos (MARTINS *et al*, 2014, p. 5-6).

Com um perfil exclusivamente masculino no início, a migração haitiana em Cascavel sofreu mudanças, assim como em muitos municípios brasileiros. A feminização passou a ocorrer e a presença de crianças e jovens começou a ser notada alguns anos depois. Residindo em bairros periféricos da cidade, geralmente compartilhando moradias, também enfrentam as dificuldades dos baixos salários, trabalhos precários ou desemprego.

De acordo com Kotsifas (2016), em Maringá e em alguns municípios da sua Região Metropolitana, os haitianos estão presentes desde o ano 2010, embora em pequena quantidade.

As primeiras chegadas também se deram por contratações para o trabalho em frigoríficos e, a partir de 2013, os números aumentaram e o fluxo se diversificou indicando os processos de reunificação familiar e diversificação das fontes de trabalho. Segundo a autora, em 2016, cerca de 1.500 haitianos residiam na cidade e aproximadamente 4.000 no conjunto dos municípios da Região Metropolitana.

Na região, municípios como Mandaguari, Mandaguaçu, Paçandu e Sarandi também passaram a receber haitianos a partir de 2013. Rosseto e Gomes (2017) indicam que em Mandaguari, os primeiros haitianos chegaram a partir de uma contratação feita por uma empresa de produtos elétricos, em Cuiabá, com a mediação da Pastoral do Imigrante. Posteriormente, as redes sociais entre os migrantes fomentaram a mobilidade interna e modificaram a composição do grupo.

No município de Pato Branco, Sudoeste do estado, de acordo com a pesquisa feita por Bernartt e Giacomini (2015), o primeiro grupo de haitianos chegou em 2013, quando um frigorífico local buscou a intermediação da Pastoral do Imigrante de Manaus. Inicialmente, funcionários da empresa selecionaram os trabalhadores e os acompanharam até à cidade. Naquele ano, outros quatro grupos de 20 pessoas foram contratados, mas a seleção foi de responsabilidade da Pastoral em Manaus. As autoras identificaram que a partir de 2013 as novas chegadas ocorreram sem a intermediação de empresas e refletiu a mobilidade desse fluxo no interior do Brasil, quando muitos já haviam residido em outros municípios brasileiros.

Ainda no Paraná, é importante destacar o papel que a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) teve com estudantes haitianos através do Projeto Pró-Haiti, ao realizar vestibular especial e conceder bolsas de assistência estudantil em cursos de graduação. Entre 2015 e 2019, 100 haitianos ingressaram na universidade e os primeiros concluíram seus estudos em janeiro de 2019.

Figura 14 - Formandos haitianos na UNILA



Fonte: O Girassol, 2019.

O estado de Santa Catarina talvez seja o que melhor refletiu as mudanças que a migração haitiana teve nos últimos dez anos. Os primeiros migrantes que registraram residência em cidades catarinenses entraram pelo estado do Amazonas. Dois anos depois, o Acre passou a ser a principal porta de entrada de haitianos que se deslocaram para cidades do Vale do Itajaí, da Grande Florianópolis, do Sul e do Oeste catarinense. Entre 2014 e 2017 as entradas por São Paulo passaram a ser mais frequentes. Já entre 2018 e 2019, Santa Catarina passou a ser um destino prioritário daqueles que abandonaram o Chile e entraram no Brasil pelo Mato Grosso do Sul.

Outra semelhança com a dinâmica nacional da mobilidade haitiana é a grande dispersão pelo interior do estado. Em Santa Catarina, os haitianos registraram residência em mais de 100 municípios entre 2010 e 2017, segundo os dados do SINCRE. Nesse período, 20.768 deles residiram no estado, o que representa cerca de 21,6% do total do Brasil. Os municípios com maior presença desses migrantes foram Joinville (12,5%), Itajaí (10%), Chapecó (9,7%), Florianópolis (7,5%) e Balneário Camboriú (7,1%).

A presença inicial dos haitianos em Santa Catarina foi registrada nos municípios do Vale do Itajaí, sobretudo Balneário Camboriú, Itajaí e Itapema e esteve associada, em um primeiro momento, ao recrutamento de trabalhadores em cidades como Manaus e Brasília. Foram contratados para trabalharem em serviços de limpeza urbana, carga e descarga de mercadorias, construção civil e serviços gerais, principalmente. Posteriormente, com a intensificação e diversificação do fluxo, outras funções passaram a ser ocupadas por eles, a exemplo do estoque e da reposição em supermercados (MAGALHÃES, 2017). Pouco tempo depois, a presença de

pequenos grupos nesses municípios estimulou a vinda de novos haitianos que passaram a viajar por conta própria.

Em Manaus, a presença de empregadores em busca de migrantes que ocupariam as vagas ociosas deixou de ser frequente e as informações entre os haitianos se intensificaram, conectando vários polos dessa mobilidade, principalmente os locais de entrada com os destinos do sul do país.

Muitos eram da mesma família: primos, sobrinhos, irmãos, tios, amigos e conhecidos. Então os novos imigrantes de Manaus ou arrecadavam um pouco de dinheiro ou o recebiam dos amigos do Sul, compravam a passagem e embarcavam. Esta é a história de muitos. Destas pessoas que viajaram não se possui os dados. Mas uma coisa é certa, o estado de Santa Catarina era o que mais estava na boca dos viajantes (COSTA, 2016, p. 42).

A pesquisa realizada por Magalhães (2017) identificou os fluxos iniciais da migração haitiana no estado e registrou importantes mudanças no perfil dos migrantes, bem como nas fases do processo. A migração indocumentada alterou-se para o status regulamentado, a quase exclusividade de homens deu lugar à crescente feminização e as ocupações se diversificaram, assim como foi observado em outros estados. O autor apontou que, principalmente a partir de 2014, passou a ocorrer uma mobilidade interna dos haitianos em Santa Catarina quando a agroindústria, sobretudo os frigoríficos, começou a recrutar trabalhadores migrantes no Vale do Itajaí oferecendo transporte e alojamento gratuito em cidades do Oeste catarinense, o que nem sempre se cumpriu.

Assim como observamos no Paraná, os haitianos passaram a ocupar postos de trabalho dispensados pelos brasileiros em cidades como Chapecó, Concórdia, Xanxerê e Nova Erechim. O pesado trabalho nos frigoríficos provoca uma alta rotatividade, o que abriu possibilidades de contratação de trabalhadores mais vulneráveis e mais propensos a aceitarem a precariedade como alternativa de sobrevivência. É ilustrativo o fato de o município de Chapecó ser o segundo do país em número de contratação de haitianos em 2014, ficando atrás apenas de Curitiba (CAVALCANTI *et al*, 2015).

A presença haitiana em Chapecó iniciou-se em 2011, quando um empresário os recrutou em Brasília, Acre, para trabalharem na empresa Fibratex, na construção de piscinas e reservatórios de água. Outros empresários seguiram o mesmo exemplo e em 2013 o número deles já passava de 500 na cidade. Seguiram-se a esses, amigos e familiares que migraram de maneira espontânea, resultando, também, no maior número de mulheres e crianças

(PIOVEZANA *et al*, 2015). Com a expansão da demanda de mão de obra nos frigoríficos, empresários da região passaram a se deslocar para o Vale do Itajaí em busca de trabalhadores haitianos. O recrutamento passou a ocorrer dentro do próprio estado e não mais na região Norte do Brasil.

Em Joinville, maior cidade do estado e polo industrial diversificado, muitos haitianos foram atraídos para prestação de serviços em siderúrgicas e redes de supermercados. De acordo com Souza e Boing (2017), entre 2012 e 2017 mais de 2 mil haitianos residiram na cidade. Com os primeiros registros em 2011, o fluxo teve grande aumento em 2016 como resultado de novas chegadas e da mobilidade interna.

Processos muito semelhantes também ocorreram em Florianópolis que, de acordo com os dados do SINCRE, recebeu pouco mais de 1.500 haitianos entre 2011 e 2017. Com a elevada especulação imobiliária da parte insular da cidade, a maioria reside na porção continental onde os aluguéis são mais acessíveis. Também cidades da Região Metropolitana como Palhoça e São José registraram o crescimento no número de haitianos residentes nos sete anos.

Na Grande Florianópolis, a migração haitiana foi protagonista nas discussões em torno de uma agenda migratória. Por conta desse fluxo diversas entidades se uniram para criar o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e Região (GAIRF), em novembro de 2014. Como fruto dessa articulação, foi criado o Centro de Referência de Atendimento ao Imigrante (CRAI), em fevereiro de 2018, com recursos do governo estadual e administrado atualmente pela Ação Social Arquidiocesana (ASA) da Igreja Católica.

No Rio Grande do Sul, os dados do SINCRE registraram a presença de 12.473 haitianos entre 2010 e 2017, o que corresponde a 13% do total do Brasil. Os municípios com os maiores registros são Porto Alegre (19,7%), Caxias do Sul (16,3%), Bento Gonçalves (15,3%), Canoas (7,2%) e Gravataí (5,3%). Além dos dois últimos, vários outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre passaram a receber essa migração, indicando a busca por alternativas de moradia e trabalho fora da capital, assim como em outros casos já mencionados.

De acordo com os resultados de pesquisa de Uebel (2015), nos anos iniciais do fluxo, os municípios de Caxias do Sul e Bento Gonçalves funcionaram como polos de atração dos migrantes haitianos a partir do recrutamento de trabalhadores feito no Acre, principalmente. Contratados para trabalharem em indústrias moveleiras, têxteis e automotivas, os primeiros grupos criaram as bases para a chegada dos demais. Já em Porto Alegre, onde reside a maioria dos haitianos do estado, os processos de entrada são mais complexos pois refletem uma maior diversidade de trajetórias que combinam recrutamento para o trabalho, reunificação familiar proveniente do Haiti e mobilidade interna da migração haitiana.

Parte significativa dos haitianos residentes em Porto Alegre tiveram experiências laborais em outros municípios do Rio Grande do Sul e de outros estados brasileiros e, diante da perda dos seus empregos, mudaram-se para a capital gaúcha, principalmente a partir de 2015 quando o mercado de trabalho mostrou uma recessão (GUILHERME, 2017). Entre os anos de 2015 e 2017, Porto Alegre ficou em terceiro lugar no ranking dos municípios com maior contratação de haitianos no mercado de trabalho formal, atrás apenas de São Paulo e Curitiba. Guilherme (2017) também observou que, entre os haitianos residentes na cidade, há uma grande preocupação com a regulamentação do status migratório e da situação laboral. Consequentemente, há uma resistência à realização de atividades informais, ao contrário de outros grupos de migrantes como os senegaleses.

Assim como observado em outras grandes cidades e regiões metropolitanas, em Porto Alegre, a precariedade das formas de inserção laboral, além do desemprego, são importantes causas do processo de periferização dos migrantes, inclusive em áreas de ocupação irregular. As dificuldades de acesso à moradia em zonas mais centralizadas da cidade condicionaram uma grande concentração de haitianos no bairro Sarandi, zona norte de Porto Alegre, mais especificamente na Ocupação Progresso, unindo migração e luta pela moradia.

Iniciadas em 2014, as primeiras moradias foram construídas por brasileiros e haitianos em um terreno privado desocupado. Outras foram compradas por haitianos das mãos de brasileiros. Entre 100 e 200 famílias viveram em uma faixa de terra entre um bairro consolidado e um córrego destino de esgotos. Misturadas entre madeira e tijolos, cerca de metade das habitações era ocupada por haitianos que encontraram nessa estratégia a forma de permanecer, precariamente, na cidade (ALVES, 2016). Depois de dois mandados de reintegração de posse, a ocupação foi destruída nas primeiras horas da manhã do dia 4 de setembro de 2018, como pode ser observado na figura 15. Durante o tempo em que existiu, a ocupação articulou as necessidades de moradia e outras demandas básicas como água encanada e eletricidade com a necessidade de organização política dos moradores, migrantes ou não. Contudo, o desfecho mostrou que o mercado imobiliário tem mais direito à cidade do que os ocupantes.

Figura 15 - Casas incendiadas durante a reintegração de posse da Ocupação

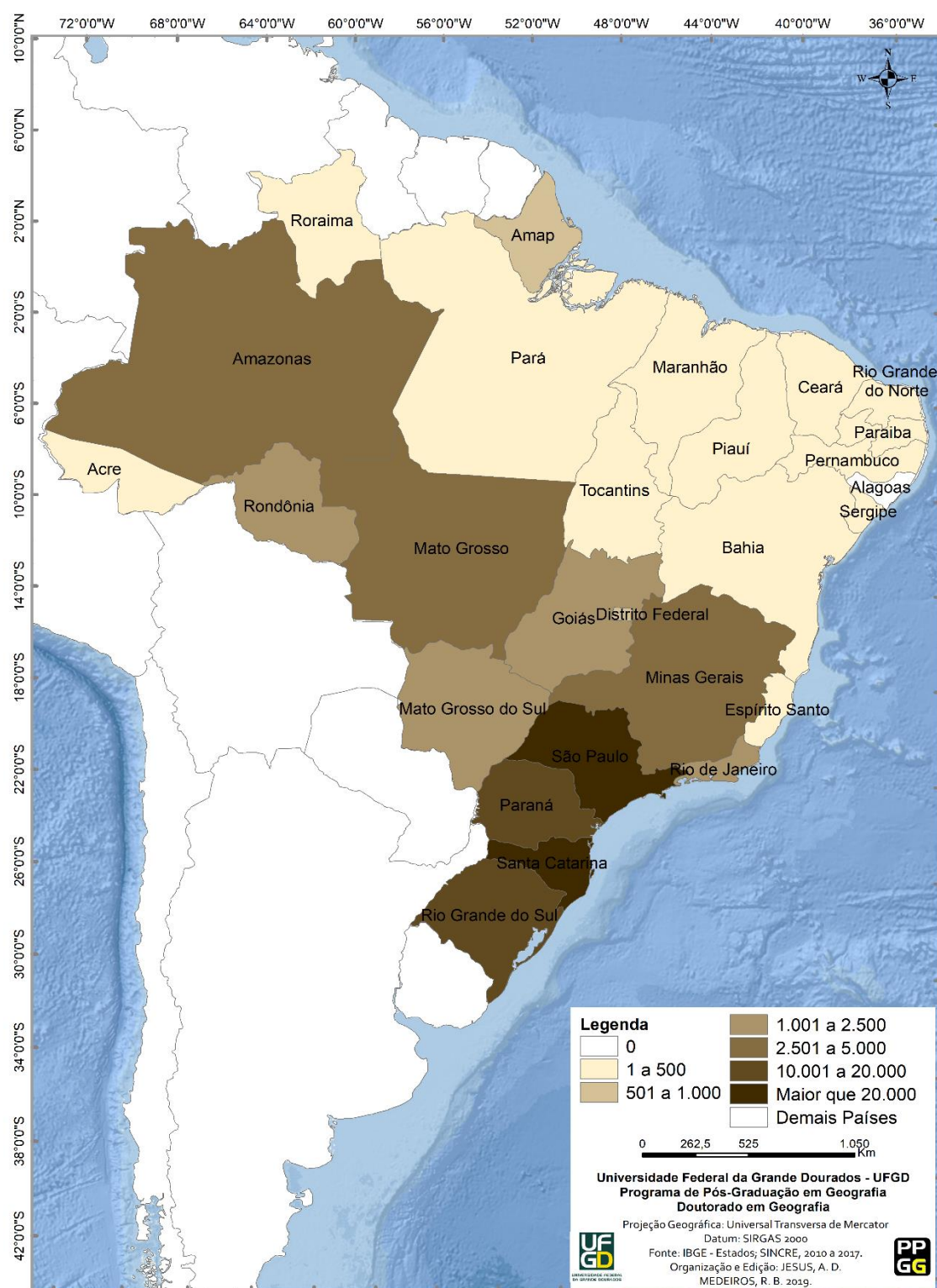


Fonte: Esquerda Diário, 2018.

Em Caxias do Sul, município onde os primeiros recrutamentos de trabalhadores haitianos aconteceram, mais de dois mil deles residiram entre os anos de 2010 e 2017, de acordo com os dados do SINCRE. Segundo Menin (2016), a oferta de postos de trabalho dispensados pelos brasileiros explica o início dessa migração. “Os empregos que a eles são oferecidos, além de não serem preenchidos pelos locais, representam trabalhos mal remunerados, com alto índice de desgaste físico e psicológico, como na construção civil, em frigoríficos e trabalhos que exigem alto esforço físico e mental” (MENIN, 2016, p. 54). Acrescentamos que, exatamente por essas condições é que os migrantes são chamados a ocupá-los, lembrando as observações de Sayad (1998) sobre os trabalhos feitos para migrantes e migrantes feitos para certos tipos de trabalho.

No município de Bento Gonçalves, terceiro em número de haitianos no Rio Grande do Sul, os processos de chegada são semelhantes. A euforia do preenchimento dos postos de trabalho nos anos iniciais deu lugar ao maior desemprego e, conseqüentemente, da maior procura por programas sociais como o Bolsa Família e ações assistencialistas das igrejas a partir de 2015 (MACHADO, 2016). Na região, municípios como Encantado e Lajeado também se transformaram em destinos dos haitianos que, gradativamente, ampliaram sua presença através das redes sociais, provocando um processo de interiorização dessa migração no estado, assim como foi observado em grande parte do Brasil.

Figura 16 – Mapa da distribuição dos haitianos com registro de residência no Brasil por Unidade da Federação (2010 a 2017)⁹⁴

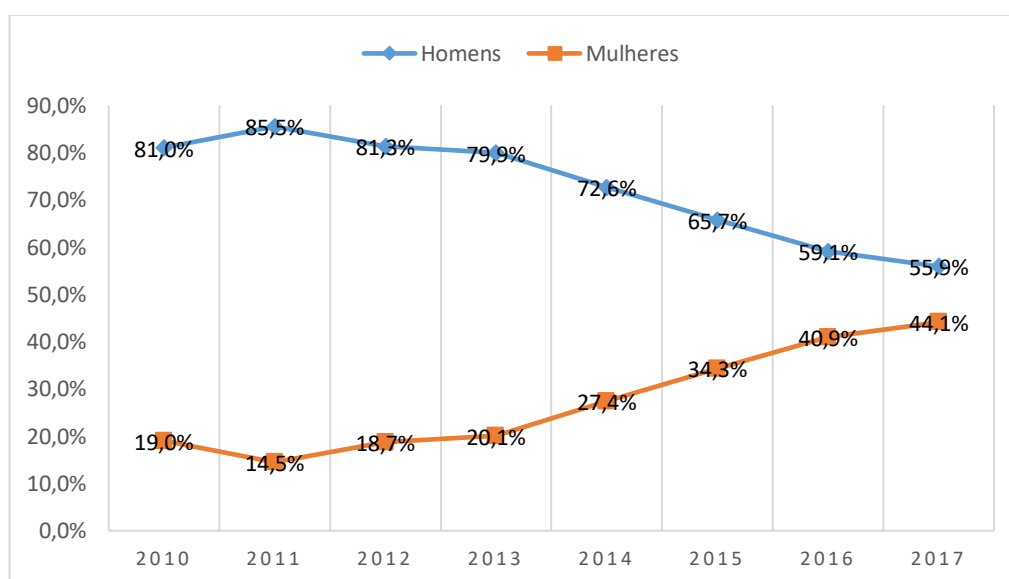


⁹⁴ Ressaltamos que os dados são oriundos da soma dos registros de residência em todos os anos e podem não refletir a situação atual, tendo em vista a mobilidade interna e internacional implementada pelos haitianos durante o período.

Abarcando uma diversidade de situações e de status migratórios, os haitianos se fizeram presentes em todos os estados brasileiros, exceto em Alagoas, como pode ser observado na figura 16. Com amparos legais diversificados, mais de 96 mil deles passaram a residir em centenas de municípios brasileiros entre 2010 e 2017, de acordo com os dados do SINCRE.

Um dos aspectos que tem ganhando bastante importância nas migrações contemporâneas é o rápido processo de feminização ocorrido em alguns fluxos. De modo geral, um número cada vez maior de mulheres tem migrado, seja em estratégias de reunificação familiar ou de maneira individual. No caso da migração haitiana para o Brasil, chama atenção a rapidez com que isso tem acontecido. Considerando todos os registros de haitianos residentes no país entre 2010 e 2017, 32,5% corresponde à presença de mulheres. Como pode ser observado no gráfico 1, a cada ano, o percentual de haitianas migrantes se aproxima do percentual de homens, trazendo com isso a necessidade de novos olhares diante do fluxo.

Gráfico 1 - Divisão por sexo dos haitianos residentes no Brasil (2010 – 2017)



Fonte: SINCRE. Elaboração própria, 2019.

Em muitos casos, esse processo está vinculado às reuniões familiares, quando as mulheres migram para juntar-se aos seus cônjuges. Todavia, a análise do status conjugal das haitianas aponta para uma migração tardia das mulheres e não apenas de reunião familiar. Considerando os registros do SINCRE, entre 2010 e 2016, 71% das mulheres haitianas residentes no Brasil se declararam solteiras ao passo que a porcentagem das que se declararam casadas foi de 25,4%.

“Considerando-se que a imigração haitiana, tanto para homens como para mulheres, concentra-se na faixa de 20 a 34 anos, os dados sugerem que as mulheres haitianas não vêm ao Brasil no papel exclusivo de cônjuges ou de filhas” (BAENINGER e PERES, 2017, p. 134). Isso acrescenta novas questões na análise dessa migração, tendo em vista que questiona o papel do homem enquanto exclusivo provedor familiar. “Encarar as mulheres como agentes secundários de processos migratórios implica em ignorar complexidades e heterogeneidades” (PERES, 2016, p. 270).

Os haitianos também ganharam visibilidade no mercado de trabalho formal brasileiro nos últimos anos. Até 2012, os portugueses constituíam o maior grupo de migrantes internacionais com emprego formal no Brasil, sendo ultrapassados pelos haitianos em 2013. A partir de então, os números foram crescentes com exceção do ano de 2016, quando a desaceleração da economia brasileira atingiu setores de grande empregabilidade dos haitianos, como a construção civil e mais recentemente no ano de 2018. A tabela 4 mostra o número de postos de trabalho ocupados pelos haitianos entre 2011 e 2018.

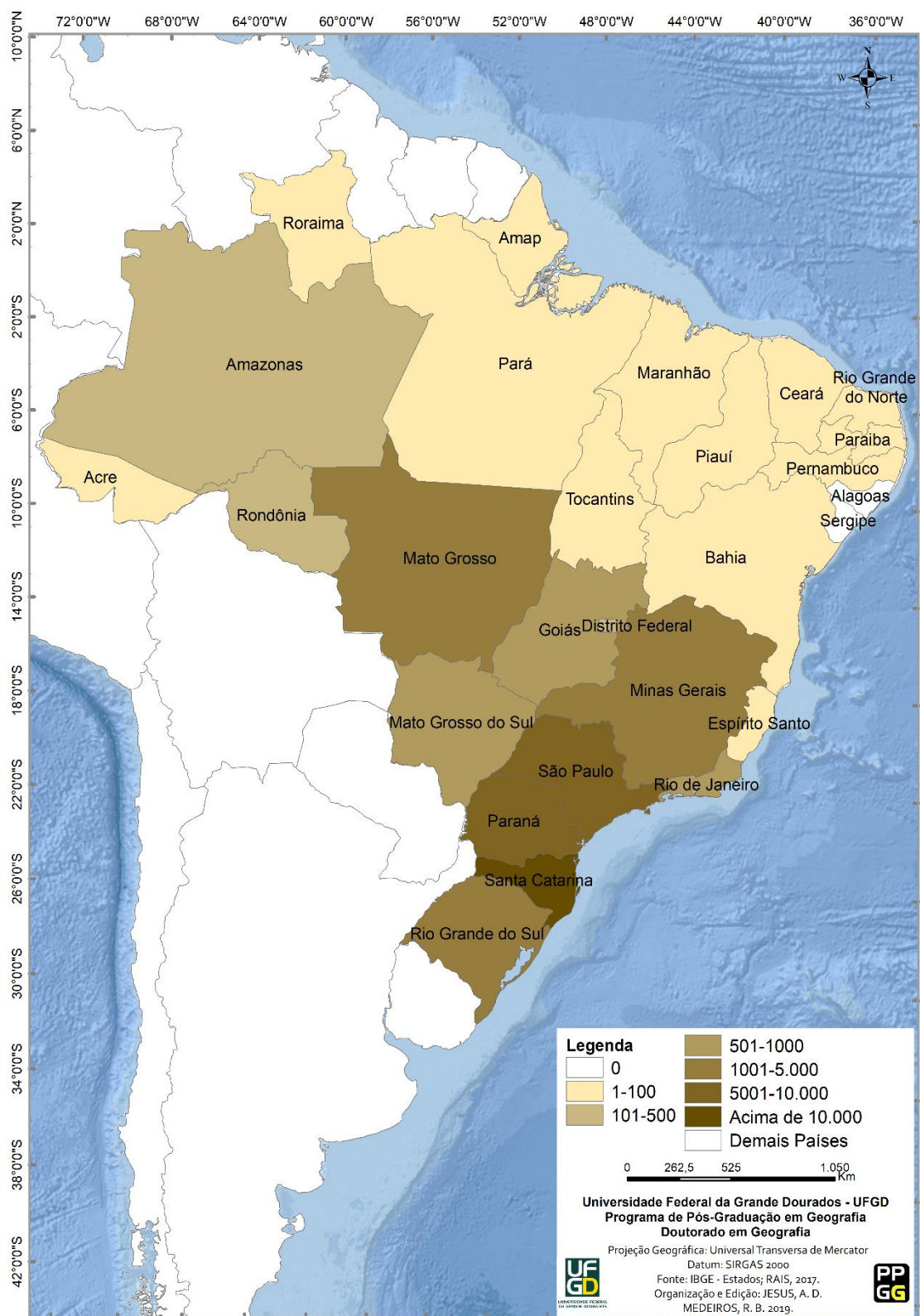
Tabela 4 - Número de postos de trabalho formal ocupados pelos haitianos no Brasil
(2011 – 2018)

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
815	4.128	14.695	30.484	33.507	25.782	35.658	27.246

Fonte: Elaboração própria com base na RAIS/MTE, 2011-2018.

Recrutados para ocupar postos de trabalho dispensados pelos brasileiros, os haitianos se dispersaram nas capitais, regiões metropolitanas e em muitos municípios do interior, sobretudo no Sul e Centro-Oeste do Brasil, além do estado de São Paulo, como podemos observar na figura 17. Particularmente nos frigoríficos do interior, eles foram transformados numa poderosa alavanca de um setor que expandiu grandiosamente na última década.

Figura 17 – Mapa da distribuição dos haitianos com emprego formal no Brasil por Unidade da Federação (2017)



Como sinalizamos anteriormente para os casos de alguns municípios brasileiros, os postos de trabalho dos haitianos estão quase exclusivamente reservados para atividades que exigem um grande esforço físico, longas jornadas e baixa remuneração, demonstrando a segmentação do mercado de trabalho brasileiro e a delimitação do lugar que eles devem ocupar, independentemente das suas habilidades e qualificações profissionais. Prova disso é que, em 2018, os haitianos tinham os menores rendimentos médios no momento da admissão entre todos os grupos de migrantes internacionais no Brasil (1.306,00), seguidos dos serra-leoninos (1.309,00) e dos gambianos (1.348,00) (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2019).

Das grandes às pequenas cidades no interior do Brasil, em maior ou menor grau, os haitianos continuam enfrentando grandes dificuldades de ascensão social, tendo em vista os baixos salários, os altos aluguéis que necessitam pagar, com o agravante da alta do dólar que reflete diretamente na diminuição do volume das remessas. Desse modo, parece coerente a observação feita por um haitiano no interior do Rio Grande do Sul, relatada por Menin (2016, p. 55) “O governo entrega a vida dos imigrantes nas mãos dos empresários. Eles [os empresários] é que tomam a decisão e tomam conta”.

Em síntese, verificamos que a migração haitiana no Brasil sofreu mudanças significativas nos processos de entrada e distribuição espacial, bem como nas características dos sujeitos protagonistas dessa intensa e significativa mobilidade. Ao longo dos últimos nove anos, passou-se da predominância da indocumentação para a documentação proveniente da implementação do visto humanitário e finalmente, nos últimos dois anos, para o retorno da migração indocumentada proveniente do Chile, decorrente da exclusividade de emissão do visto apenas no Haiti.

Os fluxos dos anos iniciais não contavam com informações privilegiadas que pudessem contribuir com a diminuição dos custos e dos riscos de um tão longo e arriscado caminho. Posteriormente, as redes sociais entre os migrantes se ampliaram e deram maior dinamicidade e autonomia para que parte dos deslocamentos ocorresse sem a mediação de empresas privadas e do Estado. Assim, a presença de haitianos em muitos municípios brasileiros contribui para que os fluxos atuais sejam orientados com maior quantidade e qualidade das informações.

Nota-se uma tendência de deslocamento para médias e pequenas cidades polarizadas por algum centro regional. As maiores possibilidades de acessar serviços como saúde e educação, a menor burocracia na locação de imóveis, os preços mais baixos e a facilidade de transporte entre casa e trabalho contribuem para que os haitianos estejam em centenas de municípios brasileiros. “Nesses Brasis menos violentos e difíceis do que aqueles das grandes

idades, esses migrantes começam a descobrir as vantagens de viver no interior” (OLIVEIRA, 2017, p. 40).

Outras características que contribuíram para ampliar a visibilidade da migração haitiana no Brasil foram: a crescente feminização do fluxo para além da reunificação familiar; o surgimento de igrejas evangélicas haitianas; a criação de associações e, mais recentemente, a presença de crianças brasileiras filhas de pais haitianos. Ou seja, uma segunda geração desse recente fluxo. Todas elas serão melhor discutidas no capítulo 5, à luz do caso do estado do Mato Grosso do Sul.

4.3 O BRASIL COMO PASSAGEM: A SAÍDA DE HAITIANOS PARA OUTROS DESTINOS⁹⁵

Como demonstramos no item anterior, a desaceleração da economia brasileira impactou diretamente nos empregos e consequentemente nas possibilidades de permanência no Brasil para milhares de haitianos. Entre 2015 e 2016, os vínculos empregatícios de haitianos no mercado de trabalho formal brasileiro teve um saldo negativo de 7.725. Isso representou uma queda de 23% em relação ao ano anterior. Além disso, mesmo os empregados enfrentam dificuldades de subsistência com os baixos salários e os altos custos nas grandes e médias cidades brasileiras.

Diante dessa conjuntura, especialmente agravada entre os anos de 2015 e 2016, um grande número de haitianos passou a abandonar o Brasil em busca de novos destinos como o Chile e os Estados Unidos. Os registros do Sistema de Tráfego Internacional (STI) da Polícia Federal apontam que, entre 2010 e 2015, 10.029 haitianos deixaram o Brasil, enquanto apenas em 2016 o número foi de 10.738 saídas. Em 2017 e 2018, registraram-se 6.328 e 5.400 saídas respectivamente⁹⁶ (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACEDO, 2019).

Esses registros, que correspondem às movimentações nos postos fronteiriços brasileiros, confirmam que 2016 foi um ano em que milhares de haitianos repensaram seus projetos migratórios e partiram para outros destinos. O Chile, naquele momento com uma política migratória menos restritiva e com possibilidades de maiores salários e os Estados Unidos, desejado destino dos haitianos, foram as principais opções.

⁹⁵ Este item se baseia principalmente na pesquisa de Doutorado Sanduiche que realizamos na Universidad de Guadalajara, México, entre outubro de 2018 e março de 2019, sob orientação do Doutor Jorge Durand.

⁹⁶ Porém, Cotinguiba (2019) identificou em pesquisa de campo itinerante que muitos deixaram o Brasil por via terrestre e não registraram a saída, o que indica que os números podem ser bem maiores.

Para chegar até o Chile, a rota mais utilizada era percorrida de ônibus, com saídas de São Paulo, passando pelo Paraná e pela Argentina, em viagens de mais de 50 horas de duração. Antes de se arriscarem, buscavam informações acerca das estratégias de mobilidade com familiares e amigos já residentes no país andino.

Para alcançarem o Chile, as estratégias e recursos de mobilidade apresentam uma regularidade, semelhante àquelas empregadas quando vieram para o Brasil. A estrutura da rede de mobilidade são os intermediários (*raketè*, agentes de viagens, facilitadores), os membros familiares, amigos e as redes de apoio ao longo do trajeto e no destino. Outra característica que se mostra regular é em relação aos recursos – que são relativamente altos – utilizados. Os recursos são oriundos de diferentes fontes, tais como a família transnacional, amigos, alguns poucos de empréstimos e outros por meios próprios. Como estratégia, aparecem a demanda pelo visto de turista – para substituí-lo depois por outra categoria –, a solicitação de refúgio ou o visto direto saindo do Haiti. No caso dos que saíram do Brasil, encontramos relatos desses recursos e estratégias – à exceção do visto na origem (COTINGUIBA, 2019, p. 151).

No caso dos Estados Unidos, a escolha como destino está diretamente relacionada com a grande quantidade de haitianos que residem nesse país, o que contribui para a formação de redes sociais entre familiares e amigos capazes de oferecer suporte para novos migrantes. Embora com cifras imprecisas, estima-se em cerca de 1 milhão o número de haitianos e americanos de ascendência haitiana residentes em diversos estados americanos, sobretudo na Flórida (JOSEPH, 2015). Outro fator de estímulo à essa migração é a economia dolarizada, com maior possibilidade realizar remessas para suas famílias no Haiti.

Além disso, os haitianos esperavam ingressar nos Estados Unidos beneficiados pela acolhida humanitária proveniente do Status de Proteção Temporal [*Temporary Protected Status*] (TPS)⁹⁷, iniciado para eles em 2010 em virtude das consequências do grave terremoto que atingiu o país em 12 de janeiro daquele ano. Entretanto, diante da crescente entrada de haitianos de maneira indocumentada pelas fronteiras do estado da Califórnia, em 23 de setembro de 2016 o governo de Barack Obama anunciou que endureceria o controle migratório e passaria a deportar os migrantes indocumentados. De fato, as detenções de haitianos nos Estados Unidos, que seguiam uma tendência geral de diminuição na década de 2010, voltaram a crescer em 2016 como resultado do fluxo proveniente do Brasil (GARBEY-BUREY, 2017).

⁹⁷ O TPS é um programa migratório, criado em 1990 pelo governo dos Estados Unidos, que concede permissão extraordinária para entrada e permanência de pessoas de outros países afetados por conflitos armados e desastres naturais.

A particularidade desse ano em relação com outros eventos, é que os próprios haitianos se apresentavam nas oficinas de imigração de San Isidro, San Diego, no estado da Califórnia. Segundo dados de Semple (2016), de 1 de outubro de 2015 a 4 de setembro de 2016 mais de 5.000 haitianos sem vistos se apresentaram diante das autoridades de migração (GARBEY-BUREY, 2017, p. 104) [Tradução nossa]⁹⁸.

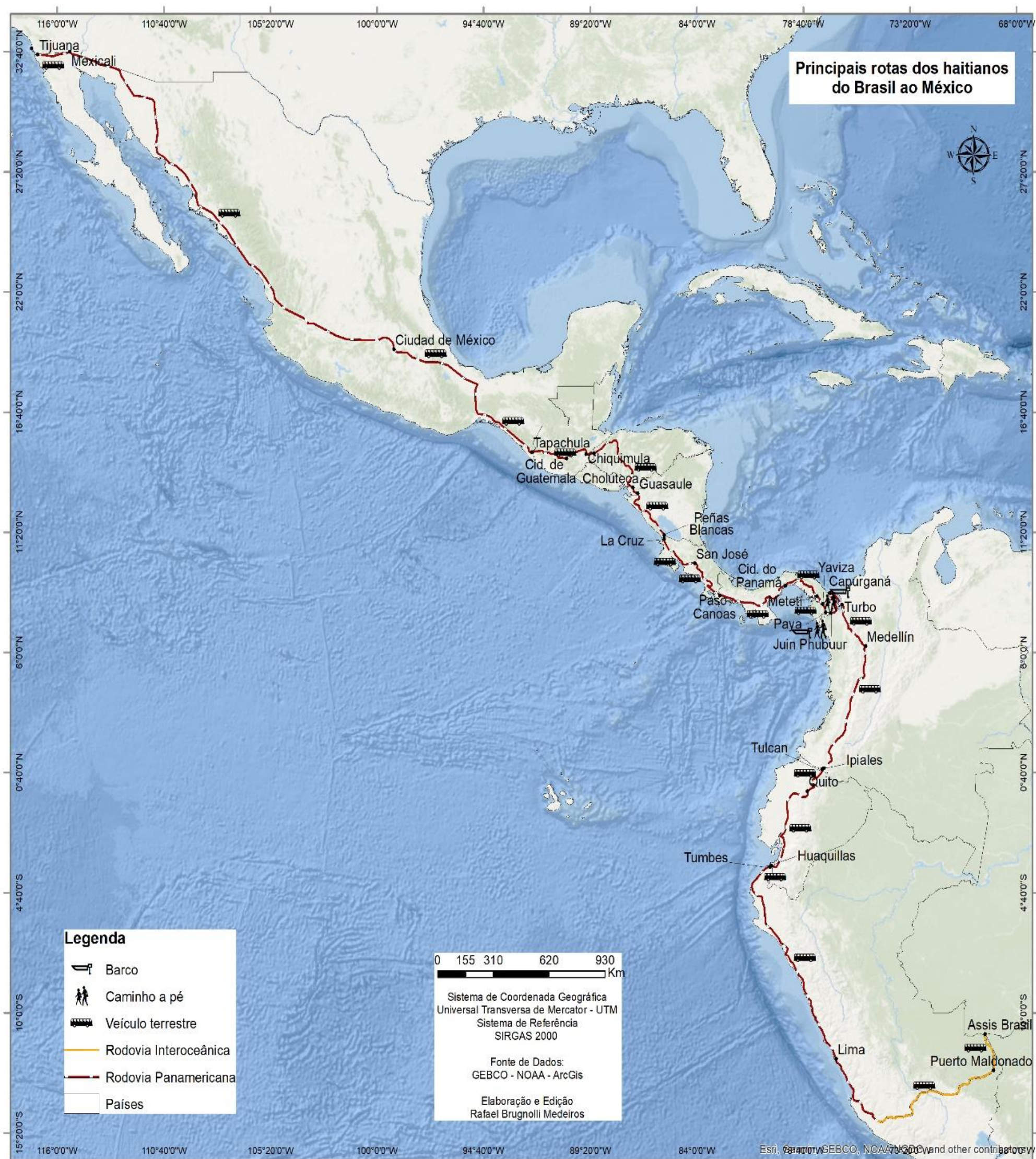
Entretanto, entre o Brasil e os Estados Unidos um largo caminho se interpunha, tendo em vista a impossibilidade de ingressar no país de maneira indocumentada pelos aeroportos. Assim, milhares de haitianos passaram a fazer o trajeto de volta pelo mesmo lugar por onde entraram, as fronteiras da região Norte do país, principalmente com o Peru, no estado do Acre. Partindo de diversos estados do Brasil, a partir do ano de 2016, os haitianos implementaram uma difícil e longa viagem em direção à América do Norte, cruzando fronteiras de muitos países durante vários meses.

Em nossa pesquisa de campo nas cidades de Mexicali e Tijuana, na fronteira do México com os Estados Unidos, em dezembro de 2018, realizamos algumas entrevistas com haitianos que narraram as estratégias de mobilidade frente às dificuldades enfrentadas ao longo do caminho. Utilizando as informações dos migrantes e de materiais de imprensa⁹⁹ dos países de trânsito e de destino, reconstituímos as principais rotas utilizadas por eles entre os anos de 2016 e 2018, como pode ser observado na figura 18.

⁹⁸ La particularidad de este año en relación con otros eventos, es que los propios haitianos se presentaban en las oficinas de inmigración en San Isidro, San Diego en el Estado de California. Según cifras de Semple (2016) del 1 de octubre del 2015 al del septiembre del 2016 más de 5000 haitianos sin visas se presentaron ante las autoridades de migración.

⁹⁹ Nas entrevistas, por omissão ou esquecimento, os haitianos evitavam dar detalhes precisos sobre os trajetos. Por isso, como complementação, selecionamos sessenta matérias de sites, veiculadas entre 2016 e 2018, de todos os países que se constituíram como rota, do Brasil aos Estados Unidos.

Figura 18 - Principais rotas dos haitianos do Brasil ao México



Na maioria dos casos, os haitianos dispunham de informações sobre o trajeto, repassadas por familiares ou amigos que haviam migrado antes. Tais informações, transmitidas sobretudo por meio do aplicativo WhatsApp, indicavam que caminhos seguir, em quais cidades parar, a quem buscar ajuda ou contatos de coites em lugares considerados de difícil travessia. Atualmente, os fluxos de informações são cada vez mais comuns em movimentos migratórios e contribuem para diminuir os riscos e os custos do processo.

Ao entrar no Peru, primeiro país depois de deixar o Brasil, os haitianos sabiam do status indocumentado em que se encontravam e tratavam de ser bastante discretos, tentativa pouco possível diante de um fluxo frequente de migrantes. Por esse motivo, encontravam-se em situação de vulnerabilidade, já que os roubos e extorsões são comuns nesses casos.

No Peru, tínhamos muita incerteza por sermos ilegais, viajávamos com muita pressão, já que não era somente cuidar-se da polícia, mas também dos ladrões que tratavam de aproveitar-se de nós para roubar nossos pertences, ainda que usássemos diferentes técnicas para guardar o dinheiro que carregávamos desde o Brasil: alguns utilizaram seus sapatos, outros seus desodorantes, outros os sabões e outros truques pessoais (DUBUISSON, 2018, p. 15) [Tradução nossa]¹⁰⁰.

Nos anos iniciais da grande migração haitiana em direção ao Brasil, Equador e Peru se configuraram como importantes países de entrada e de trânsito, respectivamente, já que não exigiam visto para os migrantes haitianos. Por pressão do governo brasileiro, o Peru passou a exigir esse documento em 2012 e o Equador passou a solicitar um visto de turismo obtido por meio virtual a partir de 15 de agosto de 2015. Essas medidas foram respostas ao trânsito de haitianos por seus territórios e tiveram grandes impactos na mobilidade recente, quando esses migrantes fizeram o caminho inverso saindo do Brasil.

Desprovidos de tais documentos, os haitianos frequentemente acionavam coites para que sua viagem rumo ao Equador fosse possível. Os agenciamentos em torno da migração indocumentada de haitianos pelo Peru foram analisados por Nieto (2014) quando o fluxo em direção ao Brasil ainda era ativo. Mais uma vez essas redes se reativaram oferecendo suporte para que os migrantes cruzassem o país em direção ao Equador, tendo como pontos importantes as cidades de Puerto Maldonado, Lima e Tumbes. “Nessa fronteira começou o tráfico porque

¹⁰⁰ En Perú, estábamos muy inseguros porque éramos ilegales, viajábamos con mucha presión, ya que no era solamente cuidarse de la policía, sino también a los ladrones que intentaron aprovecharse de nosotros para robar nuestras pertenencias, aunque usábamos diferentes técnicas para guardar el dinero que cargábamos desde Brasil: algunos utilizaron sus zapatos, otros sus desodorantes, otros los jabones y otros trucos personales.

não nos permitiam atravessar o Equador sem um visto (...) e começamos a contatar alguns coiotes que podiam nos ajudar”, relata Dubuisson (2018, p. 15) [Tradução nossa]¹⁰¹, em seu livro de memórias sobre o trajeto.

De igual maneira, desde que se passou a exigir vistos, o trânsito pelo Equador é mediado pela atuação dos coiotes, na maioria das vezes. Os relatos da imprensa e dos próprios haitianos indicam que a entrada no país se dava pela cidade de Huaquillas, passando por Quito e saindo por Tulcan, na fronteira com a Colômbia. Transitar de maneira autônoma pode diminuir os custos, mas aumenta os riscos, já que não contam com intermediários capazes de negociar em algumas situações. Assim nos contou Willian, um haitiano de 23 anos, natural de Porto Príncipe.

Uma vez, em Equador, eu queria fazer uma trama, eu não queria pagar e fui em um ônibus como se fosse equatoriano e não se pode. Numa parada, a polícia disse ‘todos os negros que estão aí, desçam’, agarrou sua pistola e me preparei para descer, os outros não queriam, mas tivemos que descer.

Na Colômbia, algumas cidades também são pontos estratégicos para os migrantes em trânsito. Apesar de os haitianos terem um salvo-conduto, isto é, uma autorização legal para cruzar o país em até 30 dias, muitos contratavam os serviços dos coiotes para que a locomoção fosse a mais rápida possível. Por esse motivo, nas cidades de Ipiales, Medellín e Turbo, esses agenciamentos acionavam-se e a concentração de migrantes tornava-se mais visível. Na última cidade, o fluxo da migração haitiana juntava-se ao fluxo da migração cubana, que desde o ano de 2015 intensificou seu trânsito pelo norte da Colômbia em direção ao Panamá.

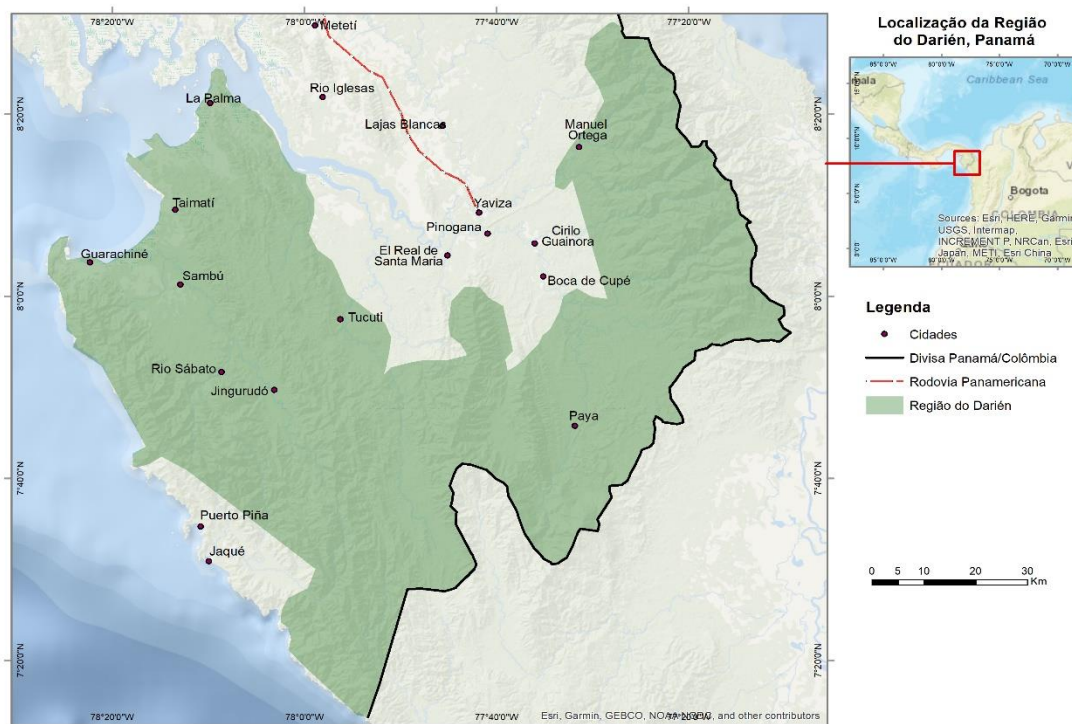
De acordo com Garbey-Burey (2017), uma das estratégias dos haitianos em seu trânsito para os Estados Unidos foi o contato com os cubanos e a utilização das suas redes, já que estes haviam iniciado o atravessamento da fronteira entre Colômbia e Panamá meses antes. Segundo a autora, desde os meses finais de 2015 a presença haitiana passou a ser notada entre os grupos de cubanos. Entretanto, a magnitude do fenômeno ficou conhecida em 2016, quando o número de haitianos superou o de cubanos no país, chegando a quase 4.000 no primeiro trimestre (REVISTA SEMANA, 2016).

Da cidade de Turbo, no norte da Colômbia, haitianos, cubanos e migrantes de outras nacionalidades que iam se incorporando aos grupos em trânsito, partiam de lancha para Capurganá, quase na fronteira com o Panamá, onde iniciariam a parte mais difícil do trajeto,

¹⁰¹ En esta frontera empezó el tráfico porque no nos permitían cruzar Ecuador sin una visa (...) y empezamos a contactar a algunos “coyotes” que pudieron ayudarnos.

segundo a maioria dos relatos, o “*Tapón del Darién*”, a praticamente intransponível floresta que separa a América do Sul da América Central (ver figura 19). De acordo com os próprios migrantes, a estratégia de cruzar pela floresta tinha como objetivo dificultar as detenções e possíveis deportações, mas tratava-se sobretudo do caminho traçado pelos coiotes. Em muitos casos, foram abandonados e tiveram que fazer o desconhecido caminho por conta própria. “Depois de cruzarem a fronteira com o Panamá, eles arriscam suas vidas e caminham por oito dias para atravessar o Darién, uma área de selva na qual eles enfrentam riscos como serem vítimas de grupos criminosos” (EL TIEMPO, 2016) [Tradução nossa].

Figura 19 - Localização da Região do Darién, Panamá



Fonte: Rafael Brugnolli Medeiros, 2019.

A selva do Darién é uma zona de floresta densa com mais de 8.000 Km² entre a Colômbia e Panamá. O único trecho de descontinuidade da estrada Panamericana que liga o Alaska à Argentina. Transitar pela área é arriscar-se diante de animais ferozes, narcotraficantes e rios de difícil travessia. Muitos migrantes já perderam a vida por afogamento ou exaustão física, conforme diversos relatos de sobreviventes.

As informações repassadas por aqueles que conseguiram vencer essa etapa do trajeto foram bastante utilizadas pelos haitianos que seguiam o caminho. O uso do WhatsApp permitiu a circulação de dicas que contribuíram para diminuir os riscos e aumentar as chances de realizar a travessia.

Não ignorávamos as ameaças do lugar. Sabíamos de antemão que, se não o fizéssemos, não sobreviveríamos e, como resultado, não atingiríamos o seguinte destino: o Panamá. Escutamos o conselho de nossos amigos que já haviam feito o trajeto, nos explicaram que tínhamos que ir com paciência, senão, não íamos sair com vida daí devido às múltiplas contingências (DUBUISSON, 2018, p. 31) [Tradução nossa]¹⁰².

Willian, que também atravessou a floresta, relatou,

Caminha-se por cinco dias entre Colômbia e Panamá com um coiote, sem saber para onde estar indo. O que mais me marcou desse trajeto foi encontrar uma mulher com uma criança no rio e, ao cruzar, a criança foi levada pelas águas. Vivemos muito sofrimento. Nesse caminho vi gente morta, eu sabia que isso poderia passar e eu pedi forças e a motivação a Deus para superar essas coisas.

Depois de dias de caminhada pela floresta, a maioria dos migrantes se dirigiam a um precário abrigo administrado pelo governo Panamenho no município de Metetí, ainda na província do Darién. Nesse local eram aplicadas vacinas e alguns cuidados médicos paliativos. De acordo com os relatos, aí permaneciam por vários dias até a administração local os transportarem para a fronteira com Costa Rica, de onde seguiam viagem por conta própria. Os testemunhos dos migrantes afirmam que a permanência no local é obrigatória, a comida é escassa e as condições de higiene bastante precárias. “Estávamos sob o controle militar todos os dias e novamente sem nenhum direito”, afirma Dubuisson (2018, p. 85) [Tradução nossa]¹⁰³.

Os que não contavam com recursos suficientes para seguir viagem permaneciam no país, na capital ou na fronteira norte, à espera de que algum familiar lhe enviasse dinheiro, mas a maioria continuava o percurso. A entrada na Costa Rica ocorria principalmente pela cidade de Paso Canoas, com paradas na capital San José antes de seguir para La Cruz, na fronteira norte, onde o governo instalou um albergue que serviu como principal ponto de apoio dos migrantes em trânsito pelo país em 2016. Até o final daquele ano, cerca de 18.000 haitianos haviam deixado o país em direção à Nicarágua, de acordo com Cambronero (2016), cruzando pela localidade de Peñas Blancas.

¹⁰² No ignoramos las amenazas del lugar. Sabíamos de antemano que, de no hacerlo, no íbamos a sobrevivir y como resultado no llegaríamos al siguiente destino: Panamá. Escuchamos el consejo de nuestros amigos que ya habían hecho el recorrido, nos explicaron que teníamos que irnos con paciencia, si no, no íbamos a salir con vida de ahí debido a las múltiples contingencias.

¹⁰³ Estábamos bajo control militar todos los días y nuevamente sin derecho.

A política de fronteiras abertas da Costa Rica é ressaltada na maioria dos relatos dos migrantes haitianos, situação diferente da que encontraram na Nicarágua, já que, desde novembro de 2015, o país fechou suas fronteiras em resposta à crescente migração cubana. Desde então, os migrantes indocumentados passaram a contar com serviços de coiotes na tentativa de cruzar o país pelo interior ou pela costa. A decisão do governo da Nicarágua, ao invés de diminuir a migração indocumentada, contribuiu para que as redes de tráfico de pessoas intensificassem suas ações, expondo os migrantes à extorsões, roubos e violações diversas.

De acordo com Garbey-Burey (2017), os gastos com coiotes na Nicarágua representavam até um terço do total da viagem. O pagamento de valores que variavam de 500 a 1.300 dólares não significava necessariamente o sucesso da travessia. Em muitos casos, migrantes foram detidos e retornados para a Costa Rica com a perda do dinheiro investido. Além disso, a clandestinidade da situação expunha os migrantes aos mais diversos riscos, inclusive de morte, como aconteceu com um grupo de cinco haitianos e cinco migrantes de outras nacionalidades que morreram afogados no lago Cocibolca em agosto de 2016 (QUINTERO, 2016).

A fronteira entre Costa Rica e Nicarágua se converteu em um ponto de parada obrigatória para os migrantes, devido às restrições impostas pelo governo nicaraguense. Consequentemente, aí se localizam coiotes que viabilizam viagens clandestinas até a fronteira com Honduras.

Os coiotes na floresta tinham mercenários, que se encarregavam de roubar as pessoas e violar as mulheres, levando tudo de valor. Uma das esposas dos malfeitores – que era haitiana, investigava os haitianos para saber quais tinham mais dinheiro e assaltar no caminho, ameaçá-los e roubar seus pertences. Alguns grupos sofriam mais que outros. Muito mais pessoas não chegaram a Honduras e por isso tiveram que regresar à Costa Rica (DUBUISSON, 2018, p. 106) [Tradução nossa]¹⁰⁴.

De acordo com Bessi (2017), na Nicarágua, os migrantes têm sido alvo de extorsões, roubos, sequestros e até mesmo assassinatos, quando não podem pagar os valores que lhes são pedidos. Os que conseguem atravessar a fronteira e seguir seu passo pelo país enfrentam as

¹⁰⁴ Los coyotes en el bosque tenían mercenarios, quienes se encargaban de robar a las personas y violar a las mujeres, llevándose todo lo valioso. Una de las esposas de los malhechores, que era haitiana, estaba investigando a los haitianos para averiguar cuáles tenían más dinero y para robarlos en el camino, amenazarlos y robar sus pertenencias. Algunos grupos sufrieron más que otros. Muchas personas más no llegaron a Honduras, por lo que tuvieron que regresar a Costa Rica.

dificuldades de apoio, já que a ajuda aos migrantes é criminalizada, de acordo com a Lei n. 240/1996 - *ley de control de tráfico de migrantes ilegales*.

Ao entrarem pela fronteira de Guasaule e se dirigir para a cidade de Choluteca, no Sul de Honduras, os migrantes, beneficiados com um visto de trânsito de cinco dias, quase nunca permaneciam no país. Considerando os planos de chegar aos Estados Unidos o mais rápido possível, a permanência em algum ponto do caminho se dava apenas de maneira forçada por detenções, por falta de dinheiro ou por estratégias dos coitotes que organizavam as travessias ilegais. Desse modo, os relatos dos haitianos apontam Honduras como um país de passagem rápida, de um ou dois dias, saindo quase sempre pela fronteira de Águas Calientes.

Na Guatemala, a maioria das entradas de migrantes se dava pelo departamento de Chiquimula, no Sul, onde foram realizadas detenções de haitianos, congolese, senegalese, angolanos e de outras nacionalidades em várias ocasiões. Apesar disso, os relatos afirmam que se não desejam permanecer no país, a travessia se dá de maneira relativamente tranquila por ônibus que lhes levam até a fronteira com o México, no estado de Chiapas. Ao cruzar a fronteira, os haitianos se dirigiam para a cidade de Tapachula para se apresentarem ao *Instituto Nacional de Inmigración* e obter um visto de trânsito de vinte dias.

Com o documento em mãos – que passou a ser concedido inicialmente aos cubanos em 2015 como alternativa mais prática e econômica frente à deportação – os haitianos e migrantes de outras nacionalidades se deslocavam quase sempre de ônibus para a fronteira norte do país, sobretudo para a cidade de Tijuana, onde acreditavam ser mais fácil atravessar para os Estados Unidos, se apresentarem às autoridades migratórias daquele país e pedirem acolhida humanitária. Em viagens que duravam entre três e quatro dias e custavam entre 1.200 e 1.500 pesos mexicanos¹⁰⁵, os haitianos viajavam de maneira autônoma do sul ao norte do México e quase nunca acionavam as redes de apoio no caminho, como abrigos e albergues destinados aos migrantes.

Todavia, a grande quantidade de haitianos em Tijuana a partir de maio de 2016 e, conseqüentemente, a maior espera no atendimento nas oficinas de migração de San Isidro e San Diego, na Califórnia, resultaram na diversificação das rotas para as cidades mexicanas de Mexicali e Nogales, em outubro do mesmo ano (GARBEY-BUREY, 2017). Mais uma vez, os contatos mantidos com migrantes anteriores propiciaram informações válidas nas definições das rotas e na formulação de estratégias migratórias com o objetivo de um atravessamento mais rápido para os Estados Unidos.

¹⁰⁵ Entre 240 e 300 reais, aproximadamente, na cotação de 2018.

Seguindo o caminho aberto pelos cubanos em seus trânsitos pela América Central e México, milhares de haitianos chegaram no estado mexicano da Baja Califórnia a partir de março de 2016, principalmente na cidade de Tijuana, na fronteira com os Estados Unidos. Suas expectativas eram se apresentarem às autoridades migratórias dos Estados Unidos e se beneficiarem da acolhida proporcionada pelo TPS. De fato, até setembro de 2016, cerca de 5.000 haitianos conseguiram entrada no país (GARBEY-BUREY, 2017). Por esse motivo, desejavam chegar à fronteira ainda durante aquele ano, prevendo mudanças na política migratória estadunidense diante da possibilidade de eleição de Donald Trump.

Entretanto, em 22 de setembro de 2016, o governo de Barack Obama anunciou restrições à entrada de haitianos e as deportações passaram a ser mais frequentes. Com a limitação de entradas nos Estados Unidos e a crescente chegada de haitianos, a cidade de Tijuana vivenciou um fluxo desconhecido até então. Apesar de ser uma cidade marcada pelo frequente trânsito de migrantes mexicanos e centro-americanos, a presença dos haitianos por vários meses alterou a rotina dos locais de abrigo temporário e motivou o surgimento de outros.

A chegada massiva de haitianos no estado da Baja Califórnia fomentou uma rede de acolhida como o Comitê Estratégico de Ajuda Humanitária, albergues temporários e abrigos em igrejas. Em meados de 2016 existiam 14 albergues em Tijuana, saltando para 30 em 2017. À medida que as chegadas aumentavam, os tradicionais albergues saturavam sua capacidade de acolhida e muitos que atendiam especificamente a população deportada tiveram que abrir suas portas para o novo fluxo (NAVARRO, 2018).

Inicialmente, aqueles que ainda dispunham de algum recurso buscavam hospedagem em hotéis baratos no centro da cidade. A grande maioria, entretanto, depois de meses de viagem acompanhados de extorsões e roubos, procuravam os albergues mais conhecidos como a “Casa do Migrante” e o “*Desayunador Padre Chava*” que atendiam principalmente migrantes deportados. Com limitada capacidade de atendimento e aumento no número de chegadas, esses espaços foram incapazes de abrigar um fluxo muito grande em meados de 2016 e muitos migrantes passaram noites nas ruas até que novos espaços pudessem acolhê-los, como observado na figura 20.

Figura 20 - Haitianos dormindo na rua em Tijuana



Fonte: Desinformémonos, 2016.

Um dos novos espaços de acolhimento dos haitianos foi o Templo Embaixadores de Jesus, uma igreja evangélica que chegou a atender mais de 7.000 deles durante os anos de 2016 e 2017. Mesmo sem dispor de estrutura de acolhimento, essa igreja tornou-se o ponto central dos recém-chegados e estima-se que pelo menos metade dos haitianos em Tijuana passou alguma noite nele. Por esse motivo, o local passou a ser chamado de “*Little Haiti*”. Aí, por iniciativa da igreja, foram construídas oito casas para famílias haitianas em 2016 e o projeto de ampliação foi interrompido por estar em uma área de risco ambiental.

Com as maiores dificuldades de atravessar para os Estados Unidos, a imaginada estadia temporária passou a ser cada vez mais permanente e a cidade que seria uma sala de espera se converteu em um novo lar. As demandas emergenciais de abrigo e alimentação se transformaram em outras mais articuladas e duradouras, como regularização do status migratório no México, mediação para o mercado de trabalho, ensino de espanhol e preparação para exames universitários.

Como parte da rede de apoio, uma associação civil intitulada *Espacio Migrante*, fundada em 2015, começou a oferecer cursos de informática no *Desayunador Padre Chava* e depois organizou aulas de espanhol em espaço próprio. Com a ajuda de colaboradores, seguiu dando aulas preparatórias para exames universitários. Atualmente essa organização mantém os maiores laços com os haitianos, promovendo eventos culturais e oferecendo assessoria jurídica em alguns casos.

Impedidos de cruzar, grande parte dos haitianos abandonaram, ao menos provisoriamente, o sonho americano e decidiu permanecer no México. Do visto temporário, passaram a obter permanência para trabalho ou visto humanitário e, em alguns casos, visto de

refugiados. Parte está empregada nas maquilas, indústrias estadunidenses que desde meados dos anos 1960 começaram a se instalar no norte do México. Há também muitos vendedores ambulantes e comércios particulares, como os tradicionais restaurantes haitianos (figura 21) e salões de beleza, visíveis nas ruas do centro da cidade e que se converteram nos novos pontos de encontro dessa nascente comunidade.

Figura 21 – Restaurante haitiano em Tijuana, México



Fonte: Próprio autor, 2018.

De acordo com dados do El Colef (2018), quase 20 mil haitianos entraram no México entre os anos de 2016 e 2017. Apenas em 2016, ano de maior afluxo, foram 17.078, o que comprova que a migração de haitianos em direção a esse país diminuiu nos anos seguintes, em parte como consequência das restrições de ingresso nos Estados Unidos. Em pesquisa realizada nos albergues de Tijuana durante o ano de 2017, a mesma instituição observou que nove de cada dez haitianos era procedente do Brasil e em menor medida do Chile, Venezuela e Equador. Cerca de 50% deles viveram de 1 a 3 anos no Brasil e 13% menos de um ano, o que pode indicar a baixa capacidade de economizar e a maior necessidade de ajuda familiar, o que de fato foi relatado nas entrevistas.

Do total de haitianos que entraram no México, parte conseguiu ingressar legalmente nos Estados Unidos, principalmente mulheres e crianças, outra foi deportada para o Haiti depois de tentativas de entrada indocumentada e outros permaneceram no México. As associações locais de haitianos estimam que cerca de 4 mil deles residam atualmente no estado da Baja Califórnia, 75% em Tijuana e 25% em Mexicali. Observa-se nessas cidades, um relativo grau de integração

com os mexicanos, inclusive com a existência de casamentos mistos e o nascimento de crianças provenientes dessas uniões.

Robert, 32 anos, natural de Gonaïves, comentou que se sente mais integrado no México do que no Brasil, onde o racismo marcava uma diferença entre brasileiros e haitianos.

Éramos vistos como estranhos, nenhum sinal de igualdade. Em Pato Branco, [cidade brasileira no estado do Paraná] cruzavam a rua para não nos encontrar. Muitas vezes, quando as mulheres nos percebiam na mesma calçada, atravessavam para o outro lado para não nos olhar de frente. Nos ônibus, não sentavam ao nosso lado, todo haitiano sabia disso (...). Eu amo o Brasil, mas tenho que te falar que o racismo é muito grande. Me sinto mais integrado aqui. Brasil não nos vê como seres humanos de verdade. Como alguém que tem planos, metas, não há igualdade.

Nos anos de 2017 e 2018, embora em pequena quantidade, começaram a chegar haitianos diretamente do Haiti, beneficiados pelas redes familiares que se estabeleceram no México. Como consequência, aumentou o número de jovens, mulheres e crianças que se deslocaram para encontrar familiares em Tijuana. Alguns buscam meios de iniciar ou continuar seus estudos, demonstrando que essa migração não é unicamente laboral. De acordo com as entrevistas realizadas e com as informações de Garbey-Burey (2017), Acosta e Esquivel (2017) e El Colef (2018), embora um número significativo de haitianos tenha mudado seus planos e desejem permanecer no México, há ainda aqueles que contam com uma improvável mudança na política migratória estadunidense, como é o caso de Kenedy, 30 anos, natural de Cabo Haitiano, que afirmou “*só estou aqui para cruzar um dia. Vou esperar minha família para isso*”.

5 REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL

“Eu vim só para conviver”
(De um haitiano em Dourados)

Apesar do Mato Grosso do Sul ter sido utilizado como espaço de trânsito de pequenos grupos de haitianos nos meses iniciais de 2010, apenas em 2012 o estado passa a ser incorporado nos destinos daqueles que se deslocaram do Acre, recrutados por indústrias do município de Três Lagoas. Assim se inicia a migração haitiana no Mato Grosso do Sul, vinculada à mobilidade da força de trabalho. Nos anos seguintes, empresas dos municípios de Campo Grande e Itaquiraí utilizaram a mesma estratégia para suprir postos de trabalho então disponíveis.

Esses recrutamentos iniciais formaram as bases para a intensificação e diversificação das formas de mobilidade subsequentes. Nos anos seguintes, as redes sociais entre os migrantes possibilitaram a ampliação da presença haitiana e outros municípios como Dourados, Nova Andradina e Naviraí passaram a recebê-los em uma dinâmica de mobilidade interna desses migrantes internacionais. Também foi intensa a chegada de pessoas que se deslocaram diretamente do Haiti para cidades sul-mato-grossenses e mais recentemente, novos haitianos passaram a residir no Mato Grosso do Sul depois de abandonarem o Chile.

Acompanhando esses processos de entrada, os padrões da migração haitiana no estado também mudaram ao longo desses anos, seguindo a tendência do restante do país. A diversificação dos lugares de origem no Haiti, a feminização, os casamentos no interior desses grupos e o nascimento de crianças brasileiras filhas de pais haitianos são mudanças muito recentes dessa intensa mobilidade humana.

Neste capítulo, analisaremos os processos de entrada, a distribuição espacial pelo estado do Mato Grosso do Sul, a mudança nos padrões migratórios, a redefinição dos papéis no interior das famílias em contextos de migração, o papel das redes de apoio que auxiliam no acolhimento e as vulnerabilidades a que estão expostos no desempenho das atividades laborais. Tentaremos demonstrar que as redes sociais entre os migrantes haitianos estão ativas, se reconstroem e se redefinem conforme as circunstâncias.

5.1 PROCESSOS DE ENTRADA, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL E PADRÕES MIGRATÓRIOS

Em março de 2010, veículos da imprensa local e nacional passaram a noticiar a entrada de haitianos no estado do Mato Grosso do Sul, através do município de Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Pouco tempo depois o assunto foi esquecido e a atenção foi voltada para as fronteiras internacionais dos estados do Amazonas e do Acre que recebiam cada vez mais migrantes. A maior articulação dos agenciadores entre outros países andinos como Equador e Peru, a conexão rodoviária entre Peru e Brasil e as dificuldades legais de cruzar a Bolívia fizeram com que essa rota foi desativada em pouco tempo.

Nos anos seguintes, como abordamos no capítulo anterior, o estado do Acre passou a ser a principal porta de entrada dos haitianos no Brasil e a permanência deles nos abrigos públicos de Brasília e Rio Branco levou à emergência humanitária. A saída do Acre e o deslocamento para outros estados brasileiros esteve vinculada à regularização documental e à aquisição de um emprego. A ida de empresários de várias partes do Brasil ao Acre e ao Amazonas, empregadores de diversas atividades produtivas, sinalizou o encontro do capital com a força de trabalho. Trabalhadores disponíveis para vagas abertas nos canteiros de obras, nas indústrias pesadas, nos serviços diversos.

Dessa maneira se iniciou a residência dos haitianos no estado do Mato Grosso do Sul, quando empresários enviaram funcionários com cargos de gerência para selecionar e organizar as viagens, geralmente feitas em ônibus fretados. As primeiras contratações ocorreram em 2012, no município de Três Lagoas, quando a FATEX, uma empresa têxtil, recrutou um primeiro grupo de 30 haitianos no abrigo de Brasília. No final daquele ano já eram 75 trabalhando no local (SILVA, 2018).

Seguindo o exemplo, metalúrgicas do município também buscaram nos trabalhadores haitianos a forma de suprir a carência de mão de obra daquele momento. Assim, durante o ano de 2013, a empresa Feral (figura 22) contratou 50 haitianos e a empresa Metalfrio, 51, todos homens. Na maioria dos casos ficavam alojados em abrigos das empresas por um período de adaptação até alugarem casas particulares. Nem todos permaneceram nos postos de trabalho, ocorrendo tanto mudanças de emprego quanto mudanças de município.

Figura 22 - Metalúrgica Feral em Três Lagoas - MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Nos anos seguintes, ocorreu uma maior diversificação das contratações, como a empresa Aguirre, responsável pela limpeza urbana da cidade, que empregou 30 haitianos entre os anos 2014 e 2015. Porém, os empresários não precisavam mais se deslocar em busca dos trabalhadores, tendo em vista que as redes familiares e de conhecidos se encarregavam de divulgar as oportunidades de trabalho e oferecer suporte mínimo no acolhimento dos que chegavam. Assim, as mulheres passaram a chegar em meados de 2014, naquele contexto em processos de reunião familiar.

Essas empresas se instalaram em Três Lagoas durante os anos 2000, favorecendo-se da política de incentivos fiscais implementada pelos governos municipal e estadual. Livres de vários impostos e ainda instaladas em uma localização privilegiada entre os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, às margens do Rio Paraná, elas foram responsáveis pela ampliação da oferta de emprego e provocaram o crescimento urbano acelerado entre os anos 2000 e 2010, fruto da migração interna e mais recentemente da migração internacional.

A trajetória de Fanel e sua família revela a dinâmica dos processos iniciais da mobilidade haitiana em Três Lagoas e das mudanças posteriores. O recrutamento do trabalhador, a reunificação familiar e o surgimento da segunda geração migrante vistos em um núcleo familiar.

De músico a soldador

Nosso encontro com Fanel se deu a partir do desencontro com a sua esposa, Marlie. Conhecemos Marlie em uma de nossas pesquisas de campo na cidade de Três Lagoas, um ano antes, em 2018. Onze meses depois nos reencontramos e combinamos o horário e o local da entrevista. Ao chegar à sua casa na hora marcada ela não estava e quem nos recebeu foi Fanel. Esse desencontro provocou um encontro que nos trouxe detalhes dos meses iniciais da presença haitiana em Três lagoas.

Fanel, haitiano de 35 anos, é natural de Gonaives, quarta maior cidade do Haiti e local onde foi declarada a independência, em 1 de janeiro de 1804. Lá vive sua mãe, uma irmã e um filho de 16 anos, fruto do primeiro casamento. Sempre viveu lá e quando terminou o ensino médio, em 2006, passou a tocar em um grupo musical, principalmente nos cortejos fúnebres.

Quando terminei meus estudos, comecei a trabalhar como músico. Essa profissão é bem remunerada em Gonaives e dá pra viver com ela. Quando uma pessoa falece, um grupo de músicos toca no trajeto de casa até o cemitério e a família paga por isso. Cantamos em qualquer lugar, mas o que rende mais dinheiro são os cortejos fúnebres. Às vezes não tínhamos tempo de voltar pra nossas casas, saíamos 7 horas da manhã e voltávamos depois das 20h se tivesse mais de um enterro no mesmo dia.

Sempre tem músicas... aliás, depende do grupo e das condições financeiras. São músicas evangélicas, tristes e não para dançar, mas têm cidades que as músicas são alegres e as pessoas dançam. Em Gonaives não é assim. São músicas bem tristes até chegar ao cemitério. Então trabalhei com isso de 2006 até 2013, quando decidi vir para o Brasil.

Eu decidi vir para o Brasil sozinho depois de ter ouvido falar que outros haitianos estavam vindo. Não conhecia ninguém, mas não tive medo. Quando cheguei no aeroporto encontrei outros haitianos que estavam vindo também. A verdade é que eu queria mudar a minha vida e da minha família. Aqui, se tenho profissão ou não, eu ganho mais, minha família pode viver melhor. Por isso saí de Gonaives em outubro de 2013 e uns seis dias depois eu cheguei ao Acre.

Fanel saiu de ônibus de Gonaives para Santo Domingo, na República Dominicana e de lá pegou avião para o Equador, com escala na Colômbia. Do Equador, assim como muitos outros haitianos, seguiu de ônibus pelo Peru até chegar à cidade brasileira de Assis Brasil, no Acre e se dirigiu para o abrigo de Brasília.

Muita gente perdeu dinheiro no Peru, mas eu não. Cheguei no Acre no dia 27 de outubro de 2013 e fiquei três dias no refúgio. Aí a Metalfrio foi lá nos buscar. Viemos para Três Lagoas de ônibus, quatro dias na estrada. Era um grupo de 51 haitianos. Só que hoje não tem nem 10 que trabalham lá. Eu sou um dos poucos que permaneci desde o início. Trabalho como soldador.

Quando chegamos, moramos em um alojamento da empresa, no bairro atrás do Cristo. Ficamos lá por uns oito ou nove meses aí a empresa pediu a casa. Era como um contrato e quando terminou a gente teve que procurar lugar para morar. Foi aí que aluguei uma casa com outros três haitianos, em 2014, por pouco tempo, porque logo Marlie veio com a nossa filha, uns 10 meses depois de mim.

Elas já vieram com o visto. Tive que pagar caro pra mandar buscar. Nós, que não temos nada, precisamos trabalhar pra juntar dinheiro pra trazer, então tive que gastar. Na época minha filha tinha uns 4 anos. Ela não lembra de nada do Haiti, só fala português. Quando eu falo uma palavra pra ela em creóle preciso explicar o que significa. Agora ela já está com 10 anos e tivemos outro filho aqui que tem 1 ano e meio.

Depois de uns 15 dias que Marlie chegou, começou a trabalhar em um restaurante que logo fechou, aí ela foi trabalhar de camareira no hotel e não saiu mais. Depois chegou meu irmão mais novo, que também mora aqui nesta casa com a gente.

Estou satisfeito com o meu trabalho. Eu gosto de Três Lagoas, é uma cidade tranquila, mas na verdade não tenho muitos amigos, nem brasileiros nem haitianos, só os do trabalho. Entro no serviço e saio no outro dia. Não sou muito de sair. Nunca fui em uma festa. Antes eu frequentava uma igreja, agora não. Tenho planos de ficar no Brasil, especialmente Três Lagoas, fazer cursos até mudar a minha vida.

Antes eu não queria sair do Haiti, mas agora só se for pra passear. O governo só quer roubar, não faz nada. É um país bom pra se viver, antigamente era tranquilo, ninguém queria viajar, mas depois da crise e da política eu quis cair fora... Muitos haitianos estão fora. ...Eu só tenho um tio nos Estados Unidos, mas a família da minha esposa está toda na França.

Três Lagoas, 16 de julho de 2019.

Em Campo Grande, capital do estado, processos semelhantes ocorreram durante o ano de 2013, quando as primeiras chegadas foram registradas, via recrutamento em Brasília, por empresas de construção civil. Obras conhecidas da cidade como a Universidade Estadual de

Mato Grosso do Sul (UEMS) e o Aquário Pantanal, contaram com a mão de obra de trabalhadores haitianos. Entre nossos interlocutores, estava Edward, um dos cinco pedreiros que foram contratados por uma empreiteira em abril daquele ano.

Depois de vinte e cinco anos na República Dominicana, ouvi dizer das oportunidades do Brasil e decidi arriscar. Comprei passagem para o Equador em outubro de 2012, fiz uns bicos por lá, em Quito, viajei por uns vinte dias pelo Peru e cheguei no Acre dia 1 de fevereiro de 2013. Passei dois meses no abrigo até que vim pra Campo Grande. Quando eu cheguei aqui, não conhecia haitianos na cidade, só esse grupo que veio comigo.

O relato de Edward, inserido no contexto de outras mobilidades que ocorriam naquele ano no Mato Grosso do Sul e no Brasil, demonstra, mais uma vez, que a dispersão inicial dos haitianos no interior do país vinculou-se à mobilidade da força de trabalho para setores em expansão no momento. Em Campo Grande, por exemplo, a construção civil registrou um aumento de 18% dos vínculos empregatícios entre 2010 e 2013, passando de 18.900 para 23.083, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Se os processos de entrada foram semelhantes aos de Três Lagoas, a organização e articulação do grupo em Campo Grande foi bastante diferente. Em 2013, inesperadamente, um médico haitiano, formado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) há mais de uma década, e residente na cidade, soube que vários compatriotas seus chegavam em número crescente. Com a ajuda da esposa, brasileira, passou a organizar os haitianos oferecendo aulas de português, palestras sobre direitos trabalhistas, elaboração de currículos e as mais variadas orientações.

Os encontros iniciais ocorriam na Igreja Santíssima Trindade, no bairro Vila Progresso, e depois passaram para o salão da Igreja do Divino Espírito Santo (figura 23), no bairro Rita Vieira, quando descobriram que a maioria dos haitianos residiam nas imediações. Aos poucos, os encontros realizados nas tardes de sábado congregaram cada vez mais pessoas e serviram de base para a nascente e crescente comunidade.

Figura 23 - Igreja do Divino Espírito Santo, Campo Grande - MS



Fonte: próprio autor, 2017.

Nos anos seguintes, as chegadas de haitianos para residir em Campo Grande foram crescentes, seja através de viagens diretamente do Haiti ou da República Dominicana ou da migração interna daqueles que tiveram experiências em outros municípios brasileiros. Também foram intensos os processos de reunificação familiar, o que contribuiu para a diversificação do grupo, com maior presença de mulheres e de crianças. De acordo com os dados do SINCRE, entre 2013 e 2017, 138 haitianos passaram a residir na cidade, mas as chegadas dos últimos dois anos, ainda não atualizadas pela Polícia Federal, fez o número superar os 500, de acordo com a Associação dos Haitianos de Campo Grande.

Concentrados majoritariamente nos bairros Rita Vieira e Vila Progresso, mas espalhados em diversas ocupações laborais, os haitianos marcaram a cena atual das migrações em Campo Grande. De sujeitos deslocados de diversas partes do Haiti, de classes sociais e níveis educacionais variados, com ou sem experiência migratória anterior, passaram a conviver coletivamente, conectando projetos individuais e familiares em uma espécie de comunidade haitiana recriada no Brasil. São os sentidos da diáspora argumentados de maneira diferente por Glick-Schiller (2011) e Joseph (2015).

Além disso, os contatos e a posterior organização dos haitianos em Campo Grande foram fundamentais para que o debate sobre a migração e as políticas públicas voltadas para migrantes entrassem na agenda governamental. Assim, ainda em 2013, uma escola municipal passou a oferecer aulas de português exclusiva para esse público e em 2016 uma turma foi aberta no Centro Estadual de Línguas, mantido pela Secretaria de Educação do Estado.

Fora do âmbito das instituições públicas, os haitianos passaram a ser visíveis nos canteiros de obras da cidade, nos serviços de hotéis, nos supermercados e principalmente se deslocando entre casa e trabalho utilizando bicicletas. Mesmo com os baixos salários e gastos maiores do que os previstos, a maioria envia remessas com certa regularidade para as famílias no Haiti. Ao notar essa movimentação, as casas de câmbio apostaram na propaganda específica para esse público e não é difícil encontrar cartazes e panfletos em francês e creóle nesses estabelecimentos, como observamos na figura 24.

Figura 24 - Panfleto de casa de câmbio de Campo Grande – MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Em Itaquiraí, no sul do estado, a presença haitiana sempre esteve vinculada, de maneira quase exclusiva, ao trabalho no abate e corte de aves em um frigorífico da cidade, a Bello Alimentos. Fundada em 2006, a empresa foi a responsável pelas chegadas dos primeiros haitianos em junho de 2013, quando realizou recrutamentos em Manaus. Em 2014, novos recrutamentos foram feitos em São Paulo, mediados pela Missão Paz. A relação da empresa com a permanência dos haitianos no município é tão grande que, entre os anos de 2013 e 2018, foi registrado apenas um vínculo empregatício formal fora dela.

Essa dinâmica de mobilidade da força de trabalho haitiana exclusiva para uma empresa foi inédita no estado e teve consequências na redefinição das redes desses migrantes. O cruzamento dos registros do SINCRE e da RAIS com as informações coletadas em pesquisa de campo durante o ano de 2017 na própria empresa revelaram que, nos dois primeiros anos, os números dos haitianos residentes em Itaquiraí estavam bem próximos dos números dos vínculos

empregatícios. Posteriormente, as dinâmicas familiares e de amizade fizeram com que as novas chegadas dos haitianos não se dessem na mesma proporção das contratações.

A partir de 2016, mudanças na administração da empresa provocaram mais demissões do que admissões dos haitianos. Por ser um município pequeno, com escassas opções de trabalho, eles se viram sem possibilidades de permanência e acionaram suas redes de contatos em outros municípios dentro e fora do estado. Passou-se a notar uma mobilidade de Itaquiraí para Dourados nos anos de 2016 e 2017. Inclusive, identificamos famílias separadas com esposos trabalhando e residindo em um local e esposas em outro.

Atualmente, várias famílias se encontram nessa situação e o número de haitianos em Itaquiraí passou de quase 300 em 2015 para cerca de 50 em 2019. Enfrentam uma situação que não esperavam: a separação familiar entre municípios do estado depois da tão sonhada reunificação dos seus membros entre Haiti e Brasil. Os laços, porém, se mantêm ativos, inclusive fora do âmbito familiar. Por exemplo, em um dos casamentos que participamos entre haitianos na cidade de Dourados, um dos pastores, também haitiano, residia em Itaquiraí e se deslocou especialmente para a celebração. Também não é raro encontrar deslocamentos durante os fins de semana para visitar familiares ou amigos.

Em Dourados, segundo maior município do estado, a dinâmica foi diferente. Não identificamos os processos de recrutamento como ocorreu nos municípios abordados acima. Embora os dados do SINCRE apontem que um haitiano registrou residência em 2012, nossa pesquisa de campo identificou o ano de 2013 como o início das chegadas, quando seis haitianos passaram a residir na cidade. Entre os anos de 2014 e 2015, enquanto as novas chegadas eram bastante visíveis em outros municípios, menos de 50 haitianos residiam em Dourados. Daqueles que chegaram antes de 2015, dois deles foram entrevistados nesta pesquisa. É importante ressaltar que nossos interlocutores não se conheciam e não conheciam outros haitianos no momento das suas chegadas, o que indica processos de mobilidade distintos daqueles observados anteriormente.

Michel foi um desses casos. Sua trajetória de migração até o Brasil foi diferente da grande maioria que entrevistamos. Viajou em contato com um brasileiro, documentos em mãos, algumas poucas economias, por via área e com destino identificado: Dourados. Todo o planejamento, porém, mudou com os imprevistos.

Salvo pelo Manchester

Michel, 24 anos, natural de Porto Príncipe, à época da entrevista era estudante do ensino médio noturno em uma escola de jovens e adultos da cidade de Dourados. Atualmente cursa Direito em uma faculdade privada do local. Deixou o Haiti em abril de 2014 com o destino definido: Dourados. Apesar da definição, não tinha nenhuma noção da localização dessa cidade no Brasil. Seu interesse no estudo de línguas foi o fator de aproximação com o Brasil.

Os soldados brasileiros da MINUSTAH mantinham uma base nas proximidades da casa de Michel na capital haitiana. Passou a observar os soldados e depois a conversar com eles na tentativa de aprender o português. Na ocasião do terremoto, em 2010, já iniciado na língua, Michel e outros jovens passaram a trabalhar como intérpretes dos brasileiros. Três anos depois, a título de recompensa, ganhou um visto. Diferente de muitos haitianos, ele não alimentava o desejo de migrar para o Brasil e só um ano depois resolveu viajar.

Segundo Michel, seu bairro não foi muito afetado pelo terremoto, mas o da sua escola foi. Parte dos seus professores e colegas morreu na catástrofe e ele, que havia faltado aula para assistir a um jogo de futebol, se salvou. *“O meu bairro não foi tão afetado, mas o da minha escola foi. A escola era de andar, ficou toda destruída. Professores meus e colegas morreram. Mas no dia eu não fui pra escola. Lembro perfeitamente... estava em casa de manhã e vi na TV que à tarde ia ter jogo do Manchester, aí eu resolvi matar aula pra assistir. O terremoto foi no final da tarde, bem na hora que estava passando o jogo. Foi por isso que sobrevivi.”*

Quando decidiu partir, recebeu convite de um soldado natural de Naviraí-MS, com residência em Dourados. Esse contato viabilizou a vinda e a acolhida de Michel nos primeiros três meses.

Munido de visto e pouco dinheiro, deixou mãe e uma irmã, seguiu de ônibus para a República Dominicana com o objetivo de chegar a Campo Grande, MS. Perdeu o voo e gastou quase todo o dinheiro que havia economizado comprando outra passagem para São Paulo no dia seguinte. Ao chegar em São Paulo, esqueceu a bíblia no banheiro do aeroporto. Dentro dela estava o pouco dinheiro que sobrou e os documentos. Com a ajuda da polícia, fez o Boletim de Ocorrência e conseguiu ligar para o amigo brasileiro.

O que Michel não sabia era que São Paulo e Dourados estavam distantes. *“...eu não sabia onde era Dourados, pra mim era tudo perto. Aí o próximo voo que tinha era para São Paulo e eu fui parar lá. Quando cheguei lá, liguei pra esse meu amigo ‘Oi, cheguei!’*

Vem me buscar'. Aí ele perguntou onde eu estava e eu disse que era em São Paulo. Ele ficou doido... 'Mas rapaz, como assim? O que você tá fazendo aí?' Aí eu expliquei pra ele. Só que eu não tinha mais dinheiro, aí ele comprou uma passagem de São Paulo para Dourados''.

Depois de três meses começou a trabalhar em uma lanchonete e atualmente trabalha durante o dia em uma loja de produtos eletrônicos e estuda à noite. Na época da entrevista conhecia apenas outro haitiano que estudava na mesma escola. Frequentava uma Igreja Batista, economizava para comprar uma moto, estudava para o ENEM e reclamava do frio.

Dourados, 20 de maio de 2016.

Diferente das várias histórias dos haitianos que entrevistamos, marcadas pela longa e incerta viagem no período de maior indocumentação, Michel tinha tudo para fazer uma chegada tranquila ao destino se não fossem os imprevistos. A narrativa dele, embora se configure uma exceção, lança luz em alguns pontos que julgamos marcantes na migração haitiana para o Brasil.

O primeiro deles é a aproximação do Brasil com o Haiti através da MINUSTAH, como abordamos no segundo capítulo. Durante os primeiros anos, a população recebeu muito bem as tropas brasileiras, mas a oposição, antes restrita a alguns políticos e acadêmicos, foi ampliando com a longa permanência e pouca eficácia da Missão. Para executar o trabalho, principalmente no contexto pós terremoto, os soldados contaram com os serviços de intérprete dos haitianos, como foi o caso de Michel.

O segundo são as vantagens da migração documentada e guiada por informações confiáveis. Acessar os “papeis” apropriados faz muita diferença, já que garante a segurança de entrada, de circulação e saída nos postos de controle migratório. Além disso, pode significar grande economia de recursos, tendo em vista que os migrantes não estarão sujeitos às viagens clandestinas e, em tese, às extorsões.

O terceiro é a importância das redes sociais entre os migrantes. O caso de Michel, assim como de muitas outras pessoas ao redor do mundo, revela que as redes sociais conectam os vários polos da migração através de fluxos de informações e recursos. Quanto mais densos são os laços entre migrantes e não migrantes, maior é a probabilidade de circulação desses elementos. As redes são importantes nas etapas de planejamento e organização da viagem, no trajeto e na adaptação após a chegada. Neste caso estamos tratando de redes de relações sociais tecidas na migração e não necessariamente de redes migratórias.

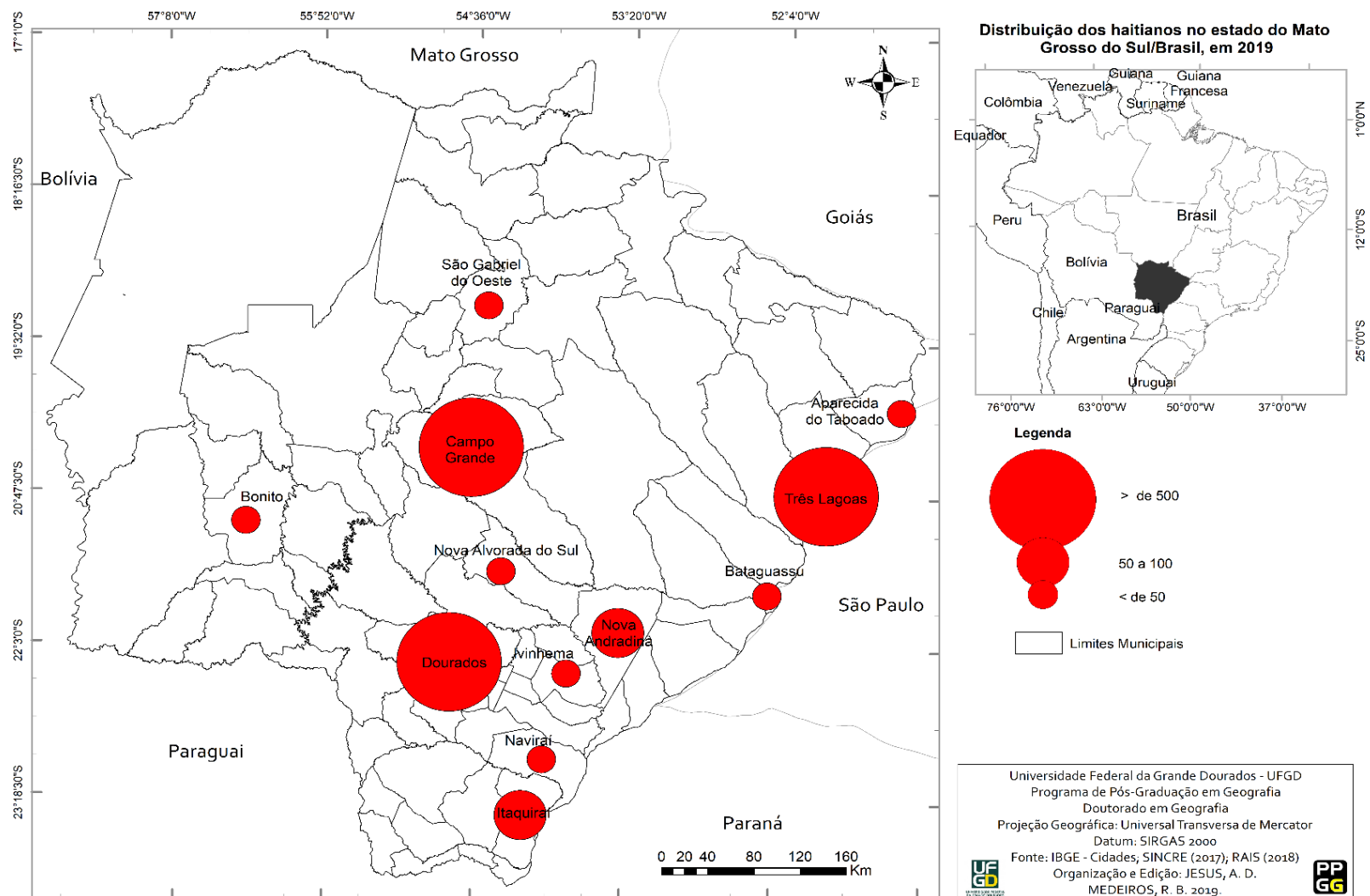
Por fim, destacamos o papel da educação para ascensão social. Michel nos contou que começou a estudar inglês e português em casa, sabendo das oportunidades que esse conhecimento poderia lhe proporcionar. No Haiti, aprender uma terceira língua, além do creóle e do francês, é sinal de prestígio, já que pode facilitar a adaptação caso venha a migrar. Ainda, a continuidade e conclusão dos estudos no ensino regular brasileiro é uma grande vantagem que pode oportunizar o acesso à educação superior e o ingresso no mercado de trabalho diferenciado dos demais migrantes. De fato, pouco tempo depois do nosso encontro Michel ingressou no ensino superior em uma instituição privada da cidade.

Também nos municípios de Naviraí, Nova Andradina, Ivinhema, Nova Alvorada do Sul, Aparecida do Taboado, São Gabriel do Oeste, Bonito e mais recentemente, Bataguassu, pequenos grupos de haitianos passaram a residir nos últimos anos. Em geral, foram movidos por contratações de trabalho em diversas atividades e deslocados de outros municípios do Mato Grosso do Sul. Com exceção do caso de Nova Andradina, não chegam a formar uma comunidade ou grupo organizado com levantamento de demandas e ações coletivas. Em parte, por serem grupos muito pequenos, mas também por apresentarem grande mobilidade espacial em detrimento do mercado de trabalho e das funções que ocupam.

Após os processos de recrutamento por empresas sul-mato-grossenses, paralelamente às novas chegadas, passou a ocorrer uma mobilidade entre os municípios brasileiros. Juntamente com a dinâmica do mercado de trabalho, as redes sociais entre os migrantes, ainda em estágio de desenvolvimento, influenciaram na migração interna dos haitianos. Desse modo, em municípios como Três Lagoas e Itaquiraí, a quantidade de haitianos diminuiu nos últimos dois anos ao passo que em Campo Grande e Dourados aumentou.

Além desses movimentos, a chegada de haitianos vindos do Chile e os processos de reunificação familiar, que trouxeram outros diretamente do Haiti, contribuíram para a dinamicidade do fluxo. A continuidade das chegadas e das saídas indicam a intensidade e a complexidade da mobilidade haitiana. Entre aqueles que permaneceram, pelo menos até o momento, foi possível identificar a distribuição espacial nos municípios do Mato Grosso do Sul, como pode ser visto na figura 25. Para isso, utilizamos o cruzamento de informações do SINCRE (2010-2017), da RAIS (2018) e das observações em pesquisas de campo (2016-2019).

Figura 25 – Mapa de distribuição dos haitianos no estado do Mato Grosso do Sul - 2019



Fonte: próprio autor, 2019

Essas diferentes fases da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, já apontadas por nós em outros momentos (JESUS, 2016, 2018), guardam relação com os padrões migratórios inseridos em determinados processos. “O padrão migratório faz referência às características ou modalidades que definem e distinguem os diferentes processos” (DURAND, 2010, p. 36) [Tradução nossa]¹⁰⁶. Assim, um determinado processo, ou fluxo, pode ser marcado por um padrão documentado e outro por um padrão indocumentado; por um marcadamente masculinizado ou feminizado, por exemplo. Esses padrões geralmente variam ao longo do tempo, inclusive podem ocorrer simultaneamente em um mesmo processo.

No caso da migração haitiana, vários processos ocorreram ao longo do tempo, marcados por diferentes padrões. No período da migração haitiana para Cuba e República Dominicana, nas primeiras décadas do século XX, o padrão era sazonal, documentado, estritamente laboral e pouco escolarizado. Durante os anos iniciais da ditadura de François Duvalier, o padrão migratório era de classe média, escolarizado e documentado. No contexto do golpe de Estado de 1991, o padrão passou a ser indocumentado e mais pauperizado. No início da migração haitiana para o Brasil, entre os anos de 2010 e 2012, o padrão era indocumentado, masculinizado e igualmente precarizado.

Atualmente, novos padrões se desenvolvem simultaneamente marcando outras fases do processo migratório haitiano no Brasil. Há um crescimento da feminização, o que altera o padrão masculinizado dos anos iniciais. Há uma migração documentada, principalmente de familiares que se beneficiam dos processos de reunião familiar. Paralelamente, ocorre o retorno da migração indocumentada daqueles que se deslocam do Chile para o Brasil sem possibilidades de adquirir o visto humanitário. Ou seja, nesse processo ainda em curso, há variados padrões se desenhando.

As alterações nas políticas migratórias, o estabelecimento de famílias nos lugares de destino, o fortalecimento de redes entre migrantes, as transformações no mercado de trabalho e outros fatores contribuíram para que mudanças significativas ocorressem na composição do conjunto dessa população migrante no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

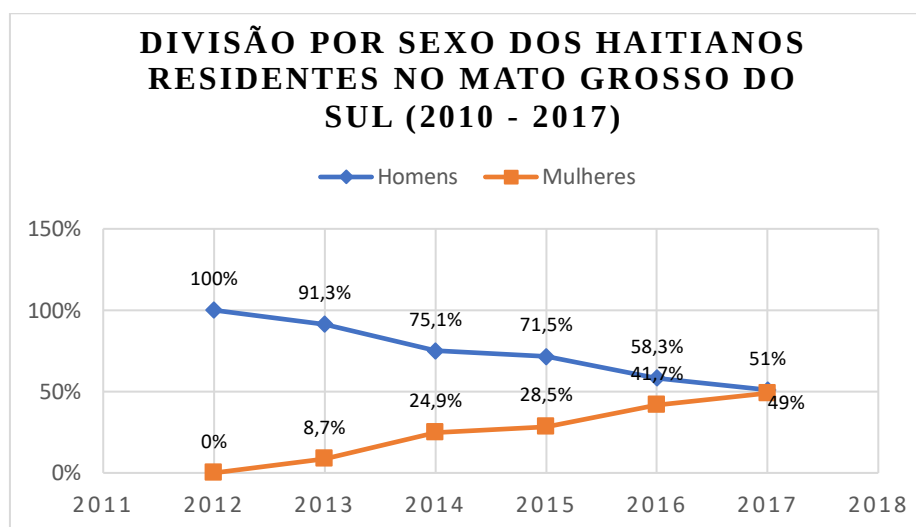
Assim como identificamos no conjunto da população haitiana no Brasil, no Mato Grosso do Sul, um crescente processo de feminização vem ocorrendo e não está estritamente vinculado à reunificação familiar. Há sim, muitas mulheres que vieram ao encontro dos seus esposos, mas

¹⁰⁶ El patrón migratorio hace referencia a las características o modalidades que definen y distinguen a los diferentes procesos.

há, ainda mais, mulheres solteiras que migram de maneira independente em busca de realização pessoal.

Os dados do gráfico 2 demonstram que a exclusividade da presença masculina em 2012 gradualmente deu lugar ao crescimento da presença feminina nos anos posteriores. Além disso, os dados do SINCRE revelam que, entre 2013 e 2017, 63,7% das mulheres haitianas que passaram a residir no Mato Grosso do Sul se declararam solteiras no momento da chegada contra 28% que se declararam casadas. Essas informações, aliadas às observações das pesquisas de campo, comprovam que a migração de muitas mulheres haitianas não ocorreu derivada da migração masculina.

Gráfico 2 - Divisão por sexo dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul



Fonte: elaboração própria, 2019.

Ainda assim, a estratégia de reunião familiar, embora não facilmente alcançada, tem sido utilizada por muitas famílias. São cada vez mais frequentes as chegadas de filhos de casais já estabelecidos em municípios do estado. Acompanhadas de familiares, amigos ou mesmo de terceiros pagos, em um agenciamento que envolve pessoas em vários pontos do Caribe e América do Sul, muitas crianças têm reencontrado seus pais no Brasil¹⁰⁷.

Outros dois processos têm provocado alterações na composição desses grupos: os casamentos, como mostra a figura 26, quase sempre entre os próprios haitianos, e o nascimento de crianças brasileiras de ascendência haitiana. Neste caso, apesar de recente, trata-se do

¹⁰⁷ Em outubro de 2019, uma família residente em Dourados nos relatou que pagou 30 mil reais à uma agência para trazer os três filhos juntos. Um agente acompanhou as crianças da cidade de Aquin, no sul do Haiti, até Manaus e outro de Manaus até Dourados.

surgimento de uma segunda geração dessa migração. Na maioria dos casos de casamento observados, os casais se conheceram no Brasil.

Figura 26 - Noiva haitiana em Dourados – MS



Fonte: próprio autor, 2018.

Essas transformações no interior dos grupos de haitianos trouxeram junto uma série de demandas novas para o Estado, até então pouco visíveis nos municípios de destino desses migrantes. As Unidades Básicas de Saúde, os hospitais, os Centros de Referência de Assistência Social, as escolas e creches passaram a receber um público bastante diferente do que estava acostumado. Trata-se de grupos majoritariamente pobres que precisam acessar esses serviços e que veem suas dificuldades ampliadas quando não dominam o idioma local. Assim, por exemplo, a eficácia das consultas médicas e das aulas regulares nas escolas municipais e estaduais se vê comprometida frente ao desconhecimento da língua portuguesa e da ausência de intérpretes.

A chegada de crianças haitianas se refletiu nas matrículas escolares. No município de Três Lagoas, em 2018, havia 10 crianças matriculadas nas creches, 12 na rede fundamental municipal, além de 20 matrículas na rede estadual (SILVA, 2018). Em Dourados, em 2019, 20 crianças filhas de pais haitianos aguardavam vagas nas creches, segundo a Associação.

Figura 27 - Mãe e filha realizando matrícula em uma escola de Dourados



Fonte: próprio autor, 2018.

No contexto intraurbano, as novas chegadas e a formação de novas famílias influenciaram na dispersão dos haitianos em vários bairros das cidades. Em Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, os primeiros migrantes estavam mais concentrados no início dos fluxos, resultado das estratégias de compartilhamento das moradias e consequentemente dos aluguéis.

Trata-se, na ampla maioria dos casos, de pequenas residências, com áreas comuns compartilhadas e pouca privacidade, como pode ser observado na figura 28, localizadas em áreas periféricas das cidades. Em alguns casos, os conflitos de vizinhança provocam incômodos e fragmentações no interior do grupo. Os deslocamentos entre casa e trabalho, feitos quase sempre em bicicletas, alargam-se diante das distâncias em que foram obrigados a residirem. O tempo de descanso se reduz e o tempo de trabalho se amplia.

Figura 28 - Conjunto de kitnets alugadas por haitianos – Dourados - MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Em algumas grandes cidades brasileiras, a expansão da malha urbana gerou subcentros ou novas centralidades no espaço urbano. As áreas centrais, mais antigas, passaram por um processo de abandono de equipamentos públicos ou degradação. Com isso, o padrão residencial de preço mais acessível ou imóveis abandonados atraíram novos moradores como migrantes pobres e integrantes de movimentos de luta pela moradia. Nas cidades médias, como no caso de Dourados e Três Lagoas, mas também na capital Campo Grande, ocorre um processo de periferização dos migrantes. Geralmente, os imóveis mais distantes do centro, mais precários e mais baratos são os ocupados por essa população, como podemos observar nas figuras 29, 30 e 31.

Figura 29 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Campo Grande - MS

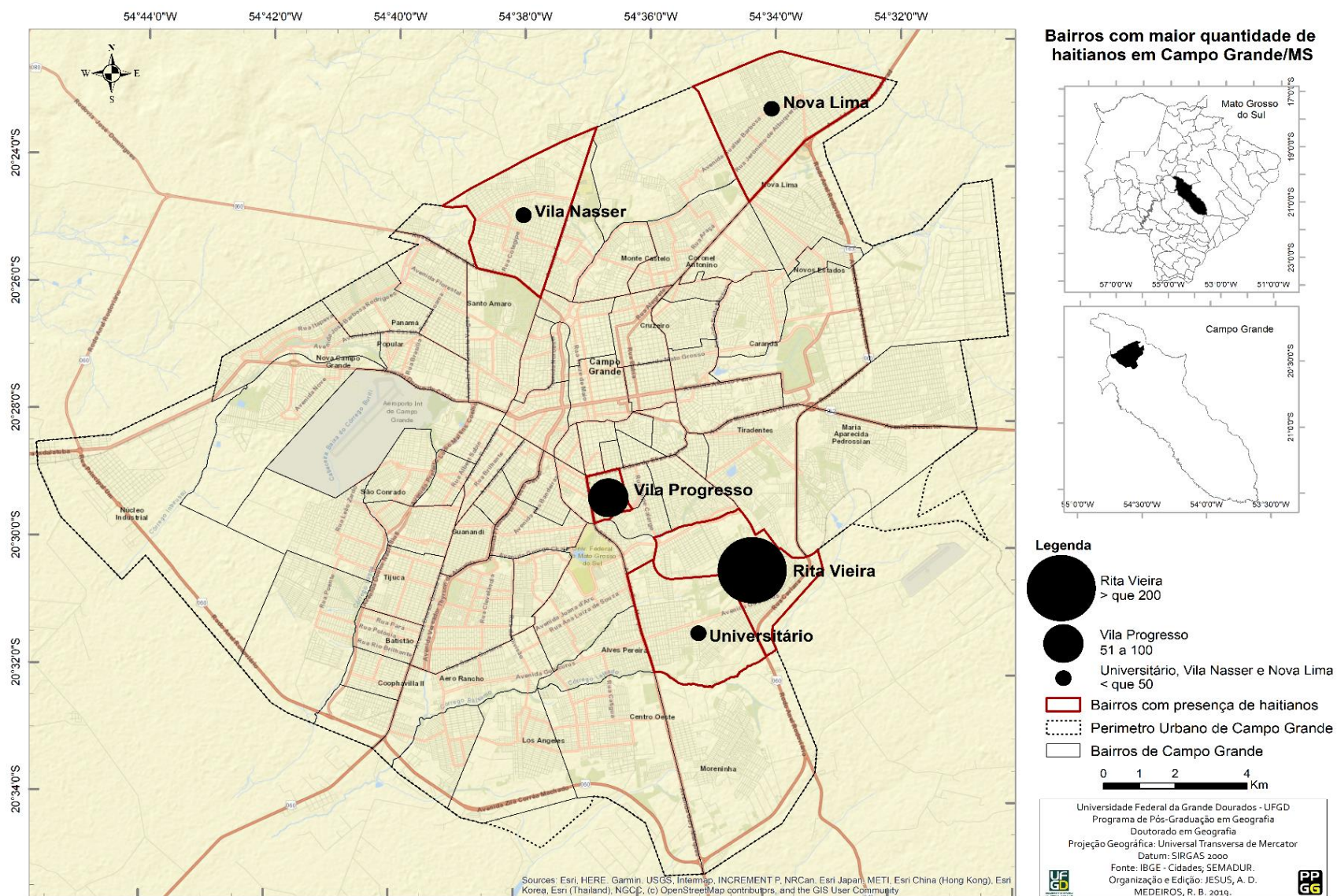


Figura 30 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Dourados - MS

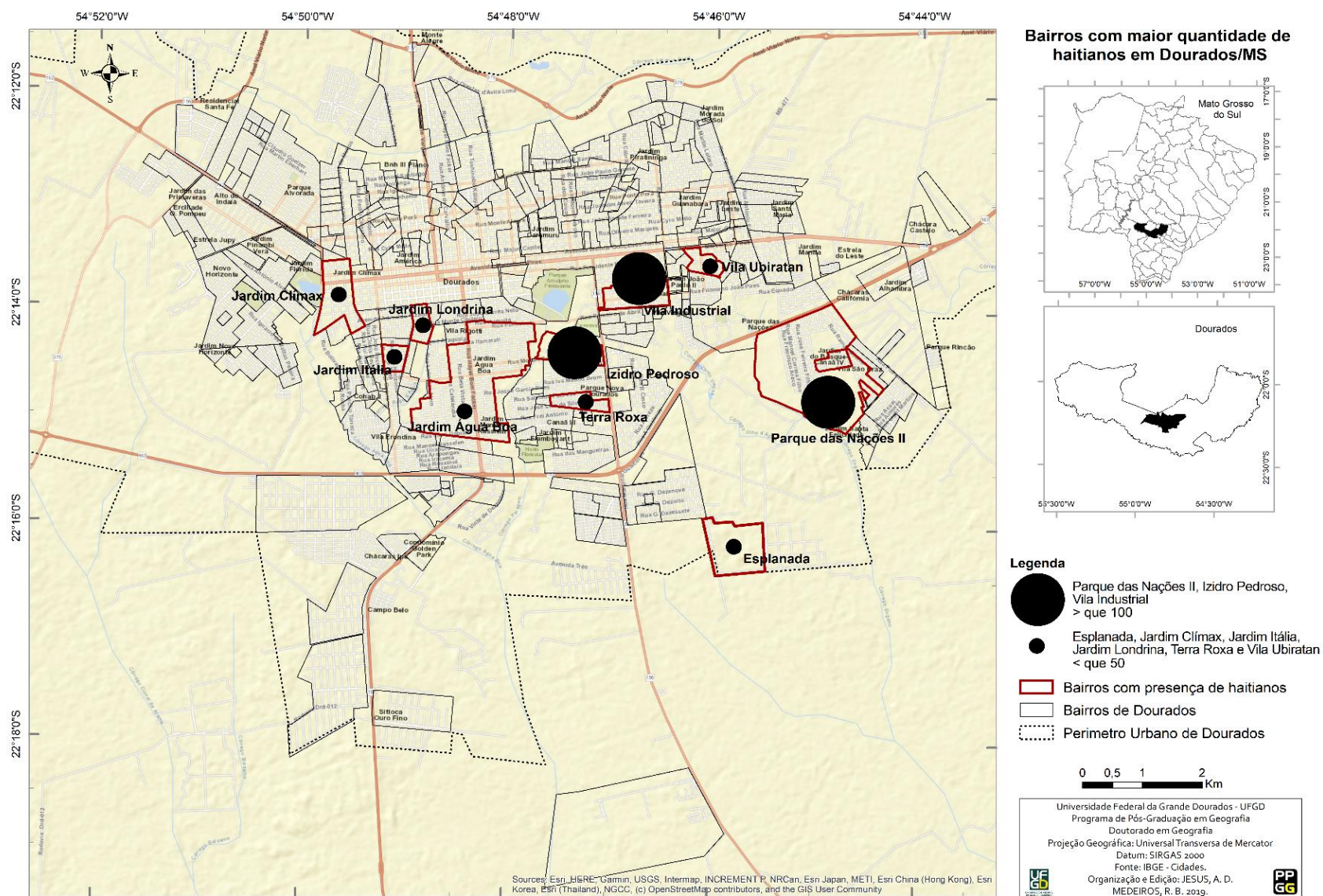
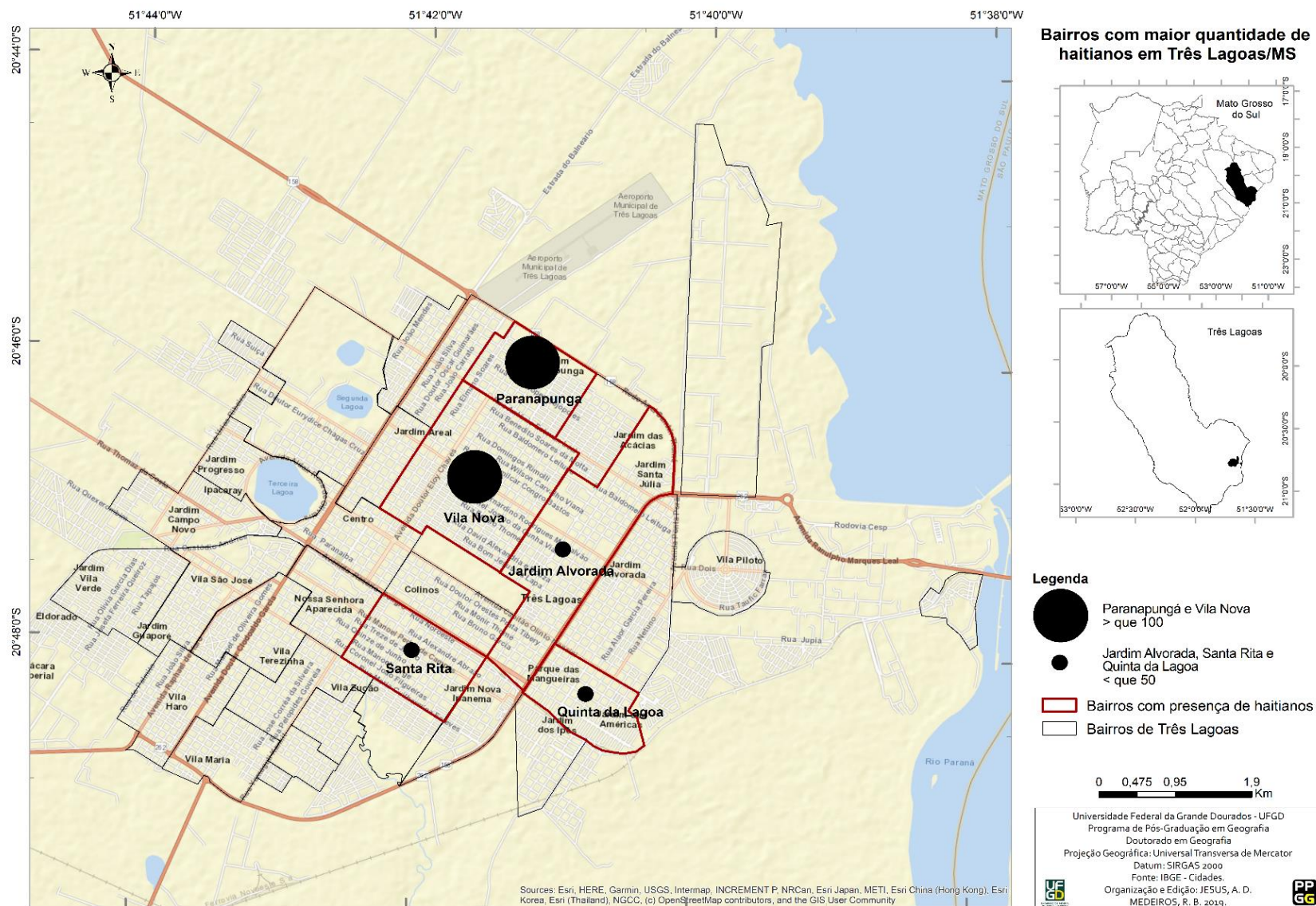


Figura 31 - Mapa dos bairros com maior quantidade de haitianos em Três Lagoas – MS



5.2 QUEM FICOU E QUEM PARTIU: A DEFINIÇÃO DOS PAPEIS NAS REDES FAMILIARES

Sou uma luz para minha família

Um grupo de haitianos jogando dominó na calçada e o som alto do ritmo *konpa kreól* identifica que ali é um ponto de encontro, onde muitos passam para cumprimentar os conterrâneos ou permanecer por minutos ou horas. Em frente à duas lojas e uma casa, cujos proprietários são haitianos, se conforma uma *baz*, um lugar, uma referência. Ali, em meio ao ambiente descontraído de um feriado, encontramos Dany, 30 anos, nascido em Acul-du-Nord, uma pequena cidade no norte do Haiti.

Dany passou grande parte da sua infância na República Dominicana, na cidade de San Pedro de Magoriz para onde sua mãe migrou no fim dos anos 1980. Lá nasceram e ainda vivem seus irmãos mais novos. Aos 8 anos de idade voltou para o Haiti e foi viver na cidade de Cabo Haitiano, onde as possibilidades de estudo eram melhores. Ali permaneceu até o ano de 2012 quando voltou para o país vizinho para iniciar os estudos de graduação em letras em uma faculdade adventista.

Sua mãe, empregada doméstica há mais de 30 anos, via na educação uma saída promissora e insistiu nisso até não mais poder pagar o curso dele. Mais velho de uma família de 10 filhos, viu-se obrigado a olhar para além do Caribe quando, em 2014, sua mãe o aconselhou a seguir o fluxo de outros haitianos conterrâneos e migrar para o Brasil. Para isso, sua mãe hipotecou a casa, fato que até o momento vincula a sua vida no Brasil através da responsabilidade de realizar remessas de dinheiro.

Familiarizado com o tema, esclarece: *Às vezes o dinheiro é investido para a construção de uma casa nova, para a compra de móveis, principalmente se você ganha bem no destino, mas na maioria dos casos a remessa é insuficiente e as necessidades imediatas consomem tudo. As melhores escolas no Haiti são privadas, de ordens religiosas, e grande parte do dinheiro enviado pelos migrantes vai para as mensalidades ou para o lanche. É uma vergonha um filho ir para a escola sem levar a merenda. Além disso, se gasta com comida em casa, o dinheiro é consumido imediatamente.*

Viajou de Santo Domingo para Quito, no Equador, onde solicitou o visto humanitário na Embaixada do Brasil. Esperou por 3 meses e viveu com conhecidos até embarcar para São Paulo em setembro de 2014 e seguir de ônibus para Campo Grande, onde um irmão de um amigo lhe esperava. Mudou-se algumas vezes até se casar com uma haitiana que havia acolhido em sua casa meses antes e com quem permanece atualmente.

Algumas semanas depois que eu cheguei o Dr. Jean passou lá em casa, em um sábado, e me convidou para a aula de Português. Era tudo o que eu queria! A partir dessas aulas formamos a associação em 2016 e como eu era muito participativo, aceitei o convite para ser o presidente. Estamos no terceiro ano e na última assembleia 88 pessoas estavam presentes, mas acredito que vivam mais de mil haitianos em Campo Grande, principalmente depois do ano passado quando começaram a chegar muitos do Chile.

Em 2016 passou a dar aulas de português para haitianos em um centro de línguas mantido pelo governo estadual até 2018 quando o projeto foi interrompido. Em 2017 ingressou no curso de letras da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul por meio do ENEM. Eu gosto de dar aulas, mas não vejo como plataforma para atingir meus objetivos. Ser professor no Brasil é muito difícil, ainda mais para um estrangeiro e negro. Vou concluir o curso, mas pretendo fazer jornalismo. Nos meus planos estão formar, seguir trabalhando, construir uma casa aqui no Brasil, porque agora eu tenho família e tenho que pensar nela.

Sou o único dos meus irmãos que está fora e por isso sou uma luz para a minha família. O desejo de estudar dos haitianos é real, mas não sobra tempo. Devido às necessidades básicas, o trabalho é emergencial e por isso o estudo fica em segundo plano. Com o nosso trabalho, fora do Haiti, sustentamos muita coisa. A diáspora é fundamental política e economicamente para o Haiti e a ruptura do sistema político haitiano precisa envolvê-la também.

Campo Grande, 20 de junho de 2019.

O caso de Dany é exemplar para pensarmos as vinculações entre projetos individuais e familiares envolvidos na migração. Sendo o mais velho dos filhos, sobre ele recaiu a responsabilidade de migrar e oferecer algum suporte à família que permaneceu. Mas a história de responsabilidade compartilhada começa antes, com a sua mãe, que trabalhou e investiu nele para uma possível migração. Ao hipotecar a casa para financiar a sua viagem, ela apostou o empenho da sua vida no filho que deverá, de alguma maneira, dar retorno desse projeto. A responsabilidade, antes restrita à mãe, passa também ao filho após a viagem.

Muito comum entre os haitianos, principalmente em famílias extensas, a decisão de migrar muitas vezes não é apenas individual. Quando envolve recursos familiares é comum que mais de um membro da família opine e colabore em articulações e contatos feitos antes, durante e depois da viagem. Isso não significa que o migrante receba ordens de quando deve partir e

para onde deve ir, mas os projetos pessoais são vinculados às estratégias de reprodução familiar que, ao final, não se pode dizer que a migração envolve apenas quem partiu.

Entre os nossos interlocutores, é comum a afirmação de que contaram com a ajuda de familiares para o pagamento de despesas da viagem em direção ao Brasil. Na maioria das vezes, pais, mães e irmãos são mencionados como suportes financeiros no Haiti e fora dele. Mas há também aqueles que contaram com apoio de familiares distantes, residentes em outros países, inclusive que nunca viram presencialmente. Os laços de sangue e conterraneidade, em momentos de necessidade, conectam haitianos antes dispersos em vários pontos da diáspora.

Wendy, um haitiano de cerca de 30 anos, residente na cidade mexicana de Tijuana, nos esclarece:

Ajudar um parente a viajar é também uma estratégia pessoal. Sobre nós, que já saímos do Haiti, há uma pesada responsabilidade em enviar remessas para a família que ficou. Quando nos sacrificamos para pagar a viagem de um parente, estamos contribuindo para que ele migre e futuramente também envie dinheiro. Isso significa que a responsabilidade passa a ser partilhada entre vários membros da família e de certa forma nos desafoga um pouco. Quanto mais familiares um haitiano tiver fora do Haiti, menor será o peso sobre ele.

Com a migração, há um retorno material esperado, seja em forma de dinheiro para o consumo alimentício, para a educação, para compra de algum bem móvel ou imóvel, mas também em forma de mercadorias ou presentes enviados sobretudo em ocasiões festivas. Magalhães e Baeninger (2016) problematizam a questão das remessas argumentando que, a forma de utilização das remessas expressa a estrutura de classes. As famílias com maiores recursos econômicos podem utilizar as remessas para investimentos e melhorias em suas casas, compra de automóveis etc., enquanto aquelas mais pobres condicionam seu nível de consumo em razão delas. Nesses casos, para que o consumo seja acrescido e até mesmo mantido, as remessas são fundamentais.

Em situações em que a diversificação das fontes de recursos são escassas ou nulas, pode acontecer uma dependência de remessas que estaria muito mais relacionada à forma como esses recursos são utilizados do que com a quantidade. “Nesse sentido, as famílias serão dependentes à medida que tais recursos sejam predominantemente utilizados para o consumo, a subsistência da família, o pagamento de gastos correntes com alimentação e educação, por exemplo” (MAGALHÃES e BAENINGER, 2016, p. 245).

Por outro lado, as remessas podem significar uma ampliação do nível de consumo e exigir que mais recursos sejam transferidos implicando na necessidade de que novos membros da família migrem e contribuam com a dinâmica econômica familiar. Autores como Binford

(2002) e Magalhães e Baeninger (2014) conceituam essa situação como “síndrome emigratória”. Isso significa que a necessidade de remessas opera na formação de novos fluxos migratórios.

Em comunidades intensamente marcadas pela migração, não é raro que, além das obrigações familiares, os migrantes contribuam para projetos comunitários como construção de escolas, igrejas, em festas de padroeiros, dentre outros. Em muitos casos as demandas se tornam excessivas e geram conflitos entre migrantes e não migrantes. Arias (2012) problematiza as obrigações não especificadas, os horizontes temporais incertos e a eventual violação das expectativas de reciprocidade envolvidas na migração. A existência de cobranças pode gerar pressões, tensões e desavenças que ameaçam e impedem o cumprimento dos objetivos propostos pelos migrantes frente aos familiares e à comunidade de origem e, no limite “As demandas excessivas têm reforçado a tendência ao não retorno dos migrantes” (ARIAS, 2012, p. 281) [Tradução nossa]¹⁰⁸.

Nuclear ou extensa, a família está quase sempre envolvida no processo migratório e com isso, uma redefinição dos papéis familiares frequentemente acontece. Seja o filho mais velho que assume o lugar de decisão com a ausência do pai, o filho mais novo que assume as tarefas do filho mais velho que partiu, a avó ou a tia que passa a cuidar dos netos ou sobrinhos enquanto a mãe se desdobra em outro país e assim ocorrem muitos outros casos de repartição de obrigações no interior das famílias marcadas pela migração.

Geralmente, o papel da família é incorporado aos estudos migratórios quando se relaciona ao financiamento da viagem e às remessas oriundas do exterior. Entretanto, as famílias ocupam lugares de destaque além desses efeitos, tendo em vista que os papéis sociais frequentemente são redefinidos no interior delas. “São muitos os papéis exercidos pela família nas trajetórias daqueles que migraram. Neste sentido, as noções ‘famílias migrantes’ ou ‘famílias de migrantes’ se fundem” (PERES, 2014, p. 7). Esses papéis são renegociados e refletem nas experiências de famílias transnacionais inclusive com intensa participação daqueles que não migraram.

Em contextos migratórios, as ajudas ultrapassam o financiamento da viagem e a definição de quem deve migrar a partir do papel que ocupa dentro da família, mas vêm de formas variadas e em diversas direções. Por parte de quem partiu, os presentes trazidos do exterior, o envio de dinheiro para a manutenção da casa ou investimento são comumente associados ao sucesso do projeto migratório. Do outro lado, por parte de quem ficou, o envio

¹⁰⁸ Las demandas excesivas han reforzado la tendencia de los migrantes a no regresar.

de dinheiro em períodos de adaptação ou desemprego, o cuidado com os filhos daqueles que migraram ou a redefinição das funções em negócios familiares mostram que as famílias são intensamente afetadas e que negociações são necessárias, muitas vezes permeadas por conflitos.

A perspectiva da família apenas como provedora de recursos nos momentos iniciais das trajetórias migratórias, ainda que superem a visão neoclássica da tomada de decisão por migrar como individual e racional, não contemplam os conflitos e transformações de papéis experimentados pelos migrantes e suas famílias enquanto durarem as trajetórias (PERES, 2014, p. 8).

Os estudos sobre as dinâmicas familiares em contextos migratórios têm sido desenvolvidos em várias perspectivas, inclusive incorporando aquelas pessoas que não migraram. De acordo com Herrera (2013), a ampliação do debate, superando a questão das remessas, está relacionado com o aumento da feminização em muitos fluxos, sobretudo com a presença de mulheres mães inseridas em migrações internacionais.

Os efeitos da maior inserção das mulheres no mercado laboral produtivo, bem como as mudanças na composição etária da população em alguns países em rápido processo de envelhecimento, exerceram influência na feminização das migrações, na medida em que um mercado de trabalho de cuidados foi sendo demandado. Dessa maneira que se inserem, por exemplo, cuidadoras de idosos brasileiras em Portugal, domésticas equatorianas na Espanha e enfermeiras haitianas no Canadá.

Lisboa (2007) argumenta que a crescente feminização das migrações, embora traga uma série de especificidades, também se assenta no desenvolvimento desigual que reproduz, nos lugares de origem, padrões precários de trabalho e de vida, especialmente para as mulheres. Do outro lado, nos lugares de destino, uma série de ocupações no âmbito doméstico passaram a ser desempenhadas por migrantes do mundo inteiro, principalmente mulheres latinas e asiáticas.

A migração internacional de mulheres mães para fins de trabalho no âmbito doméstico, seja na execução de tarefas de limpeza, do cuidado com crianças ou idosos, dentre outras, passou a ser conhecida como globalização da assistência (Lisboa, 2007) ou como cadeias globais de cuidado (Hochschild, 2004; Herrera, 2013). Ao desempenhar funções de cuidado em outros países, seus filhos, geralmente impossibilitados de se reunirem às mães, passam aos cuidados das tias, avós, vizinhas e às vezes dos pais. Esse processo também reproduz as desigualdades no interior das famílias, tendo em vista que os cuidados de crianças e idosos nas comunidades de origem geralmente são desempenhados por outras mulheres mães. “As

mulheres mais pobres criam os filhos das mais ricas, enquanto mulheres ainda mais pobres – ou mais velhas ou mais rurais, lhes criam os filhos” (HOCHSCHILD, 2004, p. 196).

As atividades de cuidado se repartem de maneira desigual não apenas entre as pessoas, as famílias, entre homens e mulheres de diferentes classes sociais, mas também entre países. Com efeito, o conceito de “cadeias globais de cuidado” se refere precisamente a aqueles processos de transferência de cuidado de caráter global, existentes geralmente entre mulheres e entre países, que se formam com o objetivo de sustentar cotidianamente a vida, na qual os lares (as mulheres) transferem cuidados sobre a base das relações transnacionais que se levantam sobre determinados eixos de poder relacionados com a classe, o gênero, a etnicidade que tem como resultado que algumas pessoas gozam de cuidados privilegiados e outras experimentam déficit de cuidados (HERRERA, 2013, p. 19) [Tradução nossa]¹⁰⁹.

Em síntese, ocorrem processos desiguais de transferência de cuidados entre famílias no destino, as famílias inteiramente migrantes e as famílias na origem. Na base desse processo estão as diferenças de gênero, de etnia e de classe que transformam as mulheres, de maneira quase exclusiva, em responsáveis pelo trabalho reprodutivo no âmbito domiciliar. Essas diferenças também são apontadas por Lisboa (2007) como critérios de maior aceitação em determinados nichos laborais. Enquanto as filipinas são preferidas pelo caráter dócil, as latinas pelo alto desempenho das funções domésticas, as polonesas e ucranianas pela beleza exótica, as muçulmanas, geralmente negras, pouco se inserem nessas cadeias.

Ainda no espectro da família, são importantes as pesquisas sobre a maternidade transnacional. Hondagneu-Sotelo e Avila (1997), ao analisar a presença de mulheres centro-americanas e mexicanas no trabalho doméstico na cidade de Los Angeles, observaram que grande parte delas reelaboraram os conceitos de maternidade, ampliando-os para o cuidado à distância e o provimento financeiro. Pareñas (2005), em seu conhecido estudo sobre mulheres filipinas nas cadeias globais de cuidado, mostra que há recriação de intimidades na maternidade transnacional. Gamburd (2008), em análise da migração de mães de Sri Lanka para países do Oriente Médio, aponta que, mesmo diante das acusações de abandono, elas reconstroem laços maternos através da distância e preparam seus filhos para também partirem. Pedone e Araújo

¹⁰⁹ Las actividades de cuidado se reparten de manera desigual no sólo entre las personas, las familias, entre hombres y mujeres y mujeres de diferentes clases sociales, sino también entre países. En efecto, el concepto de “cadenas globales de cuidado” se refiere precisamente a aquellos procesos de transferencia de cuidado de carácter global, existentes generalmente entre mujeres y entre países, que se forman con el objetivo de sostener cotidianamente la vida, en la que los hogares (las mujeres) transfieren cuidados sobre la base de relaciones transnacionales que se levantan sobre determinados ejes de poder relacionados con la clase, el género, la etnicidad, y que tienen como resultado que algunas personas gozan de cuidados privilegiados y otras más bien experimentan déficit de cuidados.

(2008), em investigação sobre mulheres latinas na Espanha, argumentam que as migrações encabeçadas por mulheres provocaram rupturas ideológicas em torno da concepção e do exercício da maternidade e paternidade. No mesmo caminho, Herrera (2013) critica a tradicional divisão sexual do trabalho entre pais provedores e mães reprodutoras diante de situações em que o maior aporte financeiro provém das mulheres migrantes equatorianas residentes em Madri.

Mais do que a ruptura no espaço, o processo de feminização em vários fluxos migratórios tem provocado reajustes no interior das famílias, principalmente nas relações entre homens e mulheres e entre gerações. Apesar de muitas mulheres preferirem migrar com os seus filhos, sobretudo os mais jovens, ou buscarem incansavelmente a reunificação familiar, em variados contextos, a presença dos filhos pode ser um impedimento à inserção laboral. Por isso,

Tem proliferado a chamada maternidade transnacional, que se apresenta quando uma mãe emigra e desde o exterior continua exercendo seu papel à distância através de chamadas telefônicas, cartas, enviando dinheiro para casa para pagar a educação ou necessidades de seus filhos. A maternidade transnacional é uma estratégia, como efeito das restrições legais, na busca de alternativas para exercer a maternidade (PASCALE, 2006) [Tradução nossa]¹¹⁰.

Como estratégia de obter recursos que possibilitem melhor educação e qualidade de vida dos filhos, muitas mulheres migram e transformam os significados de maternidade para acomodar as separações espaciais e temporais. Elas mantêm as responsabilidades maternas não apenas enviando dinheiro para a subsistência dos filhos, mas também comunicando e aconselhando além das fronteiras nacionais. Isso também provoca rupturas nos tradicionais papéis de gênero e cria novos arranjos familiares na medida em que muitas mulheres deixam de ser exclusivas cuidadoras e passam a ser provedoras. Entretanto, os custos dessas mudanças podem ser profundos (HONDAGNEU-SOTELO e ÁVILA, 1997).

Herrera (2013) chama atenção para o fato de que a migração de mulheres mães sem os seus filhos, não raras vezes fomenta discursos da desintegração familiar, dos vazios de cuidado no interior da família e consequentemente da culpabilização. Cria-se, em alguns contextos, um

¹¹⁰ Ha proliferado la denominada *Maternidad Transnacional*, que se presenta cuando una madre emigra y desde el extranjero continúa ejerciendo su rol a la distancia a través de llamadas telefónicas, cartas, enviando dinero a casa para pagar la educación o necesidades de sus hijos. La maternidad transnacional es una estrategia, como efecto de las restricciones legales, en la búsqueda de alternativas para ejercer la maternidade.

paradoxo entre abandonar e cuidar. Por esse motivo, o envio de remessas é uma importante justificativa da manutenção dos laços em distância que têm se tornado cada vez mais duradouros diante das dificuldades de reunificação familiar. As políticas migratórias mais restritivas separam fisicamente as famílias, mas impulsionam a manutenção dos vínculos familiares transnacionais.

No caso haitiano, apesar da prevalência de famílias transnacionais com crescentes experiências de maternidade transnacional, não identificamos, no Brasil e em outros destinos, cadeias globais de cuidado nas quais as mulheres haitianas estejam inseridas. As dificuldades em torno da língua, considerando que a maioria fala apenas creóle, pode ser um fator de impedimento nesse nicho laboral. Todavia, não deixa de chamar atenção a observação feita por Lisboa (2007) de que esse tipo de trabalho também é segmentado por origem, idade e etnia, colocando mulheres negras migrantes na mais baixa posição da hierarquia social. Em nossa investigação, encontramos apenas um caso de haitiana inserida nos trabalhos de cuidado na cidade de Dourados.

Entretanto, juntamente com o acelerado processo de feminização da migração haitiana no Brasil, tem sido frequente a presença de mulheres que exercem sua maternidade de maneira transnacional entre Brasil e Haiti, às vezes também incorporando outros destinos como a República Dominicana, como é o caso de Milene.

Milene e seus filhos

Morando desde 2007 na República Dominicana, Milene, 31 anos, consegue se comunicar facilmente com espanhol e português, mas mantém um estreito vínculo com a sua terra natal, Lascabobas, oeste do Haiti. Em parte, porque lá passou a sua infância e a adolescência, mas principalmente porque lá estão três dos seus quatro filhos. O mais velho, de 12 anos, sempre foi criado pela avó materna, os outros dois se mudaram para lá depois que ela e o esposo migraram para o Brasil, em 2015.

Seu motivo para migrar foi a difícil vida que enfrenta os haitianos na República Dominicana. *Saí de lá porque é muito violento. Muitas brigas. Não se pode viver tranquilo na República Dominicana.* Tanto ela quanto o esposo sempre trabalharam como comerciantes, comprando roupas na capital, Santo Domingo, e vendendo no interior do país, em cidades próximas.

Em 2015, quando decidiu sair de Santo Domingo junto ao seu esposo, já tinha destino certo: Três Lagoas, no Brasil, onde já vivia um primo dele. De avião, viajaram para

o Panamá e de lá para São Paulo. De ônibus, se deslocaram até Três Lagoas, onde o primo já lhes esperava. Como tem sido frequente em outros processos de reunião familiar, as viagens dos migrantes têm sido orientadas por aqueles já estabelecidos. O primo do seu esposo também lhes acolheu nos primeiros meses, quando ainda não trabalhavam.

Milene tem uma irmã na República Dominicana e duas no Haiti, mas muitos primos em outros países, principalmente nos Estados Unidos e Canadá. Por ter apenas filhas mulheres, sua mãe cria o seu filho mais velho desde os primeiros meses de vida. “*Ela que é mãe dele*”, afirma. No momento do nosso contato, Milene buscava auxílio para trazer seus outros dois filhos, de 9 e 6 anos, para o Brasil. Com passagem já comprada, os vistos já obtidos na Embaixada brasileira em Porto Príncipe, tentava agilizar os documentos da sua amiga que seria a acompanhante.

Além das crianças que Milene “mandou buscar” no Haiti, carregava em seus braços seu mais novo filho, um pequeno brasileiro de 5 meses. “*Preciso trazer meus filhos para o Brasil porque lá as coisas estão muito caras. Meu mais novo quase não me conhece mais. Sai de lá ele tinha apenas 2 anos*”.

Questionada sobre os planos futuros no Brasil, responde “*Penso em ficar aqui porque agora a família vai ficar unida. Sair do Brasil apenas como turista porque se a gente fica mudando as crianças não aprendem nada*”.

Três Lagoas, 13 de julho de 2019.

As trajetórias de Milene e de sua família estão profundamente marcadas pelas recentes mobilidades entre Brasil, Haiti e República Dominicana em um claro exemplo de família transnacional. Com a migração do seu esposo e posteriormente a sua, ocorreu um reordenamento dos papéis familiares, já que envolveu a sua mãe e suas irmãs nos cuidados dos seus filhos. As expectativas de uma migração para um país tão diferente vêm acompanhadas da preocupação com a educação dos filhos, e por isso o esforço empreendido na reunificação familiar.

O caso acima exposto evidencia o que Pascale (2006) chama de famílias transnacionais com configurações transitórias, devido ao fato de elas terem as opções de retorno ao país de origem, quando as metas são alcançadas ou quando a separação não pode ser sustentada; quando ocorre a incorporação dos filhos de maneira indocumentada; ou quando o reagrupamento

familiar se efetiva legalmente. Nesses casos, não se planeja uma vida inteira sustentando laços familiares à distância.

As famílias transnacionais são adaptações aos processos migratórios contemporâneos. Em alguns casos, os vínculos familiares mantidos na distância são lamentados frente à impossibilidade de reunificação familiar. Em outros, revelam acordos tácitos na redefinição dos papéis entre membros da família, a exemplo de um filho ou neto que permanece e passa a ser responsável pelo cuidado dos pais mais velhos, ou de uma irmã que se responsabiliza pelo cuidado dos filhos das demais que migraram. Porém, é importante frisar que “a família transnacional em ação não é um espaço social transnacional em que fluem remessas e cuidados, se trata de espaços carregados de tensões, nos quais tanto se transferem cuidados como se produzem conflitos” (HERRERA, 2013, p. 137) [Tradução nossa]¹¹¹.

5.3 TECENDO REDES: DAS AÇÕES FEITAS PARA MIGRANTES ÀS AÇÕES FEITAS PELOS MIGRANTES

Assim como observamos em outros estados brasileiros, no Mato Grosso do Sul, as iniciativas de acolhimento e inserção social partiram quase sempre de voluntários independentes, igrejas e universidades. Ações como ensino da língua portuguesa em Campo Grande, Dourados, Itaquiraí e Nova Andradina; orientação e suporte para emissão de documentos e regularização migratória em Três Lagoas e Dourados; abrigo e alimentação temporários em Corumbá, por exemplo, foram iniciadas pela sociedade civil. Apenas depois de provocados, como ocorre frequentemente, órgãos municipais e estaduais passaram a assistir esses migrantes, mas quase sempre com ações esporádicas e desarticuladas.

O crescimento do número de migrantes haitianos no Mato Grosso do Sul começou a ser notado pelo Estado quando estes passaram a demandar serviços públicos como atendimento nos postos de saúde e hospitais e busca por trabalho nos Centros Integrados de Atendimento ao Trabalhador – CIATs. Embora as solicitações aumentassem e a presença haitiana já fosse notada em diversos municípios, ações do poder público só vieram a acontecer no ano de 2015, depois de denúncias no Ministério Público do Trabalho (MPT) envolvendo algumas empresas e trabalhadores haitianos.

¹¹¹ La familia transnacional en acción no es un espacio social transnacional en el que fluyen remesas y cuidados; se trata de espacios cargados de tensiones, en los que tanto se transfieren cuidados como se producen conflictos.

Se durante os anos de 2010 e 2011 o Mato Grosso do Sul tinha se configurado enquanto espaço de trânsito dos haitianos em direção às grandes cidades do Sul e Sudeste, a partir de 2013, devido às primeiras contratações, a residência e a demanda por serviços sociais passa a ocorrer em alguns municípios do estado. Com o estabelecimento dos primeiros grupos, outros começaram a chegar, dando bastante fluidez à mobilidade interna.

Em Campo Grande, Itaquiraí e Três Lagoas, haitianos passaram a residir em alojamentos das empresas ou casas nas periferias. Muitos deles não se conheciam e não existia uma identidade comunitária, muito menos iniciativas que os congregassem em torno de discussões e projetos comuns. Desarticulados, sem o domínio da língua portuguesa e desconhecendo a legislação trabalhista brasileira, estavam muito mais vulneráveis aos abusos e violações de direitos. Além disso, simples serviços como uma consulta médica ou um atendimento de emergência eram inacessíveis para a maioria.

Em Campo Grande, além dos cursos de português que ocorriam em uma escola municipal e posteriormente no Centro Estadual de Línguas, como mencionamos, passou-se a ofertar, em 2015, uma turma de ensino fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos exclusiva para haitianos.

Em outro momento, também foram atendidos haitianos pelo Fórum de Trabalho Decente e Estudos sobre Tráfico de Pessoas (FTD-ETP), com o pagamento de um professor para aulas de português e aulas de informática básica, ministradas pela escola/ONG Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária a partir da pactuação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o MPT e a escola. Em 2017, iniciou-se novo curso de informática básica ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

As redes sociais entre os migrantes, transformadas em redes migratórias em muitos casos, contribuíram para que o número de haitianos em Campo Grande aumentasse nos anos seguintes e assim duas novas turmas de português foram assumidas por voluntários, aos sábados. Nesse contexto, o Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande já agregava voluntários e articulava diversas ações em prol desse grupo.

No município de Três Lagoas, que já chegou a contar mais de 1.000 haitianos em 2016, as primeiras ações foram executadas pela Pastoral do Migrante, principalmente atendendo às demandas emergenciais como doações de roupas e alimentos. Embora com associação formada há mais de quatro anos, esse grupo obteve pouca resposta institucional no que diz respeito ao acolhimento e iniciativas de inserção social, com exceção do apoio oferecido pela Diretoria de Cultura para a realização das festas da bandeira haitiana nos últimos quatro anos. Apenas em 2017, a articulação entre Associação e Pastoral conseguiu da prefeitura a abertura de uma turma

de língua portuguesa exclusiva para haitianos. Entretanto, a iniciativa não teve continuidade nos anos seguintes.

A Pastoral do Migrante de Três Lagoas, criada em 2016 para atender as demandas dos haitianos no município, é o principal ponto de referência desses migrantes. Através dela são feitas as renovações de passaporte e os pedidos de reunificação familiar direcionados à Embaixada do Haiti em Brasília. É a única iniciativa com ações ininterruptas desde então.

Outras iniciativas, através de projetos de extensão da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, com aulas de português em 2016, e do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), com curso de crochê, em 2019, também articularam voluntários, mas não tiveram continuidade nem adesão de um grande público.

Em Itaquiraí, no período em que as chegadas de novos haitianos aumentaram, principalmente durante o ano de 2015, inexisteu uma rede articulada de atores públicos e da sociedade civil que prestasse algum tipo de atendimento aos migrantes. Ações pontuais foram realizadas, mas sem envolvimento do poder público municipal ou estadual. A primeira delas foi o ensino de português, oferecido pela Igreja Assembleia de Deus – Missões, durante o ano de 2014. Entretanto, não houve continuidade nos anos seguintes. Outra ação foi protagonizada pela Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, onde a maioria dos haitianos congrega atualmente. Foi destinado um espaço na programação para que cultos em creóle fossem realizados aos domingos.

Em Dourados, o crescente número de haitianos durante o ano de 2017 mobilizou alguns voluntários que passaram a oferecer o ensino de português em um espaço cedido pela prefeitura. Em meados do mesmo ano a ação transformou-se em projeto de extensão da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) quando passou a contar com mais voluntários. Ainda em andamento, o projeto contribuiu para que cerca de 200 haitianos iniciassem ou aperfeiçoassem a língua portuguesa até o fim do ano de 2019. Atualmente, existem cinco turmas, em horários e locais variados. A figura 32 mostra haitianos em aula no sábado à tarde na Escola Estadual Tancredo Neves, em Dourados.

Figura 32 - Haitianos em aula de português em Dourados-MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Ainda em Dourados, em 2018, a congregação religiosa das Irmãs de São José disponibilizou a Casa Irmã Dulce para que fossem realizadas atividades com os haitianos. Com isso, aulas, atendimentos jurídicos e reuniões passaram a acontecer nesse espaço que se transformou em um ponto de referência na cidade. Também no local, desde o início de 2019, são feitos atendimentos para orientação documental, através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello da UFGD. Em outubro de 2019, a mediação da mesma congregação com o Centro de Integração do Adolescente Dom Alberto (CEIA) possibilitou a abertura de um curso de cabeleireiro para haitianos.

Assim, uma rede de voluntários de várias instituições efetivou ações de acolhimento e inserção social que foram ampliadas conforme o crescimento e diversificação da migração haitiana. Entretanto, as demandas por trabalho, educação e acesso aos serviços de saúde e assistência social são precariamente atendidas nesse município.

Em Corumbá, local que voltou a ser porta de entrada dos migrantes haitianos em 2018, a Pastoral da Mobilidade Humana, que já vinha desempenhando ações de acolhida desde o início do ano, passou a articular ações com outros parceiros da sociedade civil a fim de garantir abrigo e alimentação durante o tempo de permanência na cidade. A omissão do poder público municipal frente à situação fez com que as diversas entidades envolvidas no acolhimento se unissem e criassem o Comitê Humanitário Pantanal Solidário (CHPAS) em junho daquele ano. Nos meses nos quais os haitianos chegaram em grande quantidade, as ações emergenciais foram articuladas nessa organização, inclusive repartindo os custos entre as entidades parceiras. Isso ilustra que a atuação da sociedade civil, nas fronteiras internacionais ou no interior do Brasil, é reflexo da inexistência de uma política migratória articulada.

Com a presença dos haitianos nas aulas de português, nos cultos das igrejas evangélicas, nas salas da Pastoral do Migrante em algumas cidades, as demandas por variados serviços sociais tornaram-se cada vez mais explícitas e o voluntariado envolvido em diversas iniciativas desarticuladas pelo estado passou a perceber que ações coordenadas eram urgentes e que o Estado deveria garanti-las.

Com o envolvimento de algumas entidades públicas e privadas como a Associação dos Haitianos já formada em Campo Grande, o Ministério Público do Trabalho, a Assembleia Legislativa e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a demanda por uma política de atendimento aos migrantes e refugiados foi apresentada ao Estado por meio de uma audiência pública que discutiu a temática. Derivou-se daí um grupo de trabalho, em 2015, e finalmente o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS), em 2016¹¹².

Paralelamente, a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, por meio da Superintendência de Direitos Humanos, respondendo às demandas de diversas entidades, passou a atender e acompanhar solicitações de migrantes, notadamente os haitianos. Dentre elas estavam a parceria com a Embaixada do Haiti em Brasília para a regularização de documentos e renovação de passaportes, ocorrendo ainda inserção dos migrantes no CAD-único e no Sistema Único de Saúde, no município de Campo Grande, dentre outras. Também a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE) abriu turmas para migrantes nas cidades de Campo Grande e Nova Andradina, durante o ano de 2017.

Com a formalização do CERMA, criou-se também o Centro de Atendimento em Direitos Humanos – CADH¹¹³, localizado na capital Campo Grande, que passou a atender ao público migrante, prestando serviços como orientações sobre direitos e deveres dos migrantes no país, solicitação de certidão consular junto à Embaixada do Haiti, renovação de passaporte, encaminhamento ao mercado de trabalho, acompanhamento ao serviço de saúde em caso de recusa, dentre outros. Entretanto, essas ações estão restritas aos residentes da capital, dadas as dificuldades de locomoção intermunicipal que essa população encontra.

Atualmente, líderes religiosos, professores, estudantes e demais voluntários têm contribuído com pequenas ações que conectam os migrantes haitianos aos serviços públicos.

¹¹² Criado através do Decreto 14.558, de 12 de setembro de 2016.

¹¹³ Criado através do Decreto 14.559, de 12 de setembro de 2016.

Todavia, a capacidade limitada desses mediadores impede que ações mais amplas e abrangentes cheguem aos migrantes de modo universal, fazendo-se urgente a atuação direta do Estado e municípios.

Assim como observado no estado de Santa Catarina (ZENI e FILIPPIM, 2014; BRIGHTWELL *et al*, 2016), no Mato Grosso do Sul, grande parte do acolhimento aos migrantes haitianos foi realizado pelas igrejas católicas e evangélicas, pelas universidades, bem como pelo voluntariado disperso em vários municípios, com apoio pontual do MPT/MS. A resposta do Estado, mesmo após a criação do CERMA, tem sido bastante tímida, geralmente restritas à cidade de Campo Grande.

O contato entre os haitianos, proporcionado por essas iniciativas, os levou a organizar suas próprias ações em alguns municípios. Em 2015, foi criada a Associação Sócio Cultural dos Haitianos de Três Lagoas que congregava, à época, mais de 400 deles. Em 2018 a entidade foi reformulada como o nome de Associação para o Avanço dos Haitianos de Três Lagoas, porta voz do grupo junto às instituições públicas e privadas.

Em Campo Grande, apesar de se reunirem semanalmente desde 2013 para aulas e outros assuntos, a Associação Haitiano-Brasileira foi criada em 2016. Os quase três anos de contatos, conhecimento e preparação fez com que a organização já surgisse de maneira mais articulada, integrando também brasileiros entre seus membros. Presença marcante nos espaços de debate em torno de políticas públicas e responsável por atividades culturais, a associação é bastante conhecida na capital do estado. A tradicional Festa da Bandeira Haitiana, celebrada dia 18 de maio, é o principal evento organizado por ela, e pode ser visto na figura 33.

Figura 33 - Festa da Bandeira Haitiana em Campo Grande - MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Em Dourados, segunda maior cidade do estado, apesar de residirem haitianos desde 2013, como mencionamos, somente a partir de 2016 grupos maiores passaram a ser notados. Embora as aulas de português já ocorressem, foi apenas em setembro de 2018, por iniciativa nossa e de outros parceiros, que os haitianos se reuniram pela primeira vez com fins políticos e culturais, como mostrado na figura 34. No início de 2019 foi criada a Associação Municipal dos Haitianos de Dourados que atualmente articula algumas ações com organizações parceiras.

Figura 34 - Primeiro encontro dos haitianos em Dourados-MS



Fonte: próprio autor, 2018.

As igrejas evangélicas também são importantes espaços de reunião dos haitianos no Brasil e no Mato Grosso do Sul. Como abordamos no capítulo 3, a presença do protestantismo no Haiti se intensificou e se popularizou durante a ocupação dos Estados Unidos, trazendo influências até a atualidade. Grande parte dos migrantes haitianos, ao chegar em um novo destino, busca nos cultos momentos de convívio.

Assim como observado no estado de Rondônia (PEREIRA, 2016; COTINGUIBA, COTINGUIBA e BAENINGER, 2017), notamos que, inicialmente, houve envolvimento dos migrantes em igrejas dirigidas por brasileiros, com celebrações realizadas inteiramente em português. Posteriormente, igrejas dirigidas por haitianos passaram a surgir, com cultos em creóle, congregando quase exclusivamente essa população. Geralmente espaços alugados são improvisados e adaptados como igrejas, como observamos na figura 35.

Figura 35 - Igreja de haitianos em Três Lagoas - MS



Fonte: próprio autor, 2019.

Nos municípios de Itaquiraí e Dourados, as igrejas evangélicas com maior quantidade de haitianos entre seus fiéis destinaram horários para que os cultos fossem realizados em creóle, com músicos e pregadores haitianos. Em Campo Grande, Três Lagoas e novamente em Dourados, surgiram “igrejas de haitianos” desvinculadas das igrejas brasileiras. Com o surgimento delas, notamos maior adesão dos membros e constatamos que os pastores haitianos exercem uma grande capacidade de coesão no interior do grupo.

Figura 36 - Culto em uma igreja de Dourados-MS



Fonte: próprio autor, 2019.

As experiências de associativismo político ou cultural e as congregações religiosas entre os haitianos no Mato Grosso do Sul revelam articulações em redes entre os migrantes nos locais de destino. Os laços, embora possam parecer frágeis ou ocultos à primeira vista, se ativam e se

fortalecem através de identificações de pertencimento a um grupo social. Além disso, essas identificações extrapolam as comunidades locais e se conectam nas redes transnacionais da mobilidade haitiana agregando sentidos à diáspora. Os cultos em creóle não acontecem apenas porque não dominam o português e sim porque a língua é um importante elemento de identificação que os coloca em contato com o Haiti e com outros espaços da sua diáspora.

5.4 O MERCADO DE TRABALHO PARA MIGRANTES HAITIANOS NO MATO GROSSO DO SUL

Como demonstramos no item 5.1 deste trabalho, as chegadas dos primeiros haitianos para residência no Mato Grosso do Sul estiveram vinculadas aos processos de recrutamento de trabalhadores com o objetivo de suprir a carência de mão de obra em setores como indústrias de transformação em Três Lagoas e a construção civil em Campo Grande. Nos anos seguintes, acompanhado da diversificação das atividades laborais exercidas pelos migrantes, ocorreram processos de ampliação do número de empregos, bem como de mobilidade interna dessa força de trabalho.

Desse modo, foi possível verificar que, além das novas chegadas de migrantes provenientes do Haiti e de outros estados brasileiros, ocorreram processos de deslocamento entre os municípios do Mato Grosso do Sul, motivados pela dinâmica do mercado de trabalho e pela atuação das redes sociais entre migrantes, em destaque para os laços familiares e de conterraneidade, como havíamos inicialmente apontado em outras ocasiões (JESUS, 2016, 2018).

Como sabemos, o trabalho é estruturante na vida do migrante e embora outros objetivos estejam presentes nos projetos migratórios daqueles que decidem partir, quase sempre o trabalho é condição fundamental para a realização deles. Desse modo, é bastante comum encontrar aqueles que têm no trabalho não apenas a possibilidade de sobrevivência, mas também um meio de alcançar melhores condições de vida através da educação para enfim acessarem outros postos de trabalho. Deixar de executar funções destinadas aos migrantes exatamente por serem migrantes talvez seja o sonho de muitos jovens haitianos vivendo no exterior, como é o caso de Renan.

O Brasil não é o meu coração

Conhecemos Renan, um jovem e animado haitiano, nas aulas de Português oferecidas por um grupo de voluntários através de um projeto de extensão da UFGD, em

meados de 2017. Sempre assíduo e interessado, deixava claro o objetivo em cursar direito em uma universidade brasileira. Natural de Les Cayes, uma pequena cidade do Sul do Haiti, deixou seu país em fevereiro de 2017 e um mês depois passou a frequentar as aulas que surgiram a partir da sua demanda pessoal. A história de Renan é o ponto inicial do projeto de extensão que já ensinou português para mais de 200 haitianos em Dourados.

Mais jovem de uma família de nove filhos, Renan deixou seus pais, irmãos e sobrinhos e decidiu migrar para o Brasil com o objetivo de alcançar uma vida diferente. Começou a juntar dinheiro um ano antes, vendendo chips de celular nas ruas e ministrando aulas de Filosofia em uma escola por três meses. No Haiti, apenas 20% dos professores da educação primária e 13% da educação secundária têm ensino superior completo e muitos passam a ensinar depois da conclusão do ensino secundário¹¹⁴.

Saí do Haiti à procura de conhecimento. Vim para o Brasil para conhecer a cultura, os costumes e para estudar, procurando outro modo de vida. Foi por isso que deixei o meu país. O Haiti não é um país rico como o Brasil, a vida lá é muito difícil, então se vive melhor aqui. Todo haitiano gosta do Brasil, do Ronaldo, do Ronaldinho, além de ser um país que eu sempre quis visitar. Na escola eu dizia: quero ir ao Brasil para estudar. Aí, o governo do Brasil e do Haiti ofereceram possibilidade para a vinda de haitianos, então eu me programei para comprar a passagem e vim em 2017. Ninguém me ajudou. Juntei o dinheiro sozinho.

Um amigo meu que estava em São Paulo me ajudou a vir. Eu enviei dinheiro e ele comprou minha passagem que custou 2.800 reais. Meu trajeto foi de Porto Príncipe para a Cidade do Panamá e de lá para São Paulo. Só que eu não estava feliz lá, fiquei três dias na casa dele, mas não gostei. A cidade lá é muito grande, aqui não, eu gosto de viver aqui. Além disso, meu amigo de São Paulo não podia me hospedar em sua casa porque não tinha espaço. Eram três pessoas para dois quartos, não dava certo pra mim.

Mas eu tinha um amigo que já morava aqui. Ele é de Aquin, mas morou lá em Les Cayes. Ele estava sozinho e eu perguntei se podia vir pra cá e ele me aceitou. Comprei a passagem para Campo Grande e meu dinheiro acabou. Fiquei perdido lá porque não tinha mais dinheiro, nem pra chegar até Dourados. Liguei pro meu amigo e ele ligou pra um amigo dele em Campo Grande que comprou a passagem pra mim. Cheguei sem nenhum dinheiro, nem pra tirar os documentos. Depois de uma semana fui pra rua com meu amigo e percebi que em uma loja de peças de motos tinha uns materiais de construção e pedi

¹¹⁴ https://elpais.com/elpais/2018/02/12/planeta_futuro/1518475813_984443.html

emprego porque tinha urgência em conseguir dinheiro pra retirar minha documentação. Aí o dono disse que não poderia me empregar, mas me ajudou com 400 reais pra eu poder tirar meus documentos na Polícia Federal, mais o CPF e a Carteira de Trabalho.

Nesse dia eu pedi o número de telefone dele e quando cheguei em casa mandei uma mensagem falando que queria aprender português, pois como vou procurar emprego sem falar português? Aí ele disse que não tinha escola que ensinasse. Um dia ele veio aqui e disse que iria procurar um professor e uma sala pra ter um curso aqui em Dourados. Até o Moisés estava aqui, ele já falava bem o Português e traduzia as coisas pra mim. Foi aí que eu comecei a aprender a sua língua, quando as aulas começaram no Douradão.

Já instalado em Dourados, compartilhando casa com o seu amigo, conheceu sua esposa Ruth, natural de Miragoâne, oeste do Haiti. Ela havia chegado 1 ano e 9 meses antes e apesar de mais tempo no Brasil, pouco falava e entendia do português. Um dia, na casa de outro haitiano, se conheceram e começaram a namorar. Pouco tempo depois passaram a morar juntos. Quando nos encontramos para a entrevista, ela estava grávida de sete meses e ambos trabalhavam na empresa BRF em diferentes turnos. Questionado sobre os planos iniciais e a situação atual, Renan não esconde o desconforto.

Parte de mim está feliz, mas parte não está. Me casei muito jovem, com 22 anos, terei um filho, mas isso não era meu sonho. Eu não segui para o Brasil para casar e ter filhos, mas isso está chegando e eu aceito. As coisas vão melhorar. A vida é uma luta! Não quero ficar no Brasil porque o Brasil não é o meu coração. Meu coração é o Haiti. No futuro deixarei o Brasil pra voltar para o Haiti. Mesmo que eu ache que a situação do Haiti não vá melhorar eu penso em voltar porque aqui eu não estou feliz e quando eu morava lá eu estava. Tendo um diploma acho que vou conseguir um emprego. Isso é muito importante para o governo haitiano. Fazer faculdade em outro país, ter conhecimento é muito importante. E gosto um pouco daqui, mas um dia deixarei o Brasil.

Dourados, 17 de fevereiro de 2018.

Dentre as questões de análise possíveis a partir da narrativa de Renan, duas nos chamam a atenção: a atuação da sua rede de contatos que o trouxe até à cidade de Dourados e a mudança no seu projeto migratório. Não que isso seja exclusivo do seu caso, mas a maneira como ocupam destaque na sua fala nos direciona a pensar as frustrações e o desejo de retorno.

Renan, assim como vários outros sujeitos desta pesquisa, não tinha planos de morar em Dourados, nem mesmo sabia da existência do lugar. Sua ideia era conhecer e passar uma temporada no Brasil, motivado pelas imagens midiáticas do futebol. Não se deslocou para São

Paulo e depois para Dourados com promessas de emprego nem de estudo, mas utilizou os seus contatos e acionou a sua rede de amigos com essas expectativas. As informações e os recursos a ele disponibilizados (passagem, alojamento e alimentação) reduziram os custos e os riscos de uma migração inicial. Aparentemente, os laços tecidos com seus amigos não foram densos, mas sem eles seria muito mais difícil migrar.

No caso exposto acima, mas também em muitos outros, morar no Brasil era uma ideia aberta às oportunidades, sem precisão de localidade. A mudança de município e de estado tem sido uma característica da migração haitiana no Brasil, como já discutimos no capítulo 4. Entretanto, voltar ao Haiti é uma possibilidade bastante remota, principalmente para jovens que desejam seguir uma carreira como Renan, diante das dificuldades de inserção laboral no país de origem. O retorno, depois de alcançar um diploma ou recursos, pode significar sucesso, mas sem isso, pode significar fracasso.

Assim como Renan e sua esposa Ruth, muitos outros haitianos gastam o tempo no pesado trabalho que desempenham. O trabalho feito para migrantes, como destacou Sayad (1998), é o que faz o migrante ser aceito e a sua permanência está vinculada às condições de sua aceitação inicial. Provisória, precária e revogável a qualquer momento. Aceitam-se trabalhadores para o mercado de trabalho migrante antes de tudo. Quando esse mercado desaparece, a razão de ser e permanecer do migrante também se vai. “Como o trabalho (definido para imigrantes) é a própria justificativa do imigrante, essa justificativa, ou seja, em última instância, o próprio imigrante, desaparece no momento em que desaparece o trabalho que os cria a ambos” (SAYAD, 1998, p. 55).

A pesquisa de Magalhães (2017), em Santa Catarina, apontou que quando os empregos no setor de construção civil diminuíram no litoral do estado, os haitianos foram estimulados a se deslocarem para o interior a fim de trabalharem nos frigoríficos, o que realmente aconteceu. No Mato Grosso do Sul, a dinâmica do mercado de trabalho também se refletiu na mobilidade dos haitianos em diferentes municípios.

Na tabela 5 estão os números de empregos formais dos haitianos nos diferentes municípios do estado no período compreendido entre 2012 e 2018. Percebe-se que na maioria dos casos os números são muito pequenos, com contratações esporádicas e sem continuidade ao longo do tempo. Na tabela 6 estão elencadas as principais atividades desempenhadas por eles, sustentando o argumento do mercado de trabalho segmentado destinado aos migrantes.

Tabela 5 - Número de empregos formais dos haitianos no Mato Grosso do Sul (2012-2018)

Ano	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Município							
Água Clara	-	-	-	-	-	1	4
Amambai	-	-	-	1	-	-	1
Angélica	-	-	1	-	-	1	2
Aparecida do Taboado	-	7	2	3	10	18	9
Bandeirantes	-	-	-	-	2	2	3
Bataguassu	-	-	-	-	1	7	12
Bonito	-	-	-	-	5	4	9
Caarapó	-	-	-	1	-	-	-
Camapuã	-	-	-	3	7	-	-
Campo Grande	-	55	68	92	70	75	158
Dourados	-	4	7	13	60	174	416
Iguatemi	-	-	-	-	-	-	1
Itaquiraí	-	25	100	137	88	71	58
Ivinhema	-	2	3	1	1	6	5
Naviraí	-	-	-	-	6	14	20
Nova Alvorada do Sul	-	13	13	11	14	13	12
Nova Andradina	-	-	-	26	25	39	32
Paranaíba	-	-	-	-	2	1	3
Ponta Porã	-	-	-	-	-	4	1
Ribas do Rio Pardo	-	-	-	-	-	1	-
Rio Brilhante	-	-	-	-	-	10	2
Rio Verde de Mato Grosso	-	-	-	1	-	-	2
São Gabriel do Oeste	-	-	-	-	1	1	5
Sidrolândia	-	-	-	-	1	-	-
Três Lagoas	8	157	204	235	158	169	269
Total	8	263	398	524	451	611	1.024

Fonte: RAIS, 2012 a 2018. Elaboração própria.

Tabela 6 - Principais atividades desempenhadas pelos haitianos no mercado de trabalho formal do Mato Grosso do Sul (2012-2018)¹¹⁵

Ano Atividade	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Abate de aves	-	32	103	141	134	205	222
Abate de suínos	-	-	-	-	-	-	211
Construção	-	59	72	94	53	65	72
Comércio	-	5	8	34	35	57	65
Fabricação de embalagens plásticas	-	-	59	32	-	-	12
Fabricação de eletrodomésticos	-	148	87	63	28	20	29
Hotéis	-	-	2	5	8	28	42
Transporte e armazenagem	-	-	12	17	36	44	37
Demais atividades	8	19	55	138	149	192	334

Fonte: RAIS, 2012 a 2018. Elaboração própria.

Até 2013, a fabricação de eletrodomésticos no município de Três Lagoas era a função mais desempenhada pelos haitianos no estado. A partir de 2014, com o aumento das contratações pelo frigorífico de Itaquiraí, o trabalho no abate de aves passou a ser predominante. Em 2016, um grande frigorífico de Dourados iniciou as contratações dos migrantes para o trabalho nas mesmas funções, fazendo dessa atividade a mais desempenhada pelos haitianos até então. Em 2018, depois do abate de aves, o abate de suínos, seguido das atividades na construção civil, eram as funções mais executadas por eles. Nesse ano, os vínculos nos frigoríficos de aves, suínos e bovinos representaram 44,2% do total dos haitianos empregados no Mato Grosso do Sul. Bem distante, em segundo lugar, estavam os vínculos da construção civil que representaram 7% e em terceiro as atividades do comércio com 6,3%.

Assim como ocorre em outros estados brasileiros, conforme analisado no capítulo 4, os postos de trabalho ocupados pelos haitianos no Mato Grosso do Sul também são os mais pesados e com menor remuneração. Por esse motivo, são frequentes as extensões das jornadas

¹¹⁵ As atividades elencadas na tabela não seguem a exata divisão das seções da Relação Anual de Informações Sociais e estão aqui apresentadas com separações ou agrupamentos a fim de obter uma melhor comparação no número de vínculos das principais atividades desempenhadas pelos haitianos no Mato Grosso do Sul. Assim, por exemplo, no âmbito da construção estão incorporadas atividades como alvenaria, pintura e eletricidade e no âmbito do comércio atividades variadas como venda de frutas e verduras, trabalho em supermercados ou em lojas de móveis.

laborais com horas extras a fim de ampliar o baixo salário. Isso sem falar daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho formal e são obrigados a se submeter às contratações temporárias, em períodos cada vez mais curtos.

No caso dos frigoríficos, que se consolidaram como os maiores contratantes do estado, além das características de trabalho pesado e repetitivo, as jornadas realizadas por turnos comprometem o desenvolvimento de outras atividades como o estudo e o lazer, já que os turnos não seguem o horário comercial convencional. Assim, por exemplo, podem começar na madrugada e terminar no início da tarde ou começar à tarde e terminar na madrugada. São postos de trabalho que muitos brasileiros dispensam e por isso a contratação dos haitianos em Itaquiraí e Dourados, e mais recentemente dos venezuelanos, visou suprir a carência de mão de obra para essas funções.

Entre os anos 2000 e 2011, o Brasil se consolidou como um dos maiores produtores de carne de frango do mundo, sendo o maior exportador do produto. Nesse período, o setor viu um crescimento de 118%, acompanhado do surgimento de muitas unidades produtivas, em destaque na região sul do país, responsável por 62% do abate de aves (HECK, 2013). No estado do Mato Grosso do Sul, onde novas unidades foram instaladas na última década, um elevado grau de concentração da atividade foi verificado na pesquisa de Lima (2017) que apontou que 75% da produção de carnes e frangos estavam concentradas nas empresas JBS e Brasil Foods (BRF), fusão da Sadia com a Perdigão (figura 37). Em 2018, o estado ficou em oitavo lugar no ranking nacional, com a produção de 452 mil toneladas.¹¹⁶

Figura 37 - Frigorífico da BRF, Dourados-MS



Fonte: próprio autor, 2017.

¹¹⁶ <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/brasil>

Nos frigoríficos da JBS, nas unidades de corte de suínos em Dourados e de produção de couro em Nova Andradina, no frigorífico de abate de aves da BRF em Dourados e no frigorífico Frango Bello em Itaquiraí, o trabalho dos haitianos esteve na base dos seus processos de ampliação da produção nos últimos anos, apresentando, também, um intenso processo de segmentação do mercado de trabalho. Por exemplo, em 2018, 89% dos haitianos com emprego formal no município de Dourados trabalhavam nos frigoríficos de aves e suínos. No município de Itaquiraí, a empresa Frango Bello foi responsável por 98% dos empregos formais dos haitianos. Independentemente do grau de instrução do migrante, esses têm sido os postos de trabalho destinados a eles.

A ampliação da contratação dos haitianos nos frigoríficos do Mato Grosso do Sul também veio acompanhada de denúncias de superexploração do trabalho e casos de adoecimento, relatados em 27 processos judiciais contra a empresa Frango Bello, localizada no município de Itaquiraí (figura 38). Queixas de execução de tarefas além das forças físicas dos empregados, irregularidade no pagamento de horas extras e adicional de insalubridade foram frequentes nas ações trabalhistas. Em Dourados, embora sem ações trabalhistas movidas, nossa pesquisa de campo identificou diversas reclamações de fortes dores musculares, inflamações nos tendões e enjoo.

Figura 38 - Frigorífico Frango Bello, Itaquiraí-MS



Fonte: próprio autor, 2017.

A pesquisa de Heck (2013), ao elencar ações civis públicas nos municípios de Chapecó (SC), Capinzal (SC), Videira (SC), Rio Verde (GO) e Toledo (PR) contra a empresa BRF, uma das contratantes de haitianos em Dourados para as atividades de abate e corte de aves, constatou o elevado o número de afastamento derivado de doenças osteomusculares, fazendo com que o adoecimento seja algo generalizado. Para o autor, os frigoríficos “são territórios da degradação

do trabalho onde a experiência de se empregar nesse tipo de atividade pode trazer consequências irreversíveis para a saúde e vida dos trabalhadores. (HECK, 2013, p. 18).

Dentre os casos expostos nas ações trabalhistas movidas contra a empresa Frango Bello, no município de Itaquiraí, alguns mostram as consequências na saúde dos trabalhadores derivadas das funções exercidas ou o descumprimento no pagamento de honorários:

A pressão sofrida pela eficiência no trabalho, além de outras situações degradantes como a limitação dos horários de uso do banheiro, que tornavam insustentável a relação de trabalho, sendo que as condições de trabalho contribuíram para o quadro de depressão da trabalhadora. Em virtude disso passou a sofrer de Transtorno afetivo bipolar (AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO RTOOrd 0024107-68.2017.5.24.0051. p. 5).

O autor, no exercício das suas atividades laborais, comumente era submetido a posições forçadas, gestos repetitivos, posturas inadequadas e levantamento de peso. Em decorrência disso desencadeou doença ocupacional sendo estas: Bursite no ombro (CID-10: M75.5), tendinite bicepital (CID-10: M75.2), síndrome de colisão do ombro (CID-10: M75.4), outras lesões no ombro (CID-10: 75.8), outros transtornos dos tecidos moles (CID-10: M79), sinusite aguda (CID-10: J01), amigdalite aguda não especificada (CID-10: J03.9), cefaleia (CID-10: R51), necrose da polpa (CID-10: K04.1), conforme cópias de atestados e protocolo de entrega anexas (AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO RTOOrd 0024087-77.2017.5.24.005. p. 4).

Em momento algum, durante o período de vigência do contrato de trabalho, a reclamante recebeu o adicional de trabalho noturno, bem como, o cômputo das horas trabalhadas não eram realizadas conforme determinação do referido dispositivo legal, qual seja, 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos (AÇÃO TRABALHISTA - RITO ORDINÁRIO RTOOrd 0024637-09.2016.5.24.005, p. 10).

O relato de Francis, exposto a seguir, corrobora com as denúncias apresentadas e expõe insegurança no desempenho das atividades desempenhadas por migrantes e brasileiros no interior dos frigoríficos.

Fora dos frigoríficos

Com a intermediação de uma estudante, entramos em contato com Francis, natural de Cabo Haitiano, 34 anos, evangélico, residente no Brasil desde abril de 2015. Com muita desconfiança, ele aceitou nos receber em casa depois que se certificou com a estudante de que as nossas intenções de pesquisa eram verdadeiras. Viveu 11 anos na cidade de Puerto Plata, República Dominicana, onde trabalhava como pedreiro. Quando decidiu partir para o

Brasil, ignorou a opinião do seu patrão que insistiu que ficasse, e acreditou na opinião de amigos que migraram meses antes e afirmaram que havia muito emprego no Brasil.

Residente em um bairro periférico de Dourados há menos de três meses, divide a casa com outros dois haitianos que também haviam residido em outras cidades brasileiras antes. Órfão de pai e mãe, Francis é o único dos sete filhos que vive fora do Haiti. Solteiro, sem filhos e sempre evangélico, exerce um pouco a função de líder dos haitianos em uma igreja da cidade.

Saiu de avião de Santo Domingo em direção a Quito, com conexão em Bogotá. De Quito, fez o mesmo caminho que milhares de haitianos, atravessando o Peru de ônibus até chegar a Assis Brasil, no Acre. Depois de alguns dias, viajou de ônibus para São Paulo onde buscou reencontrar um amigo que estaria lhe esperando.

Do Acre para São Paulo é muito longe. Iria demorar menos tempo, mas fui parar em São Paulo e não sabia onde ficava a cidade do meu amigo. Quando cheguei lá, procurei informação de como chegar em Itaquirá e me informaram que não existia essa cidade e sim Itaquera. Peguei um metrô para Itaquera, cheguei e liguei para o meu amigo. Aí ele me disse que eu não havia chegado e que demoraria mais um dia para chegar. Então eu saí de São Paulo às 7 horas da noite e cheguei em Itaquirá às 10 horas da manhã.

Cheguei lá, fui pra um hotel e depois fui procurar a empresa Frango Bello que precisava de pessoas para trabalhar. Fiz os exames e logo fui empregado. Depois do meu grupo, creio que contrataram mais uns dois grupos de haitianos e depois não contrataram mais por causa de maus tratos e os haitianos não gostavam... Eu explico a situação que é difícil. Por exemplo, Frango Bello tem todo tipo de trabalho, de construção, tem de tudo. Quando entrei, eu apresentei que eu era mestre de obras, mas o coordenador me deu as coisas que eu não tinha nada de experiência, mas pela inteligência que Deus me deu... primeira pessoa que passou por uma experiência lá fui eu e outro colega que já trabalhou com frango. Depois de 15 dias, fomos para 1 mês [até ser efetivado]. Trabalhamos perfeitamente, sem problemas.

Algumas pessoas saíram machucadas de Frango Bello com juntas inchadas, uma veia que se levanta aqui [aponta o pulso], inchaço aqui e aqui [aponta os dedos e os ombros]. Tem pessoas que estão machucadas até agora. Tem pessoas que têm somente 10 meses, um ano, e estão machucadas. Mas desde o momento que entrei na Frango Bello eu escutei isso e falava com Deus “Não me deixa machucar” e Deus me protegeu e não me passou nada.

Insatisfeito com o trabalho executado, pediu demissão e mudou-se para Dourados.

Cheguei em Dourados em dezembro de 2017 e no mesmo dia já estava trabalhando assentando piso. Depois de três dias acabou o serviço, tive que esperar e fui trabalhar com outro amigo. Quando terminou a obra, em dezembro, aí ficou difícil. Este ano está difícil. Eu poderia entrar na BRF, mas eu não gosto pela experiência que tive na Frango Bello. Eu tenho oportunidade de entrar porque eles precisam de gente que fala, que é inteligente e para mim não há outro mais inteligente que eu, mas eu penso que não. A experiência na Frango Bello foi ruim.

Agora eu posso ir para qualquer outro lugar, mas com ajuda de um trabalho. Porque eu preciso de trabalho. Se você precisar de um tradutor com os haitianos eu posso ajudar, nos diz com risos.

Quando estava na República Dominicana eu era patrão de mim mesmo porque tinha pessoas trabalhando comigo, era diferente. Ainda que eu não tivesse carro eu andava com moto. Mas aqui dá bom resultado se está trabalhando, dá resultado melhor que Haiti e República Dominicana em certo sentido, mas se está perdendo tempo, não está trabalhando...não. Muitos haitianos já saíram do Brasil para Estados Unidos, Canadá, Guiana Francesa.

Questionado sobre a sua impressão da cidade de Dourados, responde: Para mim Dourados é mais ou menos porque aqui é grande e tem bastante trabalho, agora o que eu vejo é que aqui não era racista e agora sim. Aqui especialmente tem trabalho em toda parte, mas não querem contratar haitianos. Certamente todos os países do mundo sabem que não tem outra nacionalidade que trabalha mais que os haitianos. Por isso que aqui abriu para contratar haitianos porque vê que nós trabalhamos em toda parte do mundo e onde trabalhamos damos rendimento. Mas não sei por causa de crise, não sei. Certamente por trabalho não, porque temos muita resistência para trabalhar e quando toma um trabalho por contrato não importa a hora de entrar e de sair. Se tem trabalho aqui eu trabalho sem problema, mas se não tem eu tenho que procurar.

Dourados, 17 de fevereiro de 2018.

Além das ações trabalhistas contra o frigorífico Frango Bello em Itaquiraí e das reclamações sobre as lesões e adoecimentos feitas pelos haitianos em Dourados, o Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul recebeu, no ano de 2014, denúncias de incumprimento de direitos trabalhistas por construtoras em Campo Grande, tanto no não pagamento de verbas rescisórias quanto no atraso de salários. Segundo informações de Pereira,

Silva e Amaral (2017), houve violação de direitos trabalhistas na execução de conhecidas obras da capital sul-mato-grossense.

No município de São Gabriel do Oeste, em setembro de 2014, dez haitianos procuraram o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Pesada e Afins (SINTICOP/MS) para relatar as precárias condições de trabalho e as situações degradantes em que se encontravam alojados. Após terem sido contratados verbalmente para executarem obras de pavimentação da BR 163 entre os municípios de Bandeirantes e São Gabriel do Oeste, sob responsabilidade da empresa FBS Construção Civil e Pavimentação LTDA, relataram uma série de violações expostas em processo judicial junto ao Ministério Público do Trabalho da 24ª região, em Campo Grande - MS.

O alojamento é em Bandeirantes, em duas cômodos de aproximadamente 4m² cada, onde 10 pessoas dividem 5 colchões, sendo 3 de solteiro e 2 de casal; Há apenas 2(dois) banheiros, sem possibilitar o suporte necessário pela quantidade de pessoas usando, sem local adequado para os trabalhadores lavarem as mãos e escovar os dentes; A água é servida em um bebedouro de metal, não tem copo, e segundo a empresa, essa água vem de um poço das proximidades, porém não há laudo comprovando que é potável, visto tratar-se de região com lavoura e pode estar contaminada com agrotóxicos; Existe ameaças, por parte de encarregados de equipe, pressionando para os trabalhadores não falarem a verdade sobre o que realmente acontece, inclusive com ameaças de demissão. Todavia as más condições são visíveis; A empresa não possui controle efetivo da jornada de trabalho, que, apesar de possuir um ponto digital, os apontadores fazem o controle em folhas avulsas. Não tem sinalização de segurança. Não tem proteção contra incêndio. Não tem ordem e nem limpeza (AÇÃO TRABALHISTA 0024501-87.2014.5.24.0081).

Outros processos como esse foram iniciados no MPT e expuseram as precárias condições e superexploração do trabalho dos migrantes quando ficaram expostos casos de retenção da Carteira de Trabalho por vários dias antes da formalização dos vínculos empregatícios, ampliação das jornadas de trabalho sem pagamento de horas extras, redução dos intervalos de descanso, supressão da folga semanal, demissão sem pagamento das verbas rescisórias, dentre outros que demonstraram as violações trabalhistas sofridas pelos migrantes que, somadas ao desconforto e dificuldades presentes em contextos de migração de crise, podem provocar danos materiais e psicológicos.

Baseado nos dados da RAIS entre os anos de 2012 e 2018 para o estado do Mato Grosso do Sul, foi possível verificar um aumento nas contratações dos haitianos em vários municípios e, em alguns casos, como em Campo Grande e Três Lagoas, a diversificação das atividades desempenhadas por eles, ainda que em funções de qualificação e remuneração baixas. Já em

Dourados e Itaquiraí notou-se uma elevada especialização do trabalho com a ampla maioria dos postos ocupados nos frigoríficos, em destaque para os de aves e suínos. Também constatamos a ampliação do número de municípios que, em algum momento, contratou trabalhadores haitianos. Mesmo que os números sejam muito pequenos, é possível apontar a movimentação laboral desses migrantes para além dos municípios de médio porte, chegando também aos menores como Nova Andradina, Naviraí, Aparecida do Taboado e Bataguassu.

Apesar do aumento no número de contratações de haitianos durante o ano de 2018, 40,3% a mais que 2017, o desemprego é uma constante na vida de muitos e atinge majoritariamente as mulheres. Enquanto as mulheres representam mais de 40% dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul, elas responderam apenas por 23,7% das contratações formais em 2018, como pode ser observado na tabela 7. A desigualdade de gênero é um grave problema enfrentado pelas mulheres no Haiti e, em muitos contextos, a migração é uma alternativa que visa suprir as dificuldades que têm no acesso à educação e ao trabalho.

Tabela 7 - Haitianos com emprego formal no Mato Grosso do Sul, dividido por sexo (2012-2018)

Município	Sexo	2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018	
		H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Água Clara		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0
Amambai		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0
Angélica		0	0	0	0	1	0	0	0	0		1	0	2	0
Aparecida do Taboado		0	0	5	2	2	0	2	1	6	4	6	12	3	6
Bandeirantes		0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1
Bataguassu		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	5	2	11	1
Bonito		0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	2	2	6	3
Caarapó		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Camapuã		0	0	0	0	0	0	3	0	6	1	0	0	0	0
Campo Grande		0	0	55	0	65	3	84	8	62	8	50	25	117	41
Dourados		0	0	4	0	7	0	11	02	48	12	123	51	289	127
Iguatemi		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Itaquiraí		0	0	20	5	83	17	109	28	68	20	56	15	44	14
Ivinhema		0	0	2	0	3	0	1	0	1	0	6	0	5	0
Naviraí		0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	14	0	17	3
Nova Alvorada do Sul		0	0	12	1	12	1	11	0	13	1	11	2	10	2
Nova Andradina		0	0	0	0	0	0	26	0	25	01	34	5	27	5
Paranaíba		0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3	0
Ponta Porã		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0
Ribas do Rio Pardo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		
Rio Brilhante		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	2	0
Rio Verde de Mato Grosso		0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1
São Gabriel do Oeste		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	4	1
Sidrolândia		0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Três Lagoas		8	0	157	0	184	20	180	55	123	35	134	35	231	38
Total		8	0	255	8	357	41	428	96	366	85	461	150	781	243

H: Homens M: Mulheres – Fonte: RAIS, 2012 a 2018. Elaboração própria.

Segundo Dantil (2016), a mulher haitiana é considerada pedra angular no âmbito familiar e para muitos homens, sobretudo no âmbito rural, ela é destinada aos trabalhos domésticos e à procriação, sendo excluída dos assuntos públicos. Apesar de mais de 50% da população do país ser feminina e de muitas famílias serem providas economicamente pelo trabalho das mulheres, a participação política delas é bastante limitada. Para o autor, além das piadas sexistas, das limitações à educação formal, da gravidez precoce, da sobrecarga de trabalho doméstico, das dificuldades econômicas e de participação política, há que se acrescentar a forte influência dos processos educativos com forte impacto da educação religiosa que estabelece claros papéis de gênero e discriminação sexista, especialmente depois do auge do protestantismo no país.

A concepção haitiana da política a converte em inapropriada para as mulheres; a política é uma função masculina no imaginário sociocultural que, também, põe em risco a vida das pessoas, mas além das responsabilidades que implica. A política no Haiti é considerada suja, e assim inapta para ser exercida por uma mulher se esta não quer se parecer com os homens (DANTIL, 2016, p. 3) [Tradução nossa]¹¹⁷

No contexto educacional, a desigualdade de gênero também é acentuada. De acordo com Nascimento (2013), há uma sub-representação e elevada especialização involuntária das mulheres nas carreiras acadêmicas no Haiti. Com exceção da enfermagem, a participação das estudantes nos cursos superiores e técnicos tem se mantido bastante baixa ao longo dos anos, apesar de um desempenho escolar equiparável ao dos seus colegas. “Um problema como esse denuncia a persistência de fatores econômicos e de segurança envolvidos na decisão das mulheres de deixar o sistema escolar antecipadamente ou de optar em meio a um espectro muito estreito de carreiras” (NASCIMENTO, 2013, p. 22).

Diante disso, para muitas mulheres, sair do país e conquistar autonomia financeira é um importante passo para a superação das desigualdades de gênero, apesar de não ser o único. Entretanto, nem sempre as alternativas se concretizam, tendo em vista a menor inserção no mercado

¹¹⁷ La concepción haitiana de la política la vuelve inapropiada para las mujeres; la política es una función masculina en el imaginario sociocultural que, además, pone en riesgo la vida de las personas, más allá de las responsabilidades que implica. La política en Haití es considerada sucia, desde luego inapta para ser ejercida por una mujer si ésta no quiere parecerse a los hombres.

de trabalho formal também nos destinos, como demonstrado nos dados apresentados para o caso do Mato Grosso do Sul. Isso significa que, vivenciam situações de exclusão semelhantes às aquelas que desejavam superar no país de origem.

Portanto, vale a pena considerar que homens e mulheres migrantes, especialmente os haitianos no Mato Grosso do Sul, estão na base de atividades produtivas, em destaque para as indústrias de transformação em vários municípios do estado. Entretanto, desempenham as funções mais pesadas e menos remuneradas da hierarquia social. Além disso, nossas pesquisas de campo identificaram muitos desempregados, principalmente mulheres, como é o caso de Myrna.

Haitiano tem casa!

Natural de Saint Michel de L'Attalay, cidade localizada no departamento de Artibonite, Myrna, 27 anos, estava no Brasil há dois anos e cinco meses no momento da entrevista. No final de 2015 decidiu migrar para o Brasil acompanhada de um irmão e contatou um primo que já residia na cidade de Três Lagoas. Orientada pelas informações dele, deixou a filha de pouco mais de um ano sob os cuidados dos seus pais e voou de Santo Domingo, na República Dominicana para Quito, no Equador. De lá, seguiu de ônibus pelo Peru até entrar no Brasil pela cidade de Assis Brasil, Acre.

Seu primo, que já havia possibilitado a reunião familiar da esposa, forneceu informações e acolhida para Myrna e seu irmão em Três Lagoas. Um ano e meio depois ele deixaria o Brasil e partiria em direção aos Estados Unidos deixando a esposa no Brasil.

Myrna e seu irmão, porém, não se adaptaram a Três Lagoas e mudaram-se para Campo Grande apenas 15 dias depois da chegada. *“Eu não gostava de lá, não é bonito, e aqui tem mais empresas, mais chances.”* Moraram juntos até que a esposa do seu irmão também veio do Haiti e ela passou a morar sozinha. Em pouco tempo, seu namorado, vindo do Haiti, juntou-se a ela, seguido de um primo três meses depois.

Alimenta um grande desejo de trazer a sua filha, mas encontra alguns empecilhos. Depois de trabalhar um ano e dez meses como camareira em um hotel da cidade, encontra-se desempregada há sete longos meses. *“Trabalhei como camareira nesse hotel e eles me mandaram embora, eu e uma amiga que também é haitiana... Aí eu estou desempregada... Quero trazer a minha filha, só falta dinheiro, pois é muito caro. Tenho um problema também com o meu*

documento de RG [Registro Nacional Migratório] que ainda não saiu. Falam que é pra eu ter um filho aqui, aí fica mais fácil pra sair o documento... mas como posso ter uma criança?

Frente ao desemprego e à espera pela autorização de residência por meio do visto humanitário, questionamos seus planos futuros.

Quero morar aqui, porque aqui todo mundo tem respeito, não tem racismo... Eu gosto de tudo. O que não gosto é do salário, que não pagam muito, porque a gente que trabalhar para pagar aluguel, água, energia e depois mandar dinheiro para o Haiti. Penso em voltar também... Se não der certo eu vou voltar lá no meu país. Porque aqui está difícil para uma pessoa estrangeira, para uma haitiana e haitiano. Quando um haitiano ou haitiana pede um visto para outro lugar é exigido muitos documentos e muito dinheiro. Haitiano tem casa!

Campo Grande, 20 de maio de 2018.

É importante destacar ainda que parte dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul se transformou em mão de obra volante, disponível às contratações temporárias, inclusive mudando de município ou de estado. Porém, diferente dos processos iniciais de recrutamento de mão de obra vigente nos anos de 2012 a 2014, as novas chegadas e a mobilidade interna estão assentadas no desenvolvimento das redes migratórias, sustentadas pelos laços familiares e de conterraneidade, como se observa no caso de James.

A vida manda paciência

Havíamos encontrado com James 9 meses antes, em uma entrevista juntamente com outros dois companheiros de casa. Naquela época, ele falava pouco o português e, naturalmente, se mostrava desconfiado com aproximações de terceiros. Agora, residente há quase dois anos no Brasil (1 ano e 9 meses), fala e escreve melhor o português. Trabalha em uma empresa de limpeza na cidade de Dourados há mais de um ano e diz que é preciso ter paciência para as coisas melhorarem. “A vida manda paciência”, afirma.

James tem 34 anos, é formado em “Ciências Jurídicas” e atuou como professor de matemática. É natural de Cabo Haitiano, norte do país. Quando decidiu migrar para o Brasil, havia acabado de concluir o curso, por isso não trabalhou na área jurídica. Seu irmão buscou informações junto a uma amiga que vivia com sua família na cidade de Três Lagoas – MS.

Através dessa amiga de seu irmão, James obteve informações sobre como efetivar seu projeto migratório, além de contar com seu apoio quando da sua chegada.

Ele não lembra exatamente quantos dias demorou até chegar ao Brasil, mas reconstitui sua trajetória: *Entreguei um dinheiro nas mãos de um agente da minha cidade, que traz haitianos para o Brasil, mas ele mente porque disse que quando chegasse ao Equador já estaria perto do Brasil. Ele comprou as passagens até Quito e de lá para a fronteira com o Peru. Saí do Haiti em setembro de 2015 e de lá fui para a República Dominicana, de ônibus. Depois pegamos um voo para Bogotá e outro para Quito. Quando chegamos em Quito (havia outro haitiano com James), alguém nos esperava e nos levaram para dormir numa pensão, depois seguimos de ônibus para a fronteira com o Peru, aí as coisas pioraram. Antes de sair do Equador, fomos abordados por uma mulher que nos cobrou 20 dólares para dar janta, dormida e café no dia seguinte, além de dizer que facilitava com os policiais. 20 minutos depois que pagamos, nos deram um prato com um pouco de arroz e ovo frito, só um pouco. Uma hora depois, nos mandaram para um ônibus e nos deixaram na fronteira com o Peru. Eles tinham prometido dormida, mas enganaram. Quando descemos do ônibus os policiais gritavam “sai, sai” e pediam dinheiro. No Peru foi muito ruim..., em vários pontos nos pedem dinheiro e ameaçam prender. Quando entramos no Brasil, passamos pela Polícia Federal e depois fomos para o “refúgio” (o abrigo de Brasília – AC). Fiquei 4 dias lá porque decidi não esperar o ônibus que buscava o pessoal. (refere-se aos ônibus contratados pelo governo do Acre para transportar haitianos para o Centro-Sul do país). Comprei a passagem para Campo Grande e depois para Três Lagoas. Fiquei quase 5 dias na estrada. Quando cheguei, fui morar com essa amiga do meu irmão, seu esposo e um filho deles. Fiquei 3 meses em Três Lagoas, até que conheci Richard, outro haitiano que estava vindo pra cá. Ele pegou meu contato e depois de uns dias ele me disse que tinha emprego aqui em Dourados, então em vim. Consegui emprego em uma empresa de limpeza e jardinagem, não é o melhor emprego, mas é preciso mais tempo pra mudar. Morei uns meses no Jardim Flórida com os amigos e depois vim pra cá, divido casa com José, outro haitiano que trabalha na BRF (José morou 7 meses em Curitiba e há 6 vive em Dourados).*

Quando questionado sobre os planos no Brasil, ele responde:

Estou bem aqui. Quero melhorar... quando vejo o motorista lá da empresa, trabalha menos e ganha mais, penso em melhorar assim. Mas quero ficar aqui. Brasileiro é amable (faz

gesto de abraço indicando acolhimento). Quero trazer alguém da minha família, eu sinto falta. Não tem ninguém aqui. Tenho parentes nos Estados Unidos e Bahamas, mas nunca fui lá.

Dourados, 11 de junho de 2017.

Mais uma vez, as informações foram fundamentais no planejamento e efetivação da migração. Ainda que James não tivesse inicialmente contatos e relações sociais fortes o suficiente para lhe amparar no destino, buscou a mediação do irmão para isso. No primeiro momento, a rede de relações sociais entre uma migrante (a amiga) e um não migrante (o irmão) foi utilizada para a migração dele. Talvez James pudesse migrar sem esse apoio inicial, como fez outros haitianos nos anos iniciais do fluxo. Todavia, seus contatos o direcionaram à cidade de Três lagoas e lhe proporcionaram o apoio inicial tão valioso nesses contextos.

No primeiro momento, James acionou uma rede de relações sociais já estabelecida e se inseriu nela quando migrou de Cabo Haitiano para Três Lagoas. No segundo, intercambiou contatos e reconfigurou a sua rede pessoal a fim de migrar para Dourados. Isso significa que as redes se mantêm em construção, inclusive redes antigas se redefinem conforme as circunstâncias. As dinâmicas atuais da mobilidade haitiana no Mato Grosso do Sul utilizam de redes sociais estabelecidas previamente, com forte atuação dos laços familiares, mas também criam novas e reconfiguram as anteriores.

Muito utilizadas em escala local nos processos de adaptação, as redes da migração haitiana têm mostrado intensa articulação na escala internacional. Como demonstramos no capítulo 2, os diversos fluxos dessa migração transformaram o Haiti em uma sociedade transnacional. Desse modo, a circulação de informações, recursos e pessoas conectou os diferentes polos dessa mobilidade através das redes sociais entre migrantes e não migrantes.

Por meio da migração, o Brasil, na última década, passou a ser incorporado ao espaço transnacional haitiano. Os haitianos residentes ou em trânsito pelo estado do Mato Grosso do Sul, colocam em conexão os diversos polos da migração haitiana no mundo, mas também criam e redefinem redes locais por meio das quais se sustentam processos de adaptação e mudança.

6 ICONOGRAFIA

Figura 39 – Festa da Bandeira Haitiana (Campo Grande)



Fonte: próprio autor, 2019.

Figura 40 – Ao som do Konpa (Campo Grande)

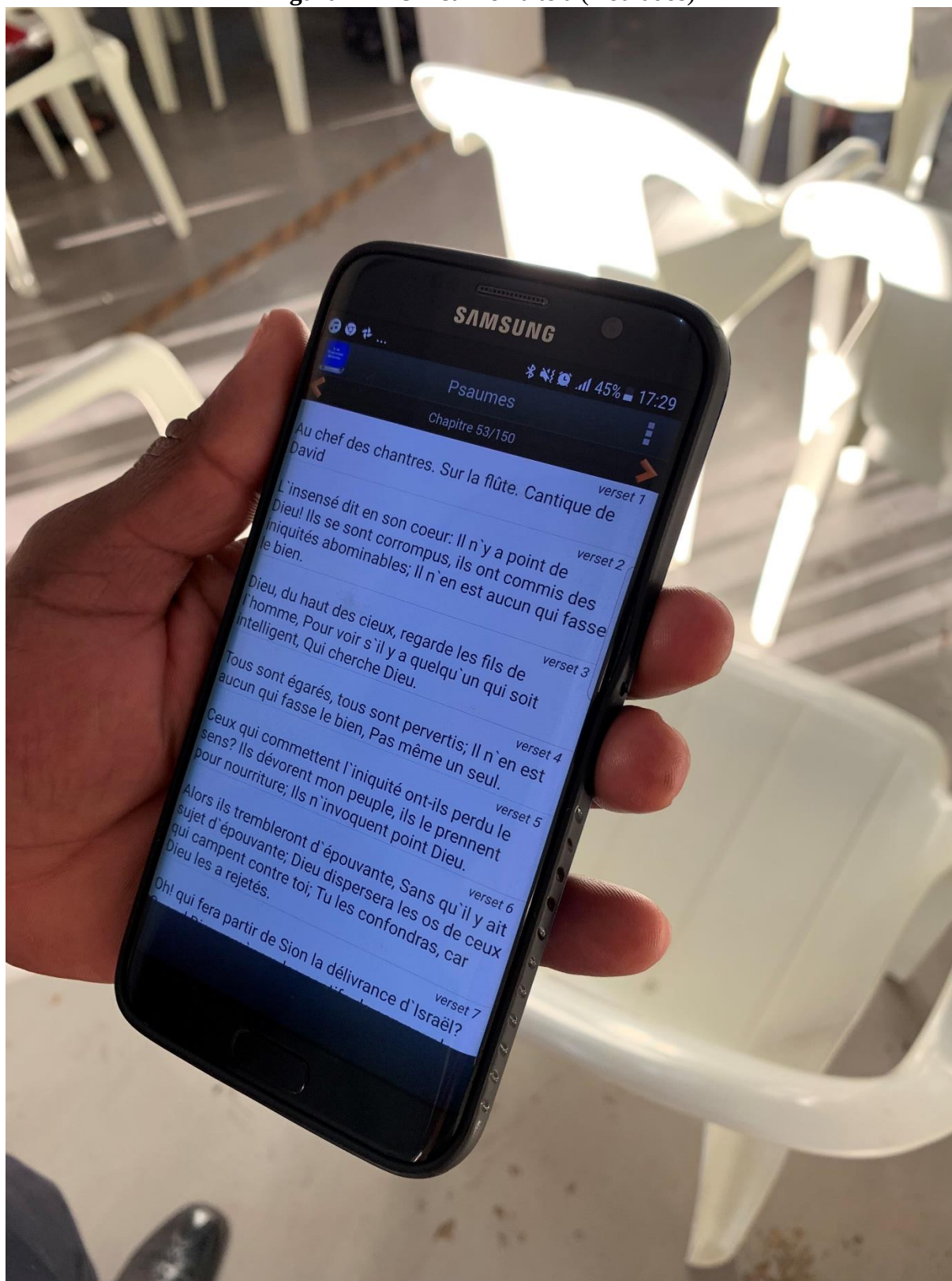


Fonte: próprio autor, 2019.

Figura 41 – Entre doces e licores (Campo Grande)



Fonte: próprio autor, 2017.

Figura 42 – Um salmo na tela (Dourados)

Fonte: próprio autor, 2019.

Figura 43 – O futebol de Domingo (Dourados)



Fonte: próprio autor, 2018.

Figura 44 – Fotógrafos (Dourados)



Fonte: próprio autor, 2018.

Figura 45 – De onde vim? (Campo Grande)



Fonte: próprio autor, 2019.

Figura 46 – Um encontro em Três Lagoas



Fonte: próprio autor, 2019.

7 CONCLUSÃO

Em janeiro de 2009, um ano antes de morrer com o terremoto de 12 de janeiro de 2010, o geógrafo Georges Anglade escreveu uma pequena carta em que afirmava que cerca de quatro milhões de haitianos viviam fora do Haiti, frente aos dez milhões que permaneceram no país. Ele apontava que o mapa da diáspora haitiana sugeria uma nova geografia, já que havia criado um espaço transnacional para além das fronteiras do Estado-nação, uma nova sociologia da classe média fora do país e uma nova economia com remessas de 2 bilhões de dólares anuais. Para ele, um outro Haiti possível precisaria contar com a configuração do novo espaço haitiano ou, se nada fosse feito, a imagem do mapa da diáspora seguiria sendo a de um país que perdeu a sua substância¹¹⁸.

As considerações de Anglade estão baseadas na história de mais de 100 anos de migração que marcaram e seguem marcando profundamente o Haiti. O processo colonial, as intervenções internacionais e a instabilidade política e econômica permanentes criaram condições de produção e reprodução da pobreza e apontaram a migração como alternativa de vida para milhões de pessoas, sejam elas migrantes ou não. Mais de um terço da população vive fora e faz com que as remessas sejam o principal aporte financeiro do país. Entretanto, ao mesmo tempo em que a diáspora haitiana traz alternativas de vida para milhares de famílias, ela retrata o precário quadro social vigente.

Tais condições, ainda no início do século XX, impulsionaram milhares de haitianos à migração sazonal para o trabalho nos canaviais da República Dominicana e de Cuba. A permanência de alguns grupos nos locais de trabalho originou consideráveis e contínuos fluxos migratórios ao longo de todo o século. O padrão temporário, masculino e documentado foi substituído, gradativamente, por outro marcado pela estadia definitiva, pela presença de famílias e pelo elevado grau de indocumentação. As comunidades de haitianos estabelecidas nesses países, embora volumosas, não simbolizam o sucesso de ser um sujeito diáspora como são considerados aqueles residentes nos países ricos.

Foram particularmente importantes as migrações em períodos de agudização das crises políticas e econômicas. Assim, no contexto da ocupação americana do Haiti (1915-1934), na ditadura da família Duvalier (1957-1986) e na instabilidade provocada pelo golpe de Estado em 1991, milhares de haitianos se destinaram principalmente aos Estados Unidos, ao Canadá e para a

¹¹⁸ Disponível em: <http://ile-en-ile.org/georges-anglade-les-haitiens-dans-le-monde/>

França. A continuidade desses fluxos alterou o padrão inicial, predominantemente de classe média e documentado, para outro mais pauperizado e com permanências não autorizadas. Cidades como Miami, Nova York, Montreal e Paris são, ainda hoje, espaços marcantes dessa diáspora e viram o desenvolvimento das segunda e terceira gerações de migrantes.

As dificuldades de ingresso nos destinos prioritários da migração haitiana provocaram o surgimento de uma migração por etapas. Alcançar os departamentos ultramarinos franceses da Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica e San Martin representava maior possibilidade de chegar à França. Do mesmo modo, residir regularmente nas Bahamas ou em Porto Rico poderia encurtar o caminho em direção aos Estados Unidos. Em muitos casos, a estadia temporária deu lugar à permanência.

Mais recentemente, países da América do Sul que não contavam com grupos significativos de migrantes haitianos passaram a fazer da parte dos destinos dessa população. Embora pequenos grupos já residissem em países como Venezuela, Equador e Brasil, o ano de 2010 marcou o início de uma nova fase da migração haitiana quando o terremoto agravou o precário quadro socioeconômico do Haiti. Entretanto, à catástrofe devem ser somadas outras causas como as dificuldades de acessar os destinos prioritários impostas pelas políticas migratórias restritivas, a presença da MINUSTAH liderada pelo Brasil, bem como o crescimento da economia brasileira no início do século XXI.

No novo contexto, as migrações incorporaram variados estratos sociais e não esteve restrito aos sobreviventes do terremoto e sim, envolveu pessoas de todo o Haiti, inclusive residentes em outros países como Equador e principalmente República Dominicana. As dinâmicas recentes da migração haitiana pela América do Sul demonstraram a importância das redes sociais na definição e redefinição dos itinerários assim como nos processos de adaptação e de mudança. Neste cenário, as informações repassadas pelos migrantes por meio dos aplicativos de celular desempenharam um importante papel.

No Brasil, demonstramos que os locais de entrada guardam estreita relação com o status migratório. No primeiro momento, entre os anos de 2010 e 2012, na ausência de documentação que permitisse o ingresso pelos aeroportos, as entradas foram efetuadas quase exclusivamente pelas fronteiras terrestres. A partir de 2012, com a possibilidade de obtenção do visto humanitário, as entradas terrestres se mesclaram com as aéreas. Entre 2016 e 2018, o acesso ao Brasil pelos postos da fronteira terrestre praticamente desapareceram face à entrada pelos principais aeroportos do

país. A partir de 2018, com as restrições aplicadas à concessão dos vistos, as entradas pelas fronteiras terrestres voltaram a ser majoritárias. Isso significou o desenvolvimento de novas estratégias de mobilidade para atravessar ou contornar as barreiras impostas.

A migração haitiana no Brasil, com um fluxo volumoso, inserido em um contexto de crise, oriundo de um país com línguas e costumes muito diferentes, deixou à mostra a inexistência de estrutura administrativa apropriada para as migrações internacionais. Por outro lado, ela foi fundamental para reativar a discussão em torno de políticas públicas e na elaboração e aprovação da Lei 13.445/2017, a Nova Lei de Migração. Também na academia, a migração haitiana fomentou discussões teóricas até então pouco desenvolvidas no Brasil, como migração e comunicação e famílias transnacionais.

No Mato Grosso do Sul, por meio da História Oral e da análise documental, nossa pesquisa identificou que a migração haitiana se desenvolveu em processos muito semelhantes aos visualizados em outros estados brasileiros. Enquanto o início do fluxo esteve vinculado ao recrutamento de haitianos no Acre, no Amazonas e em São Paulo para ocupar postos de trabalho disponíveis entre os anos 2012 e 2014, a continuidade e diversificação da migração se sustentou nas redes sociais entre familiares, amigos e conterrâneos.

A ação das redes sociais pode perpetuar fluxos migratórios mesmo quando as condições que os originaram mudem. Por isso, entre os nossos entrevistados, as afirmações do tipo “vim pra cá porque fui contratado para trabalhar na empresa x” deram lugar a frases do tipo “Vim porque tinha um amigo morando aqui” ou “Vim porque meu marido mandou me buscar”. Sem dúvida, as condições que originaram a migração haitiana para o Brasil são estruturais e permanecem, mas a ação das redes sociais favoreceu a perpetuação dos fluxos mesmo quando as condições no destino mudaram.

Os resultados desta pesquisa, obtidos por meio das narrativas dos migrantes, da observação participante e da análise de documentos oficiais, pode comprovar que, logo após o estabelecimento dos primeiros haitianos em municípios do estado do Mato Grosso do Sul, as redes migratórias, sustentadas nos laços de parentesco, amizade e conterraneidade se encarregaram de dar continuidade ao processo. A utilização de informações e recursos daqueles que migraram anteriormente tem sido frequente na migração haitiana no Mato Grosso do Sul e por isso é possível sustentar a tese de que essa migração está baseada no desenvolvimento das redes migratórias.

Verificamos que certas redes sociais foram utilizadas para proporcionar a migração de outras pessoas e assim se converteram em redes migratórias, mesmo que temporariamente. A configuração das redes migratórias dos haitianos no Mato Grosso do Sul apresenta um desenvolvimento inicial, mas bastante visível nos municípios estudados. Isso significa que, embora numerosas, geralmente se restringem a dois ou três momentos de agrupamento dos seus membros. O que pode ser explicado pelo fato de se tratar de uma migração recente e pelas dificuldades em levantar recursos que financiem novas chegadas.

As dificuldades de enviar remessas para familiares no Haiti ou em outros lugares têm se constituído um grande desafio para os haitianos residentes no Mato Grosso do Sul e é motivo frequente de preocupação e frustração. Isso se deve aos baixos salários recebidos e aos altos custos das despesas com alimentação e moradia, sem contar aqueles que amargam longas temporadas de desemprego para os quais a migração se converte em decepção e até arrependimento.

Notamos a predominância de um precário padrão residencial em todos os municípios observados. Casas de poucos cômodos geralmente são utilizadas para abrigar várias pessoas, nem sempre da mesma família, às vezes conterrâneos e em alguns casos recém conhecidos. A estratégia de compartilhamento dos custos de moradia é uma necessidade imposta frente aos baixos salários. Entre os haitianos é uma regra com poucas exceções. Apenas com as reunificações familiares essa regra tende a se alterar. Como desdobramento desse processo, nota-se um padrão de periferização dos migrantes que residem em bairros mais afastados das áreas centrais e menos dotados de infraestrutura.

A pesquisa nos registros da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério da Economia identificou um mercado de trabalho segmentado. Embora nos municípios de Campo Grande e Três Lagoas exista uma pequena diversificação das atividades desempenhadas, em Dourados e Itaquiraí estão quase todos empregados nos frigoríficos. Na maioria dos casos, trabalhos que demandam intensa atividade física às custas de baixos salários.

As entrevistas e a pesquisa de processos trabalhistas junto ao Tribunal Regional do Trabalho apontaram precárias condições de trabalho e, em alguns casos, superexploração dos migrantes. Alojamentos em condições degradantes, execução de horas extras sem remuneração adequada, demissão sem pagamento de verbas rescisórias, trabalho sem registro em Carteira e outras. Relatos de lesões osteomusculares, dores de cabeça, fadiga e enjoos são frequentes entre os trabalhadores dos frigoríficos.

O processo de feminização também foi notado na migração haitiana no Mato Grosso do Sul. A participação das mulheres nos registros de entrada passou de 8,7% em 2013 para 49% em 2017. Mas, ao contrário do que as abordagens tradicionais apontam, não se trata exclusivamente de processos de reunião familiar. Embora eles ocorram, trata-se também da migração de mulheres jovens e solteiras que migram com desejos de estudo, trabalho e ascensão social. Essas mudanças foram especialmente visíveis na observação participante nas festas, aulas, cultos e reuniões.

As reuniões familiares e novas uniões iniciadas no Brasil contribuíram para o surgimento da segunda geração de migrantes haitianos. Acompanhamos nascimentos, aniversários e matrículas em creches e escolas de algumas crianças e pudemos presenciar o drama dos pais que não encontram vagas suficientes, o que impede, em alguns casos, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que são elas as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos. São crianças que estão se desenvolvendo cognitivamente em contextos bilíngues e desafiam pais e professores nos processos de aprendizagem formal e não formal.

Outra tendência verificada na nossa pesquisa foi a mobilidade interna entre diversos municípios brasileiros. Diferente do período inicial, quando os empresários se deslocavam até aos trabalhadores, nos últimos anos, os migrantes foram em busca de empregos em uma variedade cada vez maior de destinos. As redes sociais dos haitianos têm sido importantes canais de transmissão de informações e recursos que possibilitaram a redefinição dos projetos migratórios. Particularmente no caso do Mato Grosso do Sul, foram visíveis deslocamentos de Itaquiraí para Dourados e de Três Lagoas e Dourados para Campo Grande.

No contexto de desaceleração da economia brasileira, entre os anos de 2015 e 2016, foram afetados setores que mantinham grande empregabilidade dos haitianos como a construção civil. Em consequência, milhares de postos de trabalho foram eliminados e reduziram as possibilidades de permanência no país. Em acréscimo, muitos empregados, descontentes com as condições de trabalho e com as remunerações, vislumbraram melhores alternativas no Chile e nos Estados Unidos. Muitos foram aqueles que abandonaram o Brasil, mas nem sempre tiveram suas expectativas realizadas, como demonstramos na pesquisa de campo no Norte do México.

As igrejas evangélicas têm se configurado importantes espaços de sociabilidade dos haitianos no Mato Grosso do Sul. Notamos que a tendência inicial dos haitianos de frequentarem igrejas brasileiras deu lugar a constituição de igrejas organizadas pelos próprios haitianos, com cultos totalmente em creóle. Além das estratégias de convivência, criação e fortalecimento dos

laços sociais, os cultos também funcionam como momentos de conexão com o Haiti. Não raras vezes, as preces se dirigem aos familiares que estão distantes ou ao próprio país de maneira abrangente.

Apesar de grande parte dos haitianos residentes no Mato Grosso do Sul se declararem protestantes, uma série de serviços tem sido prestados pelas entidades religiosas ligadas à Igreja Católica. Em Campo Grande, a Pastoral dos Migrantes funciona como importante apoio da Associação dos Haitianos. Em Três Lagoas, todo o trabalho de aquisição e renovação de documentos, bem como de orientação para os pedidos de reunião familiar é feito pela Pastoral do Imigrante. Em Dourados, a Casa Irmã Dulce, da Congregação das Irmãs de São José, é local de aulas, reuniões e assessoria para a aquisição de documentos. Em Corumbá, a Pastoral da Mobilidade Humana desempenha um importante papel de articulação das entidades de apoio aos haitianos que estão de passagem.

O surgimento das Associações de Haitianos nos municípios de Três Lagoas, Campo Grande e Dourados representaram possibilidades de organização e compartilhamento de experiências entre antigos e novos migrantes. Essas associações protagonizaram importantes reivindicações frente aos poderes públicos municipais e estadual, como acesso à documentação brasileira, aos serviços de saúde, educação e assistência social, mas também foram responsáveis pelos principais eventos de lazer como as tradicionais festas da bandeira em que celebram orgulhosamente, em uma noite, a história do Haiti. Nossas incursões junto aos membros das associações também notaram conflitos e fissuras no interior dos grupos que refletem a heterogeneidade dos sujeitos migrantes e das formas de organização.

É possível afirmar que a migração haitiana no estado do Mato Grosso do Sul encontra-se em desenvolvimento, com muitos projetos migratórios em aberto. Entre partir e ficar há um mundo de possibilidades que se alteram diante das circunstâncias marcadas pelas políticas migratórias, pelo desempenho econômico e pela atuação das redes sociais que alcançam dimensões transnacionais. Da estrita mobilidade da força de trabalho passou-se a uma heterogeneidade de perfis que envolvem estudantes universitários, crianças e pessoas mais velhas que vieram ao encontro dos seus filhos. Essa migração e sua intensa mobilidade entre os diversos polos nos forçou a ver para além da visão dualista entre origem e destino, mas a incorporar as marcantes experiências dos espaços de trânsito.

Por fim, acrescentamos que esta pesquisa, por objetivar analisar a configuração da migração haitiana no Mato Grosso do Sul, traçou um panorama do início e da continuidade do fluxo capaz de notar as transformações nas formas de entrada e distribuição espacial, bem como na composição do grupo e nas estratégias para circular e permanecer. Há, contudo, muitos desdobramentos e aprofundamentos possíveis de serem realizados com pesquisas futuras como o desenvolvimento da segunda geração de migrantes, a gestão do cuidado nas famílias transnacionais haitianas, o papel das igrejas na coesão social e o impacto das transformações nas políticas migratórias sobre as formas de mobilidade desses migrantes.

8 REFERÊNCIAS

ABAD, Rocío García. Las redes migratorias entre el origen y la Ría de Bilbao a finales del siglo XIX: una aproximación metodológica. **Revista de Demografía Histórica**, XX, I, 2002. p. 21-51.

_____. Un estado de la cuestión de las teorías de las migraciones. **Historia Contemporánea**, n. 26, 2003. p. 329-351.

ACOSTA, R. A. e ESQUIVEL, C. O. Los haitianos solicitantes de asilo a Estados Unidos en su paso por Tijuana. *Fronteira Norte*. V. 29, N. 58. 2017. p. 171-179.

AGENCIA EFE. **El Gobierno de Haití sube el salario mínimo en plena crisis económica y política**. 2019. Disponível em: <https://www.efe.com/efe/america/economia/el-gobierno-de-haiti-suba-salario-minimo-en-plena-crisis-economica-y-politica/20000011-4105569> Acesso feito em 16 de fevereiro de 2020.

AGLANDE, Georges. **Espace et liberté et Haiti**. ERCE. Montreal, 1982.

_____. Les Haïtiens dans le monde. **Île en Île**. 2019. Disponível em: <http://ile-en-ile.org/georges-anglade-les-haitiens-dans-le-monde/>. Acesso feito em: 27 de janeiro de 2020.

AIZENCANG, Perla. Campo social, vida y ser transnacional: una revisión contemporánea de los estudios transnacionales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. N. 219, 2013. p. 241-248.

ALARCÓN, Mauricio Burbano. Los Haitianos em Ecuador: uma aproximação desde el acceso a derechos. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOECHLIN, José. (eds.). **Migración Haitiana Hacia Sur Andino**. Santiago: SJM, 2017. p. 15-40.

ALFONSO, Haroldo Dilla. **La migración haitiana en el Caribe: una propuesta para la acción**. Servicio Jesuita de Migrantes. Santo Domingo, 2012.

ALVES, Isabel Perez. **Os haitianos na ocupação Progresso: O Direito à Cidade, a Imigração e a Luta pela Moradia em Porto Alegre**. Monografia (Graduação em Geografia). UFRGRS. Porto Alegre, 2016.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006. p. Vii-xxv.

ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de e BARBOSA, Marcelo Augusto Mendes. Identidade, mercado e imigração de haitianos em Porto Velho. **Revista Foco**. V. 11, N. 1. 2018. p. 78-94.

ARANGO, Joaquín. La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra. **Migración y desarrollo**. N. 1, 2003. p. 1-30.

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino e OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **O conceito de redes:** apontamentos referentes à imigração haitiana para o Brasil. CONINTER 3. Salvador, 2014. p. 164-176.

ARIAS, Patricia. Migración y remesas: los limites del capital social? In: ZUBIETA, Carlos Heredia y FLORES, Rafael Velázquez (Orgs.). **Perspectivas migratórias II.** La agenda pendiente de la migración. CIDE, 2012. p. 263-289.

ARIQUEMES ONLINE. 2014. Disponível em:

<http://ariquemesonline.com.br/noticia.asp?cod=291551&codDep=38> Acesso feito em 17 de julho de 2018.

AUDEBERT, Cédric. Immigration et insertion urbaine en Floride: le rôle de la famille transnationale haïtienne. **Revue Européenne des Migrations Internationales.** vol. 20, n° 3, 2004. p. 127-146.

_____. **La diaspora haitienne.** Territoires migratoires et réseaux. Rennes: Éditeur Presses universitaires de Rennes, 2012.

_____. The recent geodynamics of Haitian migration in the Americas: refugees or economic migrants? **Revista Brasileira de Estudos Populacionais.** Belo Horizonte, v.34, n.1, jan./abr. 2017. p. 55-71.

AYRES, Marcela. **Seis formas de enviar ou receber dinheiro do exterior.** 2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/seis-formas-enviar-ou-receber-dinheiro-exterior-564526/> Acesso feito em: 15 de dezembro de 2019.

ÁVILA, Otávio Cezarini. **O Haiti em Curitiba:** um olhar interpretativo das práticas comunicativas dos haitianos no novo território. Dissertação (Mestrado em Comunicação). UFPR. Curitiba, 2016.

BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta. Imigração haitiana em São Paulo: perfil e ocupação. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

_____. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População.** V.34, N.1, 2017. p.119-143.

BARROS, Carolyne Reis. **Trabalho e território de haitianos na Região Metropolitana de Belo Horizonte:** precariedade e resistência. Tese (Doutorado em Psicologia Social). USP. São Paulo, 2017.

BAPTISTE, Chandelaine Jean e VIEIRA, Joice Melo. Catástrofe ambiental e migração internacional: a perspectiva dos migrantes haitianos na cidade de São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BARRANDEGUY, Tomás. **Haitianos, más de 2.500 historias de una comunidad que crece en la ciudad**. La Capital, 2017. Disponível em: <https://www.lacapital.com.ar/la-ciudad/haitianos-mas-2500-historias-una-comunidad-que-crece-la-ciudad-n1338558.html> Acesso feito em: 30/11/2017.

BASCH, Linda, GLICK-SCHILLER, Nina e BLANC-SZANTON, Cristina. **Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states**. Londres e Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

BASTIDE, Roger; MORIN, Françoise e RAVEAU, François. **Les Haïtiens en France**. Paris: Ed. Mouton – la Haye, 1974.

BEETON, Dan. **Soldiers Without a Cause: Why Are Thousands of UN Troops Still in Haiti?** 2012. Disponível em: <http://cepr.net/publications/op-eds-columns/soldiers-without-a-cause-why-are-thousands-of-un-troops-still-in-haiti> Acesso feito em 06/08/2017.

BEJARANO, Celso. **Sem dinheiro, malas ou visto, 8 haitianos são detidos em MS**. 2010. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/sem-dinheiro-malas-ou-visto-8-haitianos-sao-detidos-em-ms,77491054a250b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> Acesso feito em: aceito feito em 20 de setembro de 2019.

BERNARDES, Pedro Henrique Dias Alves. A apatridia dentro do regime interamericano de direitos humanos: o caso de dominicanos de ascendência haitiana. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo, 2016. p. 1-14.

BERNARTT, Maria de Lourdes e GIACOMINI, Taize. **Trabalhadores haitianos em Pato Branco – PR: desafios para a inserção social, educacional e linguística**. Anais do VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Rio de Janeiro, 2015.

BESSI, Renata. **Centroamérica: el corredor invisibilizado de la migración**. Avispa Mídia. 2017. Disponível em <https://avispa.org/centroamerica-el-corredor-invisibilizado-de-la-migracion/>. Acesso feito em 26 de janeiro de 2019.

_____. **Haitianos cambian rutas de migración tras crisis en Brasil**. 2018. Disponível em: <https://subversiones.org/archivos/131801> Acesso feito em 22 de julho de 2019.

BINFORD, Leigh. Remesas y subdesarrollo em Mexico. **Revista Relaciones**. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. N. 90, V. XXIII. 2002. p. 116-158.

BLACKMAN, Cledenice. Um século de imigração afro-antilhana no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOUCRAD, Alix. **La Communauté Haitienne de Montréal**. Laval, Québec: La Fondation littéraire Fleur de Lys, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 65-69.

BRAVO, Josué. **Más de 20 mil migrantes africanos y haitianos ingresan a Costa Rica**. La Prensa, 2017. Disponível em: <https://www.laprensa.com.ni/2017/01/14/nacionales/2165692-mas-de-20-mil-migrantes-africanos-y-haitianos-ingresan-a-costa-rica> Acesso feito em 08/01/2018.

BRASIL. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

_____. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

_____. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração.

_____. **Portaria Interministerial 10, de 6 de abril de 2018**. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

_____. **Portaria 1.127, de 14 de outubro de 2019**. Define as datas e condições em que as obrigações de prestação de informações pelo empregador nos sistemas CAGED e RAIS serão substituídas pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

_____. **Portaria Interministerial 12, de 20 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

BRIGHTWELL, Maria das Graças S. L. et al. Haitianos em Santa Catarina: trabalho, inclusão social e acolhimento. In: BAENINGER, Rosana et al. **Imigração Haitiana no Brasil**. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine e DALMASO, Flávia Freire. Revisitando o vodu: interações e movimentos entre humanos e espíritos em dois contextos haitianos. **Campos**. V. 20, n. 1, 2019. p. 41-54.

CALMONT, André. **Les Haïtiens en Guyane**: une communauté en voie d'intégration?. In: Espace, populations, sociétés. 1993. p. 427-434.

CANALES, Alejandro e ZLOLNISKI, Christian. Comunidades transnacionales y migración en la era de la globalización. **Notas de Población**. N. 73, 2001. p. 221-252.

CÁRDENAS, Ireri Ceja. Migraciones haitianas em la región andina. **Andina Migrante**. Ecuador: FLACSO, 2015. p. 2-15.

CARRERA, Gabriela Bernal. La migración haitiana hacia Brasil: Ecuador, país de tránsito. In: La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos. **Cuadernos migratorios nº6**. OIM, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark J. **La era de las migraciones**: movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

CASTOR, Suzy. Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti. **Revista Brasileira de História**. vol. 6 no 12. São Paulo, 1986.

_____. **La ocupación norteamericana de Haití y sus consecuencias**. 1915-1934. Santo Domingo: Fundación Juan Bosch, 2016.

CHARRY, Laura. Todos giran. **Avianca em revista**. Set. 2017. p. 88-89.

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* (Orgs). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro**. Relatório Anual 2015. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2015.

_____. Um convite às teorias e conceitos sobre migrações internacionais. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 11-30.

CAVALCANTI, Leonardo, OLIVEIRA, Tadeu de e MACEDO, Marília de. **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2019. Série Migrações. OBMIGRA. Brasília, 2019.

CHAVES JR. **Um olhar sobre o Haiti**. Refúgio e migração como parte da história. Brasília: LGE Editora, 2008.

CHILE. **Nueva Ley de Migraciones**. Disponível em: <https://www.gob.cl/nuevaleydemigracion/> Acesso feito em 23 de agosto de 2018.

CNIG – Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 27**, de 25 de novembro de 1998. Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração. Brasília, 1998.

_____. **Resolução Normativa nº. 97**, de 12 de janeiro de 2012. Dispõe sobre a concessão de visto permanente previsto no art. 16 da Lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília, 2012.

_____. **Resolução Normativa nº 102**, de 26 de abril de 2013. Altera a Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012. Brasília, 2013.

COSTA, Gelmino. Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do migrante (relato). **Travessia** (São Paulo). V. 68. 2011. p. 83-88.

_____. Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora! **Travessia** (São Paulo). V. 70. 2012. p. 91-98.

_____. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010 a 2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de Migração**, n. 8. Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, 2016.

CORREA, Marina Aparecida Pimenta da Cruz e ALMEIDA, Valquíria. A migração haitiana no estado de Minas Gerais: um estudo sobre políticas de educação inclusiva para imigrantes haitianos no município de Contagem. **Pensar Acadêmico**. V. 16, N. 1. 2018. p. 125-137.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Trajetórias geográficas**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de Mestrado. Porto Velho: UNIR, Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais, 2014.

_____. **Aletranje**: a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano – o Brasil como uma nova baz. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). UNIR, 2019.

COTINGUIBA, Geraldo Castro e PIMENTEL, Marília Lima. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **Travessia** (São Paulo), v. 70, 2012. p. 99-106.

COTINGUIBA, Geraldo Castro e GOTINGUIBA, Marília Lima. Fronteiras e aspectos do rito de mudança de categoria jurídico-política dos sujeitos haitianos em mobilidade transnacional no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

COTINGUIBA, Marília Lima, COTINGUIBA, Geraldo Castro e BAENINGER, Rosana. **Haitianos na Amazônia – pessoas em trânsito para uma cidade em transformação socioespacial**: um estudo de caso em Porto Velho. XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade**: os desafios e as possibilidades da transição democrática no Haiti. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

DALMASO, Flávia. Heranças de família: terras, pessoas e espíritos no Sul do Haiti. **Mana**, 24:3, 2018. p. 96-123.

_____. Família. In: NEIBURG, Frederico (Org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2019. p. 53-79.

DANTIL, Louis. **Desigualdad y participación política de las mujeres en Haití**: entre luchas, obstáculos y logros. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DEPARTAMENTO DE EXTRANJERÍA Y MIGRACIÓN DE CHILE. **Estadísticas Migratorias**. 2020. Disponível em: <https://www.extranjeria.gob.cl/estadisticas-migratorias/>. Acesso feito em: 22 de janeiro de 2020.

DESINFORMEMONOS. **Diariamente llegan a México 300 haitianos en busca de alcanzar Estados Unidos**. 2016. Disponível em <https://desinformemonos.org/diariamente-llegan-a-mexico-300-haitianos-en-busca-de-alcanzar-estados-unidos/>. Acesso feito em 30 de janeiro de 2019.

DESROSIERS, Michaëlle. **Trabalho, mulheres negras e zonas francas no Haiti contemporâneo**: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento. Tese (Doutorado em Sociologia). UNICAMP, 2014.

DIAS, Guilherme Mansur. Trata de personas, tráfico de migrantes y la gobernabilidad de la migración a través del crimen. **Etnográfica**. V. 21: 3, 2017. p. 541-554.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online). V. 21, n. 2, 2017. p. 384-396.

DIÓGENES, Juliana e MONTEIRO, Tânia. Rede de 'coiotes' já faturou US\$ 60 mi com haitianos, diz relatório. **ESTADÃO**, 2015. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rede-de-coiotes-ja-faturou-us-60-mi-com-haitianos-diz-relatorio,1692709> Acesso feito em 10/12/2017.

DOMENECH, Eduardo. “Las migraciones son como el agua”: Hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”, **Polis**. n 35, 2013. p. 119-142.

DORINO, Ambroise. **En vue de l'action**: Portait de la Communauté Haïtienne au Québec. Document du SJRM de la Province de Canada Français, 2009.

DUBUISSON, Pascal Ustin. **Sobreviventes:** ciudadanos del mundo. Tijuana: Ediciones ILCSA, 2018.

DUTRA, Délia. Migrantes haitianos e mercado de trabalho no Distrito Federal. Uma análise sociológica a partir da perspectiva das relações sociais de gênero. **Périplos**. 2017. p. 47-57.

DURAND, Jorge. Circuitos migratorios en el Occidente de México. **Revue Européenne des Migrations Internationales**. V. 2, n. 2, 1986. p. 49-67.

_____. Balance migratório en America Latina. In: DURAND, Jorge e SCHIAVON, Jorge A (Orgs.). **Perspectivas migratorias**. Un analisis interdisciplinario de la migracion. CIDE, 2010. p. 25-68.

_____. **Haiti y la salida migratoria**. La Jornada, 2010.

DURAND, Jorge e MASSEY, Douglas. **Clandestinos:** migración México-Estados Unidos en los albores del siglo XXI. Universidad Autónoma de Zacatecas/Miguel Ángel Porrúa, 2009.

EBERHARDT, Leonardo Dresch. **Haitianos em Cascavel, Paraná:** história, trabalho e saúde. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

ECURED - ENCICLOPEDIA COLABORATIVA EM LA RED CUBANA. **Inicialización de la inmigración haitiana em Banes**. s/d. Disponível em: https://www.ecured.cu/Inicializaci%C3%B3n_de_la_inmigraci%C3%B3n_haitiana_en_Banes. Acesso feito em: 22/09/2017.

EL COLEF. **Migrantes haitianos y centroamericanos en Tijuana, Baja California, 2016-2017**. Políticas gubernamentales y acciones de la sociedad civil. Tijuana: El Colef e CNDH México, 2018.

EL TIEMPO. **La travesía de migrantes haitianos en Colombia**. 2016. Disponível em <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/inmigrantes-haitianos-en-colombia-36337>. Acesso feito em 25 de janeiro de 2019.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Estatísticas | Brasil | Frangos de corte**. 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/cias/estatisticas/frangos/brasil>. Acesso feito em: 29 de novembro de 2019.

ESQUERDA DIÁRIO. **Casas são incendiadas durante reintegração de Posse da Ocupação Progresso em Porto Alegre**. 2018. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Casas-sao-incendiadas-durante-reintegracao-de-Posse-da-Ocupacao-Progresso-em-Porto-Alegre>. Acesso feito em: 20 de agosto de 2019.

EVANGELISTA, Irene Duffard. **Del caribe haitiano a la Argentina:** trayectorias de cuerpos en movilidad humana pos terremoto 2010. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

FAGEM, Patricia Weiss *et al.* **Haitian diaspora associations and their investments in basic social services in Haiti**. Georgetown University, 2009.

FAIST, Thomas. Transnational social spaces out of international migration: evolution, significance and future prospects. **Archives Europeennes de Sociologie**. V. 39:2, 1998. p. 213-247.

_____. The Border-Crossing Expansion of Social Space: Concepts, Questions and Topics. In: FAIST, Thomas e OZVEREN, Eyup. **Transnational social spaces: agents, networks and institutions**. Routledge, 2004. p. 1-34.

FERNANDES, Duval. (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Belo Horizonte: TEM/IOM-IOM/PUC Minas/ Gedep, 2014.

FERNANDES, Duval, MILESI, Rosita e FARIA, Andressa. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. **Refúgio, Migração e Cidadania**. Caderno de Debates 6. IMDH. Brasília, 2011. p. 73-98.

FERNANDES, Duval, CASTRO, Maria da Consolação Gomes de, RIBEIRO, Carolina. **Migração Haitiana para o Brasil: Minas Gerais como destino, a fala dos haitianos**. XVI Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina, 2014.

FERNANDES, Duval e FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V.34, N.1, 2017. p.145-161.

FERNANDEZ, Eric. **A Community in the Crosshairs of the Dominican Republic's Naturalization Law**. 2015. Disponível em: https://www.vice.com/en_us/article/kz9avv/in-photos-a-community-in-the-crosshairs-of-the-dominican-republics-naturalization-law Acesso feito em: 23 de janeiro de 2020.

FIOD, Ana. Feitiço. In: NEIBURG, Frederico (Org.). **Conversas etnográficas haitianas**. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2019. p. 193-228.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Empresa contratada pela MINUSTAH diz ter jogado cédulas no lixo**. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u92623.shtml> Acesso feito em 06/08/2017.

FONSECA, Paulus Vinicius da Rocha e GOMES, Sérgio Bittencourt Varella. Configurações de redes de rotas de empresas aéreas – modelos básicos. **BNDES Setorial**. n 42. p. 217-244.

FREIRE, Paulo Paixão Alves. **Narrativas de imigrantes haitianos em Cuiabá-MT: formação escolar e profissional como perspectivas de inserção social**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFMT. Cuiabá, 2017.

FUSCO, Wilson e REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. Redes Sociais. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 615-617.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: LePM, 2014.

GAMBURD, Michele Ruth. Milk Teeth and Jet Planes: Kin Relations in Families of Sri Lanka's Transnational Domestic Servants. **City and Society**. 20(1). 2008. p. 5-31.

GARBEY-BUREY, R. M. Estrategias migratorias en el tránsito de emigrantes haitianos hacia Estados Unidos. **Huellas de la Migración**, Vol. 2 N. 4, 2017. p. 93-123.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GEORGE, Karen e STRATFORD, Elaine. Oral History and Human Geography. In: HAY, Iain. **Qualitative Research Methods in Human Geography**. 3ª ed. Ontario: Oxford, 2010. p. 139-151.

GLICK-SCHILLER, Nina. Locality, Globality and the Popularization of a Diasporic Consciousness: Learning from the Haitian Case. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York: Routledge, 2011. p. xxi-xxix.

GLICK-SCHILLER, Nina *et al*. ALL IN THE SAME BOAT? Unity and Diversity in Haitian Organizing. **Caribbean Life in New York City**. New York, 1987. p. 167-184.

GLICK-SCHILLER, Nina e FOURON, Georges E. Terrains of blood and nation: haitian transnational social fields. **Ethnic and Racial Studies**. 22:2, 1999. p. 340-366.

GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda e BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, 1992. p. 1-24.

_____. From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration. **Anthropological Quarterly**, V. 68:1, 1995. p. 48-63.

GOMBATA, Marsília. **Cansados da miséria crônica, haitianos buscam nova vida no Brasil**. 2014. <https://www.alainet.org/es/node/102293> - Haitianos na Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. Acesso em: 16/06/2019.

GOMES, Thalles. Notas sobre a questão agrária haitiana. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, Rita de Cássia e LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. **Revista Katál**. V. 10, 2007. p. 83-92.

GOSS, Jon e LINDQUIST, Bruce. Conceptualizing International Labor Migration: A Structuration Perspective. **International Migration Review**. V. 29: 2, 1995. p. 317-351.

GRANOVETTER, Mark S. The Strength of Weak Ties. **The American Journal of Sociology**. V. 78, n. 6, 1973. p. 1360-1380.

GRONDIM, Marcelo. **Haiti: cultura, poder e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

GUARNIZO, Luis Eduardo. The Emergence of a Transnational Social Formation and The Mirage of Return Migration Among Dominican Transmigrants'. **Identities**. N. 4:2, 1997. p. 281-322.

_____. The Economics of Transnational Living. **The International Migration Review**. V. 37, n. 3, 2003. p. 666-699.

GUILHERME, Ana Júlia. **Imigrantes haitianos e senegaleses no Brasil: trajetórias e estratégias de trabalho na cidade de Porto Alegre – RS**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRGS. Porto Alegre, 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HECK, Fernando Mendonça. Uma Geografia da degradação do trabalho. **Revista Percorso – NEMO**. V. 5. N. 1. 2013. p. 3-31.

HERRERA, Gioconda. **Lejos de tus pupilas: familias transnacionales, cuidados y desigualdad social**. Quito: FLACSO, Sede Ecuador, 2013.

HOCHSCHILD, Arlie Russel. As cadeias globais de assistência e a mais valia emocional. In: HUTTON, Will e GIDDENS, Anthony. **No limite da racionalidade**. Convivendo com o capitalismo global. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette y ÁVILA, Ernestine. “I’m here but I’m there”. The Meanings of Latina Transnational Motherhood. **Gender and Society**. Vol. 11, N. 5. 1997. p. 548-57.

HURBON, Laennec. **O Deus da resistência negra: o vodu haitiano**. São Paulo: Paulinas, 1987.

ICART, Jean-Claude. **Le Québec et Haïti: Une histoire ancienne**. Cap-aux-Diamants 79, 2004. p. 30–34.

ISGOROGOTA, Judas. **Os que vêm de longe**. São Paulo: Saraiva, 1954.

LIMA, Alexandre. **Governo do Acre fecha abrigo na Chácara Aliança e vai apenas orientar imigrantes**. 2016. <https://www.oaltoacre.com/governo-do-acre-fecha-abrigo-na-chacara-alianca-e-vai-apenas-orientar-imigrantes/> Acesso feito em 29 de julho de 2018.

JACKSON, Regine O. The uses of diaspora among Haitians in Boston. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York: Routledge, 2011. p. 135-162.

_____. The failure of categories: haitians in the United Nations Organization in the Congo, 1960-1964. **The Journal of Haitian Studies**. V. 20, nº1, 2014. p. 34-64.

JACQUES, Ermitte St. Between Periphery and Center in the haitian Diaspora. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York: Routledge, 2011. p. 91-110.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Tousaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.

JESUS, Alex Dias de. A mobilidade Haitiana no Mato Grosso do Sul. **Anais do VI Seminário Internacional América Platina**. Campo Grande: 2016. Disponível em: http://eventos.sistemas.uems.br/assets/uploads/eventos/88a59795508e69486b5c940014affe2c/anais/1_2016-11-13_20-13-00.pdf

_____. Configurações da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. **Travessia** - Ano XXXI, Nº 84. 2018. p. 113-126.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRJ/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2015.

_____. Criando associações: migrantes haitianos na Guiana Francesa e no Brasil. **Refúgio, Migração e Cidadania**. Cadernos de debates 11. IMDH. Brasília, 2016. p. 43-64.

_____. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. **Périplos**. 2017. p. 7-26.

KOTSIFAS, Camila Franco. **Análise da qualidade de vida da população haitiana residente no município de Maringá-PR**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). UEM. Maringá, 2016.

LAETHIER, Maud. The role of Suriname in Haitian migration to French Guyana. Identities on the move and border crossings. In: E. B. Carlin, I. Léglise, B. Migge, P. Tjon Sie Fat (eds), **In and out of Suriname: language, mobility and identity**. Brill, Leiden Boston, 2015. p. 229-251.

LA NACIÓN. **Chile impulsa plan de retorno de haitianos a su país**. 2018. Disponível em: <https://www.nacion.com/el-mundo/interes-humano/chile-impulsa-plan-de-retorno-humanitario-de/MXSXTJJOVZGW3I5S2V2V5M6OGA/story/> Acesso feito em: 23 de janeiro de 2020.

LEÃO, Luís Henrique da Costa *et al.* Migração internacional, saúde e trabalho: uma análise sobre os haitianos em Mato Grosso, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**. N. 33. 2017. p. 1-7.

LEE, Sabine e BARTELS, Susan. **Os filhos abandonados da ONU no Haiti**. El País, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html> Acesso feito em: 30 de dezembro de 2019.

LEVITT, Peggy e GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. **International Migration Review**, 38: 145, 2004. p. 595-629.

LIMA, Alexandre. **Governo do Acre fecha abrigo na Chácara Aliança e vai apenas orientar imigrantes**. 2017. Disponível: <https://oaltoacre.com/governo-do-acre-fecha-abrigo-na-chacara-alianca-e-vai-apenas-orientar-imigrantes/>. Acesso feito em: Acesso feito em 29 de julho de 2018.

LIMA, Fábio de. **Internacionalização e reestruturação produtiva no setor avícola de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: UFGD, 2017.

LINDE, Pablo. **El país de los maestros que no saben enseñar**. El País, 2018. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2018/02/12/planeta_futuro/1518475813_984443.html . Acesso feito em: 1 de dezembro de 2019.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Revista Estudos Feministas**, 15(3). 2007. p. 805-821.

LUBE-GUIZARDI, Menara y GARCÉS, Alejandro. Circuitos migrantes. Itinerarios y formación de redes migratorias entre Perú, Bolivia, Chile y Argentina en el norte grande chileno. **Papeles de Población**. N. 78. 2013. p. 65-110.

LUSSI, Carmem. Teorias da Mobilidade Humana. In: DURAND, Jorge e LUSSI, Carmem. **Metodologias e Teorias no Estudo das Migrações**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MACHADO, Felipe. **Crise faz aumentar procura por assistência social em Bento**. 2016. Disponível em: <http://difusora890.com.br/crise-faz-aumentar-procura-por-assistencia-social-de-haitianos-em-bento/>. Acesso feito em: 27 de agosto de 2019.

MACHADO, Jesús. Haití está en Venezuela. **Solidariedade Social**, 2010. p. 82-84.

MACHADO, Lia Osório. Região, Cidades e Redes Ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos Antonio e GALVÃO, Antonio Carlos (Orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. O desafio urbano-regional. São Paulo: Ed.UNESP, 2003. p. 695-707.

MACHADO, Maricel Romero y LORES, Diosveldy Navarro. La inmigración haitiana hacia Guantánamo. Principales aportes culturales. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, 2014. Disponível em: <http://caribeña.eumed.net/inmigracion-haitiana/> Acesso feito em 23/09/2017.

MACHE, Yalaxy Castañeda e LIMONTA, Ileana Hodge. **El vodu**. Su impronta en la cultura religiosa cubana. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil socioeconômico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependências de remessas no Haiti.** Tese (Doutorado em Demografia). UNICAMP. Campinas, 2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires e BAENINGER, Rosana. O Haiti é aqui: haitianos em Santa Catarina e o conceito de síndrome emigratória. **Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais.** São Pedro/SP. 2014.

_____. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires, BÓGUS, Lúcia e BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana.** Brasília. V. 26, N. 52. 2018. p. 75-94.

MAGLIANO, María José e CLAVIJO, Janneth. La trata de persona en la agenda política sudamericana sobre migraciones: La securitización del debate migratorio. **Análisis Político.** V. 24:71. 2011. p. 1-17.

MALEMBE. **Inmigración haitiana a Cuba.** 2013. Disponível em: <https://mayombe.net/2013/01/12/inmigracion-haitiana-a-cuba/> Acesso feito em 21/09/2017.

MAMED, Letícia e LIMA, Eunice Oliveira de. Movimento de trabalhadores haitianos para o Brasil nos últimos cinco anos: a rota de acesso pela Amazônia sul ocidental e o acampamento público de migrantes no AC. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

MANICA, Carmem Aparecida. **A migração haitiana e a inserção no mercado de trabalho na cidade de Cascavel/PR.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNIOESTE. Toledo, 2018.

MANIGAT, Leslie. Da hegemonia francesa ao imperialismo americano: In: Marc Ferro (org.). **O livro negro do colonialismo.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.

MARIA, Ana. **Grupos de base haitianos contra “atraente” lei de mineração.** 2013. Disponível em: <https://envolverde.cartacapital.com.br/grupos-de-base-haitianos-contr-aatraente-lei-de-mineracao/> Acesso feito em: 18 de janeiro de 2020.

MARTÍNEZ, Samuel. The onion of oppression: haitians in the Dominican Republic. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora.** New York: Routledge, 2011. p. 51-70.

MARTINS, Isis do Mar Marques. **Do Haiti ao Brasil: estratégias de mobilidade e permanência em grupos migrantes.** Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.

MARTINS, José Renato Vieira *et al.* **A Diáspora Haitiana**: da utopia à realidade. UNILA/USP. Foz do Iguaçu, 2014.

MASSEY, Douglas, S. *et al.* **Los ausentes**. El proceso social de la migración internacional en el occidente de México. Ciudad de México: Editorial Patria, 1991.

MASSEY, Douglas, S. *et al.* Teorías de Migración Internacional: uma revisão y aproximación. Tradução de Augusto Aguilar Calahorro. **Revista de Derecho Constitucional Europeo**, nº 10. 2008. p. 435-478.

MATIJASCIC, Vanessa Braga. **Haiti**: segurança e desenvolvimento no início dos anos 1990. Curitiba: Appris, 2014.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 14.558**, de 12 de setembro de 2016. Institui o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul. Diário Oficial Estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 13 de setembro de 2016.

_____. **Decreto nº 14.559**, de 12 de setembro de 2016. Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o Centro de Atendimento em Direitos Humanos, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. Diário Oficial Estado do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 13 de setembro de 2016.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e HOLANDA, Fabíola. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018.

MENIN, Assis Felipe. Novos imigrantes em Caxias do Sul (RS): identidade e história oral. **Ponto e Vírgula** - PUC SP - N. 20. 2016. p. 42-65.

MENINO, Thomas. **Imagine all the people**: Haitian immigrants in Boston. City of Boston, 2009.

MEZZADRA, Sandro. Multiplicação das fronteiras e práticas de mobilidade. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XXIII, n. 44, 2015. p. 11-30.

MIGRAMUNDO. **Imigrantes no Acre**: situação próxima do caos, entidades no limite e críticas à atuação dos governos. 2014. Disponível em: <http://migramundo.com/imigrantes-no-acre-situacao-proxima-do-caos-entidades-no-limite-e-criticas-a-atuacao-dos-governos/> Acesso feito em: 17 de julho de 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário Estatístico da RAIS – 2011-2018**. Brasília: MTE, 2018. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/anuario-rais> Acesso em 18 de agosto de 2019.

MIRANDA, Suélen Cristina de Miranda e JUNQUEIRA, Mário Jorge da Silveira. Haitianos no Brasil: compreendendo o movimento migratório a partir da cidade de Cajamar/SP. **Ponto e Vírgula - PUC SP** - N. 18. 2015. p. 108-125.

MISSÃO PAZ. **Simpósio internacional debate relação entre religião e migração**. 2016. Disponível em: <http://www.missaonspaz.org/noticias/acotamientos/09-06-2016/simpso-internacional-debate-relao-entre-religio-e-migrao>. Acesso feito em: 12 de junho de 2019.

MONTINARD, Mélanie Véronique Léger. **Pran wout la**: dinâmicas da mobilidade e das redes haitianas. Tese (Doutorado em Antropologia) UFRJ, 2019.

MOONEY, Margarita. Mediating Institutions and the Adaptation of Haitian Immigrants in Paris. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York: Routledge, 2011. p. 113-134.

MOREIRA, Assis. **Fluxo de remessas de emigrantes pode chegar a US\$ 616 bi**. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/coluna/fluxo-de-remessas-de-emigrantes-pode-chegar-a-us-616-bi.ghtml> Acesso feito em: 15 de dezembro de 2019.

MURIEL, Maria Cecília Ruiz e VELASCO, Soledad Álvarez. Excluir para proteger: la “guerra” contra la trata de personas y el tráfico de migrantes y las nuevas lógicas de control migratorio en Ecuador. **Estudios Sociológicos**. N. 111, 2019. p. 689-725.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 17-38.

NASCIMENTO, Sebastião. **Da crise às ruínas**. Impacto do terremoto sobre o ensino superior no Haiti. Curitiba: Huya, 2013.

NAVARRO, Karla. **Migrantes haitianos, un parteaguas en la organización ciudadana de Tijuana**. 2018. Disponível em <http://www.conacytprensa.mx/index.php/ciencia/humanidades/22276-migrantes-haitianos-organizacion-tijuana>. Acesso feito em 20 de janeiro de 2019.

NICARÁGUA. **Lei n. 240/1996 - ley de control de tráfico de migrantes ilegales**.

NIETO, Carlos. **Migración haitiana a Brasil**: redes migratorias y espacio social transnacional. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

O GIRASSOL. **Pela primeira vez, estudantes haitianos se formam na UNILA.** 2019. Disponível em <http://www.ogirassol.com.br/especial/pela-primeira-vez-estudantes-haitianos-se-formam-na-unila>. Acesso feito em 02 de agosto de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES – OIM. **Actualités, messages importants.** 2018. Disponível: <https://haiti.iom.int/bvac/fr/actualités-messages-importants>. Acesso feito em: 12 de novembro de 2018.

_____. **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020.** Genebra: Organização Internacional para as Migrações, 2019.

OLIVEIRA, Adriana Capuano e ARAÚJO, Adriano Alves Aquino. O Imigrante haitiano em São Paulo: reflexões a partir do campo etnográfico. In: BAENINGER, Rosana *et al.* (Orgs.). **Migrações Sul-Sul.** Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp. Campinas, 2018.

OLIVEIRA, Márcio de. Haitianos no Paraná: distinção, integração e mobilidade. **Périplos** - Revista de Investigación sobre Migraciones. Vol. 1. N. 1. 2017. p. 27-46.

OLIVEIRA, João Naves. **22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia.** 2010. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,22-haitianos-sao-detidos-na-fronteira-com-a-bolivia,526305>. Acesso feito em 28 de julho de 2018.

ORTIZ, Fernando. **Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar.** Pensamiento cubano. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1983.

PAPADOPOULOS, Dimitris, STEPHENSON, Niamh e TSIANO, Vassilis. **Escape Routes.** Control and Subversion in the Twenty-first Century. Londres: Pluto Press, 2008.

PARREÑAS, Rachel Salazar. **Children of Global Migration.** Transnational Families and Gendered Woes. Stanford: Stanford University Press, 2005.

PARISE, Paolo. A Missão Paz e a acolhida a imigrantes haitianos e haitianas em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil.** Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

PASCALE, Pablo. Familia Transnacional. **Revista Relaciones.** N. 265. 2006. Disponível em: <http://www.chasque.net/frontpage/relacion/0606/index.htm>. Acesso feito em 10 de outubro de 2019.

PEDEMONTE, Nicolás Rojas. y BUENO, Sebastián. Redes de inclusión: estudio estadístico de las condiciones sociolaborales de migrantes en Arica. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas y VICUÑA, José Tomás (eds.). **Migración y Trabajo.** Estudios y propuestas para la inclusión sociolaboral de migrantes en Arica. Santiago: OIM, SJM, 2014. p. 56-100.

PEDEMONTE, Nicolás Rojas, AMODE, Nassila y VÁSQUEZ, Jorge. Migración Haitiana Hacia Chile: origen y aterrizaje de nuevos proyectos migratorios. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOECHLIN, José. (eds.). **Migración Haitiana Hacia Sur Andino**. Santiago: SJM, 2017. p. 65-162.

PEDEMONTE, Nicolás Rojas *et al.* Introducción. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOECHLIN, José. (eds.). **Migración Haitiana Hacia Sur Andino**. Santiago: SJM, 2017. p. 9-13.

PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **EMPIRIA**. N. 19, 2010. p.101-132.

PEDONE, Claudia e ARAÚJO, Gil. Maternidades transnacionales entre América Latina y el Estado español. El impacto de las políticas migratorias en las estrategias de reagrupación familiar. **Simposio Nuevo Retos del Transnacionalismo en el estudio de las Migraciones**. Barcelona, 2008.

PERES, Roberta Guimarães. “O que importa é o que acontece com a sua família”: um diálogo entre família e migração. **XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP**, 2014.

_____. Imigração e gênero: as mulheres haitianas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

PEREIRA, Cícero Pereira, SILVA, Wanessa Hipólito Lemos e AMARAL, Ana Paula Martins. Imigrantes Haitianos: desafios à efetivação dos direitos fundamentais sociais. Análise de casos. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul**. N. 10. 2017. p. 79-102.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. “**Bondye Beni ou**”: lugaridades com haitianos evangélicos. Tese (Doutorado em Geografia). Curitiba: UFPR, 2016.

PICHARDO, Hortensia. **Documentos para la historia de Cuba**. V. 2. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 1973.

PIOVEZANA, Leonel. *et al.* **Movimento migratório no sul do Brasil**: o caso dos haitianos na região oeste catarinense. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, 2015. p. 1-23.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**. N. 14. São Paulo, 1997. p. 25-39.

PORTES, Alejandro. Hacia un nuevo mundo. Los Orígenes y efectos de las actividades transnacionales. In: PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis e LANDOLT, Patricia (Coords.). **La globalización desde abajo**: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina. Flacso-México, 2003. p. 377-397.

_____. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 69. 2004. p. 73-93.

PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis e LANDOLT, Patricia (Coords.). **La globalización desde abajo**: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina. Flacso-México, 2003.

PRIES, Ludger. La migración internacional en tiempos de globalización. **Nueva Sociedad**. N. 164, 1999. p. 56-68.

_____. The approach of transnational social spaces: responding to new configurations of the social and the spatial. In: PRIES, Ludger (Org.). **New Transnational Social Spaces**. Routledge, 2001. p. 3-33.

_____. Transnational Societal Spaces: Which Units of Analysis, Reference, and Measurement? In: PRIES, Ludger (Org.). **Rethinking Transnationalism**. The Meso-link of organisations. London: Routledge, 2008. p. 1-20.

PRIMÉ, Jameson. **De l'immigration haitienne em France**: historique, causes et types. 2013. Disponível em: [http://jamesonprimeup.over-blog.net/de l%E2%80%99immigration-ha%C3%Aftienne-en-france-historique-causes-et-types](http://jamesonprimeup.over-blog.net/de-l%E2%80%99immigration-ha%C3%Aftienne-en-france-historique-causes-et-types) Acesso feito em 18/09/2017.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso/Unesco, 2005.

QUINTERO, Lésber. **Lágrimas haitianas llegan al Cocibolca**. 2016. Disponível em <https://www.elnuevodiario.com.ni/nacionales/400253-lagrimas-haitianas-llegan-cocibolca/> . Acesso feito em 30 de janeiro de 2019.

RAMELLA, Franco. Por un uso flerte del concepto de red en los estudios migratórios. In: BJERG, Mária; OTERO, Hernán (Orgs.). **Immigración y redes sociales en la Argentina**. Buenos Aires: CEMLA Moderna, 1995. p. 9-21.

RAVENSTEIN, Ernst Georg. The Laws of Migration. **Journal of the Statistical Society of London**. V. 48, n. 2, 1885. p. 167-235.

RECLUS, Élisée. Migrações, êxodo rural e a problemática do crescimento urbano. In: ANDRADE, Manuel Corrêa de (Org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Ática, 1985. p. 143-166.

REVISTA SEMANA. **La crisis de casi 4.000 migrantes haitianos que llegaron a Colombia**. 2016. Disponível em <https://www.semana.com/nacion/articulo/en-2016-han-llegado-a-colombia-casi-4000-haitianos-que-pretendian-llegar-a-estados-unidos/484280>. Acesso feito em 28 de janeiro de 2019.

REVUELTA, Laura. **Azúcar amargo**: el 'apartheid' dominicano que sustenta la industria de la caña. Espanha: El Confidencial, 2017. Disponível em: https://www.elconfidencial.com/mundo/2017-07-28/bateyes-republica-dominicana-haiti-inmigracion-racismo-negocio-azucarero_1413985/ Acesso feito em 29/09/2017.

ROBERTS, Bryan, FRANK, Reanne e LOZANO-ASCENCIO, Fernando. Las comunidades migrantes transnacionales y la migración mexicana a Estados Unidos. In: PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis e LANDOLT, Patricia. **La globalización desde abajo**: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina. Flacso-México, 2003. p. 45-88.

ROSSETO, Daniele e GOMES, Sueli Castro. Imigração haitiana e a mobilidade do trabalho: Mandaguari-PR, um dos destinos. **Revista Percorso – NEMO**. V. 9, n. 1. Maringá, 2017. p. 179-198.

ROBLES, Frances. **Onde os haitianos não são bem-vindos**. Gazeta do Povo, 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/onde-os-haitianos-nao-sao-bem-vindos-ejrq6dvxckun9vb2osiw8d1zi> Acesso feito em 07/10/2017.

ROUSE, Roger. Mexican Migration and the Social Space of Postmodernism. **Diaspora**. N. 1, 1991. p. 8-23.

SÁ, Patrícia Rodrigues Costa de. As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho. **Cadernos OBMigra**. V.1 N.3 2015. p. 99-127.

SÁNCHEZ, Liliana Rivera. Los trayectos internos e internacionales en la dinámica de formación de circuitos migratorios transnacionales. In: HERRERA, Gioconda e RAMÍREZ, Jacques (Orgs.). **América Latina migrante**: Estado, familias, identidades. FLACSO Ecuador, 2008. p. 89-116.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2014.

SARRASIN, Bruno e RENAUD, Luc. Quel tourisme pour Haïti: de la résilience à l'émergence d'une nouvelle destination? **Études caribéennes**, 2014. p. 27-28.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Tese (Doutorado em Sociologia), UNICAMP. Campinas, 2014a.

_____. Para compreender a recolonização do Haiti. **Revista Outubro**, n. 22, 2014b.

_____. **A MINUSTAH, a Desestabilização do Haiti e o Sub Imperialismo Brasileiro**. 2014c. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ma8KCcLaqaw> Acesso feito em 26 de dezembro de 2017.

SEITENFUS, Ricardo A. S. **Reconstruir Haiti**: entre la esperanza y el tridente imperial. República Dominicana: CLACSO, 2016.

SELESNAFES.COM. **Naufrágio com imigrantes revela faceta do tráfico**. 2017. Disponível em: <http://selesnafes.com/2017/02/naufragio-com-imigrantes-revela-faceta-do-trafico/> Acesso feito em 10/11/2017.

SETIÉN, Izabel Berganza. Los Flujos Migratorios Mixtos en Tránsito Por Perú: un desafío para el Estado. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOEHLIN, José. (eds.). **Migración Haitiana Hacia Sur Andino**. Santiago: SJM, 2017. p. 41-63.

SILVA, Ádila Lacerda da. **Mobilidade haitiana no município de Três Lagoas**: realidade e perspectivas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Três Lagoas: UFMS, 2018.

SILVA, Sidney Antonio da. Aqui começa o Brasil: Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, Sidney Antonio da. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**: fluxos, fronteiras e processos socioculturais. Hucitec/FAPEAM. São Paulo/Manaus, 2012.

_____. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, Rosana *et al* (Orgs.). **Imigração Haitiana no Brasil**. Paco Editorial. Jundiaí, 2016.

SINCRE – Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros. Microdados 2010-2017. Disponível em: <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/microdados> Acesso feito em 5 de agosto de 2019.

SOARES, Weber. Rede Migratória. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al* (Orgs.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora UnB, 2017. p. 612-615.

SOUZA, Marcelo Lopes de. As drogas e a “questão urbana” no Brasil. A dinâmica sócio-espacial nas cidades brasileiras sob a influência do tráfico de tóxicos. In: CASTRO, Iná Elias de *et al* (Orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 419-468.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Sirlei de e BOING, Eliziane Meurer. **A Imigração Haitiana em Joinville (SC) e as Estratégias de Inserção em Busca da Cidadania**. 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba, 2017.

STEFONI, Carolina. Prólogo. In: PEDEMONTE, Nicolás Rojas e KOEHLIN, José. (eds.). **Migración Haitiana Hacia Sur Andino**. Santiago: SJM, 2017. p. 7-8.

STEPICK, Alex. The refugees nobody wants: Haitians in Miami. In: GRENIER, Guillermo e STEPICK, Alex (Orgs.). **Miami Now!** Immigration, Ethnicity and Social Change. Gainesville: University Press of Florida, 1992. p. 57-80.

PARACATUNOAR. **Secretário do Acre propõe fechar fronteira temporariamente para conter haitianos**. 2014. Disponível em: <http://www.paracatunoar.com/2014/01/secretario-do->

[acre-propoe-fechar-fronteira-temporariamente-para-conter-haitianos/](#) Acesso feito em: 16 de julho de 2018.

SOLIMANO, Andrés. *et al.* **Incorporación laboral de los migrantes en la Región Metropolitana de Chile**. Santiago de Chile: OIM, 2012.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. Monografia (Graduação em Comunicação Social) UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

THOMAS, Frédéric. Haiti: um modelo de desenvolvimento anticamponês. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol.19 n.35, 2015. p. 129-141.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº 44, 2002. p. 341-364.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO da 24ª Região. **Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo ATSum 0024501-87.2014.5.24.0081**. 2014.

_____. **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0024637-09.2016.5.24.005**. 2016.

_____. **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0024087-77.2017.5.24.005**. 2017.

_____. **Ação Trabalhista - Rito Ordinário 0024107-68.2017.5.24.0051**. 2017.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. **Análise do perfil socioespacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI**: redes, atores e cenários da imigração haitiana e senegalesa. Dissertação (Mestrado em Geografia). UFRGS. Porto Alegre, 2015.

VÁSQUEZ, Tania. BUSSE, Erika. y IZAGUIRRE, Lorena. La migración haitiana en Perú y su tránsito hacia Brasil. In: La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos. **Cuadernos migratorios nº6**. OIM, 2014.

VAZ, Roberto. **Grupo de Haitianos faz greve de fome em Iñapari, na fronteira do Peru com o estado do Acre**. 2012. <https://www.ac24horas.com/2012/08/30/grupo-de-haitianos-faz-greve-de-fome-em-inapari-na-fronteira-do-peru-com-o-estado-do-acre/> Acesso feito em 29 de julho de 2018.

VÉRAN, Jean-François, NOAL, Débora da Silva e FAINST, Tyler. Nem Refugiados, nem Migrantes: A Chegada dos Haitianos à Cidade de Tabatinga (Amazonas). **DADOS–Revista de Ciências Sociais**. V.57, N.4 Rio de Janeiro, 2014. p.1007-1041.

VERTOVEC, Steven. **Transnational social formations**: Towards conceptual cross-fertilization. Workshop "Transnational Migration: Comparative Perspectives". Princeton University, 2001. p. 1-37.

_____. Concibir y investigar el transnacionalismo. In: PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis e LANDOLT, Patricia. **La globalización desde abajo**: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina. Flacso-México, 2003. p. 353-375.

VEJA. **Naufrágio em Cuba mata 38 emigrantes haitianos**. 2011. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/naufragio-em-cuba-mata-38-emigrantes-haitianos/> Acesso feito em 22/09/2017.

VERNA, Chantalle F. Haitian Migration and Community-Building in Southeastern Michigan, 1966–1998. In: JACKSON, Regine O. **Geographies of the Haitian Diaspora**. New York: Routledge, 2011. p. 163-184.

VIEIRA, Cainã Domit. **Imigração, trabalho e precarização**: as condições de trabalho do imigrante haitiano na Região Metropolitana de Curitiba a partir de 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2016.

VIEIRA, Rosa Cavalcanti Ribas. **Itinerâncias e governo**: a mobilidade haitiana no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, 2014.

VILLANUEVA, Alejandra. **Construcción del relato biográfico y proyecciones de vida**. Versiones de la migración haitiana en Santiago de Chile. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

YAMAMOTO, Gabriel do Carmo. **Imigração como prática social**: Estratégias e táticas de organização dos imigrantes haitianos na Região Metropolitana de Goiânia, Goiás. Dissertação (Mestrado em Administração). UFG. Goiânia, 2017.

WOODING, Bridget e MOSELEY-WILLIAMS, Richard. **Inmigrantes haitianos y dominicanos de ascendencia haitiana en la República Dominicana**. Santo Domingo: Cooperación Internacional para el Desarrollo (CID) y el Servicio Jesuita a Refugiados y Migrantes (SJR), 2004.

ZENI, Kaline e FILIPPIM, Eliane Salete. Migração haitiana para o Brasil: acolhimento e políticas públicas. **Revista Pretexto**. Belo Horizonte: 2014. V. 15, nº 2. p 11-27.

ZIBECHI, Raúl. **La Revuelta Juvenil de Los '90**. Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ESQUEMA SÍNTESE DE CONSULTA NO SINCRE

Passo 1: Download do arquivo no site do OBMIGRA

sincre2017.csv - Bloco de Notas

Arquivo Editar Formatar Exibir Ajuda

DATA_REG	AMPARO_LEGAL	CLASSIFICACAO	DATA_ENTRADA	DESCRICAO_AMPARO_LEGAL	DTNASC	ESTCIV_DESC	MUNRES_DESC	PNASC_DESC	SEXO_DESCRICA	UF_ENTRADA	UFRES	CONTINENTE	
02/01/2017	11	PERMANENTE	20060402	ART. 75 II	LEI 6815/80	PAREC. 218/85	05/10/1973	Outro	NOVA FRIBURGO	URUGUAI	Feminino	RJ	AMERICA
02/01/2017	14	RESIDENTE	19651112	PORTARIA NR. 526/95	DO MIN. DA JUSTICA	08/07/1962	Outro	NITEROI	VENEZUELA	Masculino	RJ	AMERICA	
02/01/2017	14	RESIDENTE	19811227	PORTARIA NR. 526/95	DO MIN. DA JUSTICA	10/08/1953	Casado	SANTA CRUZ DO SUL	LTBIA	Feminino	RS	AFRICA	
02/01/2017	29	TEMPORÁRIO	20161202	ARTIGO 13 - ITEM IV	LEI NR. 6.813/30	09/1989	Solteiro	RIO DE JANEIRO	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	Masculino	RJ	AMERICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20140617	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	07/07/1983	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20140622	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	22/12/1957	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20150317	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	15/08/1987	Solteiro	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20150331	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	16/01/1982	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20150505	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	21/03/1982	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	20160118	LEI 9.474	DE 22 DE JULHO DE 1997	06/06/1989	Casado	ADAMANTINA	REP DEM CONGO	Feminino	SP	AFRICA	
02/01/2017	51	RESIDENTE	20161208	ART. 1 RES. 45/00	DE 14/03/00	DO CNI/MTB	04/06/1946	Casado	NATAL	SUECIA	Feminino	SP	EUROPA
02/01/2017	51	RESIDENTE	20161208	ART. 1 RES. 45/00	DE 14/03/00	DO CNI/MTB	01/06/1950	Casado	NATAL	FINLANDIA	Masculino	SP	EUROPA
02/01/2017	53	PERMANENTE	20091216	ART. 1 C/C ART. 4 RES. NORM. 36/99	22/06/1973	Casado	ACARI	PERU	Masculino	MS	RN	AMERICA	
02/01/2017	59	PERMANENTE	20101218	RESOL. NR 05 DE 21	DE AGOSTO DE 1999	20/08/1950	Casado	RESENDE	PORTUGAL	Masculino	RJ	EUROPA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	20130301	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	31/07/1984	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	PR	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20130729	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	23/07/1968	Solteiro	ITAJAI	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AM	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140122	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	13/03/1997	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140224	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	11/09/1983	Solteiro	CATANDUVAS	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140430	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	01/09/1972	Casado	BAURU	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140526	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	03/07/1980	Casado	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140714	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	22/07/1982	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140714	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	26/06/2005	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140804	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	08/01/1981	Solteiro	ITAJAI	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20140911	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	13/06/1973	Solteiro	ITAJAI	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20141002	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	26/06/1980	Solteiro	SAO PAULO	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	SP	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150107	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	08/09/1983	Solteiro	APARECIDA DE GOIANIA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150112	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	15/10/1976	Casado	AMPARO	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150126	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	25/10/1986	Solteiro	SAO PAULO	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150209	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	26/07/1990	Solteiro	CUIABA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150320	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	30/12/1987	Solteiro	PORTO ALEGRE	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150522	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	05/05/1976	Solteiro	RONDONOPOLIS	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150609	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	16/07/1980	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA
02/01/2017	60	RESIDENTE	20150622	RESOLUCAO NR 27	DE 25/11/1998	DO CNI/MTB	06/04/1980	Casado	CUIABA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	AMERICA

Passo 2: Conversão para o Excel

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
DATA_REG	AMPARO	CLASSIFICACAO	DATA_ENTRADA	DESCRICAO_AMPARO_LEGAL	DTNASC	ESTCIV_DESC	MUNRES_DESC	PNASC_DESC	SEXO_DESCRICA	UF_ENTRADA	UFRES	CONTINENTE	
02/01/2017	11	PERMANENTE	2E+07	ART. 75 II	05/10/1973	Outro	NOVA FRIBURGO	URUGUAI	Feminino	RJ	RJ	AMERICA	
02/01/2017	14	RESIDENTE	2E+07	PORTARIA NR. 526/95	08/07/1962	Outro	NITEROI	VENEZUELA	Masculino	RJ	RJ	AMERICA	
02/01/2017	14	RESIDENTE	2E+07	PORTARIA NR. 526/95	10/08/1953	Casado	SANTA CRUZ	LIBIA	Feminino	RS	RS	AFRICA	
02/01/2017	29	TEMPORÁRIO	2E+07	ARTIGO 13 - ITEM IV	30/09/1989	Solteiro	RIO DE JANEIRO	ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	Masculino	RJ	RJ	AMERICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	07/07/1983	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	22/12/1957	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	15/08/1987	Solteiro	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	16/01/1982	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	21/03/1982	Casado	SAO PAULO	REP DEM CONGO	Masculino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	42	OUTROS	2E+07	LEI 9.474	06/06/1989	Casado	ADAMANTINA	REP DEM CONGO	Feminino	SP	SP	AFRICA	
02/01/2017	51	RESIDENTE	2E+07	ART. 1 RES. 45/00	04/06/1946	Casado	NATAL	SUECIA	Feminino	SP	RN	EUROPA	
02/01/2017	51	RESIDENTE	2E+07	ART. 1 RES. 45/00	01/06/1950	Casado	NATAL	FINLANDIA	Masculino	SP	RN	EUROPA	
02/01/2017	53	PERMANENTE	2E+07	ART. 1 C/C ART. 4 RES. NORM. 36/99	22/06/1973	Casado	ACARI	PERU	Masculino	MS	RN	AMERICA	
02/01/2017	59	PERMANENTE	2E+07	RESOL. NR 05 DE 21	20/08/1950	Casado	RESENDE	PORTUGAL	Masculino	RJ	RJ	EUROPA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	31/07/1984	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	PR	PR	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	23/07/1968	Solteiro	ITAJAI	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AM	SC	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	13/03/1997	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	PR	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	11/09/1983	Solteiro	CATANDUVAS	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	SC	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	01/09/1972	Casado	BAURU	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	SP	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	03/07/1980	Casado	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Masculino	AC	PR	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	22/07/1982	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	PR	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	26/06/2005	Solteiro	CURITIBA	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	PR	AMERICA	
02/01/2017	60	RESIDENTE	2E+07	RESOLUCAO NR 27	08/01/1981	Solteiro	ITAJAI	REPUBLICA DO HAITI	Feminino	AC	SC	AMERICA	

Passo 3: Seleção por nacionalidade

The screenshot shows an Excel spreadsheet with columns A through O. The 'Filtros de Texto' (Text Filters) menu is open for the 'CONTIN' column. The filter is set to 'Haiti'. The 'Seletor de Filtros de Texto' (Text Filter Selector) dialog box is displayed, showing the filter 'REPUBLICA DO HAITI' is selected. The data table shows columns A through O with various personal and identification details.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
DATA_RE	AMPAF	CLASSI	DATA_	SEXO_I	UF_EN	UFRES	CONTI	NTE						
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	PR	PR	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AM	SC	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	AC	PR	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	SC	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	SP	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	PR	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	AC	PR	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	AC	SC	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	AC	SC	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	SP	SP	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	GO	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	SP	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	SP	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	AC	MT	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	RS	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	MT	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	PR	AMERICA							
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AC	MT	AMERICA							
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	RJ	MG	AMERICA							
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	SP	SP	AMERICA							
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AM	SP	AMERICA							
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+	LIC Masculino	AM	SC	AMERICA							
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+	LIC Feminino	RJ	SP	AMERICA							

Passo 4: Seleção por Unidade da Federação

The screenshot shows an Excel spreadsheet with columns A through N. The 'Filtros de Texto' (Text Filters) menu is open for the 'CONTIN' column. The filter is set to 'PR'. The 'Seletor de Filtros de Texto' (Text Filter Selector) dialog box is displayed, showing the filter 'PR' is selected. The data table shows columns A through N with various personal and identification details.

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
DATA_RE	AMPAF	CLASSI	DATA_	DESCR	DTNASC	ESTCIV	M	SEXO_I	UF_EN	UFRES	CONTI	NTE	
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	31/07/1984	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	13/03/1997	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	03/07/1980	Casado	CI				AMERICA		
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	22/07/1982	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	26/06/2005	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	60	RESIDENT	2E+07	RESOLUC	16/07/1989	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	09/10/1990	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	11/07/1979	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	21/01/1988	Outro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	10/02/1978	Casado	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	19/01/1991	Solteiro	PI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	04/04/1994	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	15/11/1995	Solteiro	M				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	26/03/1995	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	23/01/1995	Solteiro	AI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	17/05/1979	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	22/02/1992	Solteiro	TC				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	24/05/1982	Outro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	23/01/1993	Solteiro	CI				AMERICA		
02/01/2017	234	RESIDENT	2E+07	ART 16 CC	07/07/1980	Outro	LC				AMERICA		

Passo 5: Seleção por município

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
1	DATA_RE	AMPAF	CLASSI	DAT	Classificar de A a Z				PNASC	SEXO_I	UF_EN	UFRES	CONTIN	NTE	
128	02/01/2017	234	RESIDENT	2	Classificar de Z a A				VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
134	02/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Feminino	SP	PR	AMERICA			
256	03/01/2017	60	RESIDENT	2	Classificar por Cor				VEL REPUBLIC/ Feminino	SP	PR	AMERICA			
378	03/01/2017	234	RESIDENT	2	Limpar Filtro de "MUNRES_DESC"				VEL REPUBLIC/ Feminino	AC	PR	AMERICA			
379	03/01/2017	234	RESIDENT	2	Filtrar por Cor				VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
711	04/01/2017	234	RESIDENT	2	Filtros de Texto				VEL REPUBLIC/ Feminino	SP	PR	AMERICA			
712	04/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	AC	PR	AMERICA			
201	06/01/2017	60	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Feminino	AC	PR	AMERICA			
211	06/01/2017	60	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Feminino	SP	PR	AMERICA			
337	06/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	AM	PR	AMERICA			
715	09/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
716	09/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
717	09/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
152	10/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
153	10/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
154	10/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Feminino	SP	PR	AMERICA			
713	12/01/2017	60	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	AC	PR	AMERICA			
927	12/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			
929	12/01/2017	234	RESIDENT	2					VEL REPUBLIC/ Masculino	SP	PR	AMERICA			

Pronto 410 de 102721 registros localizados.

OK Cancelar

APÊNDICE B – OUTRAS NARRATIVAS

No Haiti, ninguém põe a mão em brasileiro

Através de um amigo na cidade, soubemos que Maykson vendia comida haitiana em sua casa, na região central da cidade de Três Lagoas. Fizemos contato por telefone e no dia seguinte nos encontramos para jantar e conversar. Ele fez questão de preparar o tradicional *fritay* – frango frito, banana da terra verde frita e pickles de repolho, cenoura e pimenta. Dividimo-nos em comer, prestar atenção na sua fala e tomar notas no caderno de campo.

Nascido em Porto Príncipe, Maykson saiu do Haiti aos 12 anos quando foi estudar em uma escola de missionários evangélicos em Puerto Plata, na República Dominicana. Aos 18, quando concluiu o ensino médio, decidiu não voltar para o Haiti e passou a trabalhar em diversas ocupações em várias cidades. Serviu ao exército, foi mestre de obras e dividia seu tempo com atividades de um restaurante de comida haitiana. Ao todo, viveu 15 anos no país vizinho, o que lhe proporcionou experiências válidas para outras migrações.

Ainda na República Dominicana, teve um filho meses antes de partir para o Brasil. “Ouvi dizer que o Brasil estava bom e decidi vir para cá no final de 2014... Voei de Santo Domingo para o Panamá e de lá para o Equador. Depois foi tudo de ônibus, todo o Peru até chegar no Acre”. Ao chegar, solicitou refúgio que depois foi transformado em visto humanitário. Como falava espanhol, durante o mês que ficou em Rio Branco auxiliou na emissão da Carteira de Trabalho para os haitianos até que foi contratado por uma empresa de construção civil da cidade de Três Lagoas.

Chegou na cidade em 1 de janeiro de 2015 e foi morar em uma casa com mais 10 haitianos, depois mudou-se com outros amigos e atualmente mora com a esposa, haitiana que conheceu em Três Lagoas, um primo dela e a filha do casal, com menos de 1 ano de idade. Está na sua quinta experiência laboral na cidade, em uma empresa de plantas para reflorestamento, enquanto sua esposa trabalha como camareira em um hotel.

Sua casa se difere do padrão que encontramos com outros haitianos no Mato Grosso do Sul. É grande, espaçosa e está sempre com visitas. É uma *baz*, um ponto de encontro. É ali que se reúne a Associação dos Haitianos de Três Lagoas todos os domingos. Ali se vendem comida, bebida e escutam *Konpa* – o mais famoso ritmo haitiano.

“Eu quis alugar uma casa grande porque tenho muitos amigos e com essa ideia de vender comida muita gente passa por aqui, haitianos e brasileiros.” Apesar de ter experiência em construção civil e de ter executado várias funções nessa área, sonha em abrir um restaurante de comida haitiana em Três lagoas, construir uma casa própria e permanecer no Brasil. “Sair do Brasil só se for como turista.”

“Não tenho o que reclamar do Brasil. De todos os países, aqui é onde eu sou melhor tratado. A república Dominicana é um país bonito, mas é muito racista. Os Estados Unidos vão deportar migrantes a partir de amanhã e aqui a gente tem a chance de viver mais tranquilo. Os haitianos sabem disso... Se você, brasileiro, chegar no Haiti ninguém te toca, ao contrário de um dominicano ou americano que pode até morrer”.

Três Lagoas, 14 de julho de 2019.

Não são meus amigos

Benoit é um dos filhos de uma grande família em diáspora. Dos onze filhos que seus pais tiveram, oito vivem no exterior: um na França, um na Guiana Francesa, outra no Haiti e cinco no Brasil, nas cidades de Bento Gonçalves, Porto Alegre, Brasília e Dourados. Suas trajetórias estão marcadas pela busca de trabalhos que remunerem o suficiente para viver no destino e enviar algo para a origem. Essas mobilidades estão sustentadas, em grande medida, no apoio familiar em diferentes lugares.

Com 34 anos, Benoit aparenta bem menos, apesar do trabalho pesado que executa em um supermercado na cidade de Dourados-MS. Deixou esposa e quatro filhos no Haiti, em Les Cayes, sua cidade natal, quando decidiu partir dois anos atrás. Influenciado por uma irmã que já residia em Porto Alegre há três anos, juntou dinheiro, organizou os papeis, pediu demissão de uma fábrica de camisas em Porto-Príncipe e seguiu para o Brasil de avião, com uma escala de algumas horas no Panamá.

Depois de três meses desempregado na capital gaúcha, mudou-se para a cidade de Naviraí, no interior do Mato Grosso do Sul, onde já residia um primo. Depois de um ano trabalhando em uma usina de álcool foi demitido e, à convite de uma prima recém-chegada em Dourados-MS, também com passagem por Naviraí, decidiu por um novo recomeço.

Há sete meses na cidade, trabalha em um depósito de um grande supermercado e divide casa com a prima. Com uma jornada de 8 horas noturnas, relata dores e contínuo cansaço físico. Único haitiano em uma equipe com mais 10 brasileiros, relata *“são apenas colegas de trabalho, não são meus amigos. Não posso descansar que me entregam para o chefe...fico doente o tempo todo”*.

Por esses motivos, pensa em buscar outro emprego, mas pretende permanecer nesse até conseguir um novo. Não pode ficar sem a renda de cerca de 1.400,00 com os quais paga parte do aluguel de 400,00, envia mensalmente entre 300,00 e 400,00 para a família e se sustenta em Dourados. Além disso, planeja em breve trazer esposa e os dois filhos mais velhos. Ao que parece, a saída migratória continua marcando a vida das famílias haitianas.

Dourados, 30 de março de 2018.

Uma história diferente

Havíamos conhecido Philipe um mês antes, na Festa da Bandeira Haitiana promovida pela Associação dos Haitianos de Campo Grande e a partir desse momento articulamos a entrevista, que foi concedida em seu local de trabalho. Nascido em Kingston, Jamaica, Philipe, 34 anos, mudou-se para a cidade de Les Cayes, Haiti, aos 14 anos de idade acompanhando os seus pais e irmãos.

Membro de uma família influente na Jamaica, seus pais migraram para o Haiti quando seu avô paterno, um deputado federal jamaicano, foi assassinado aos 65 anos por perseguição política. Temendo a vida, decidiram abandonar o país e recomeçar no Sul do Haiti. A infância e adolescência de Philipe e seus cinco irmãos foi marcada por essa ruptura. Novo espaço, nova língua, novos amigos. Décadas depois, sua família conheceu outros processos de migração com ele e dois irmãos no Brasil e uma irmã nos Estados Unidos.

Meu avô era uma pessoa rica, foi deputado federal três vezes e tinham grupos que não gostavam dele aí eles mataram meu avô. Meu pai era filho único e não queria saber de política, mas se ele ficasse iriam matar ele também porque meu avô falava que se acontecesse alguma coisa pra ele mudar de cidade ou de país. Em 15 dias meu pai vendeu tudo, como uma liquidação, juntou um bom dinheiro, e depois de três meses nos mudamos.

Perguntavam pro meu pai: por que Haiti? E ele dizia que se fosse pra um país como os Estados Unidos, esse dinheiro vai reduzir, vai reduzir, vai reduzir. Meu pai era jovem ainda, tinha uns 30 anos. Então ele queria ir pra um país que o dinheiro tivesse mais valor. Se uma pessoa tem dois milhões de dólares no Haiti é muito dinheiro aí ele escolheu morar no Haiti. Chegou lá começou a investir, comprou terreno, fazenda também, pagou faculdade pros filhos...os seis filhos. Aí ficou lá, aí depois minha mãe faleceu em 2017, casou de novo com uma mulher, depois ele foi tirar férias na Finlândia.

...Tenho cinco irmãos, dois deles, um irmão e uma irmã, moram aqui em Campo Grande também. Tem um ano que eles chegaram. Vieram quando o meu filho nasceu. Dia 9 à noite eles chegaram em Campo Grande e meu bebê nasceu meio dia do dia 10. Era uma correria, mas deu certo. Eles vieram e ficaram lá na casa da minha esposa, aí eles estão aí, moram aqui no centro. Moram juntos com mais um primo que chegou do Chile há quatro meses.

Eu entrei na faculdade com 23 anos. Perdi dois anos de escola por causa da adaptação. Fiquei dois anos sem estudar. Saí do inglês e fui para o creóle, coisas que eu nunca vi na minha vida, né? Deixar um país que tinha tudo, tinha dinheiro... Aí eu saí da escola e entrei na faculdade em setembro, tinha 23 anos. Fiz seis anos de faculdade, Letras e Comunicação, na Universidade Nacional do Haiti. Antes de terminar Letras eu comecei Comunicação à noite, aí eu terminei em 2010.

Depois que eu terminei a faculdade eu comecei a viajar para vários países. Eu não tinha experiência nenhuma. Aí meu pai... quando uma pessoa tem dinheiro no Haiti é muito fácil ter contato. O dono da TV nação do Haiti era muito amigo dele e ele gostava de mandar pessoas, jornalistas que falavam vários idiomas para outros países. Meu falou que não queria que eu fosse jornalista, mas como eu estudei jornalismo perguntou se não tinha um cargo pra mim na TV. Aí ele falou “manda ele aqui” aí eu fui.

Eu fui lá de short porque eu já sabia que ia ficar de qualquer jeito. Ele falou que estava iniciando um projeto, que ia dar treinamento para jornalistas, mas você tem que viajar pra onde a gente mandar. Era um salário de 1.700 dólares livres, sem gastar com comida, ter hotel pra ficar, motorista, equipamento, pronto. Ele me disse “Você topa?” Tinha uns 10 países na lista e me deu um mês pra pensar, mas eu aceitei. Tinha Colômbia, Equador, Brasil, Irlanda, África do Sul... Teve treinamento lá, tinha uns 10 jornalistas.

Depois de uns 15 dias me chamaram. Em uma semana eu fui lá e me mandaram para os Estados Unidos. 45 dias no Texas e 45 dias na Califórnia. Eu tinha que entrevistar 20 pessoas por dia. Eles queriam entrevistas com pessoas pobres em países ricos. Eu pensei que 20 era fácil, mas foi bem puxado. Tinha que “lavar” a entrevista, tirar “lixo” da entrevista, filtrar um monte de coisa. Eu fiz, foi bom. Viajei em julho de 2010. Esse trabalho eles gostaram muito. Essas reportagens eram pra fazer documentário, livros e também pra vender pra outros canais internacionais.

Eu fiquei 3 meses fora do Haiti, sem ver meus amigos, namorada... namorada não, amiguinha... comenta aos risos. Aí eu cheguei, meu pai foi lá me buscar no aeroporto, o dono da TV também foi e disse “cara, seu trabalho ficou fantástico, ficou ótimo” e me deu 15 dias de férias pra aproveitar o mar. Aí eu fiquei lá na praia, comendo peixe, com pimenta, no fogão à lenha, tomando cerveja. Até que faltava dois dias e me avisaram que eu iria pra França.

Eu fui pra Marseille e Nice, 4 meses, dois em cada cidade. É lindo! Mas perto dessas cidades lindas tem favela também. Aí cara, as pessoas pensam que não tem favela, morador de rua, drogado, mas tem. A polícia não bate em ninguém. Pra mim favela é igual, lá também tem bandido que manda no território, com arma na mão, pede pra população pagar... Eu tinha que fazer reportagens nas favelas, com permissão do dono lá. Aí eu voltei pro Haiti e me deram 1 mês de férias.

Na faculdade eu queria fazer mestrado em Letras. Aí a faculdade me chamou. Eu fui uma das pessoas que foram escolhidas para fazer mestrado, sem pagar nada. Onde? Na França de novo. Aí eu tinha que deixar o trabalho de jornalista e voltar pra faculdade pra estudar. Eu tinha que pensar. Eu amei Letras, pra mim francês é a língua mais bonita do mundo e ainda não tinha que pagar. Falei pro meu chefe que tinha recebido a oportunidade, mostrei a carta. Aí ele falou “Você vai deixar de ganhar 1.700 dólares por mês pra voltar a estudar?” Falou, falou, mas eu fui. Voltei pra França, a faculdade pagou tudo para mim, para os 10 melhores da turma.

Fiquei 1 ano em Toulouse. Lá tinha americano, francês, africano, um grupo de pessoas que ganham bolsa pra estudar. Toulouse é lindo também. A gente ficou no alojamento lá, mais ou menos 200 pessoas, era uma vila. Era a época mais feliz da minha vida. Namorei uma francesa lá, aí voltei depois, fui lá na faculdade entregar os documentos... Aí meu pai ligou na TV lá e disse que eu estava de volta. Eles mandaram eu ir, mas meu pai disse que eu merecia ganhar mais pela experiência que eu tive fora e pediu um salário de 2.000 dólares.

Aí eles me mandaram para o Equador por causa dos haitianos que estavam entrando no Equador e saindo pro Brasil. Eu disse “ah, vou seguir esses haitianos caras de pau...” [risos]. Eu fiquei lá em Quito, muito frio. Um rapaz eu encontrei lá que foi pago pra me orientar, um equatoriano. Aí a gente foi de carro pelo Peru até chegar no Acre, uns 5 ou 6 dias. A gente saiu pra fazer entrevistas com eles. O trajeto lá é horrível, montanha...espiral, vixe!

Isso foi em 2011 ainda, foi muito legal. Teve haitiano que morreu no trânsito, que é tão pesado, desmaiou, morreu..., mas foi legal. Eu cheguei no Acre, lá no abrigo, tinha mais de mil haitianos lá, era horrível a vida deles, não tinha nada pra dormir, tudo aberto, quando chovia molhava tudo... eu fiquei lá dois dias. Pra pegar comida uma fila enorme, as pessoas se empurrando, cara, era horrível. Aí eu falei “Cara, eu não quero ficar aqui mais não”. As pessoas ficavam doentes, mulheres grávidas, com bebê. Aí umas empresas iam lá buscar para trabalhar. Algumas eram boas, tinha os direitos, outras era exploração, pegar as pessoas pra trabalhar nas fazendas...trabalhar 12, 15 horas por dia. Era horrível. Depois eu peguei avião em Rio Branco e voltei pro Haiti.

Depois eu fui pra Colômbia e quando voltei pedi férias. Eu precisava de férias. Pedi 3 meses de férias...eles pagavam metade, mil dólares. Mas pra mim, com mil dólares na minha mão lá era uma fortuna. Era 12 mil “dólares do Haiti”. Eu era criança ainda, eu gastei tanto. Essas coisas novas, tipo “top ten”, os dez tênis mais caros da época, tênis de 500 dólares, aí a gente cai nessas merdas...eu era doidão ainda, eu tava me achando, ganhando bem e tal... aí acabava o dinheiro, saia com namorada, amigos.

Tentando entender os novos processos migratórios vivenciados por Philipe e seus irmãos, bem como as conexões entre eles, questionamos detalhes como datas e destinos.

Minha irmã mais velha mora no Haiti com o esposo dela e uma filha de 11 anos. Depois tem a segunda, que mora em Boston. Meu irmão, que é engenheiro mecânico, estudou seis anos lá no Haiti e está aqui procurando emprego, mas não fala português ainda. Minha outra irmã que também está aqui. Ela é professora e trabalha em uma escola, cuidando de crianças. Minha esposa que conseguiu esse emprego pra ela. E essa caçula que está no Haiti e quer vir estudar medicina aqui. Tem um primo meu lá no Canadá que falou pra ela ir pra lá ou para os Estados Unidos. Ela está indecisa, é meio doidinha ainda.

O último trabalho que fiz pra TV foi em 2013. Eles queriam que eu viesse pro Brasil em 2014, pra cobrir a Copa do Mundo, mas eu não sabia português, não conhecia ninguém que

falasse, então eles me mandaram um ano antes pra aprender português. Cheguei em julho de 2013, em Joinville, Santa Catarina. Conheci várias cidades lá perto, Blumenau, pra um monte de lugar...é lindo! Gostei demais. Eu pensei “gente, olha o país que estou!”. Pensava que o Brasil se resumia àquela cidade, mas depois eu fui pra Cuiabá, São Paulo, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro, pra muitos lugares, cara. Já trabalhando nos jogos da Copa pra TV. Muitos lugares, menos Campo Grande porque não tinha nada de jogo. Lugares bonitos e feios também. Não lugar feio, pessoas que maltratar a natureza. Conheci um monte de lugares no Brasil, mas só que eu queria ir pra Bahia. Foi muito legal, foi um trabalho enorme, foi lindo. Conheci muitas pessoas diferentes. Isso foi o que eu mais gostei de trabalhar no Brasil.

Quando eu fui para os Estados Unidos, as pessoas não acolhiam ninguém. Eles não falam com ninguém. França era pior ainda. Quando eu cheguei em Santa Catarina, desci lá em Florianópolis, as pessoas acolhiam você diferente. Eu disse “gente, que diferença, né?!” Não conhecia nenhum haitiano até que eu comecei a ver alguns na rua e passei a falar em creóle para saber se era haitiano. Se não me respondesse eu sabia que era africano... lembra com risos.

Depois que terminou a Copa do Mundo, eu fiz o trabalho, eles me deram uns dias de férias e eu poderia ficar até novembro no hotel, sem preocupação de comida, de carro pra sair. Quando terminaram as férias eu decidi não voltar. Pedi o dinheiro dos últimos meses. Aí eu tinha um amigo que eu chamava de primo que morava em Três Lagoas, aqui perto. Liguei pra ele e perguntei se podia ir pra lá e ele disse que sim. Peguei um avião pra Brasília, depois pra Campo Grande e fui de ônibus para Três Lagoas. Chegar em uma cidade desconhecida não me dá medo, já estou acostumado.

Fiquei na casa dele, um alojamento com uns 20 haitianos. Fiquei no meio deles, me sentia em casa. Trabalhavam em uma empresa que se chamava FATEX, eles pediram pra eu ficar só uma semana porque tinha um chefe que supervisionava. Aí eu fui falar com ele, levei currículo e em duas semanas eu estava trabalhando. Essa empresa faz tapetes, edredons, tecidos.... Era grande, tinha muitos haitianos, mais que 50.

Aí eu liguei pro meu antigo chefe e disse que meu celular antigo estava fechado e que agora eu tinha o meu próprio. Agora é só o meu privado. Aí ele disse que poderia ficar com o aparelho como uma lembrança... Aí eu fiquei lá, trabalhando e ganhando 1.200 reais. Senti muita diferença no salário, mas eu não me importava com isso. Estava cansado. Se eu voltasse pro Haiti eu ia trabalhar de novo e que queria me desfazer daquilo por um tempo. Estava me sentindo

sufocado. Eu não ligava pro dinheiro tanto não, cara. Eu queria viver um tempo, estava tudo programado, tipo anotado, eu queria sair dessa vida, tipo me liberar, ter mais contato com as pessoas. Eu ganhava 2 mil dólares com a TV, dava uns 6.500 reais no Brasil. Agora quase 8 mil reais.

Eu fui pra uma reunião com os haitianos, tinha mais que 20 haitianos e eles queriam saber quem eu sou. Me apresentei e eles me disseram “Você é louco? Você deixou de ganhar isso pra ganhar 1.200 reais?” Nem tudo é dinheiro não, tem contato humano, tem um abraço, um bom dia. Depois eles conseguiram me entender, viram que eu era um cara legal, cheio de conhecimento.

Entrei na FATEX igual a eles, acordava 4 horas da manhã pra poder trabalhar...e lá eu vi que tinha brasileiro que maltratava os haitianos e eu defendi eles... Lá na fábrica eu disse que iria defender os haitianos. Quando era pra pegar um tapete pesado eles mandavam os haitianos pegar e eu dizia vocês também têm que pegar, igual, acompanhar eles. Eles falavam pro meu chefe e ele me chamava no escritório pra reclamar dizendo que eu colocava os funcionários contra. Eu respondi “Os haitianos também têm direitos. Fala para seus funcionários que eles têm que respeitar os haitianos. Eles são iguais a vocês, muitos são formados”. Quando eu falei pra eles minha história e eles quiseram me dar uma camisa azul [de supervisão] enquanto quem vestia amarelo era qualquer um funcionário [braçal] e aumentar meu salário para 1.800 reais. Eu falei não, não vim pra ficar rico, foi pra trabalhar, passar tempo. Senão eu teria ficado na TV.

Aí eu fiquei lá, no faturamento, também pegava tapete pesado, levar lá os negócios pra fazer leitura, um monte de coisas. Me adaptei bem. Saia do trabalho 1 hora, ia jogar futebol com eles. Eles tinham um respeito diferente pra mim, um medo, porque eu sou formado, vim de uma família diferente e eu dizia que eu não sou nada, igual a eles. Eu saía com eles.

Lá em Três Lagoas, tinha um que é desse tamanho [faz gestos de altura com as mãos]. Cara grandão. Fui visitar ele sem saber e virou meu pai lá, me protegeu... Ele e o primo dele, os dois desse tamanho. Me dizia “ei pequenininho” ...[risos]. Encontrei com ele aqui, acordei ele na casa dele, já veio pra cá também. Ele chorou de me ver.

Depois eu fiz uma entrevista sozinho e mandei pra TV e falei pro meu chefe. “Eu fechei conta com você em 2014 e conheci muita gente... pobre, rico, bandido, traficante, político, todas as pessoas marcaram minha vida, mas em Três Lagoas eu conheci pessoas que precisavam de mim, pessoas que eu consegui ajudar, que eu passei uma confiança 100%. Eu ganhei mais com essas pessoas do que com vocês, porque não é dinheiro, é um sentimento de apego porque eu tinha

uma convivência com essas pessoas. Com vocês eu não tinha convivência, era ganhar dinheiro. O que eu ganhei com essas pessoas é diferente. Se eu encontrar com um haitiano na rua, ele falar comigo, em Três Lagoas, ele vai se emocionar quando me ver, mas se eu encontrar uma pessoa que entrevistei lá na França não vai nem ligar pra mim, se me ver. É diferente! Eu fiquei mais de 20 minutos falando com ele. E ele disse que quando eu quiser voltar as portas estão abertas. Se quiser voltar pro Haiti, aqui é o seu lugar.

Aí eu fiquei na fábrica um tempo, trabalhei...depois, eu estava em uma pizzeria, com meus amigos, tem uma lagoa lá, éramos quatro, e tinha uma mulher que estava na outra mesa e ficava só olhando, olhando...eu disse pra esse amigo alto, “é pra você”. Eu falei “cara, se uma mulher olhou muito pra você, umas cinco vezes e depois foi ao banheiro, ela quer conversar”. Ela se levantou, foi no banheiro e ele foi atrás, mas ela não estava interessada nele e sim em mim. Aí eu fui lá e ela me disse que morava em Campo Grande. Trocamos contato e depois ela propôs que eu me mudasse para Campo Grande. Em 2015 eu pedi demissão da fábrica e vim pra cá. Trabalhei pouco mais de um ano lá.

Primeiro eu vim visitar ela aqui, fiquei hospedado na casa de um amigo dela, namoramos uns seis meses e não deu certo. Mas eu decidi me mudar pra cá depois de seis meses de namoro à distância. Só peguei minha mala e meu celular. Aluguei uma casa. Era solteiro, mas estava sem trabalho, precisava de dinheiro para me sustentar. Levei currículo em alguns lugares, escolas. Comecei a dar aula de graça em um parque, fiz um projetinho... falei pro coordenador que tinha muitas crianças que só ia lá pra fumar, chama elas pra aprender inglês. Ele levou pra prefeitura e eles aceitaram. Eu falei pra eles que não queria dinheiro, queria fazer de graça. Começamos com 40 crianças, jovens. Aí eles me falaram que podiam pagar um salário normal, 800 reais. Eu disse que não queria, que era de coração. Aí eles pegaram meu projeto e colocaram outro professor. Eu caí fora. Eles queriam politizar o projeto.

Aí eu fui levar meu currículo em uma escola, a moça da recepção disse que não tinha vaga, mas que podia deixar lá. Uma senhora lá estava sentada, de óculos, esperando a filha dela. Ela ouviu a conversa e me perguntou se eu falava inglês, me deu um cartão e pediu pra ligar e passar naquele endereço. Liguei e ela mandou eu passar na Rua Hiroshima, 776, às 15h – Nunca esqueci esse número porque isso mudou a minha vida aqui em Campo Grande. Fui com um amigo meu de moto. Cheguei lá e era justiça federal. Pensei “essa mulher me enganou”. Perguntei ao segurança pelo nome dela e ele disse “sai fora, aqui não tem ninguém com esse nome”. Sentei,

voltei depois de uns 15 minutos, até que consegui falar com a senhora que fazia limpeza. Aí ela deu um jeito, levou um café pra ela e disse que eu estava esperando.

Ela saiu da sala e quando me viu disse “professor Philipe, pode vir por favor”. Isso eu nunca vou esquecer: passei na frente do segurança olhando pra ele..., comenta rindo da situação. Ela estava procurando um professor de inglês pra estudar para o mestrado. Aí comecei a dar aula só pra ela dia 12 de abril de 2015, duas horas por dia, ganhava mil reais. Porque eu não queria ganhar 1.800 reais pra fazer um trabalho que eu não gostava. Ela deu pra mim, motorista, fiquei mais de um ano lá. Tinha um monte de gente lá e ela disse que todo mundo ia estudar inglês comigo. Fechei com 12 juízes e 2 advogados, 14 pessoas. Tinha mês que eu ganhava até 9 mil reais. Eles pagavam muito bem, dava quatro horas de manhã e quatro horas de tarde. Estava muito satisfeito. Trabalhei 1 ano e seis meses. Aí um monte deles passou no mestrado.

Foi legal, cara. Eu tinha uma vida estável. Aí eu peguei esse dinheiro, comprei um apartamento, comprei um carro. Ela fez tantos contatos, me apresentou tanta gente pra eu dar aula, pessoas chiques, que tem grana mesmo. Cheguei a contratar um outro professor pra me ajudar. Até hoje tem amigos dela que eu dou aula. Saí de lá e montei uma escola em outro local.

Depois eu encontrei outra advogada, que virou minha namorada e a gente se casou. Ela viu minhas propagandas no Facebook e entrou em contato comigo porque queria estudar francês pra prestar concurso para a diplomacia. O pai dela que levou ela pra fazer francês. Aí ela me viu lá e disse “coitado do rapaz, pai. Mora sozinho em Campo Grande, sem família, não tem namorada. Vou fazer amizade com ele”. Aí ela me convidou pra sair, queria conhecer a minha história. Eu falei que minha história vale uma lasanha... [risos]. Ela disse que não sabia fazer lasanha, mas a mãe dela sabia. Aí em um domingo eu fui lá, ela me mandou o endereço.... Não tinha carro ainda, não sei...aliás, tinha comprado um fiesta novinho, estava na garagem, mas não tinha habilitação do Brasil. Fui lá, de ônibus... Cheguei na casa dela, estava a mãe e a avó dela. Ela morava com a mãe, mas nesse dia a avó foi visitar. Conteí a minha história, no mesmo dia a gente foi ao cinema, eu ela e a mãe dela e viramos amigos. A gente começou a namorar na mesma semana. Ela gostou de mim, eu gostei muito dela... 2017 já.

Aí a gente namorou e decidimos morar juntos. Como eu já tinha apartamento, a gente colocou umas coisas lá, os móveis e a gente foi pra lá. Namoramos uns dois meses antes de juntar. Um mês depois minha mãe faleceu, eu fui pra Haiti por uns 20 dias, mais uns 4 dias em Punta Cana e ela ficou porque não tinha passaporte. Quando eu voltei, passou uns dois meses e ela

engravidou. Ela ficou tão feliz de ter um filho, cara. Era o sonho dela ter um filho. Minha esposa tem 34 anos também. Aí tivemos um filho... lindo! Vai fazer um ano, falta cinco dias. Depois ela fez concurso da prefeitura e passou. Ela sempre faz concursos... O sonho dela é trabalhar na diplomacia porque ela gosta de viajar também. Eu tenho orgulho dela e ela também tem orgulho de mim.... estamos aí.

Quando eu cheguei aqui em Campo Grande, eu estava meio fechado ainda, eu não conhecia nenhum haitiano. Encontrei os demais por meio de um haitiano que trabalhava na energisa e foi consertar a minha luz. Eu estava lá, ele bateu na minha porta, eu abri... Ei! Esse cara é haitiano. Eu perguntei se aqui tinha muitos haitianos e ele disse que sim, tinha muitos. Ele falou “Aqui meu contato. Quando tiver uma reunião eu vou te convidar”. Me convidou cinco vezes e eu nunca fui... Eu tinha medo, né medo, cara, eu não queria encarar outro grupo porque aquele que eu tinha lá era família. Eu não sei como é com vocês. Eu estava crescendo em Campo Grande, tinha carro já... aí depois Jean me ligou e perguntou se poderia ir na minha casa. Aí ele foi na minha casa no domingo, ele e a esposa dele. Conte pra ele minha história... Aí eu fui no carro dele pra conhecer a associação, me apresentou lá, conheci outros haitianos muito legais. Quando eu cheguei no lugar eu captei as pessoas, imagem e nome, quem seria meu amigo e quem não.

Uma vez eu cheguei lá, meu carro tinha só três meses de uso, e um haitiano disse “Cara, depois do Dr. Jean você é o haitiano mais rico do Brasil”. Isso me destruiu porque afasta as pessoas. Cara, não faz isso, sou igual a todo mundo... Aí eu fiquei indo lá de ônibus pra evitar problema. Eu fiz amizade com muitos, teve um deles que me defendeu um dia. Estava saindo do trabalho... um cara muito legal... ele estava trabalhando na rua, eu parei o carro pra cumprimentar. Ele ficou tão feliz...

Uma vez no meu apartamento eu fiz festa, chamei 15, 20... Hoje é dia de bagunça...[risos]. Antes do bebê nascer eu aluguei o apartamento e fui morar na casa da minha sogra. Tem umas fotos lá... levei cerveja, carne e banana frita, ficou tomo mundo lá fazendo bagunça... Minha esposa gosta muito deles. Quando tem reunião na associação, às vezes eu não vou e ela vai lá. Ela se sente à vontade com todos os haitianos, ela gosta muito deles, isso me ajuda um pouco também, é uma pessoa que não tem medo.

Cara, eu tenho muita saudade, eu fiquei entre Haiti e Jamaica. Depois que eu fui pro Haiti eu só voltei pra Jamaica uma vez...Meu pai tinha medo, né? Essa história já passou... encontrei amigos de longa data que memorou pra me reconhecer demorou 15 minutos... 20 anos depois.

Alguns amigos também já foram no Haiti me visitar no Haiti. Eu queria viajar uma vez por ano, mas este ano não vai dar. Quem viajar não pensa do mesmo jeito, você vê o mundo... mas infelizmente não vai dar este ano porque estamos com várias parceiras com empresas, inglês mais rápido. É isso...

Campo Grande, 18 de junho de 2019.

ANEXOS

ANEXO A - RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIG Nº 97 DE 12/01/2012

Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010.

Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. Poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) vistos por ano, correspondendo a uma média de 100 (cem) concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do País.

Art. 3º Antes do término do prazo previsto no caput do art. 1º desta Resolução Normativa, o nacional do Haiti deverá comprovar sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil e expedição de nova Cédula de Identidade de Estrangeiro, conforme legislação em vigor.

Art. 4º Esta Resolução Normativa vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado.

Art. 5º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho

ANEXO B - RESOLUÇÃO NORMATIVA CNIG Nº 102 DE 26/04/2013

Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.

O Conselho Nacional de Imigração, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 e organizado pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993,

Resolve:

Art. 1º. O caput do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. O visto disciplinado por esta Resolução Normativa tem caráter especial e será concedido pelo Ministério das Relações Exteriores.”

Art. 2º. Fica revogado o parágrafo único do art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 2012.

Art. 3º. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO DE ALMEIDA

Presidente do Conselho

ANEXO C - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 6 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA, EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, DAS RELAÇÕES EXTERIORES e DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 14, § 3º, e 30, I, "c", da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e 36, §1º, e 145, §1º, do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolvem:

Art. 1º A presente Portaria estabelece procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de visto temporário e autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. Parágrafo único. A hipótese de acolhida humanitária prevista nesta Portaria não prejudica o reconhecimento de outras que possam ser futuramente adotadas pelo Estado brasileiro em portarias próprias.

Art. 2º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao cidadão haitiano e ao apátrida que sejam residentes no território da República do Haiti. § 1º O visto temporário para acolhida humanitária será concedido às pessoas mencionadas no caput com prazo de validade de noventa dias. § 2º O visto temporário para acolhida humanitária será concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe. § 3º A concessão do visto temporário para acolhida humanitária ocorrerá sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 3º Para solicitar visto, o imigrante deverá apresentar à Autoridade Consular:

I - documento de viagem válido;

II - certificado internacional de imunização, quando assim exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

III - formulário de solicitação de visto preenchido;

IV - comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e

V - atestado de antecedentes criminais expedido pela República do Haiti, ou, a critério da autoridade consular, documento equivalente emitido por autoridade competente daquele país.

Art. 4º O imigrante beneficiado por esta Portaria deverá registrar-se em uma das unidades da Polícia Federal em até noventa dias após seu ingresso em território nacional. Parágrafo único. A residência temporária para acolhida humanitária resultante do registro de que trata o caput terá prazo de dois anos.

Art. 5º O nacional da República do Haiti e o apátrida que residia no Haiti, que tenham ingressado no Brasil até a data da publicação desta Portaria, poderão apresentar requerimento de autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal. Parágrafo único. O prazo de residência previsto no caput será de dois anos.

Art. 6º O pedido de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos:

I - documento de viagem ou documento oficial de identidade;

II - duas fotos 3x4;

III - certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular, desde que não conste a filiação no documento mencionado no inciso I;

IV - certidão de antecedentes criminais dos Estados em que tenha residido no Brasil nos últimos cinco anos; V - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país, nos últimos cinco anos; e

VI - comprovante de ingresso até a data da publicação desta Portaria. § 1º Apresentados os documentos mencionados no caput, proceder-se-á ao registro e à emissão da cédula de identidade.

§ 2º Na hipótese de necessidade de retificação ou complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o imigrante para assim o fazer no prazo de trinta dias.

§ 3º Decorrido o prazo sem que o imigrante se manifeste ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu pedido será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram apresentados e ainda permaneçam válidos.

§ 4º Indeferido o pedido, aplica-se o disposto no art. 134 do Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 7º O imigrante poderá requerer em uma das unidades da Polícia Federal, no período de noventa dias anteriores à expiração do prazo de dois anos previsto nos arts. 4º e 5º, autorização de residência com prazo de validade indeterminado, desde que:

I - não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;

II - tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;

III - não apresente registros criminais no Brasil;

e IV - comprove meios de subsistência.

Art. 8º É garantida ao imigrante haitiano, bem como ao apátrida que residia na República do Haiti, beneficiário de autorização de residência para fins de acolhida humanitária, a possibilidade de livre exercício de atividade laboral no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Art. 9º Aplica-se ao imigrante beneficiado por esta Portaria a isenção de taxas e emolumentos para obtenção de visto e regularização migratória. Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, poderão ser cobrados valores pela prestação de serviços pré-consulares por intermédio de terceiros contratados pelo governo brasileiro para realizar tal função.

Art. 10. Os pedidos de visto e autorização de residência previstos nesta Portaria poderão ser solicitados pelo interessado, seu representante legal ou defensor.

Art. 11. Considera-se cessado o fundamento que embasou a acolhida humanitária prevista nesta Portaria caso o imigrante saia do Brasil com ânimo definitivo, comprovado por meio de informações que demonstrem ter ele realizado tentativa de residir em outro país.

Art. 12. Aplica-se o art. 29 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na instrução do pedido.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

Ministro de Estado da Justiça

RAUL JUNGSMANN

Ministro de Estado Extraordinário da Segurança Pública

ALOYSIO NUNES FERREIRA

Ministro de Estado das Relações Exteriores

HELTON YOMURA

Ministro de Estado do Trabalho Interino

ANEXO D - PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 12, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso das atribuições que lhes conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 37 e 45 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, tendo em vista o disposto no § 3º do art. 14, e a alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e o § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolvem:

Art. 1º A presente Portaria dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti, para aplicação do § 3º do art. 14, e a alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e do § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

Parágrafo único. A hipótese de acolhida humanitária prevista nesta Portaria não afasta a possibilidade de outras que possam ser reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Art. 2º O visto temporário previsto nesta Portaria terá prazo de validade de noventa dias e será concedido exclusivamente pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

Parágrafo único. A concessão do visto a que se refere o caput ocorrerá sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 3º Para solicitar o visto temporário, previsto nesta Portaria, o requerente deverá apresentar à Autoridade Consular:

I - documento de viagem válido;

II - certificado internacional de imunização, quando assim exigido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

III - formulário de solicitação de visto preenchido;

IV - comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e

V - atestado de antecedentes criminais expedido pela República do Haiti ou, a critério da autoridade consular, documento equivalente emitido por autoridade competente daquele país.

Art. 4º O imigrante detentor do visto a que se refere o art. 2º deverá registrar-se em uma das unidades da Polícia Federal em até noventa dias após seu ingresso em território nacional.

Parágrafo único. A residência temporária resultante do registro de que trata o caput terá prazo de dois anos.

Art. 5º O cidadão haitiano ou apátrida residente na República do Haiti, que se encontre em território brasileiro, poderá requerer autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º O prazo de residência previsto no caput será de dois anos.

§ 2º O requerimento previsto no caput poderá ser formalizado pelo interessado, por seu representante legal ou por seu procurador constituído.

§ 3º Na hipótese de criança, de adolescente ou daquele considerado relativamente incapaz, o requerimento de autorização de residência poderá ser feito por qualquer dos pais, representante ou assistente legal, conforme o caso, isoladamente ou em conjunto.

§ 4º Ainda que o requerimento tenha sido apresentado nos termos dos §§ 2º ou 3º deste artigo, o registro é ato personalíssimo, exigindo a presença do interessado.

Art. 6º O requerimento de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos:

I - passaporte ou documento oficial de identidade, expedidos pela República do Haiti, ainda que a data de validade esteja expirada;

II - duas fotos 3x4;

III - certidão de nascimento ou de casamento ou certidão consular, desde que não conste a filiação nos documentos mencionados no inciso I;

IV - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior, nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência; e

V - comprovante de ingresso, no território nacional, até 31 de dezembro de 2020.

§ 1º Apresentados os documentos mencionados no caput, proceder-se-á ao registro e à emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM.

§ 2º Na hipótese de necessidade de retificação ou de complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o imigrante para fazê-lo no prazo de trinta dias.

§ 3º Decorrido o prazo, sem que o imigrante se manifeste ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu requerimento será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram apresentados e ainda permaneçam válidos.

§ 4º Indeferido o requerimento, aplica-se o disposto no art. 134 do Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 7º As certidões de nascimento e de casamento mencionadas no inciso III do art. 6º poderão ser aceitas independentemente de legalização e de tradução, desde que acompanhadas por declaração do requerente, sob as penas da lei, a respeito da autenticidade do documento.

§ 1º Caso seja verificado que o imigrante esteja impossibilitado de apresentar o documento previsto no inciso III do art. 6º, conforme o § 2º do art. 68 do Decreto nº 9.199, de 2017, tal documentação poderá ser dispensada, hipótese em que os dados de filiação serão autodeclarados pelo requerente sob as penas da lei.

§ 2º Quando se tratar de imigrante menor de dezoito anos que esteja desacompanhado ou separado de seu responsável legal e, na instrução do pedido, houver a autodeclaração de filiação de que trata este artigo, o requerimento deverá observar os termos do art. 12 da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg e da Defensoria Pública da União - DPU.

Art. 8º O imigrante poderá requerer em uma das unidades da Polícia Federal, no período de noventa dias anteriores à expiração do prazo de dois anos previstos nos arts. 4º e 5º, autorização de residência com prazo de validade indeterminado, desde que:

I - não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;

II - tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;

III - não apresente registros criminais no Brasil e no exterior; e

IV - comprove meios de subsistência.

§1º O requisito previsto no inciso III do caput será demonstrado por autodeclaração e certidões de antecedentes criminais ou documento equivalente, emitido pela autoridade judicial competente de onde tenha residido durante a residência temporária.

§2º Aplica-se o disposto neste artigo ao imigrante que, até a data de entrada em vigor desta Portaria, tenha sido beneficiado pela autorização de residência temporária para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.

Art. 9º A obtenção da autorização de residência prevista nesta Portaria e o registro perante a Polícia Federal implicam desistência voluntária de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

Art. 10. Ao imigrante beneficiado por esta Portaria fica garantido o livre exercício de atividade laboral no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. Aplica-se ao imigrante beneficiado por esta Portaria a isenção de taxas, emolumentos e multas para obtenção de visto, do registro e de autorização de residência, nos termos do § 4º do art. 312 do Decreto nº 9.199, de 2017.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, poderão ser cobrados valores pela prestação de serviços pré-consulares por terceiros contratados pelo governo brasileiro para realizar tal função.

§ 2º A isenção tratada no caput estende-se aos chamados pelos beneficiados por esta Portaria para fins de reunião familiar.

Art. 12. Considera-se cessado o fundamento que embasou a acolhida humanitária prevista nesta Portaria caso o imigrante saia do Brasil com ânimo definitivo, comprovado por meio de informações que demonstrem ter ele realizado tentativa de residir em outro país.

Art. 13. Se for constatada, a qualquer tempo, a omissão de informação relevante ou declaração falsa no procedimento desta Portaria será instaurado processo de cancelamento da

autorização de residência previsto no art. 136 do Decreto nº 9.199, de 2017, sem prejuízo das medidas de Polícia Judiciária cabíveis.

Art. 14. Aplica-se o art. 29 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na instrução do pedido.

Art. 15. Revoga-se a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018, dos Ministérios da Justiça, Extraordinário da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MORO

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ERNESTO HENRIQUE FRAGA ARAÚJO

Ministro de Estado das Relações Exteriores